

CORPOS EM DIÁLOGO:

Vivencia LGBTQIA+ e os desafios
da interseccionalidade



Organizadores:
Felipe Alves Oliveira
Ronaldo Silva

BODIES IN DIALOGUE:

LGBTQIA+Experience and the Challenges of Intersectionality



Organizers:
Felipe Alves Oliveira
Ronaldo Silva

Organizadores

Felipe Alves Oliveira

Ronaldo Silva

Corpos em Diálogo:

Vivências LGBTQIA+ e os desafios da interseccionalidade



1ª Edição
Foz do Iguaçu
2023

© 2023, CLAEC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. Aplica-se subsidiariamente a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Diagramação: Valéria Lago Luzardo

Capa: Gloriana Solís Alpizar

Revisão: Os organizadores

ISBN 978-65-89284-47-5

DOI: 10.23899/9786589284475

Disponível em: <https://publicar.claec.org/index.php/editora/catalog/book/103>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Corpos em Diálogo [livro eletrônico]: Vivências LGBTQIA+ e os desafios da interseccionalidade / organização Felipe Alves Oliveira, Ronaldo Silva. – Foz do Iguaçu, PR: CLAEC e-Books, 2023. PDF.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-89284-47-5

1. Direitos Humanos. 2. Identidade de gênero. 3. Interseccionalidade. I. Oliveira, Felipe Alves. II. Silva, Ronaldo.

CDD: 300

Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e autoras, incluindo a adequação técnica e linguística.

Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC
Diretoria Executiva

Me. Bruno César Alves Marcelino
Diretor-Presidente

Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo
Diretora Vice-Presidente

Dra. Cristiane Dambrós
Diretora Vice-Presidente

Dr. Lucas da Silva Martinez
Diretor Vice-Presidente

Editora CLAEC

Me. Bruno César Alves Marcelino
Editor-Chefe

Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de
Araújo
Editora-Assistente

Dr. Lucas da Silva Martinez
Editor-Chefe Adjunto

Bela. Valéria Lago Luzardo
Editora-Assistente

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán
Universidad Veracruzana, México

Dra. Marie Laure Geoffray
Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Dra. Ludmila de Lima Brandão
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Djalma Thürler
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo
Universidad de Guadalajara, México

Dr. Daniel Levine
University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Dr. Fabricio Pereira da Silva
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdettaro
Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Susana Dominzain
Universidad de la República, Uruguai

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Suzana Ferreira Paulino
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto
Universidade de Cuiabá, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo
Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

Sumário

Introdução	6
Introduction	10
Dialogue between data science, artificial intelligence and law: Challenges faced by LGBTQIA+ audiences in the field of discriminatory algorithms	14
<i>Aline Pires de Souza Machado de Castilhos, Guilherme Machado de Castilhos, Roberta Eggert Poll</i>	
DOI: 10.23899/9786589284475.1	
A prisão da virilidade: repressões dos desejos emocionais e sexuais de homens homossexuais não assumidos	27
<i>Augusto Ferreira Ramos Filho</i>	
DOI: 10.23899/9786589284475.2	
Transfobia institucional: o caráter contraditório do Estado frente ao acesso à saúde pública por travestis e mulheres transexuais	41
<i>Isabele Barboza Moura</i>	
DOI: 10.23899/9786589284475.3	
O apagamento LGBTQIA+ pelos meios de comunicação	56
<i>Plínio Gevezier Podolan</i>	
DOI: 10.23899/9786589284475.4	
Vivência das Pessoas LGBTI+ na atenção em saúde	71
<i>Igor Marçal Mena, Renata Bellenzani</i>	
DOI: 10.23899/9786589284475.5	
Onde há fendas, faz-se caminhos possíveis: narrativas poéticas de um corpo sapatão, poeta, político e ferido sobre os cursos da vida	95
<i>Maria Lizandra Mendes de Sousa [Liz Mendes], José Ribamar Lopes Batista Júnior [Ribas Ninja]</i>	
DOI: 10.23899/9786589284475.6	
Da “excêntrica vida de Antônia e Wildima” às reflexões sobre a manutenção do modelo hétero-nuclear de família nos cotidianos das instituições de Educação Infantil	103
<i>Marina Canesin, Adilson De Angelo</i>	
DOI: 10.23899/9786589284475.7	
Cidadania, saúde coletiva e território: 12 anos da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais	117
<i>Carlos Guilherme Meister Arenhart</i>	
DOI: 10.23899/9786589284475.8	
Corpos em diálogo: relato de experiência com grupo de apoio às pessoas trans	125
<i>Mariluzza Sott Bender, Eduardo Steindorf Saraiva, Anna Paula Uziel, Suelen Machado de Freitas</i>	
DOI: 10.23899/9786589284475.9	

“Na minha família, não!” – a influência e a utilização de imagens como pulsão para violência do totalitarismo no Brasil	135
<i>Cristiano de Oliveira Sousa</i> DOI: 10.23899/9786589284475.10	
“Ah, tem um momento que é impossível, viver um segredo, algo marginal”: uma leitura etnográfica-cartográfica da(s) micropolítica(s) da saída do armário	147
<i>Jeferson Camargo Taborda, Esmael Alves de Oliveira</i> DOI: 10.23899/9786589284475.11	
Cyber geographies of desire: unveiling identities, nationalities, and gay people representations on the instagram at the imperial caribbean border	163
<i>Felipe Alves Oliveira, Ronaldo Silva</i> DOI: 10.23899/9786589284475.12	
Os desafios da promoção à saúde mental da população LGBTQIAPN+ em meio a COVID-19: um ensaio crítico	176
<i>Cecília Lima Sandoval, Amanda Gonçalves Torres, Yuri Ariel Almeida Harada, Alberto Mesaque Martins</i> DOI: 10.23899/9786589284475.13	
O papel da voz na identidade de gênero	187
<i>Sabrina Silva dos Santos, Carla Aparecida Cielo, Karine Schwarz, Maria Inês Rodrigues Lobato</i> DOI: 10.23899/9786589284475.14	
BALLROOM: performance e resistência LGBTQIAPN+	197
<i>Leticia de Faria Ferreira, Pablo Felipe de Oliveira Sousa</i> DOI: 10.23899/9786589284475.15	
Geopolitics in Gay Advertising via Instagram	209
<i>Felipe Alves Oliveira, Jayme Benvenuto Lima Junior</i> DOI: 10.23899/9786589284475.16	
Desnaturalizando a norma: reflexões sobre uma formação de professores inclusiva e QUEER	232
<i>Jesús Guzmán</i> DOI: 10.23899/9786589284475.17	
“2013: o ano em que o armário ficou vazio”: discursos sobre a homossexualidade na Revista Veja	244
<i>Sabrina Fleck, Priscila Pavan Detoni, Patricia Ketzner</i> DOI: 10.23899/9786589284475.18	
Governabilidade de corpos e Direito à Saúde: uma inferência ao uso de Profilaxia Pré-Exposição (PrEP)	257
<i>Ronaldo Silva, Felipe Alves Oliveira</i> DOI: 10.23899/9786589284475.19	

Introdução

A jornada de escrita coletiva que empreendemos nesta obra é uma exploração profunda e diversificada do complexo panorama que envolve a complexidade e interconectividade dos marcadores de raça, classe, gênero e sexualidade nas diferentes áreas dos saberes. Juntos, estes elementos sugerem uma abordagem inovadora e completa da diversidade das pessoas/organizações LGBTQIAPN+ no fortalecimento dos Direitos Humanos. Essa obra oferece uma abordagem mais direta e desafiante, enfatizando a importância do diálogo e da interseccionalidade na compreensão das experiências e desafios enfrentados pelas pessoas, organizações e organismos LGBTQIAPN+.

Os capítulos que compõem este livro são como janelas que se abrem para revelar as realidades e desafios enfrentados por pessoas LGBTQIAPN+ em várias esferas da sociedade, se colocando a explorar as narrativas LGBTQIAPN+ que se constituem enquanto um lugar/espço de fala, de reconhecimento e de compreensão sobre o corpo, a voz, a narrativa e a luta pela dignidade e igualdade de direitos de todas as pessoas/corpos LGBTQIAPN+, criando um mundo mais inclusivo e aceitável. Esta obra vislumbra um espaço de reflexão, por meio de textos inovadores e perspicazes, como a diversidade de corpos/pessoas LGBTQIAPN+ e os desafios enfrentados por estes corpos ao serem atravessados pelas mais diferentes áreas dos saberes, a exemplo da medicina, da psicologia, da comunicação, da economia, da política, da arte, da mídia, da ciência exata, da saúde, da tecnologia, além do exercício da cidadania em alusão a realização dos Direitos Humanos.

O primeiro capítulo, “*Dialogue between data science, artificial intelligence and law: Challenges faced by LGBTQIA+ audiences in the field of discriminatory algorithms*”, escrito por Aline Pires de Souza Machado de Castilhos (PUC-RS), Guilherme Machado de Castilhos (PUC-RS) e Roberta Eggert Poll (PUC-RS; Faculdade Dom Alberto) promove uma discussão sobre o avanço das novas tecnologias e o desencadeamento de práticas discriminatórias em nossa sociedade, sob a perspectiva do avanço da Revolução 4.0, que apenas consolidou práticas discriminatórias já existentes. Em seguida, o texto “*A prisão da virilidade: repressão dos desejos emocionais e sexuais de homens homossexuais não assumidos*”, escrito por Augusto Ferreira Ramos Filho (UNEAL) analisa como as normas sociais construídas em torno da virilidade e a representação das identidades de gênero masculinas afetam a capacidade dos homens homossexuais não assumidos de expressarem seus desejos emocionais, destacando que a heteronormatividade obrigatória impede as manifestações de masculinidades que não se enquadrem a essa hegemonia.

O capítulo “*Transfobia institucional: o caráter contraditório do Estado frente ao acesso à saúde pública por travestis e mulheres transexuais*”, escrito por Isabele Barboza Moura (UERJ) aponta o papel contraditório do Estado frente à garantia de políticas públicas no campo da saúde e avaliar de que modo o fenômeno da transfobia¹ em seu caráter estrutural e institucional, se materializa no cotidiano da sociedade e impacta diretamente no acesso à saúde pública por travestis e mulheres transexuais. Enquanto, capítulo “*O apagamento LGBTQIA+ pelos meios de comunicação*”, escrito por Plínio Gevezier Podolan (PUC-RS) se coloca analisar como os meios de comunicação influenciam e reforçam as práticas de violências, seja perpetuando preconceitos estigmatizantes, seja invisibilizando as pautas afirmativas e inclusivas da população LGBTQIA+.

Mais adiante, “*Vivência das Pessoas LGBTI+ na atenção em saúde*”, escrito por Renata Bellenzani (UFPR) e Igor Marçal Mena (UFPR), realiza uma inferência sobre políticas para pessoas LGBTI+ que foram instituídas no SUS na última década, realizando uma revisão integrativa para analisar as pesquisas sobre atenção em saúde no SUS, com informantes LGBTI+ (critério de inclusão). Fortalecendo o diálogo, em seguida o texto “*Onde há fendas, faz-se caminhos possíveis: narrativas poéticas de um corpo sapatão, poeta, político e ferido sobre os cursos da vida*”, escrito por José Ribamar Lopes Batista Júnior (CTF/UFPI) e Maria Lizandra Mendes de Sousa (UFPI/CAFS), se coloca a discutir os cursos da vida de um corpo político, poeta, sapatão e ferido, por meio das narrativas de si. Essas narrativas enquanto direito humano criam fendas para construção de mundos possíveis e de sentidos mobilizados pela formação política, social, estética, ética, histórica, emocional e humana da comunidade.

Em seguida, “*Da ‘excêntrica vida de Antônia e Wildima’ às reflexões sobre a manutenção do modelo hétero-nuclear de família nos cotidianos das instituições de Educação Infantil*” escrito por Marina Canesin (UDESC) e Adilson De Angelo (UDESC), assume como temática de estudo a relação entre Educação Infantil e família homoparental, tecendo reflexões sobre a manutenção do modelo hétero-nuclear de família nos cotidianos das instituições de Educação Infantil. Já o texto “*Cidadania, saúde coletiva e território: 12 anos da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais*” escrito por Carlos Guilherme Meister Arenhart (UEL), faz reflexões existenciais sobre o conceito de cidadania na saúde coletiva e seus impactos para a população LGBT+, bem como sua relação com a não materialidade efetiva da Política Nacional de Saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais na saúde coletiva brasileira, propondo interessantes conceitos filosóficos e sociais para compreensão do fenômeno.

Os autores Mariluzza Sott Bender (UNICS), Eduardo Steindorf Saraiva (UNICS), Anna Paula Uziel (UERJ) e Suelen Machado de Freitas (UNICS), no texto *“Corpos em diálogo: relato de experiência com grupo de apoio às pessoas trans”*, apresenta uma análise sobre a intrincada construção da identidade de gênero e suas interseccionalidades a partir das trajetórias e narrativas dos participantes de um grupo de apoio, operativo, voltado às pessoas trans. Enquanto, o *“Na minha família, não!” – a influência e a utilização de imagens como pulsão para violência do totalitarismo no Brasil* escrito por Cristiano de Oliveira Sousa (UFG), aborda a utilização de imagens como pulsão para violência do conservadorismo brasileiro, discutindo o papel da relação sujeito-espectador e ações impulsionadas por violências visuais contra a diversidade de pensamentos imposta por uma política autoritária.

Em seguida, os autores Jeferson Camargo Taborda (UFMS) e Esmael Alves de Oliveira (UFGD), na escrita do texto *“Ah, tem um momento que é impossível, viver um segredo, algo marginal’: uma leitura etnográfica-cartográfica da(s) micropolítica(s) da saída do armário”*, investigam, desde uma abordagem etnográfica e cartográfica, os processos de saída do armário a partir das narrativas de pessoas autodeclaradas gays e lésbicas, em que são apresentados os relatos de três interlocutores/as: uma mulher lésbica branca e dois homens gays pretos. Os resultados evidenciaram que quando o assunto é a saída do armário a dimensão moral se apresenta como um aspecto importante na trajetória dos sujeitos. Já o texto *“Cyber geographies of desire: unveiling identities, nationalities, and gay people representations on the Instagram at the imperial caribbean border”*, escrito por Felipe Alves Oliveira (UFPE) e Ronaldo Silva (UFPR) propõem uma reflexão sobre a intrincada interação da geopolítica que engloba identidades sexuais e nacionais dentro da fronteira imperial do Caribe - abrangendo Cuba, Porto Rico e Flórida - desvendando as narrativas multidimensionais e intrincadas hierarquias de corpos.

Mais adiante, os autores Cecília Lima Sandoval (UFMS), Amanda Gonçalves Torres (UFMS), Yuri Ariel Almeida Harada (UFMS) e, Alberto Mesaque Martins (UFMS), no texto, *“Os desafios da promoção à saúde mental da população LGBTQIAPN+ em meio a COVID-19: um ensaio crítico”*, fazem uma reflexão sobre os desafios e acesso aos cuidados de saúde, e os estilos de vida da população LGBTQIAP+ em meio a COVID-19, mostrando como as consequências do isolamento nesses casos, podem ser o desenvolvimento ou piora da depressão, ideação suicida, além de altos índices de comportamentos de risco à saúde e abuso de substâncias para população LGBTQIAP+. Enquanto, Sabrina Silva dos Santos (UFSM), Carla Aparecida Cielo (UFSM), Karine Schwarz (UFRGS) e Maria Inês Rodrigues Lobato (UFRGS) no texto *“O papel da voz na identidade de gênero”* estabelecem uma reflexão crítica sobre o impacto da voz na identidade de gênero,

mostrando a importância do papel da voz na identidade de gênero e na inserção social e bem-estar das pessoas transgênero.

Já o texto *“Geopolitics in Gay Advertising via Instagram”* escrito por Felipe Alves Oliveira (UFPE) e Jayme Benvenuto Lima Junior (UFPE), analisam os perfis do Instagram com maior número de postagens, especificamente focados em atividades comerciais e vinculados às hashtags *#gaypuertorican* e *#gaycuban*, objetivando demonstrar como a nacionalidade experimental (Grimson, 2007) de ambos os espaços nacionais desempenha um ponto de referência importante na criação de anúncios direcionados ao público gay do Instagram, contribuindo para o fetichismo em relação às minorias étnicas e à subalternidade no caso porto-riquenho e aos valores de saúde e cuidados ligados ao soft power nacional cubano no segundo caso. Enquanto o autor Henryerson Jesus Angulo Guzman (UnB), na escrita do texto *“Desnaturalizando a norma: reflexões sobre uma formação de professores inclusiva e QUEER”*, a partir de uma perspectiva queer, coloca em discussão a desconstrução da escola como um instrumento disciplinar e o papel da língua(gem) nesse processo, com a intenção de propor uma formação de professores mais abrangente e focada na justiça social.

Já as autoras Sabrina Fleck (PUC-RS), Priscila Pavan Detoni (UFFS) e Patricia Ketzer (UPF) no texto *“2013: o ano em que o armário ficou vazio’: discursos sobre a homossexualidade na Revista Veja”*, fazem uma reflexão sobre as condições de possibilidade para a emergência de discursos distintos sobre a homossexualidade, que constituem formas de subjetivação, aparecendo em uma mesma época e mídia, como foram os casos da “cura gay” e da resolução que favoreceu o casamento entre pessoas do mesmo sexo. E finalizando, o texto *“Governabilidade de corpos e Direito à Saúde: uma inferência ao uso de Profilaxia Pré-Exposição (PrEP)”* escrito por Ronaldo Silva (UFPR) e Felipe Alves Oliveira (UFPE), estabelece uma reflexão crítica sobre como o Direito à Saúde pode ser referenciado enquanto um espaço de Governabilidade do Estado sob corpos LGBT, o qual opera por meio da *práxis* do biopoder, na configuração do corpo e da vida, representando um objeto de poder do Estado sobre as pessoas.

Por fim, essa obra oferece uma rica composição de pesquisas, análises e reflexões, proporcionando insights valiosos sobre o mundo multifacetado das experiências LGBTQIA+ e os desafios enfrentados. Cada capítulo é uma contribuição única para a nossa compreensão coletiva, e esperamos que este livro estimule o diálogo, inspire pesquisas adicionais e promova a inclusão e aceitação em nosso mundo. Convidamos você a embarcar nesta jornada intelectual conosco, à medida que buscamos aprofundar nossa compreensão e contribuir para um mundo mais justo e inclusivo para todos.

Introduction

The collective writing journey we embark on in this work is a deep and diverse exploration of the complex landscape that involves the intricacies and interconnectedness of race, class, gender, and sexuality markers in various areas of knowledge. Together, these elements suggest an innovative and comprehensive approach to the diversity of LGBTQIAPN+ individuals/organizations in strengthening Human Rights. This work offers a more direct and challenging approach, emphasizing the importance of dialogue and intersectionality in understanding the experiences and challenges faced by LGBTQIAPN+ individuals, organizations, and entities.

The chapters that make up this book are like windows that open to reveal the realities and challenges faced by LGBTQIAPN+ individuals in various spheres of society, as they delve into LGBTQIAPN+ narratives that constitute a space for expression, recognition, and understanding of the body, voice, narrative, and the struggle for dignity and equal rights for all LGBTQIAPN+ individuals/bodies, creating a more inclusive and accepting world. This work envisions a space for reflection through innovative and insightful texts, such as the diversity of LGBTQIAPN+ bodies/people and the challenges they face when intersecting with various areas of knowledge, including medicine, psychology, communication, economics, politics, art, media, exact science, health, technology, as well as citizenship in relation to the realization of Human Rights.

The first chapter, *“Dialogue between data science, artificial intelligence, and law: Challenges faced by LGBTQIA+ audiences in the field of discriminatory algorithms”*, written by Aline Pires de Souza Machado de Castilhos (PUC-RS), Guilherme Machado de Castilhos (PUC-RS), and Roberta Eggert Poll (PUC-RS; Faculdade Dom Alberto), discusses the advancement of new technologies and the triggering of discriminatory practices in our society from the perspective of the Fourth Industrial Revolution, which only consolidated existing discriminatory practices. Next, the text *“The imprisonment of virility: repressions of emotional and sexual desires of unacknowledged homosexual men”*, written by Augusto Ferreira Ramos Filho (UNEAL), analyzes how social norms constructed around virility and the representation of masculine gender identities affect the ability of unacknowledged homosexual men to express their emotional desires, highlighting that mandatory heteronormativity prevents manifestations of masculinities that do not conform to this hegemony.

The chapter *“Institutional transphobia: the contradictory nature of the State in relation to access to public health for transvestites and transgender women”* written by Isabele Barboza Moura (UERJ), points out the contradictory role of the State in ensuring

public policies in the field of health and evaluates how the phenomenon of institutional transphobia manifests itself in society's daily life and directly impacts access to public health for transvestites and transgender women. Meanwhile, the chapter "*The erasure of LGBTQIA+ by the media*" written by Plínio Gevezier Podolan (PUC-RS), analyzes how the media influences and reinforces practices of violence, either by perpetuating stigmatizing prejudices or by making affirmative and inclusive LGBTQIA+ issues invisible.

Further on, "*Experiences of LGBTI+ People in Healthcare*" written by Renata Bellenzani (UFPR) and Igor Marçal Mena (UFPR), infers about policies for LGBTI+ individuals that have been implemented in the Brazilian Unified Health System (SUS) in the last decade, conducting an integrative review to analyze research on healthcare in SUS with LGBTI+ informants (inclusion criteria). Strengthening the dialogue, the following text, "*Where there are gaps, possible paths are made: poetic narratives of a sapphic, poet, political, and wounded body throughout life*", written by José Ribamar Lopes Batista Júnior (CTF/UFPI) e Maria Lizandra Mendes de Sousa (UFPI/CAFS), discusses the life course of a political, poet, sapphic, and wounded body through self-narratives. These narratives, as a human right, create gaps for the construction of possible worlds and meanings mobilized by the political, social, aesthetic, ethical, historical, emotional, and human formation of the community.

Next, "*From the 'eccentric life of Antônia and Wildima' to reflections on the maintenance of the heteronuclear family model in the daily life of Early Childhood Education institutions*" written by Marina Canesin (UDESC) and Adilson De Angelo (UDESC), explores the relationship between Early Childhood Education and same-sex families, reflecting on the maintenance of the heteronuclear family model in the daily life of Early Childhood Education institutions.

The text "*Citizenship, public health, and territory: 12 years of the National Comprehensive Health Policy for Lesbians, Gays, Bisexuals, Travestis, and Transsexuals*" written by Carlos Guilherme Meister Arenhart (UEL) reflects on the concept of citizenship in public health and its impacts on the LGBT+ population, as well as its relationship with the actual materiality of the National Comprehensive Health Policy for lesbians, gays, bisexuals, travestis, and transsexuals in Brazilian public health, proposing interesting philosophical and social concepts for understanding the phenomenon.

The authors Mariluz Sott Bender (UNICS), Eduardo Steindorf Saraiva (UNICS), Anna Paula Uziel (UERJ), and Suelen Machado de Freitas (UNICS) present an analysis of the intricate construction of gender identity and its intersections based on the

trajectories and narratives of participants in a support group for transgender people in the text *“Bodies in dialogue: an experience report with a transgender support group”*.

Meanwhile, *“In my family, not this!’ – the influence and use of images as a drive for violence in Brazilian conservatism”* written by Cristiano de Oliveira Sousa (UFG), discusses the use of images as a driver of violence in Brazilian conservatism, exploring the role of the subject-spectator relationship and actions driven by visual violence against diversity of thought imposed by an authoritarian politics.

Next, authors Jeferson Camargo Taborda (UFMS) and Esmael Alves de Oliveira (UFGD), in their text *“Oh, there's a moment that is impossible, living a secret, something marginal’: an ethnographic-cartographic reading of the micropolitics of coming out”* investigate the processes of coming out through ethnographic and cartographic approaches, presenting the narratives of three interlocutors: a white lesbian woman and two black gay men. The results highlight that when it comes to coming out, the moral dimension plays an important role in the subjects' trajectories.

The text *“Cyber geographies of desire: unveiling identities, nationalities, and gay people representations on Instagram at the imperial Caribbean border”* written by Felipe Alves Oliveira (UFPE) and Ronaldo Silva (UFPR), offers a reflection on the intricate interaction of geopolitics involving sexual and national identities within the imperial Caribbean border, encompassing Cuba, Puerto Rico, and Florida. It unveils multidimensional narratives and intricate hierarchies of bodies.

Further on, authors Cecília Lima Sandoval (UFMS), Amanda Gonçalves Torres (UFMS), Yuri Ariel Almeida Harada (UFMS), and Alberto MESAQUE Martins (UFMS), in their text, *“The challenges of promoting mental health for the LGBTQIAPN+ population amid COVID-19: a critical essay”* reflect on the challenges and access to healthcare and lifestyles of the LGBTQIAP+ population during COVID-19, showing how the consequences of isolation in these cases can lead to the development or worsening of depression, suicidal ideation, and high rates of health risk behaviors and substance abuse among the LGBTQIAP+ population.

Meanwhile, Sabrina Silva dos Santos (UFSM), Carla Aparecida Cielo (UFSM), Karine Schwarz (UFRGS), and Maria Inês Rodrigues Lobato (UFRGS) in the text *“The role of voice in gender identity”* critically reflect on the impact of voice on gender identity, emphasizing the importance of voice in gender identity and the social integration and well-being of transgender individuals.

The text *“Geopolitics in Gay Advertising via Instagram”* written by Felipe Alves Oliveira (UFPE) and Jayme Benvenuto Lima Junior (UFPE), analyzes Instagram profiles

with the highest number of posts, specifically focused on commercial activities and linked to hashtags #gaypuertorican and #gaycuban. It aims to demonstrate how the experimental nationality (Grimson, 2007) of both national spaces plays a significant reference point in creating advertisements targeted at the gay Instagram audience, contributing to fetishization of ethnic minorities and subalternity in the Puerto Rican case, and to values of health and care associated with Cuban national soft power in the second case.

The author Henyerson Jesus Angulo Guzman (UnB), in the text “*Denaturalizing the norm: reflections on inclusive and QUEER teacher education*” from a queer perspective, discusses the deconstruction of school as a disciplinary instrument and the role of language in this process, with the intention of proposing a more comprehensive and socially just teacher education.

Finally, authors Sabrina Fleck (PUC-RS), Priscila Pavan Detoni (UFFS), and Patricia Ketzner (UPF) in the text “*2013: the year the closet was empty: discourses on homosexuality in Veja Magazine*” reflect on the conditions that allowed for the emergence of different discourses on homosexuality, constituting forms of subjectivity that appeared in the same period and media, such as the “gay cure” and the resolution that favored same-sex marriage.

Concluding, the text “*Governance of bodies and the Right to Health: an inference to the use of Pre-Exposure Prophylaxis (PrEP)*” written by Ronaldo Silva (UFPR) and Felipe Alves Oliveira (UFPE), offers a critical reflection on how the Right to Health can be referenced as a space of State governance over LGBT bodies, operating through the praxis of biopower, in the configuration of the body and life, representing an object of State power over people.

This book offers a rich tapestry of research, analysis, and reflection, providing valuable insights into the multifaceted world of LGBTQIA+ experiences and the challenges faced. Each chapter is a unique contribution to our collective understanding, and we hope this book sparks dialogue, inspires further research, and fosters inclusivity and acceptance in our world.

In the following chapters, you will find more explorations and insights into the diverse and complex issues surrounding LGBTQIA+ individuals and communities, as well as their interactions with various aspects of society and knowledge. We invite you to embark on this intellectual journey with us, as we seek to deepen our understanding and contribute to a more just and inclusive world for all.

Dialogue between data science, artificial intelligence and law: Challenges faced by LGBTQIA+ audiences in the field of discriminatory algorithms

Aline Pires de Souza Machado de Castilhos^{*}

Guilherme Machado de Castilhos^{**}

Roberta Eggert Poll^{***}

Introduction

Prometheus, a crucial character in Greek mythology, is seen as both a deity and a miscreant. According to myth, he was a titan who, for stealing fire from the gods and delivering it to mankind, was severely punished by Zeus. Prometheus' transgression against the Olympian gods, however, had a purpose beyond this: to enlighten mankind by means of the gift of intelligence, that is, the rational mind. This is the basis of the story of Eden and appears in the books of Dante and Milton.

Artificial intelligence, in its umbilical related interest to Prometheus' gift, has been applied to all areas of his legacy - engineering, biology, medicine, psychology, astronomy, law - and the many areas of scientific endeavor that not even Aeschylus could have imagined.

^{*} Doutoranda e mestre em Ciências Criminais pela PUC/RS. Especialista em Política Criminal e Direitos Humanos pela UFRGS. Pós-graduada pela Ajuris. Professora Titular de Direito Penal e Psicologia Jurídica na UNIFTEC. Professora convidada do CJED - Centro de Estudos do Poder Judiciário. Pesquisadora e Funcionária Pública do TJRS.

E-mail: alinepirescastilhos@gmail.com

^{**} Doutor e Mestre em Ciência da Computação pela PUC/RS. Engenheiro da Computação pela PUC/RS. Chefe da Segurança da Informação na Câmara de Vereadores de Gravataí. Palestrante e conferencista.

E-mail: guilhermecastilhos@gmail.com

^{***} Doutora em Direito pela PUC/RS. Mestre em Ciências Criminais pela PUC/RS. Especialista em Direito Público pela UNESA/RJ. Bacharela em Direito penal UNESA/RJ. Advogada Criminalista sócia-fundadora da Poll Advocacia. Professora de Direito Penal e Criminologia na Faculdade Dom Alberto.

E-mail: roberta.poll@hotmail.com

On the other hand, artificial intelligence has been described, and in a way “attacked”, as a disruption in the field of law and the various legal professions. This is because, by proving to be disruptive, AI has modified not only the ways of thinking, but the daily life of legal professionals, who find themselves at a crossroads between digital literacy and adaptation to new technologies, or remaining in ostracism and manufacturing that is counterproductive to the goals and needs of the new times.

AI in the field of law includes approaches such as natural language processing, i.e., the ability of natural communication between man and machine, (better known as the Turing Test), the concept of machine learning, with exponential improvements in terms of algorithmic predictions, and of course, the reasoning, planning, communication, and perception extracted from big data.

Just the terminology exposed in the first paragraphs of this text already points to the interdisciplinary between computer sciences, robotics, information technology and Law. In other words, the operators of Law in the last five years have needed to modify their ways of thinking effectively, acting and working, in face of this contemporary technological world.

Normally, an AI system receives a training set of data about the subject and its algorithms identify the relationships between the data. This “training” can be based on humans correcting the machine's responses (supervised learning) or simply by the system responding to feedback from its environment (unsupervised learning).

Whether the activity is assisted by a human being or not, it is certain that all these innovations point to the discussion about the use, regulation, risks and damages that may be caused by the implementation of artificial intelligence systems in Law. In this area, the research problem seeks to answer the following question: is it possible for discriminatory programming to emerge even without human intervention or is the algorithm segregating because we (human beings) are so, reflecting the very structure of Brazilian society?

The goal of the research is to analyze how the technological revolution is capable of contributing to the social and economic development of the country, attending to human rights and mitigating possible biases and negative heuristics in the use of AI systems in Law, as well as verifying how the advance of Revolution 4.0 only consolidated discriminatory practices against the LGBTQIA+ public, already existing in our society.

The research problem interconnects notions of Law and Cybernetics, hence one of the driving methods of the research is the dialectical one. The structuralist method

of procedure was also used to construct the text, and the open systematic method of interpretation. Finally, the research, as to its nature, was theoretical, with the revision of the bibliography (national and foreign) on the theme, aiming to build and base the theoretical referential for a systemic interpretation of the Law.

The paper is structured as follows: first, an analysis of the contemporary Brazilian legal system will be made, starting with the emergence of the information age and, more specifically, with the advent of artificial intelligence. Then, the specific issue of the non-existence of discriminatory algorithms will be addressed. The third topic will emphasize the need for the “construction” of and discriminatory technologies. At the end, the conclusions of the research are drawn.

Understanding the information age and the advent of artificial intelligence in law

Contemporary conceptions of state theories have been converging toward an interventionist model¹, especially after World War II², through which state intervention in the economic sphere is regulated³. This view has been based on an analysis of the Law that has as its etiological framework the principles and rules of an economic

¹ Norberto Bobbio has long maintained that: “it is superfluous to add that the recognition of social rights raises, in addition to the problem of the proliferation of the rights of man, problems much more difficult to solve [...]: it is that the protection of the latter requires an active intervention by the State, which is not required by the protection of the rights of liberty, producing that organization of public services from which was born even a new form of State, The Social State” (Bobbio, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 72).

² Manoel Pedro Pimentel assured that: “although the Brazilian Constitutions traditionally followed the legal and political guidelines of the individualist-liberal State, in the discipline of the economic order, it is undeniable that state interventionism progressed sharply from the Constitution of 1934. Now, this intervention and mediation could not be made ad libitum, lacking norms limiting rights and duties. This is how the laws regulating the state's economic policy emerged, in confrontation with the equated public and private interests. The special nature of these norms distinguished them from the other common rules of civil law, such as a simple purchase and sale; of commercial law, such as a mere shipping contract; of administrative law, such as the holding of a public bidding process; and of criminal law, such as the typification of theft or document forgery. Thus, the Economic Law was born, as a new branch, connected, it is true, to the trunk from which it sprang, but with its own characteristics” (Pimentel, Manoel Pedro. *Direito Penal Econômico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973, p. 7).

³ On this point, Luciano Feldens argues that: “while the state intervention in the economy shows itself, nowadays, as an imperative need, reducing the discussion to the limits of extent and depth of this state action” (Feldens, Luciano. *Tutela penal de interesses difusos e crimes do colarinho branco: por uma relegitimação da atuação do Ministério Público: uma investigação à luz dos valores constitucionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002, p. 119).

nature, whose main objective is linked to the need to establish “economic policy measures of social interest”⁴.

The eminently active role of the state in private relations developed in post-industrial society, as economic power “became more and more determined in political decisions and more and more decisive in the choices that condition the life of every man”⁵. On the other hand, structural changes in the globalized society ended up implying a range of new social conflicts, not adequate to the traditional dogma and, therefore, lacking an effective social control strategy, since science was not able to anticipate its effects⁶.

Within these behavioral changes of post-modern society is the period called the Information Age (informational society)⁷ as being the one that emerged after the Industrial Age period, in the eighties, with the inventions of the microprocessor, computer networks, fiber optics and the personal computer⁸.

⁴ Dotti, René Ariel. *Curso de Direito Penal: parte geral*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 106.

⁵ Bobbio, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 34.

⁶ Daniel Leonhardt assures that: “when considering illicit conducts by means of information technology, we verify the possibility of injury to other legal goods. Thus, one can speak of conducts directed at reaching not only those values that already enjoy legal protection, such as life, physical integrity, property, public faith, but also stored information (data), the security of computer or telecommunications network systems.” (Santos, Daniel Leonhardt dos. *Crimes de informática e bem jurídico-penal: contributo à compreensão da ofensividade em direito penal*. 2014. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre: 2014, p. 86).

⁷ Carlos Alberto assures that: “the field of scientific and technological information is the pioneer of Information Science precisely because it was already placed as a theme since its precursor manifestations. The theme of scientific production was the keynote of the discussions about information. This fact led to a widespread understanding that Information Science was, in fact, the Science of Scientific Information. This vision had important manifestations in England, in the United States and in the Soviet Union (Mueller, 2007), associated with two concrete problems: the need, on the part of scientists, for access to information, research results, documents, with efficiency and speed; and the phenomenon of the information explosion, notably the explosion of information in science and technology, making it increasingly difficult for scientists to keep up with the evolution of knowledge in their own field. These two concrete problems make themselves felt in a very particular context: the importance that scientific and technological activities gain, especially in the post-war period, understood as a fundamental condition to ensure the hegemony of countries in the case of military conflicts and even in the economic-industrial plan” (Araújo, Carlos Alberto Ávila. *Fundamentos da ciência da informação: correntes teóricas e o conceito de informação. Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, ano 4, n. 1, p. 57-79, maio/ ago. 2014.

⁸ Crespo, Marcelo Xavier de Freitas. *Crimes digitais*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 25.

The informational society has come to demand knowledge as a resource, a condition for productivity, since scientists have come to need more and more information with speed, quality, and accuracy. As Daniel Leonhardt says:

The new social reality provided by information technology has introduced social spaces and spheres of virtualization that not only simulate reality, but also replace it in several cases - as can be seen in the transformation of information storage - has created values that were unknown to the individual at the time and that, over the years, have assumed important relevance in the daily life of the human being. The emergence of cyberspace is a reality, there is no denying it, and, with the growing importance that this reality assumes, the law can no longer relegate it [sic] to the background. We understand that, due to the legal-social changes developed by the technological increment, with the insertion of information technology and the internet and the consequent change in personal, cultural and social development spaces, information technology has assumed an important role in human life. [...] The information of a company stored in a computer device, the personal photos of a person stored in his cell phone, or even the very system that carries out the operations of a company have risen to the category of values endowed with penal dignity and with axiological-legal-constitutional consistency. The information and the internet are a reality and the information, the data and the system itself represent a necessary value of protection that should be recognized by Criminal Law⁹ (free translation).

While research into the informational age is a product of more recent times, evidently science has long sought to understand thought form, that is, how a “mere handful of matter can perceive, understand, predict, and manipulate a world much larger and more complicated than itself”¹⁰. As a rule, the human species is often referred to as homo sapiens - wise man - because our intelligence is what differentiates us from others. The field of Artificial Intelligence, also called AI, goes much further: It tries not only to study the form of thought, but also to build intelligent entities¹¹.

⁹ Santos, Daniel Leonhardt dos. *Crimes de informática e bem jurídico-penal: contributo à compreensão da ofensividade em direito penal*. 2014. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre: 2014, p. 86.

¹⁰ Russel, Stuart; Norving, Peter. *Inteligência Artificial*. Tradução de Regina Célia Simille. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013, p. 3.

¹¹ The question of establishing a concept of Artificial Intelligence goes through the analysis of two fundamental characteristics: behavior and reasoning. The first approach is centered on the analysis of human beings, that is, AI would be an empirical science, which involves hypotheses and experimental (behavioral) confirmation. Hence, Bellman states that AI would be an “approach to activities that we associate with human thinking, activities such as decision-making, problem solving, learning...” See at: Bellman, Richard Ernest. *An Introduction to Artificial Intelligence: can computers think?* San Francisco: Boyd & Fraser Publishing Company, 1978. There are, however, those who prefer to adopt a rationalist

Scholars of Artificial Intelligence have sought, therefore, to elucidate the question of machines thinking and acting autonomously from another angle. Alan Turing, centuries after the philosophical studies on reason and thought by Aristotle, Ramon Lull, among others, suggested that instead of investigating the possibility that machines could think, the correct thing to do would be to question whether machines could pass a behavioral intelligence test, which came to be called the “Turing Test”¹².

The test comprises having a program carry on a conversation (via typed messages online) with an interrogator for five minutes. The interrogator must then guess whether he had the conversation with a computer program or a natural person; the computer program would pass the test if it deceived the interrogator for thirty percent (30%) of the time. Turing assured, around the 2000s, that a computer with relatively small storage space could be programmed effectively to pass the test without major difficulty. It was shown, at the time, that many people were deceived, not knowing whether the conversation had been developed with the computer program or with a human individual, to prove in a pioneering way the construction of intelligent systems¹³.

The results of the Turing test demonstrate the difficulty that the operator of the Law will have in establishing, in a concrete case, what was the autonomous activity developed by the computer and what was the effective human contribution to the consummation of any discrimination.

In this context, numerous questions arise: would it be possible for machines to act intelligently, in a way similar to people and, if this really happened, would such machines necessarily have conscious minds? What would be the ethical and moral implications of creating intelligent systems? Moreover, who would be held responsible if discriminatory or racist algorithms were created?

The verification of the existence of discriminatory programming, a violator of fundamental rights that, to a large extent, cannot be reached by the State, leads to the discussion of the Democratic State of Law, as the existing proposals to fight against it imply the abandonment of the citizen's guarantees. Given this, it is of capital importance to analyze and redefine the meaning and limits of Law, as well as the role

approach, which involves the combination of mathematical and engineering factors. In this sense, Winston points out, AI would be "the study of computations that make it possible to perceive, reason, and act. See in: Winston, Patrick Henry. *Artificial Intelligence*. 3. ed. Addison-Wesley, 1992. both characteristics have been followed for the study of Artificial Intelligence, each by different people with different methods.

¹² Turing, Alan. *Computing Machinery and Intelligence*. Mind, Oxford, ano 59, n. 236, p. 433-460, out. 1950.

¹³ Turing, Alan. *Computing Machinery and Intelligence*. Mind, Oxford, ano 59, n. 236, p. 433-460, out. 1950.

and interests of the State in private relations developed through Artificial Intelligence in an informational society.

From this, there is a series of issues that must be discussed, such as, for example, the effectiveness that is expected from Law, when society brings new issues in the light of an informational age that still walks in short steps and, in strict contact with reality is linked to its dynamism, wanting to be, as Winfried Hassemer said, “an instrument of effective problem solving”, but not admitting “to be questioned in its efficiency”¹⁴.

A good part of the decisions that are made in intimate life and also in law cannot be explained purely by the logic of rationality, to the extent that we are human beings and, as such, filled with cognitive, sentimental, and manufacturing limitations. “We don't have the time, disposition, interest or even the capacity to understand the world that we apparently see through our eyes”.

It would be arduous, when faced with each specific case, to analyze all the implications, pros and cons, pondering and organizing our thoughts until we reach the best resolution of the demand. This is why we adopt biases and heuristics. We operate in such a way whether we are facing a lawsuit, choosing a new home, buying a piece of furniture, or even developing a new technology.

Therefore, the creation of new technologies must always be guided by the parameters outlined by the Federal Constitution, especially those entitled fundamental rights, so that in case of a clash of the intelligent system with the dignity of the human person we will always be left with the latter.

Algorithms are neutral! It is people who are discriminatory

A few years ago, a video went viral on the internet unveiling an automatic soap dispenser (by scanner) that released the product only when it identified a white hand. It is this distorted form of racist reality that sets the standard of what would be universally accepted and correct, maintaining relations of power and domination based on colonialism, which continues to be applied and disseminated, even in the information society.

In times of profound inequalities and intolerance, computer scientist Joy Buolamwini presents herself as one of the great names in this struggle. “Algorithmic

¹⁴ Hassemer, Winfried. *História das ideias penais na Alemanha do pós-guerra*. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1995, p. 81.

bias, like human bias, results in injustice. However, algorithms can spread prejudice on a large scale at an accelerated pace”¹⁵.

Discriminate algorithms are developed by (human) programmers from the combination of two elements: database plus election. Explained: for a facial recognition program, for example, the software uses a database, as well as machine learning, to determine what would or would not be a face. If the programming is fed only with faces of white individuals, the algorithm will learn that this is the correct definition of a face, excluding, a priori, images of black, brown or indigenous individuals. Thus, when the algorithm encounters a photo/image of a black person, it will not recognize that there is a “human” face, generating biased, prejudiced and discriminatory programming.

The fourth Industrial Revolution has directly impacted Law, and the changes will get bigger, more intense, and deeper as the years go by. “Humans are no longer, in principle, the only source of creative work”¹⁶.

On the other hand, information technology scientists point out that there is no such thing as a “discriminatory algorithm”, what would exist is a large database (which feeds back into it) and the respective numbers and access patterns, which can deliver a targeted search. To better understand the theme, we will use partisan ideology to explain: if an individual consumes only products from the Workers Party (PT), the AI will never deliver to him articles, news, sites, or inputs related to the Social Liberal Party (PSL), because this is not the user's search pattern. In other words, the AI will always analyze the product according to the searcher's profile. The same reasoning would apply for content developed for white and black individuals. A white woman with straight, blond hair will never consume, on the Internet, beauty products targeted at afro hair, so the AI will never deliver this kind of information to her. Thus, the algorithm could only be considered discriminatory against the LGBTQIA+ population, by this bias, if we think about the possibility of it limiting the scope of information and not because it was fed or built to be discriminatory and segregating.

The fact is that, in spite of the great digital advances that have democratized access to information and changed the deepest structures of our society, there are still problems that deserve a practical and theoretical deepening: structural violence, for example, which leaves marks not only on the human body, but also on the mind and

¹⁵ Available at:

https://www.ted.com/talks/joy_buolamwini_how_i_m_fighting_bias_in_algorithms#t-480128.

¹⁶ Hristov, Kalin. Artificial Intelligence and the Copyright Dilemma. *IDEA: The IP Law Review*, v. 57, n. 03, p. 431-454, maio 2017.

spirit, is even more present from the standpoint of information, since it gives a voice to all groups, including those of a racist nature. In this view, it is important to emphasize that cultural violence makes direct or structural violence seem right, or at least, not so wrong, a process in which it becomes legitimate and acceptable by society as a whole¹⁷.

Furthermore, cultural convictions with regard to the technological superiority of some countries and discrimination against indigenous cultures, for example, are warnings that there may be cultural violence, which is not a novelty, since this model can be identified in the processes of colonization, where individuals are turned into slaves by people considered superior in their culture¹⁸. In any case, shifting the responsibility to technology for our involution as a society, to racism, to discrimination against LGBTQIA+ people, communities and organizations, and to the structures that keep cultural violence alive, is a comfortable but overly simplistic answer that hides the real problem.

Moreover, it is necessary to remember that algorithmic rationality is guided only by the commercial and financial interests of large companies, which operate according to a single point of view: profit. There are no other interests at stake in a market that feeds on capital. Based on this reasoning, in order to keep people consuming from the world wide web, and thus connected for as long as possible, I cannot offer them anything other than what they most desire, and, with the immense load of information that reaches the processing of billions of algorithms per second, there is only one certainty: it will hit the consumer's preference. The algorithm knows you are racist, even if you are not aware of it.

Discrimination against LGBTQIA+ people is a reflection of an institutionalized structural violence and an internalized cultural violence, and it only reproduces its logic in social networks. In other words, we cannot transfer to the algorithm a responsibility that is ours. The algorithm is only the reflection of our predilections, of our thinking, and, primarily, of our culture.

Discrimination is everywhere, manifesting itself in our social choices, materialized in the absence of affirmative policies that aim to solve the problem, and perfected in a criminal justice system guided by selectivity, which is operated on a rationality of inequality, property and power relations, in which criminal offenses focus on the

¹⁷ Baratta, Alessandro. Derechos humanos – entre violencia estructural y violencia penal. *Revista IIDH – Instituto Interamericano de Derechos Humanos*, San Jose da Costa Rica, n. 11, p. 11-28, jan-jun, 1990.

¹⁸ Lböhlm, María Laura. *The crime of maldevelopment- economic deregulation and violence in the global south*. London: Routledge, 2019. p. 13-62 (Part I).

poorest and most vulnerable, and especially on young blacks. And if our lives follow such an order of coherence, why would social networks, operated by the same people imbued and flooded with a racist and discriminatory perspective, be oblivious to this logic?

We need to stop treating the digital world as a separate environment, alien to reality. We need to stop the process of looking for culprits and enemies, and take our share of the blame. We need to assume ourselves as biased, segregating, and discriminating individuals. The digital environment is part of our lives, and therefore, reflects exactly the mirror of our society, and if we want to eradicate the institutionalized effectively and racist-based structures that permeate the logic of our existence, the change needs to be solid and structural. If we don't, we will continue to search for the guilty, and with merely symbolic solutions.

Conclusion

To strip away the Law, from a critical perspective as a tool for the transformation of social reality - demarcated by the recognition of the weakness of certain groups in society - is to remember Vladimir Lenin, who stated that a revolutionary practice cannot give up a revolutionary theory. Thus, the problem of discriminatory tensions in current Brazilian society - rooted in the maintenance of inequalities and exclusions, due to its discriminatory structure - implies rethinking beyond a system of oppression, whose purpose is to deny rights - the new directions of Law, from the emergence of Revolution 4.0, as well as the development of new technologies with exponential probability of maintaining this segregating structure¹⁹.

For years, the debate about racism as a fundamental structure of social relations has been held by those who defend the existence of a system of oppression that creates inequalities, denies fundamental rights, maintains a white supremacy in power, and generates a chasm between all who makeup the Brazilian nation²⁰. Therefore, it is affirmed beforehand that the argument proposed here is incipient in the space of justice, demanding much reflection and, above all, a kind of bravery.

Every day news is broadcasted about the use of new technologies with discriminatory biases against the LGBTQIA+ population. Social networks have already been execrated for what has been called algorithmic discrimination, when automated systems are affected by biased information that feeds their functioning. If algorithms

¹⁹ Almeida, Silvio Luiz. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 19.

²⁰ Ribeiro, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 7.

are built from reality data, there is nothing more concrete than the possibility of programming being biased towards a certain element/aspect, generating prejudice, as well as the maintenance of a system of subordination and inferiorization previously existing in Brazilian society²¹.

Within this context, the present essay was inserted, and its objective was to analyze how the advancement of Revolution 4.0 only consolidated discriminatory practices already existing in our society. In other words, we cannot blame intelligent devices, which are neutral, when, in fact, the digital environment is part of our lives, and therefore, reflects exactly the mirror of our society, which is discriminatory and racist.

Once the initial questioning was presented, it was listed, as objectives, that there is no influence on the part of programmers or software developers in the construction of discriminatory algorithms, insofar as, by the study carried out, it was possible to verify that new technologies deliver what the user consumes most; therefore, the problem should be displaced to the user and not the algorithm itself.

It was concluded, therefore, that although there is a discriminatory reality that sets the standard of what would be universally accepted and correct, maintaining relations of power and domination based on colonialism, which continues to be applied and spread, including in the information society, information technology scientists point out that there is no such thing as a “discriminatory algorithm”.

What there would be is a large database (that feeds back into itself) and the respective access numbers and patterns, which can deliver a targeted search. In any case, transferring the responsibility for our involution as a society, to discriminatory practices and structures that keep cultural violence alive, to technology, is a response, although comfortable, too simplistic, that hides the real problem: we are a society that discriminates against the different.

²¹ Manfio, Edio Roberto. Robôs de conversação e o ethos. *Veritas: Porto Alegre*, v. 64, n. 02, p. 1-17, abr./jun. 2019, p. 3-4.

References

- ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AROCENA, Felipe; SANSONE, Sebastián. ¿Hámsteres en la rueda? Aceleración y cuarta revolución industrial. **Civitas**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 221-233, maio/ago. 2020.
- BALDWIN-RAGAVEN, Laurel; LONDON, Lesley; DU GRUCHY, Jeanelle. **An ambulance of the wrong colour: health professionals, human rights and ethics in South Africa.** Juta and Company Limited. 1999.
- BARATTA, Alessandro. Derechos humanos – entre violencia estructural y violencia penal. **Revista IIDH – Instituto Interamericano de Derechos Humanos**, San Jose da Costa Rica, n. 11, p. 11-28, jan./jun. 1990.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DAVIS, E. Anthony. The future of law firms (and lawyers) in the age of artificial intelligence. **Revista Direito FGV**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 1-13, jan./abr. 2020.
- HRISTOV, Kalin. Artificial Intelligence and the Copyright Dilemma. **IDEA: The IP Law Review**, v. 57, n. 03, p. 431-454, maio 2017.
- LBÖHM, Maria Laura. **The crime of maldevelopment- economic deregulation and violence in the global south.** London: Routledge, 2019. p. 13-62 (Part I).
- LENIN, Vladimir. “Carta aos camaradas”. In: ZIZEK, Slavoj (Org.) **Às portas da Revolução: escritos de Lenin de 1917.** Trad. de Daniela Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 149-165.
- MANFIO, Edio Roberto. Robôs de conversação e o ethos. **Veritas: Porto Alegre**, v. 64, n. 02, p. 1-17, abr./jun. 2019.
- MIRANDA, Pedro Fauth Manhães; SCHNEIDER, Camila Berlin. Vigilância e segurança pública preconceitos e segregação social ampliados pela suposta neutralidade digital. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-22, jan./dez. 2020.
- PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você.** Trad. Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ROSA, Alexandre Morais da. **Teoria dos jogos e processo penal: a short introduction.** 4. ed. Florianópolis: Ematis, 2020.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- PIMENTEL, Manoel Pedro. **Direito Penal Econômico.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

Corpos em Diálogo: Vivências LGBTQIA+ e os desafios da interseccionalidade

Dialogue between data science, artificial intelligence and law: Challenges faced by LGBTQIA+ audiences in the field of discriminatory algorithms

DOI: 10.23899/9786589284475.1

FELDENS, Luciano. **Tutela penal de interesses difusos e crimes do colarinho branco**: por uma relegitimação da atuação do Ministério Público: uma investigação à luz dos valores constitucionais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

SANTOS, Daniel Leonhardt dos. **Crimes de informática e bem jurídico-penal**: contributo à compreensão da ofensividade em direito penal. 2014. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre: 2014.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos da ciência da informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, ano 4, n. 1, p. 57-79, maio/ ago. 2014.

CRESPO, Marcelo Xavier de Freitas. **Crimes digitais**. São Paulo: Saraiva, 2011.

RUSSEL, Stuart; NORVING, Peter. **Inteligência Artificial**. Tradução de Regina Célia Simille. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

BELLMAN, Richard Ernest. **An Introduction to Artificial Intelligence**: can computers think? San Francisco: Boyd & Fraser Publishing Company, 1978.

WINSTON, Patrick Henry. **Artificial Intelligence**. 3.ed. Addison-Wesley, 1992.

HASSEMER, Winfried. **História das ideias penais na Alemanha do pós-guerra**. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1995.

TURING, Alan. Computing Machinery and Intelligence. **Mind**, Oxford, ano 59, n. 236, p. 433-460, out. 1950.

A prisão da virilidade: repressão dos desejos emocionais e sexuais de homens homossexuais não assumidos

Augusto Ferreira Ramos Filho*

Introdução

A virilidade pode ser definida como a percepção de si mesmo como masculino e o comportamento social que esse estereótipo exige. Muitas vezes, trata-se de comportamentos e atitudes que podem iludir uma falsa sensação de liberdade; no entanto, elas, na verdade, restringem as possibilidades de uma pessoa (Jesus, 2018). A virilidade pode se expressar de várias maneiras, incluindo exigências de força física, postura, aparência, conduta e sentimentos (Oliveira, 2004). Essas exigências criam um sistema de crenças que limitam as opções das pessoas, impondo um conjunto de regras e expectativas que, com frequência, não são saudáveis ou produtivas. Assim, a virilidade pode ser considerada como uma prisão na qual as pessoas se veem presas em uma série de requisitos e normas que dificultam suas ações e seus modos de pensar.

A compulsão à virilidade prende as nossas identidades e limita a nossa criatividade. A pressão para seguir os padrões hegemônicos de masculinidade cria a ilusão de que os homens devem adotar formas específicas de comportamento, pensamento e aparência para serem aceitos (Macrae, 2011). Esse sentimento gera um efeito negativo, restringindo as possibilidades de desenvolver uma identidade verdadeira e original. A virilidade é multifacetada (Klæson; Sandell; Berterö, 2013) e pode ser expressa de muitas maneiras, mas a presença de uma hegemonia das masculinidades limita a liberdade de expressão e a criatividade necessárias para construir uma identidade autêntica.

É uma prisão que faz com que os homens se sintam pressionados a se adequar aos estereótipos de masculinidade e que devam comportar-se de certas formas a fim de serem considerados como “homens”. Tal prisão pode limitar a capacidade de um homem de expressar abertamente seus sentimentos, pois isso é visto como sinal de

* Doutor em Administração pela UFPB. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Comportamento - GEPGEC, Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Brasil.
E-mail: augusto.filho@uneal.edu.br

vulnerabilidade (Rabelo; Bulhões, 2021). Assim, uma hegemonia de masculinidades pode levar a sentimentos de isolamento e sofrimento.

O sexismo e a masculinidade tóxica prendem muitos homens a padrões de reação e comportamento que suprimem o desejo emocional e sexual. Esses padrões foram historicamente construídos e reforçados ao longo dos anos, de forma a manter a população no seu lugar (Connell, 2020). Como consequência, muitos homens aprendem a não expressar suas emoções, a fim de evitar sentimentos de medo e vulnerabilidade. Essa repressão do desejo emocional tem profundas implicações para a saúde mental, pois muitos homens carecem de ferramentas adequadas para lidar com seus problemas (Matos, 2001).

A repressão emocional masculina leva os homens a não expressarem seus sentimentos, sejam eles positivos ou negativos, o que pode resultar em frustração, dor e problemas de saúde mental. A pressão social para que os homens sejam fortes, capazes e resilientes (Medrado; Lyra, 2008) pode resultar em sentimentos de vergonha e inutilidade se eles não conseguem expressá-los. A supressão de suas necessidades emocionais (Kush; Dittrich, 2023) frequentemente leva à dificuldade no processo de comunicação, ao lidar com problemas e conflitos, além de raiva e frustração. Portanto, é importante que os homens aprendam a manifestar suas emoções, desenvolvendo habilidades para o gerenciamento de conflitos e buscando meios saudáveis para expressar e gerenciar suas emoções, o que contribuirá para um melhor desempenho nos relacionamentos e satisfação geral.

Nesse sentido, o ideal de masculinidade, desenvolvido durante séculos de patriarcado, ainda é explorado e perpetuado na cultura geral e, em particular, na cultura gay. Dessa forma, o conceito de masculinidade hegemônica (Connell; Messerschmidt, 2013), em que os homens heterossexuais acabam sendo a medida ou estereótipo estabelecido de masculinidade, coage homens homossexuais, em diferentes circunstâncias, a respeitar esses conceitos de masculinidade para serem vistos e aceitos.

Nessa organização estereotipada de gênero, a exigência de masculinidade é uma tensão constante entre a autenticidade dos desejos e sentimentos dos homens gays e suas percepções sobre as demandas de masculinidade. O medo de não se conformar aos estereótipos de gênero associados à masculinidade hegemônica se manifesta, em grande parte, em identidades incorporadas (Prieto, 1997), distorções de identidade (Cardinali, 2016) e depressão (Justo; Calil, 2006).

Além disso, o molde padrão da estrutura masculina cria restrições significativas ao desenvolvimento de relacionamentos. Devido à pressão para se conformar a esse estereótipo (Carvalho, 2020), muitos homens gays podem evitar expressar sentimentos profundos e intuitivos (Hardin, 2000). Eles lutam constantemente entre a necessidade de expressar seus sentimentos de maneira significativa e o confinamento às convenções de gênero (Facchini; França, 2013) que lhes são exigidas.

A crescente necessidade de se conformar aos padrões de masculinidade impõe restrições significativas à demonstração de afeto em relacionamentos íntimos. As expressões emocionais homoafetivas, como amor, compaixão, empatia e carinho, são muito limitadas e suprimidas diante dessas demandas. Claramente, isso não cria as condições adequadas para construir e aprofundar relacionamentos de longo prazo, pois a conexão psicológica é bastante reduzida.

Fica claro, portanto, que a noção reificada de masculinidade é um grande obstáculo para homens homossexuais alcançarem relacionamentos calorosos e íntimos. Homens gays enfrentam o dilema de seguir as demandas percebidas da masculinidade versus expressar seus desejos, amor e sentimentos. Somente quando a masculinidade gay (Zago; Seffner, 2008) for entendida como uma diversidade das masculinidades e não como uma compulsoriedade mimética da hegemonia, os homens homossexuais poderão formar conexões saudáveis e profundas com emoções, aceitação e desejos livres.

É óbvio, portanto, que a interpretação clichê da ideia de masculinidade é um grande impedimento para a realização de relacionamentos solidários e íntimos entre homens homossexuais. Estes têm que lidar com o dilema de acatar os princípios hegemônicos da masculinidade ou seguir o próprio desejo de expressar seus sentimentos. Apenas quando compreendermos a variedade das masculinidades e permitirmos a flexibilidade para expressar os próprios sentimentos, poderemos, como homens homossexuais, formar conexões saudáveis e profundas.

Este estudo tem como objetivo analisar como as normas sociais construídas em torno da virilidade e a representação das identidades de gênero masculino afetam a capacidade dos homens homossexuais não assumidos de expressar seus desejos emocionais e sexuais. Para tanto, decidi utilizar a etnobiografia, revisitando minha própria história a partir de um poema escrito por mim em 2009, enquanto eu estava no armário e vivendo um casamento heterossexual. O poema em questão é intitulado “A Roda-Gigante”. Assim, nesse debate sobre virilidade e repressão dos desejos, pretendo refletir, com esse poema, as seguintes cenas: armário, liberdade e medo. A estrutura deste texto foi inspirada em Soares, Quadros e Mattos (2022). Cada fragmento do

poema será examinado de forma dissociada, enquanto diversas lembranças serão analisadas para elucidar cada cena de maneira associada.

Quando há uma rachadura na represa

Cena 1: Armário

Meus sonhos se extinguem no deserto de minhas preocupações,
Como uma roda-gigante de sentimentos.
Sou levado pelo destino de um maquinista esquizofrênico,
Sempre me levando ao mesmo ponto de partida.
E eu continuo com um sorriso no rosto...
Feliz por me divertir neste imenso brinquedo,
Que me leva para tantos lugares, tantas alturas...
Mas meu destino é o ponto de partida,
Tudo termina onde começou.
(Ramos Filho, Augusto. **A roda-gigante**. 2009)

A partir da primeira cena do poema, podemos identificar os materiais literários que o autor utilizou para expressar seus sentimentos. Primeiro, percebemos que o autor usa uma imagem metafórica para expressar que seus sonhos desapareceram num "deserto de preocupações", assim como a metáfora da "roda-gigante" para retratar a repetição de seus sentimentos, a montanha-russa emocional pela qual está passando e as emoções que oscilam entre altos e baixos. Esses elementos compõem o cenário poético para expressar o drama emocional de enfrentar seu "eu" escondido, um homem gay fora do armário.

O autor compara sua vida a ser controlada por um "maquinista esquizofrênico", movida por uma força externa cuja trajetória é imprevisível, direcional e sem sentido. Esta metáfora simboliza não apenas as expectativas impostas pelas normas heteronormativas, mas também as pressões sociais e os temores em relação à sexualidade. O autor descreve essa situação como sentindo-se impotente para mudar o caminho, obrigando-o a negar sua verdadeira identidade.

Ao continuar "com um sorriso no rosto", o autor comunica a máscara que usa para esconder sua verdadeira identidade e a pressão social para esconder sua orientação. O sorriso expressa suas tentativas de agradar às expectativas da sociedade e de encontrar pertencimento e felicidade "ao se divertir neste imenso brinquedo", apesar das restrições que enfrenta. Ao se "colocar nas alturas", o autor expressa o desejo de uma experiência não mais reprimida, de liberdade, onde se sente inteiramente pleno.

No entanto, a sensação de não encontrar satisfação e ter que voltar constantemente ao ponto de partida, “tudo termina onde começou”, pode ensejar medo e insegurança na aceitação da própria orientação sexual. Por meio de termos fortes como “esquizofrênico” e “senhor”, são explorados o conflito interno entre medo, coragem, alegria e desejo de liberdade. A simbologia poética usada aqui ilustra o paradoxo de segurança ao “performar” uma masculinidade socialmente aceita em detrimento da própria identidade masculina, abdicando do conforto de realmente assumir quem se é.

Esta primeira cena retrata o aprisionamento do autor, as várias situações restritivas que o obrigaram a desempenhar uma masculinidade e uma identidade que não eram as suas. Nota-se a sua estagnação, mesmo que tenha experiências pontuais de alegria, sua frustração por estar confinado a um armário imaginário e não poder alcançar a plenitude e sentir-se destinado ao “ponto de partida”.

Esta cena inicial é um reflexo da realidade de muitos homens gays não assumidos. A compulsoriedade da heteronormatividade, imposta pela sociedade, coloca-os numa posição difícil de reprimir seus sentimentos, desejos e identidade. Esse “maquinista esquizofrênico” impõe moldes de comportamento fixos, que geram restrições à liberdade de expressão de muitos homens que não se encaixam nesses padrões de normas sociais, condenando-os, desta forma, à exclusão, discriminação e marginalização social.

Quando escrevi este poema, não compreendi plenamente seu significado. Naquela época, eu estava coberto por um sentimento de tristeza e solidão, cuja origem eu não conseguia identificar. Ao fazer um esforço psíquico para reprimir minha sexualidade, eu me dei conta de que essa era a fonte da tristeza e solidão. Minha repressão se manifestava através destes sintomas. Na verdade, meu desconhecimento sobre ser homossexual era tão grande que eu estava casado com uma mulher, com certa satisfação, e tinha dois filhos pequenos.

No entanto, é importante destacar que minha repressão iniciou-se muito antes deste casamento. Eu nasci no final da década de setenta, em uma família tradicional, mas não tão conservadora. Estudei a maior parte da minha vida em uma escola privada católica, que reforçou os conceitos religiosos do casamento entre homem e mulher e do “ordenamento divino” desta aliança, abençoada e autorizada pela “divindade”.

Não tenho nenhuma lembrança de como meus desejos sexuais se iniciaram. Na verdade, essa questão nunca me preocupou. No entanto, meu mundo externo certamente lembrava dessa questão. Lembro-me de ir à casa da costureira da minha

mãe, quando tinha cerca de oito ou nove anos. Enquanto ela fazia a encomenda, juntei-me a um grupo de crianças que brincavam na rua. No entanto, não fui bem-sucedido. As crianças, compostas por meninos e meninas, se reuniram em coro, cantando uma marchinha de carnaval enquanto me encaravam e cantavam: “Olha a cabeleira do Zezé, será que ele é? Será que ele é?”. O coro uníssono respondeu: “Bicha!”.

Eu já sabia o que “bicha” significava. No meu entendimento de criança, isso significava algo ruim. Algo que eu não podia associar à minha identidade. Não entendi por que cantavam isso para mim. A cada vez que gritavam “bicha”, eles riam e me excluía. Decidi voltar para perto da minha mãe. Fiquei triste. Talvez essa seja a tristeza que sempre me acompanhou. Naquele momento, a minha sexualidade ainda não havia se manifestado, mas eu sabia o que eu não queria ser: eu não queria ser “bicha”. Eu queria ser incluído, amado e pertencer ao meu mundo.

Um dia, por volta dos 13 ou 14 anos, fui à repartição pública onde minha irmã mais velha trabalhava. O local ficava no primeiro andar, o que me forçou a subir um lance de escadas. Era próximo do término do expediente. Acho que estava vindo da escola. Estávamos eu, minha irmã e um colega dela. Ao me observar descendo as escadas, ele comentou com minha irmã que eu parecia ser gay. Não sei o que ele notou para chegar a essa conclusão, mas foi suficiente para que minha irmã mencionasse isso em casa. A partir desse momento eu era corrigido por causa do meu andar ou de como eu colocava as mãos em meu abdômen. Até hoje não entendo o que eles viam que merecia repreensão. Mais uma vez, percebi que eu não devia ser “bicha”. Ser “bicha” era um julgamento negativo, aparentemente, para quase todas as pessoas com quem eu convivia.

Na pré-adolescência, alcancei clareza da minha condição como uma pessoa homossexual. Desenvolvi experiências afetivas com outros rapazes, mas abandonei esses anseios ao pensar que não queria ser qualificado como uma “bicha”. Essa repressão durante a adolescência culminou na associação a uma igreja cristã. A necessidade de não ser enquadrado como um indivíduo que se identificava como homossexual levou-me a buscar na religião uma solução para o meu dilema. É importante destacar que foi uma época que reprimi minha identidade e vivi e me comportei como um homem heterossexual. Eu estava represado, mas haviam várias rachaduras na minha estrutura. Esse foi um período de sublimação que encontrei na igreja. Fechei as rachaduras e bem-sucedido na sua ocultação, servi como um homem fiel, me casei com uma mulher como havia sido ensinado, tive filhos e continuei a reprimir minha homossexualidade. Contudo, a repressão começou a enfraquecer à medida que o desejo se tornou cada vez mais intenso.

A represa não consegue conter a força da natureza

Cena 2: Liberdade

No início, adrenalina, receio, excitação...
O crescente medo até chegar no ponto mais alto,
O ponto em que o maquinista para o brinquedo.
Minhas mãos ao alto gritam sem fôlego,
- Quero ver as alturas por mais um momento!
(Ramos Filho, Augusto. **A roda-gigante**. 2009)

Na segunda cena do poema, o autor descreve as sensações que sente ao estar na roda-gigante. Nela, os sentimentos são um misto de “adrenalina, receio e excitação”. A sensação de adrenalina remete ao risco e à imprevisibilidade da sua condição homossexual, enquanto que o receio significa o medo da não-aceitação pela sociedade. Porém, há excitação quando a natureza se manifesta majesticamente e o seu corpo responde positivamente à homossexualidade de uma maneira natural. Contudo, este conflito de sentimentos internos aponta para a repressão da sexualidade do autor.

Em seguida, podemos ver a subida da roda-gigante “até o ponto mais alto”. O autor tem medo desta subida, como muitos sentem quando estão prestes a alcançar a liberdade e a felicidade. Nesse caso, o medo refere-se à hesitação em expressar sua identidade e aceitar sua verdadeira essência.

Quando o autor chega ao ponto mais alto, o maquinista simplesmente para o brinquedo, assim como ocorre comumente nos parques de diversões. O autor destaca esta parada para demonstrar sua inquietação quanto à inércia, pois não sabe o que poderá ocorrer depois. O autor está parado, cercado por uma sensação de angústia, quando na verdade deveria estar aproveitando a vista e aproveitando aqueles momentos para olhar para si, mesmo em meio à pressão social e à homofobia.

Com as mãos levantadas, o autor “grita sem fôlego” sua vontade de viver a vida em plenitude, ainda que isso seja complicado e com consequências negativas. É, na verdade, um grito pela liberdade. O poeta reúne coragem para compreender esse conceito de liberdade e não consignar as rachaduras da represa. Esse desejo fica mais explícito quando afirma que quer “ver as alturas por mais um momento”. Neste instante, toma consciência dos momentos em que precisou se esconder e se afastar de si mesmo. Assim, o autor deseja que o momento não acabe, deseja apreciar sua liberdade “por mais um momento”. Outro modo de dizer isso é que ele quer viver além do que está acostumado, quer que sua homossexualidade reprimida seja livre para se expressar livremente. Seu grito, na verdade, é um alerta para romper essas barreiras.

A partir desta cena, podemos perceber diversos elementos que contribuem para a expressão da homossexualidade reprimida do autor. Em primeiro lugar, há uma forte presença de imagens ligadas à liberdade. A figura central da roda-gigante e a comparação das alturas com o desejo de liberdade do personagem representam a necessidade de libertar-se da homossexualidade reprimida e todos os momentos que teve que se esconder de si e dos outros.

A jornada para aceitar a minha homossexualidade não foi fácil. As rachaduras na minha represa começaram com olhares para homens por quem me sentia atraído, a maioria deles representantes da heteronormatividade. Segundo essa visão, havia duas razões para essa escolha. A primeira, motivada pela homofobia internalizada, que classificava as expressões masculinas entre o que era aceitável e o que deveria ser descartado. Entre estes últimos, incluíam-se homens afeminados, femininos ou homossexuais assumidos. A segunda razão era que, como eu estava escondido no armário, buscava homens semelhantes a mim; ou seja, aqueles que rejeitavam a sua condição e não queriam ser classificados como gays. Assim, criei uma estratégia que me dava certa liberdade: encontrar homens que também estavam prisioneiros em seus próprios sentimentos e desejos.

Decidi colocar à prova meus desejos, perguntando a mim mesmo se, realmente, eu era um homem gay. Olhando em retrospecto, parece óbvio que a resposta seria sim, mas, naquela altura, eu ainda me recusava a admiti-lo. Nunca havia tido uma relação sexual penetrativa com outro homem: apenas exercia o papel ativo, permitindo que outros me beijassem ou fizessem sexo oral comigo. A única forma de me convencer de que eu era, de fato, gay era experimentando na prática.

Neste momento de maior coragem, tive contato com alguns homens. Após minhas experiências sexuais, cheguei à conclusão de que não era gay. Isso se deu pelo fato de não ter sentido nada nessas relações, nada que pudesse justificar meu desejo sexual ou orientação sexual. As relações foram, como as descreveria naquele momento, animais, sem propósito e desprovidas de algo que justificasse meu desejo ou orientação sexual. Constatei que as experiências sexuais com mulheres eram mais interessantes e significativas. Hoje entendo que essas palavras não vinham da minha voz interior, e sim de uma insistência sistemática social e religiosa, ao longo da minha vida, de que as relações homoafetivas eram sujas, erradas e antinaturais.

Na verdade, eu era um gay homofóbico. Essa homofobia não era direcionada a outros gays, mas a mim mesmo. Eu era um auto-homofóbico. Eu não me aceitava e, mesmo chegando a uma conclusão falsa de que não era um homem gay, fiquei preso em meu cativeiro interior, o que me tornou um homem raivoso e explosivo, que

inconscientemente descontava nas outras pessoas, especialmente nas mais próximas a mim, todas essas frustrações. Repito, tudo isso foi resultado de um movimento inconsciente orquestrado pelo mecanismo de defesa da repressão. Eu reprimi minha homossexualidade ao ponto de verdadeiramente acreditar em uma heterossexualidade.

A vida continuou vazia e repleta de desafios. Mesmo reprimindo minha homossexualidade e acreditando em uma possível heterossexualidade, meus olhos continuavam buscando outros homens e meu corpo, mesmo com as experiências insatisfatórias do passado, ansiava pelo toque de outro homem, por seus beijos e por seu sexo. Foi um período de liberdade controlada. Psicanaliticamente falando, era uma luta constante entre meu Id e meu Superego, entre meu desejo e minha repressão. No mundo das possibilidades, o Id ganhava todas as vezes, mas na prática, o Superego buscava limitar minha liberdade. Tudo isso me deixava aflito e, sem conhecer a causa exata do meu sofrimento, eu usava a raiva como máscara para reprimir ainda mais minha homossexualidade.

A repressão ganha mais reforço

Cena 3: Medo

Mas logo recomeço a descida
Por não conhecer o trabalho do maquinista
Que foi pago para me trazer prazer
Por um momento
Por um momento me colocar nas alturas
Onde pertença,
Onde sou senhor.
Mas o maquinista me controla, me condena
A sempre voltar ao ponto que comecei.
(Ramos Filho, Augusto. **A roda-gigante**. 2009)

No início desta cena, percebe-se que o poeta está descendo na roda-gigante. O autor pensa que o motivo desse movimento é o maquinista, que foi “pago para proporcionar prazer por um momento”. Nestes versos, o autor demonstra desconhecimento das intenções e propósitos do maquinista. Em sua imaginação, ele imagina que o maquinista foi contratado para proporcionar alegria momentânea, por isso sente-se obrigado a começar a descida novamente. Em uma metáfora, o autor mostra que a liberdade que ele desfrutou como homem gay foi temporária e que, fora de seu campo de segurança, ele teria que desempenhar uma nova identidade que se adeque ao *status quo* social.

Na realidade, o poeta expressa seus temores em relação à sua condição de homem gay não assumido. Ele teme que o desejo da sociedade de manter a hegemonia anule seu anseio de se sentir confortável e revelar-se livremente. Por essa razão, ele enxerga o maquinista, ou a compulsão pela conduta heteronormativa, como uma entidade que o controla e o condena. O poeta sabe que as alturas são o seu lugar, mas a ideia de esconder sua verdadeira identidade é muito forte, não lhe permitindo sequer arriscar-se a alcançá-las. Pode-se notar, assim, que o poeta retrata-se como prisioneiro de sua própria vontade, oprimido pela sociedade, pois segue “o trabalho do maquinista” e é condenado ao mesmo lugar de onde saiu e a um destino repetitivo.

Ele sente que não pode escapar do ciclo que o maquinista impôs. Esse verso denota uma situação de opressão interna, assim como a sensação de estar preso a um ciclo de negação e obediência. Movido pela insegurança e por uma pressão social externa, o autor sente uma forte compulsão em continuar com esse comportamento, a recusa de sua própria orientação sexual. Nessa perspectiva, o maquinista simboliza as dinâmicas sociais e as tensões em torno das normas comportamentais que aprisionam e confinam o narrador. O retorno constante à origem dessa jornada sugere a natureza cíclica da negação de sua própria identidade, assim como sua tentativa de se libertar dessa situação.

O poema revela um sentimento de desilusão e resignação diante da repetição e da falta de evolução na vida do poeta. Ele enxerga a existência como um ciclo interminável, controlado por forças externas e incapaz de se libertar das limitações impostas pelo maquinista. A metáfora da roda-gigante é utilizada para descrever emoções e experiências vivenciadas, com o objetivo de transmitir uma sensação de estagnação e falta de autonomia. A voz poética expressa um anseio por momentos felizes e fortalecedores, porém mantém um sentimento de aprisionamento e medo.

No geral, visto sob a perspectiva do poeta como alguém gay não assumido, o poema adquire um caráter profundamente pessoal. Expressa o conflito interno, a solidão e o desejo de aceitação que muitos homens gays enfrentam. Imagens metafóricas representam os padrões de emoções em constante movimento e repetição, experimentados ao navegar pelas complexidades da autodescoberta e das expectativas sociais.

Compreender o contexto subjacente torna o poema uma reflexão da jornada interior do autor, seu desejo de autenticidade e a ânsia por uma vida em que possa abraçar livremente sua verdadeira identidade. Esse poema lança luz sobre os desafios enfrentados por pessoas que precisam lidar com as normas sociais ao aceitar a si

mesmas, assim como as turbulências emocionais, conflitos internos e o preço a pagar para se ajustar às expectativas da sociedade.

Referências aos altos e baixos simbolizam a jornada emocional que o autor experimenta. Momentos de contentamento e inquietude ao enfrentar a sociedade como ela é. No entanto, o retorno ao ponto de partida demonstra a necessidade de se pautar pelos padrões sociais e suprimir as características que o tornam único, como medida de autoproteção diante da agressão do julgamento. O pedido do autor de “colocar-me nas alturas” expressa o desejo de experimentar a emoção de se libertar, abandonando as amarras das expectativas sociais e abraçando sua verdadeira identidade.

Certa vez, estava em um bar com minha companheira e outro casal. Nesse momento, o homem fez uma piada que, de alguma forma, insinuava que eu era gay. Todos sorriram com aquela cena engraçada, no entanto, em meu interior, senti-me estarecido, arrasado e triste. Aquele momento foi como se eles conseguissem visualizar algo que eu tentava esconder, algo que eu mesmo já havia decretado que não era. Ao sairmos do bar, contei à minha companheira sobre meu incômodo com aquela piada e perguntei se ele estava me chamando de gay. Ela sorriu e disse que era apenas uma brincadeira. Apesar disso, internamente eu estava extremamente abalado. Eu não podia ser uma pessoa gay, pois já havia testado minha homossexualidade e não havia gostado das experiências; portanto, eu não poderia ser “bicha”.

Na verdade, era a compulsão pela heteronormatividade, a pressão social que me impedia de aceitar minha essência. Se esse sistema não existisse, eu teria liberdade para ser quem eu quisesse, mas eu não me sentia com direito a isso; o preço a ser pago seria muito alto. Seria condenado, rejeitado e perderia o convívio social ao qual estava habituado. Eu não podia ser assumidamente gay.

Qualquer palavra que me caracterizasse como homem gay era motivo de sofrimento para mim. Eu não suportava a ideia de que isso era real. Ainda assim, não faltaram experiências, como na minha juventude, em que as pessoas não hesitavam em comentar sobre a minha sexualidade. Eu ainda não estava pronto para aceitar minha realidade, e ser constantemente confrontado com ela era perturbador. À medida que os dias passavam, eu me tornava cada vez mais recluso, fechado e irritado com o mundo externo. Eu fiquei preso a esses sentimentos e vivia à beira de um conflito entre o que realmente sentia e meu comportamento externo.

A represa dá lugar a um rio de fluxo contínuo

Percebi que prender a mim mesmo por causa das opiniões de outras pessoas não era a vida que eu queria viver. Freud (2010), em seu livro *O Mal-Estar na Civilização*, afirma que o sofrimento pode nos ameaçar por meio de nossos próprios corpos, do mundo externo e das relações que estabelecemos com os outros. Eu era ameaçado principalmente pelos dois últimos. Apesar de Freud se referir ao mundo externo como uma força destrutiva, para mim, a normatização que recebi durante anos sobre o que significava ser um homem ameaçou minha conduta por medo. Não apenas essa normatização, mas também a estrutura social que molda o comportamento desses homens de forma rígida, não deixando espaço para a diversidade.

De alguma maneira, resisti a esse sistema e me sinto privilegiado por tê-lo feito. Aos 39 anos, aceitei minha condição de homem gay e, por mais clichê que isso possa parecer, foi por meio do amor de outro homem que minha aceitação se manifestou. A represa que me aprisionava se tornou um rio de fluxo contínuo. Atualmente, como professor universitário e líder de um grupo de estudos e pesquisas sobre gênero, tenho a oportunidade de educar as pessoas acerca de gênero e sexualidade. No entanto, compreendo que muitos homens ainda estão aprisionados pela estrutura patriarcal e machista de nossa sociedade.

Minha história não pode ser vista como um sucesso apenas devido à minha coragem em me assumir. Fui alvo de preconceito ao longo de toda minha vida e, com medo da violência, moldei-me de acordo com o que era aceitável para a sociedade. Minha experiência é mais um exemplo da violência imposta pela compulsão da heteronormatividade (Ramos Filho, 2023). Espero que minha voz possa alcançar muitas pessoas, especialmente aquelas de orientação heterossexual, para que elas permitam que a vida das pessoas LGBTQIAPN+ seja naturalmente aceita, sem exigir explicações.

Os desejos emocionais e sexuais dos homens gays podem variar consideravelmente e frequentemente dependem de diversos fatores, como idade, histórico pessoal e experiências passadas. Em geral, esses desejos podem incluir o reconhecimento, o amor e a apreciação dos outros, a admiração e compreensão, a sensação de segurança, o desejo de ter alguém com quem compartilhar seus sentimentos, a busca por intimidade e conexão, a necessidade de ter metas e objetivos ou ainda o desejo de ter uma direção na vida.

Por fim, como podemos ajudar homens gays que não conseguiram expressar suas necessidades emocionais e sexuais? Embora não haja uma lista exaustiva e absoluta, sugiro, com base em minha experiência, algumas possibilidades. 1. Crie um ambiente

seguro no qual eles possam se abrir e expressar suas emoções. 2. Ouça de forma ativa e sem julgamentos. 3. Incentive a expressão das emoções por meio da comunicação verbal. 4. Demonstre preocupação com a pessoa e a motive de forma positiva, em vez de criticar ou condenar. 5. Discuta problemas de forma aberta e sincera, buscando soluções para melhorar a situação. 6. Ajude a desenvolver a autoconfiança e o autocuidado para que o indivíduo se sinta seguro o suficiente para manifestar seus desejos e sentimentos. 7. Ofereça ajuda especializada, se necessário, para que ele conte com o suporte adequado.

É importante destacar que todas essas sugestões só devem ser feitas no tempo e na vontade manifestada por esse homem gay que não assumiu sua orientação sexual. Seja gentil, cortês e disponível. Existem diversos gatilhos que podem acessar lugares de dor e sofrimento. Portanto, o ideal seria que as pessoas pudessem simplesmente existir sem ter que se explicar. Embora essa possibilidade seja remota, precisamos constantemente educar as pessoas para que respeitem os limites e fronteiras do outro. É necessário ter respeito ao abordar questões relacionadas à orientação sexual de alguém, não havendo lugar para piadas sobre esse assunto.

Referências

- CARDINALI, Daniel Carvalho. A proibição de doação de sangue por homens homossexuais: uma análise sob as teorias do reconhecimento de Fraser e Honneth. **Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos**, v. 9, n. 2, p. 110-136, 2016.
- CARVALHO, Aline Paixão Miranda. Espaço de meninos: reflexões sobre a construção das masculinidades por adolescentes de uma escola pública do município do Rio de Janeiro. **Revista Crítica Histórica, Alagoas**, v. 11, n. 22, p. 153-169, 2020.
- CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 241-282, 2013.
- CONNELL, Robert William. **Masculinities**. Routledge, 2020.
- FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. Convenções de gênero, sexualidade e violência: pesquisa com participantes de eventos do Orgulho LGBT de São Paulo-2009. **Latitude**, v. 7, n. 1, 2013.
- FREUD, S. **Mal-estar na civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HARDIN, Kimeron N. **Autoestima para homossexuais um guia para o amor-próprio**. São Paulo: Edições GLS, 2000.
- JESUS, Diego Santos Vieira. “Desafio é coisa para macho”: virilidade e desigualdade de gênero no turismo de aventura no estado do Rio de Janeiro. **Recorde – Revista de História do Esporte**, v. 11, n. 2, 2018.

JUSTO, Luís Pereira; CALIL, Helena Maria. Depressão: o mesmo acometimento para homens e mulheres? **Archives of Clinical Psychiatry**, São Paulo, v. 33, p. 74-79, 2006.

KLAESON, KICKI; SANDELL, Kerstin; BERTERÖ, Carina M. Talking about sexuality: desire, virility, and intimacy in the context of prostate cancer associations. **American journal of men's health**, v. 7, n. 1, p. 42-53, 2013.

KUCH, Isabelle Elisandra; DITTRICH, Alexandre. As masculinidades como variáveis relevantes para analistas do comportamento: Reflexões teóricas e práticas. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, p. 154-169, 2023.

MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. **Stonewall**, v. 40, p. 21-36, 2011.

MATOS, Maria Izilda Santos. Por uma história das sensibilidades: em foco a masculinidade. **História: questões & debates**, v. 34, n. 1, 2001.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 809-840, 2008.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. **A construção social da masculinidade**. Editora UFMG, 2004.

PRIETO, Antonio. Identidades incorporadas: El manejo del estigma en el “performance art” de Luis Alfaro. **Chasqui**, v. 26, n. 2, p. 72-83, 1997.

RABELO, Milena Pereira; BULHÕES, Larissa Figueiredo Salmen Seixlack. “Ilha das Lágrimas”: uma transgressão dos padrões hegemônicos de masculinidade. **Grau Zero—Revista de Crítica Cultural**, v. 9, n. 2, p. 281-300, 2021.

RAMOS FILHO, Augusto. A roda-gigante. **Sociedade dos Poetas Putos**, 2009. Disponível em: <https://sociedadedospoetasputos.wordpress.com/2009/04/14/a-roda-gigante/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

RAMOS FILHO, Augusto Ferreira. Privilégio heteronormativo: uma reflexão a partir de vidas LGBTQIAPN+. **Diversitas Journal**, v. 8, n. 3, 2023.

SOARES, Diego; QUADROS, Laura; MATTOS, Amana. O Pranto nas Masculinidades Negras: Das águas de AmarElo que (de) moram nos olhos. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 16, p. 146-170, 2022.

ZAGO, Luiz Felipe; SEFFNER, Fernando. Masculinidades disponíveis. com sobre como dizer-se homem gay no ciberespaço. **Fazendo Gênero**, v. 8, p. 1-7, 2008.

Transfobia institucional: o caráter contraditório do Estado frente ao acesso à saúde pública por travestis e mulheres transexuais

Isabele Barboza Moura*

Introdução

A aproximação com o tema da transexualidade e travestilidade se deu a partir da experiência de estágio, vivenciada nos anos de 2016 a 2018, junto à equipe de Serviço Social da Urologia do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), onde se desenvolve a ação chamada “Processo Transexualizador”, com base na portaria do Ministério da Saúde que regulamenta a cirurgia transgenitalizadora dentre outros procedimentos cirúrgicos e ambulatoriais direcionados para travestis e pessoas transexuais.

As pesquisas vivenciadas nos últimos anos em relação à temática, puderam evidenciar ainda mais a percepção de que a transfobia, articulada a outros preconceitos e estigmas como, por exemplo, o estigma em relação ao HIV, produz uma série de dificuldades concretas no acesso à saúde, com possíveis impactos na qualidade de vida e no modo de reprodução social dessas pessoas. E a partir dessa análise, foi possível identificar como o Estado acaba por fortalecer esse processo discriminatório, ao negligenciar os direitos da população travesti e transexual e não garantir políticas que permitam uma existência digna para a população.

Diante do exposto, espera-se com essa pesquisa refletir como a transfobia em seu caráter estrutural e institucional tem produzido dificuldades concretas no modo de reprodução social da população travesti e transexual e qual o papel do Estado nesse processo. Tais dificuldades se manifestam através do preconceito e das múltiplas formas de violência que atingem essa população específica, tornando-se um condicionante no processo de determinação social da saúde e doença do público-alvo deste trabalho. Além disso, também se expressam nas inúmeras facetas da transfobia

* Assistente social, Mestra e Doutoranda em serviço social pela UERJ, pesquisadora do campo da diversidade sexual e de gênero e da saúde pública.

E-mail: isabelebarboza@yahoo.com.br

que é fundamentada na natureza contraditória do Estado democrático nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Diversidade sexual e de gênero

Abordar a questão da transfobia institucional, especialmente no campo da saúde, requer a alusão a alguns elementos e conceitos que surgem ao se discutir gênero e sexualidade. Essas considerações são fundamentais, sobretudo, para compreendermos a forma como se expressa a discriminação e o preconceito direcionado a travestis e pessoas transexuais e o que constrói este fenômeno da violência, que se dá em diversas esferas e espaços vivenciados por essa população durante sua existência.

Desse modo, para Bento (2008, p. 18) “[...] a transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero”. Nesse sentido, a transexualidade é a condição da pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer, a partir do referencial biológico, ou seja, da genitália. De acordo com Almeida (2012), falar sobre transexualidade significa,

[...] falar de pessoas que, em diferentes contextos sociais e culturais, conflituam com o gênero (com que foram assignadas ao nascer e que foi reiterado em grande parte da socialização delas) e, em alguma medida (que não precisa ser cirúrgica/química), decidem modificá-lo (2012, p. 515).

Já a travestilidade, segundo a definição utilizada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), pode ser identificada como a identidade de pessoas que vivem uma construção de gênero feminino, oposta à designação de sexo atribuída no nascimento, seguida de uma construção física, de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade. Nesse sentido, segundo Bento (2008, p. 520), “[...] tanto a transexualidade quanto a travestilidade são construções identitárias que se localizam no campo do gênero e representam respostas aos conflitos gerados por uma ordem dicotomizada e naturalizada para os gêneros”.

Segundo Butler (2019), travestilidade, transexualidade e transgênero são expressões identitárias que estão em divergência com as normas de gênero, já que estas se fundam na heterossexualidade, no dimorfismo, ou seja, na lógica binária de que ou se é homem ou mulher (sendo ambas possibilidades definidas única e exclusivamente a partir do sexo biológico). Assim, como coloca Moira (2017) no livro *Vidas Trans*,

A transexualidade não é um transtorno, uma doença ou um problema psiquiátrico, pelo contrário. Na teoria, é algo mais simples: você não se identifica com o gênero que lhe designaram ao nascer. Imagine ter de se obrigar a viver uma vida que não é a sua, você, atriz/ator, atuando em uma eterna peça de teatro sem poder errar as falas (senão, ai de você!)? Parece ruim, mas é isso que cobram das pessoas trans (p. 6970).

A transexualidade se insere enquanto o T na sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis), que recentemente incluiu o Q, I, A, e o símbolo de +, tornando-se LGBTQIA+, agregando, assim, a identidade Queer, a população *intersex* – que compreende pessoas que possuem a genitália ambígua (anteriormente chamadas de hermafroditas), ou seja, cuja “anatomia sexual ou reprodutiva que não se encaixam nas definições tradicionais de ‘sexo masculino’ ou ‘sexo feminino’”¹ e a orientação sexual Assexuados(as), que são as pessoas que não se relacionam sexualmente. De acordo com Almeida (2016, p. 7) a sigla,

[...] se popularizou na última década, tanto nas discussões do movimento social que luta contra a homofobia e suas variantes (lesbofobia, travestifobia, transfobia), quanto nos documentos oficiais que estabelecem políticas públicas em âmbito nacional, nos estados e municípios. Apesar de apontar para um grande campo que costumamos chamar de diversidade sexual e de gênero, a sigla agrupa uma variedade de identidades sociais que, embora sejam conformadas por expressões semelhantes do preconceito, também tem características próprias, histórias e demandas distintas por direitos”.

Importante apontar, que essa sigla está em constante alteração, pois essas definições não são fixas, mas se constroem em função de uma série de questões como pertencimento, visibilidade, reconhecimento e reivindicação de direitos sociais e políticos. Não à toa, no Brasil, vimos algumas alterações da sigla. No início dos anos 90, ela aparece como GLS (gays, lésbicas e simpatizantes). Já nos anos 2000 se tornou LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis), sigla que já era utilizada nos EUA e que veio para substituir a anterior, sendo aprovada através de um congresso que reuniu a comunidade em Brasília². Já no presente momento, defendem-se algumas variações entre LGBTQ+, LGBTQI+, LGBTQIA+, incorporando mais identidades. Cabe ressaltar que tais identidades não estão dadas e não se limitam às já reconhecidas socialmente de modo que o símbolo de + (mais) é uma forma de evidenciar que para além das

¹ Disponível em: <https://orientando.org/o-que-e-intersexo/>. Acesso em: 15 maio 2023.

² Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL597188-5606,00-MUDANCA+DE+SIGLA+DE+GLBT+PARA+LGBT+DIVIDE+COMUNIDADE+GAY.html>. Acesso em: 15 maio 2023.

identidades e orientações representadas pelas letras que compõem a sigla, existem outras.

Na literatura sobre diversidade de gênero, uma importante diferenciação se dá entre o conceito de identidade de gênero e orientação sexual, pois apesar de comporem a mesma sigla, o L, G, B e A diz respeito a orientações sexuais (lesbianidade, homossexualidade, bissexualidade e assexualidade respectivamente), enquanto o T, Q e o I referem-se às identidades de gênero (transexuais, travestis, queer e intersex). Moira (2017) aponta que pelo fato de orientações e identidades comporem a mesma sigla, “muitas pessoas confundem orientação sexual (o gênero que o atrai) com identidade de gênero (o gênero em que se enxerga)” (p. 93).

Então, desde o final do século XVIII e início do século XIX, no contexto Renascentista, a partir da consolidação do domínio da ciência como principal fonte de saber e detentora da verdade, tornou-se hegemônica a compreensão de que ao nascer com vagina determinava-se uma mulher e ao nascer com pênis determinava-se um homem.

Embora passado mais de um século de distância do Renascentismo, segue sendo reproduzida socialmente a divisão das posições sociais a serem ocupadas, que são pré-determinadas a partir de uma lógica de gênero binária, ou seja, apenas homem e mulher, sem qualquer variável no que diz respeito a outras identidades. Para Almeida (2012) o binarismo de gênero é “uma ideologia constituída pela afirmação de que mulheres e homens são radicalmente distintos e que esta distinção está fundada nos corpos biológicos e que, portanto, ela é imutável e inquestionável” (2012, p. 8).

Logo, a partir desse momento, toda e qualquer expressão de gênero e sexualidade que não esteja em consonância com essa determinação é marginalizada, considerada algo patológico, problemático e repudiado veementemente na sociedade. Surge, assim, a preeminência do discurso médico-científico na classificação dos sujeitos. Por isso a homossexualidade durante muito tempo era tida como uma doença da saúde mental e foi somente na década de 1990 que a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou o “homossexualismo” da Classificação Internacional de Doenças (CID) e trocou o termo “homossexualismo”, que remetia à patologia, pelo termo “homossexualidade”.

Com a transexualidade e a travestilidade não é diferente. Ainda hoje, pelo referencial biomédico, a transexualidade e a travestilidade se inserem no CID10 (Classificação Internacional de Doenças) enquanto um transtorno chamado de “disforia de gênero”, que seria uma patologia mental, identificada ainda pelo termo “transexualismo”. Ou seja, pessoas que nasceram com vagina e não se reconhecem

parte do gênero feminino, bem como pessoas que nascem com pênis e não se identificam como masculino, são consideradas “doentes mentais”, através do CID F64³, que é o que diagnostica a chamada “disforia de gênero” no âmbito dos transtornos psiquiátricos⁴.

Ou seja, a naturalização da norma binária de gênero leva a sociedade a estabelecer de um lado uma relação patológica com sujeitos que não se localizam nesse sistema de gênero, e de outro lado, pode assumir como inevitável um conjunto de repreensões, violações e violências dirigidas à correção de pessoas que fogem às regras de gênero e sexualidade prescritas.

A partir disso, pode-se afirmar que há um desencadeamento de um processo de violência, através do preconceito e discriminação a travestis e transexuais, e toda e qualquer expressão de gênero e sexualidade que esteja na contramão daquilo que é aceito socialmente, e passam a ser consideradas enquanto um “problema”. Entretanto, importante ressaltar, que isso não significa que indivíduos que estejam em conformidade com seu gênero designado não possam viver processos de exclusão e dominação social. Existem outros inúmeros fatores que vão condicionar a existência dos sujeitos e que podem vir a expô-los ao um contexto de violência e desigualdade. O que pretendo aqui é apenas apontar que dentro do contexto em que se insere a lógica cisheteronormativa, esses corpos – os corpos de travestis e mulheres transexuais – sofrem com uma violência particular e que se agrava pela condição de gênero e sexualidade, sem desconsiderar outros indicadores.

O impacto da Transfobia

Desse modo, de acordo com Carrara e Vianna (2006),

Nas grandes metrópoles brasileiras, sujeitos cuja identidade não heterossexual (suposta ou certa) é mais evidente através da exibição ou incorporação de atributos de gênero não-conformes ao sexo designado no nascimento são proporcionalmente mais atingidos por diferentes modalidades de violência e

³ CID10- F64 TRANSTORNOS DA IDENTIDADE SEXUAL: F64.0 Transexualismo; F64.1 Travestismo bivalente; F64.2 Transtorno de identidade sexual na infância; F64.8 Outros transtornos da identidade sexual; F64.9 Transtorno não especificado da identidade sexual; Estas são as categorias as quais transexuais, travestis ou pessoas com qualquer identidade de gênero distinta a de seu nascimento biológico, tem que se submeter a ser diagnosticada para acesso a determinados direitos.

⁴ Foi apenas em junho de 2018 que a OMS informou que a transexualidade será retirada da categoria de transtornos mentais e alocada na Saúde Sexual. Ou seja, a transexualidade continuará no CID, mas sem a patologização enquanto uma questão de saúde mental, mas uma questão do campo da saúde sexual, que demanda cuidados específicos, como a gravidez, por exemplo.

discriminação. A desestabilização provocada por sua performance de gênero, constantemente associada a um conjunto de estereótipos negativos sobre a homossexualidade em geral, torna as travestis as vítimas preferenciais de violência homofóbica em diferentes contextos. Nesse sentido, o grau de exposição a atos violentos separa muito nitidamente diferentes categorias - gays, lésbicas e travestis - frequentemente agrupadas sob a genérica rubrica de "homossexuais" (2006, p. 234).

Essa constatação, muito bem colocada pelos autores, se mostra evidente no contexto brasileiro, onde o país assume a posição de primeiro lugar no número de assassinatos a travestis e transexuais. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA (2019), o Brasil conserva essa posição a cerca de 10 anos. O país ultrapassa inclusive os países em que a transexualidade e travestilidade são criminalizadas, como é o caso de Arábia Saudita, Irã, Iêmem, Nigéria, Sudão e Somália, que além da criminalização da população, contam com a pena de morte como punição para tal. Só em 2019 foram 124 casos de assassinatos à população T (ANTRA, 2019), isso sem contar as mortes subnotificadas, pois, segundo a associação,

São comuns casos em que diversos canais vêm reportando assassinatos de travestis como se fossem "homens vestidos de mulher" ou, ainda, "homossexual assassinado com roupas femininas". O mesmo ocorre no caso de homens trans, quando são identificados como sendo "lésbicas" pelos jornais e meios de comunicação (2019, p. 15).

A partir disso e da compreensão de que a cisheteronormatividade se funda num processo violento de negação das subjetividades dos sujeitos, buscando condicionar e "padronizar" esses indivíduos, é fundamental identificar as particularidades da violência transfóbica e de suas expressões que atingem travestis e transexuais, para então, alcançar o debate da transfobia que se mostra em seu caráter institucional, condicionando a reprodução social dessa população e implicando diretamente no seu acesso à saúde e serviços básicos. Isso porque, tal como aponta Barata (2016, p. 87): "um problema de saúde com importância crescente e no qual a determinação das relações de gênero ocupa uma posição central é a violência".

Segundo Odalia (2017), a violência se mostra arraigada no cotidiano do homem moderno. O viver em sociedade sempre teve um caráter violento, ainda que essa violência pudesse se apresentar em diversas faces e de modos diferentes de acordo com a época e o contexto. Desse modo,

Nem sempre a violência se apresenta como um ato, como uma relação, como um fato, que possuam uma estrutura facilmente identificável. O contrário, talvez, fosse mais próximo da realidade. Ou seja, o ato violento se insinua, frequentemente, como um ato natural, cuja essência passa despercebida. Perceber um ato como violência demanda do homem um esforço para superar sua aparência de ato rotineiro, natural e como que inscrito na ordem das coisas (Odalía, 2017, p. 151).

Isso por que, não existe uma etiqueta de identificação para o ato violento e esses atos, essa violência não se caracteriza de maneira simples, pois é constituída de tantos elementos, muitas vezes sutis, que pode até ser descaracterizada como violência. Por exemplo, em muitas sociedades o conceito de “matar em defesa da honra” é normalizado e legitimado, uma vez que se justifica como um ato de preservação de valores (Odália, 2017). Por isso é fundamental pensar a construção da violência e suas múltiplas expressões a partir das relações sociais e do modo como a sociedade se configura, pois é nesse processo de estruturação da sociedade e das relações entre os indivíduos, que se fundam as normas, regras, morais e demais condutas que virão a ser identificadas e, posteriormente, caracterizadas como legítimas ou repudiadas.

Nem é preciso ir tão longe para perceber esse processo de “aceitação” de determinados tipos de violência, muitas vezes direcionados a grupos específicos. No Brasil, atualmente, sobretudo no Rio de Janeiro, quantas mortes cometidas pela polícia militar não são justificadas em nome da “lei e da ordem”? Em sua esmagadora maioria, jovens negros são assassinados nos mais diversos contextos e têm suas mortes aceitas socialmente pela legitimação de uma política de segurança racista.

Tal como aponta Jesus (2013),

No que se refere ao seu cotidiano, as pessoas transgênero são alvos de preconceito, desatendimento de direitos fundamentais (diferentes organizações não lhes permitem utilizar seus nomes sociais e elas não conseguem adequar seus registros civis na Justiça), exclusão estrutural (acesso dificultado ou impedido à educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros) e de violências variadas, de ameaças a agressões e homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis denominada “transfobia” (p.105).

Nesse sentido, são inúmeras as formas de violência que atingem a população travesti e transexual, onde a transfobia se mostra nos mais diversos espaços e âmbitos sociais, e se expressa através de uma série de violações e agressões. Para Jesus (2013),

tais identidades se tornam invisíveis em espaços sociais que se consideram “normais”, porque pessoas com características sociais e pessoais, que sejam associadas a um estigma – seja ele corporal, psicológico, ou até de caráter – tal como aponta Goffman (1980), não devem ser consideradas completamente humanas. Assim, segundo Jesus (2013, p. 113),

As violações supracitadas, de forma geral, repetem o padrão dos crimes de ódio, motivados por preconceito contra alguma característica da pessoa agredida que a identifique como parte de um grupo discriminado, socialmente desprotegido, e caracterizados pela forma hedionda como são executados, com várias facadas, alvejamento sem aviso, apedrejamento (Stotzer, 2007), reiterando, desse modo, a violência genérica e a abjeção com que são tratadas as pessoas transexuais e as travestis no Brasil.

Ou seja, embora a heterossexualidade não seja determinada nos moldes jurídicos legais como a forma “correta” de se relacionar, sabe-se que esta foi a prática historicamente instituída na sociedade moderna capitalista e pessoas que não correspondiam a este padrão eram perseguidas, patologizadas, criminalizadas, agredidas, violadas, bem como pessoas que fogiam da “cisnormatividade”, onde o intuito é o disciplinamento e a regulamentação desses corpos. Foucault (2000) chamou esse processo de *normalização*. Para o autor,

A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço - essa não é, acho eu, senão uma primeira interpretação, e insuficiente, da ideia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação (Foucault, 2000, p. 302).

Ou seja, por não corresponderem à lógica cisheteronormativa, por tais corpos fugirem do padrão previamente determinado como o “normal” e “aceito”, a população de travestis e mulheres transexuais é um dos grupos a serem constantemente alvo desse processo de adestramento, normalização e disciplinamento dos corpos, uma vez que sua existência questiona toda uma moralidade construída sob tal poder disciplinar do Estado, que vem se reproduzindo e legitimando no cerne das relações sociais.

O que o autor aponta é que os corpos (alguns mais, outros menos), sofrem limitações a partir de uma lógica de poder, em que esse corpo deixa de ser propriedade

da pessoa que o tem, mas torna-se próprio da estrutura social na qual está inserido. Com isso, o corpo precisa ser podado, moldado, ajustado, para que faça parte dessa sociedade, de modo que corresponda com as expectativas sociais e que esteja dentro da “normalidade” e do “aceitável”.

As múltiplas facetas da violência transfóbica

Podemos identificar que esse processo de diferenciação e hierarquização, contribuem para o desencadeamento de um fenômeno que atravessa a vida de muitos grupos, inclusive o de travestis e mulheres transexuais, corroborando para o processo de violência que sofrem: esse fenômeno é o preconceito. O preconceito se expressa de muitas formas no dia a dia dos indivíduos, alcançando diferentes nichos sociais e sendo um combustor para diversas atitudes discriminatórias e violentas.

Segundo Heller (2016),

O preconceito é a categoria do pensamento e do comportamento cotidianos. Os preconceitos sempre desempenharam uma função importante também em esferas que, por sua universalidade, encontram-se acima da cotidianidade; mas não procedem essencialmente dessas esferas, nem aumentam sua eficácia; ao contrário, não só a diminuem como obstaculizam o aproveitamento das possibilidades que elas comportam.

Assim, a existência de pessoas e grupos que ultrapassam esquemas e padrões sociais estabelecidos, é marcada por uma série de episódios discriminatórios motivados pelos preconceitos e, sobretudo, por esse processo de diferenciação. A discriminação e o preconceito, em sua dimensão cotidiana, assolam a vida de travestis e mulheres transexuais nos diversos âmbitos da vida, incluindo as relações familiares, acesso à escolaridade, mercado de trabalho, acesso à saúde, dentre outros. Isso por que, embora muitas das vezes se associe violência apenas à agressão física, a dificuldade de acesso a serviços, as barreiras no processo de reprodução social, dentre diversas outras intempéries também são expressões da violência.

E nesse sentido, a transfobia pode se manifestar de muitas formas, como por exemplo o desrespeito ao nome social, exposições vexatórias onde a identidade de gênero é questionada, médicos que se negam a atender travestis e pessoas transexuais com o argumento de que “não é minha especialidade”, o uso de pronomes de tratamento que não correspondem à identidade de gênero, a proibição do uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero (o que obriga travestis e mulheres

transexuais a usarem o banheiro masculino), xingamentos e olhares discriminatórios são apenas alguns das dezenas de exemplos que poderia listar aqui.

Todos esses exemplos – e mais diversos outros – contribuem para o processo de exclusão social da qual sofrem. Segundo dados da ANTRA, cerca de 90% da população de travestis e mulheres transexuais estão na prostituição e isso não é “por acaso”, mas sim fruto da dificuldade de acesso à serviços básicos que lhes são negados ou dados pela metade.

Isso ocorre, uma vez que o preconceito, a discriminação e a violência impõem uma série de *impossibilidades* para a vida desses sujeitos, contribuindo para a evasão escolar, limitando o acesso ao mercado formal de trabalho, afastando essas pessoas dos serviços de saúde, ou seja, afastando absolutamente essa população da chance de viver uma vida digna e com acesso a direitos. E essa violência, na grande maioria das vezes, também acontece dentro de casa, junto à família, que igualmente discrimina e violenta. Segundo Almeida (2016),

As discriminações à população T, em razão da forma como se exprimem do ponto de vista do gênero, se manifestam desde a infância, na forma de violências, imposições ou de abandono/negligência familiar, de um longo processo de expulsão da escola e de várias outras opressões e violências (inclusive sexuais), muitas vezes sem qualquer tipo de interferência do Estado no sentido de coibi-las (Almeida, 2016, p. 13).

É, então, a partir da identificação dessa ausência do Estado frente ao combate à transfobia e percebendo a dimensão institucional dessa discriminação, onde instituições e serviços públicos não estão isentos de produzir e reproduzir violências à essa população, pelo contrário, são palco de grande parte das situações relatadas por travestis e transexuais, é que pretendi me debruçar sobre esse caráter específico da transfobia.

A Transfobia em seu caráter institucional

As instituições e serviços públicos, como já citado, não estão alheias a dinâmica social que reproduz o preconceito contra pessoas transexuais. Importante pensar que esses espaços não são algo abstrato, mas se constituem por sujeitos e que, como tais, possuem suas crenças, valores, opiniões particulares. Entretanto, esses mesmos sujeitos estão também a representar o poder público e a materializar a política pública que está colocada, devendo seguir uma série de diretrizes e orientações preconizadas pelo Estado e suas esferas. Ou seja, em relação a isso, cabe pensar que discutir a

transfobia institucional não é tarefa fácil, pois envolve compreender culturas, informação (ou ausência de), capacitação profissional, dentre diversos outros elementos, que se constituíram ao longo dos anos na lógica binária de gênero. E é esse binarismo de gênero, segundo Almeida (2016, p. 8) que “dá suporte ao preconceito, a um critério de verdade e, com ele, a muitos privilégios e à desigualdade social própria do capitalismo, que vemos nos diferentes espaços de sociabilidade”.

A partir do exposto, é necessário compreender o Estado como um desses atores que perpetuam a discriminação e corroboram para o processo de violência – repito, em seus mais variados formatos – que atinge travestis e transexuais. Pois o Estado, ao não garantir a esta população acesso a políticas públicas, não fiscalizar os serviços já existentes direcionados a população mas que frequentemente reproduzem preconceito, não pensar/criar estratégias de segurança pública para estes segmentos, além de não fomentar debates sobre diversidade sexual e de gênero na educação, na saúde, não se preocupar com a capacitação de profissionais para uma atuação digna nos serviços públicos, entre outros déficits, assume grande parte da responsabilidade por esse cenário, que se estende por todas as fases da vida dessas pessoas, uma vez que tal como coloca Almeida (2016, p. 14),

Na vida adulta e na velhice, com frequência, as violências e discriminações se mantêm e/ou se transformam. É comum que pessoas trans enfrentem dificuldades para trabalhar com dignidade, para constituir famílias/demais redes de apoio e para obter espaços de moradia e acesso a políticas e programas sociais. As instituições públicas e privadas tendem a dificultar/impedir o acesso deste público a direitos, por meio de discriminações explícitas (expulsão, violência física) ou sutis (maus tratos, humilhações, desrespeito).

Sendo assim, cabe refletirmos que se essa é uma questão que assola toda a população de travestis e mulheres transexuais – ainda que em escalas e formatos diferenciados para cada indivíduo – é imprescindível que o Estado assuma a responsabilidade frente ao enfrentamento dessa questão, garantindo através dos meios cabíveis a proteção social dessas pessoas, o acesso aos direitos, corroborando para o rompimento do processo discriminatório, que se mostra não algo isolado e relacionado a um ou outro indivíduo, mas uma questão cultural e estrutural que assombra dezenas de milhares de pessoas.

Inclusive, para Stotzer (2007), o grupo composto pelas pessoas travestis e transexuais é alvo significativo de crimes de ódio – diferentemente de pessoas cisgeneras e heterossexuais (sem desconsiderar aqui as particularidades de outros

grupos oprimidos que atravessam a questão de gênero) – principalmente devido a sua desproteção social por parte do Estado.

São esses processos de (in)visibilização, disciplinamento e violência que tornam as dissidências sexuais e de gênero um campo de luta por direitos sociais e políticos. Assim, com tamanha desigualdade entre aqueles que seguem as normas e os que as desafiam, Carrara (2012) compreende que o surgimento da demanda por direitos da população LGBTQIA+, ocorre a partir da tentativa de igualar os direitos civis e sociais que eram garantidos apenas a heterossexuais e cisgêneros. Esses direitos só podem ser materializados a partir do reconhecimento pelo Estado das lutas e demandas da população LGBTQIA+, criando-se estratégias que visam promover a igualdade, identificando as necessidades de acordo com a particularidade de cada seguimento da referida sigla e que possam combater a discriminação e a violência a estes indivíduos.

Considerações finais

Historicamente travestis e mulheres transexuais constituem uma população colocada à margem da sociedade, desprotegida de políticas públicas, o que se dá pela ausência de um Estado comprometido com os direitos humanos, com a população LGBTQIA+ e, claro, com diversos outros grupos desprivilegiados.

Nesse sentido, o artigo busca apontar a importância de compreender o processo de violência que sofrem aqueles e aquelas que ousam desafiar o conservadorismo impregnado na sociedade e no Estado, que nesse caso, tem como um de seus pilares a cisheteronormatividade, e, também, evidenciar como a saúde desses sujeitos é entrecortada pelas múltiplas facetas dessa violência estrutural e naturalizada, chamada *transfobia*.

O preconceito, a discriminação e a violência transfóbica impõem uma série de impossibilidades para a vida dessas pessoas, contribuindo para a evasão escolar, limitando o acesso ao mercado formal de trabalho, afastando essas pessoas dos serviços de saúde, ou seja, deslocando essa população da chance de viver uma vida digna e com acesso a direitos. E essa violência, na grande maioria das vezes, é perpetuada inclusive dentro de casa, junto à família, que igualmente discrimina e violenta a partir da reprodução da transfobia estrutural arraigada na sociedade.

Não à toa, o Brasil segue há anos ocupando o posto de país que mais mata travestis e pessoas transexuais no mundo (ANTRA, 2021) e esses assassinatos se destacam pelos meios utilizados para cometê-los, onde na maioria das vezes, são crimes identificados com requintes de crueldade. Em 2020, dentre os assassinatos notificados, em 24

notícias não se informou sobre o tipo de ferramenta e/ou meio utilizado para executar o crime. Nos demais casos observados na pesquisa realizada pela ANTRA, 47% foram cometidos por armas de fogo; 21% por arma branca; 24% por espancamento, apedrejamento, asfixia e/ou estrangulamento; 8% de outros meios, como pauladas, degolamento e corpo ateadado fogo; e, “ainda, 29 casos de execução direta com número elevado de tiros ou a queima roupa, enquanto, em 2019, haviam sido nove execuções” (ANTRA, 2021, p. 59).

Diante do exposto, cabe apontar mais uma vez a negligência perpetuada pelo Estado para com essa população, inclusive no que tange os direitos políticos. Vale lembrar do fatídico episódio ocorrido logo no início do ex-governo federal que deixou explícito o descomprometimento com as pautas em relação à diversidade, no qual uma ex-ministra declarou que uma nova era havia começado: “menino vestindo azul e menina vestindo rosa”⁵ fazendo alusão ao campo LGBTQIA+ e, sobretudo, às diferentes identidades de gênero existentes. E no campo da saúde, no qual já na primeira semana de mandato, o primeiro Ministro da Saúde do ex-governo retira do ar uma cartilha voltada para a saúde de homens transexuais, que discutia formas de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis.

Por fim, seria impossível não citar a conjuntura pandêmica da COVID-19 que impactou completamente a vida de toda população mundial nos últimos 3 anos. A partir de dados ainda preliminares, a ANTRA identificou que as vidas da população travesti e transexual foram diretamente impactadas e que essas pessoas correram riscos ainda maiores em relação às suas condições de sobrevivência. Isso porque, se a crise social e econômica provocada pela pandemia da COVID-19 não contou com uma resposta efetiva do Estado, a violência estatal se manteve presente em diferentes formas: por ação direta ou indireta, quando negou o acesso a direitos (deixando de ampliá-los ou até mesmo retirando os já previamente conquistados) e se omitiu na defesa de corpos travestis e transexuais. Além disso, cabe pensar no avanço da onda fascista pelo mundo – inclusive ocupando os espaços de poder, e no absoluto acirramento das desigualdades que temos visto de forma escancarada ao longo dos últimos meses.

Diante desse cenário, só se confirma o fato de que o estigma e a discriminação contra travestis e pessoas transexuais são reais e profundos em todo o mundo e fazem parte de um círculo estrutural e contínuo de opressão que as mantém afastadas de políticas públicas e dos direitos básicos. Travestis e pessoas transexuais, em todas as partes do mundo, são vítimas de um terrível discurso de ódio, que se desdobra em

⁵ Ver mais em: <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-das-dez/videos/v/azul-e-rosa-declaracao-da-ministradamares-gera-polemica-e-critica-nas-redes-sociais/7275401/>.

violência, que se expressa através de humilhações, xingamentos, agressões físicas e sexuais, assassinatos, desproteção do Estado, negligência, barreiras no acesso aos serviços públicos, dentre inúmeras outras situações recorrentes as quais a população é submetida nesse contexto de transfobia estrutural.

Assim sendo, é cada vez mais urgente travarmos de forma ampla e coletiva a luta pela garantia dos direitos humanos, fortalecendo os movimentos sociais e os espaços de discussão verdadeiramente democráticos, uma vez que a tendência dessa circunstância é o agravamento das condições de saúde dessas pessoas, além da manutenção dos casos de violência.

Referências

ALMEIDA, G. Transfobia. **Série Assistente Social no combate ao preconceito**. Caderno 4. Brasília: CFESS, 2016.

ALMEIDA, G. Homens Trans: Novos Matizes na Aquarela das Masculinidades? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, ago. 2012, 2012.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs). Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs). Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde?** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.

BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARRARA, S. Discriminação, políticas e direitos sexuais no Brasil. In: MONTEIRO, Simone; VILLELA, Wilza (Orgs.). **Estigma e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012, p. 143-158.

CARRARA, S; VIANNA, A. R. B. Lethal violence against travestis in Rio de Janeiro city. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 16, n. 2, p. 233-249, 2006.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975 - 1976)**. São Paulo: Ed. Martins Fontes. 2000.

HELLER, A. **O cotidiano e a História**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

JESUS, J. G. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **Revista História Agora**, [S. l.], 2013, p. 101123.

Corpos em Diálogo: Vivências LGBTQIA+ e os desafios da interseccionalidade

Transfobia institucional: o caráter contraditório do Estado frente ao acesso à saúde pública por travestis e mulheres transexuais
DOI: 10.23899/9786589284475.3

MOIRA, A.; BRANT, T.; ROCHA, M.; NERY, J. W. **Vidas Trans**. Formato ebook, Kindle. Bauru, São Paulo: Astral Cultural, 2017.

ODALIA, N. **O que é Violência**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

STOTZER, R. L. **Comparison of hate crime rates across protected and unprotected groups**. Los Angeles: University of California, School of Law, 2007. Disponível em:
<http://williamsinstitute.law.ucla.edu/wp-content/uploads/Stotzer-ComparisonHateCrimeJune-2007.pdf>.

O apagamento LGBTQIA+ pelos meios de comunicação

Plínio Gevezier Podolan*

Considerações iniciais

Dada a permanente violação dos direitos humanos da população LGBTQIA+, vítima de violências múltiplas no país e no mundo, pretende-se analisar como os meios de comunicação em massa contribuem para a essa violação. O objetivo é identificar como tais meios influenciam e reforçam essas violências, perpetuando preconceitos estigmatizantes e invisibilizando as pautas afirmativas e inclusivas dessa população.

Diante desse cenário, coloca-se em questão o papel democrático dos meios de comunicação e o seu compromisso ético, dado o poder de influência que possuem nas mãos, a fim de promover e consolidar os direitos humanos, sobretudo de populações vulneráveis, auxiliando a denunciar e a combater as violências sofridas pela população LGBTQIA+. Considerando o método dedutivo, a pesquisa traz dados estatísticos de fontes abertas a fim de demonstrar a alarmante violência cometida contra a comunidade LGBT, trazendo, a partir de uma revisão bibliográfica, evidências de como os meios de comunicação contribuem para o aumento da violência ao reforçarem o estigma e o preconceito. Por fim, num giro videográfico, analisam-se exemplos que ilustram o apagamento das pautas civilizatórias LGBT.

Violência e apagamento

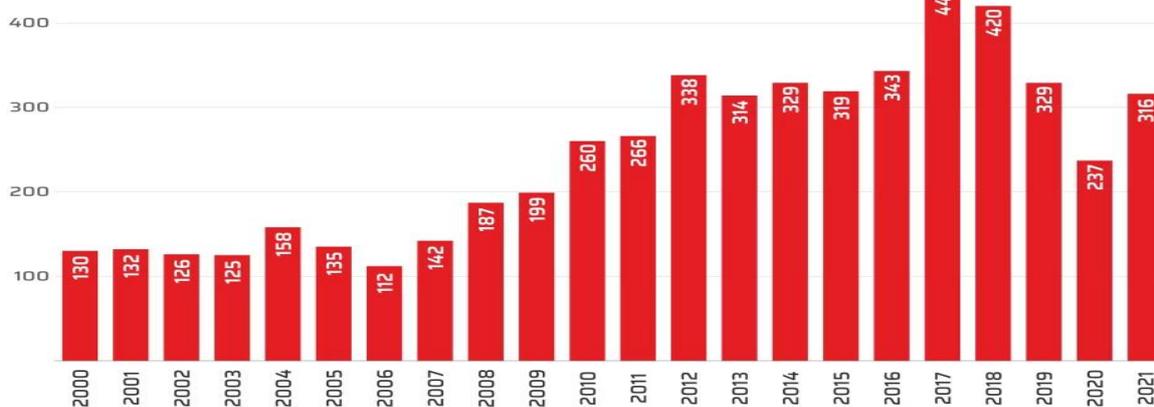
Violências contra a população LGBTQIA+

Segundo o Dossiê de 2021 sobre mortes e violências contra LGBTs produzido pelo Observatório de mortes e violências LGBTI+ no Brasil, “entre 2000 e 2021, 5.362 (cinco mil e trezentas e sessenta e duas) pessoas morreram em função do preconceito” (Acontece *et al.*, 2022, p. 16). Mesmo que o governo brasileiro não produza estatística oficial sobre a população LGBT, organizações não governamentais, coletivos e

* Doutorando em Direito pela PUC-RS, Mestre em Direito pela UFMT, Especialista em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela PUC-RS, Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela PUC-SP, Professor e Juiz do Trabalho.
E-mail: pliniopodolan@gmail.com

movimentos LGBTs buscam apurar e compilar esses dados a fim de que haja um registro estatístico, ainda que tal registro seja marcado por subnotificação (Oliveira, 2020, p. 21). Além das subnotificações, ainda há muita deficiência nas informações sobre violência contra os LGBTs, uma vez que são imprecisas ou ignoram a realidade de identificação de gênero ou orientação sexual dessa população, conforme estudo específico realizado no Estado do Rio de Janeiro (Cordeiro, 2022, p. 19). Pelos dados registrados pelo citado Observatório¹, é alarmante o número de casos de violência contra a população LGBT, preordenada contra essas pessoas tão somente por existirem. O gráfico (Acontece *et al.*, 2022, p. 16) abaixo revela o número de mortes violentas nas duas primeiras décadas deste século, no Brasil:

NÚMERO DE MORTES VIOLENTAS DE LGBTI+ NO BRASIL ENTRE 2000 A 2021



FONTE: Acontece LGBTI+, Grupo Gay da Bahia, Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, 2021.
GRÁFICO: Carolina Menezes.

É importante esclarecer que tal gráfico não implica qualquer ilação de que teria havido um aumento no caso de mortes violentas contra a população. O que houve, muito provavelmente, foi um aumento dos registros, isto é, das notificações e das especificações dessas notificações (Cordeiro, 2022, p. 45). Chama a atenção, conforme gráfico (Acontece *et al.*, 2022, p. 19) a seguir, a forma como se deram essas mortes, demonstrando que 82,91% se deram por homicídios, 7,28% por latrocínios, 8,23% por suicídios e 1,58% outras mortes sem que haja a identificação da causa:

¹ Referido Observatório possui participação dos grupos Acontece Arte e Política LGBTI+, ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) e ABLGT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos).

TIPIFICAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS DE LGBTI+ NO BRASIL EM 2021



FONTE: Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, 2021. GRÁFICO: Carolina Menezes.

No caso do latrocínio, trata-se de crime não necessariamente dirigido por homotransfobia, uma vez que, conforme sua tipificação prevista no artigo 157, § 3º, II, do Código Penal, a intencionalidade do crime é o roubo, ou seja, a subtração de algum bem. Apenas por uma investigação mais minuciosa é que seria possível averiguar as circunstâncias dos casos concretos e se a intencionalidade do crime desbordou para além da subtração do patrimônio, atingindo também a condição de existência da vítima. Por outro lado, o homicídio é produto da intenção de matar – esse é o crime de partida e, diferentemente do latrocínio, não é subsequente ou consequente. Nesse caso, a intenção de matar é fundada em virtude da existência do outro que se quer aniquilar, seja por sua orientação sexual, seja por sua identidade de gênero ou, até mesmo, por sua expressão artística ou seu ativismo em prol dos direitos humanos dessa população vulnerável. Assim, no Brasil, das mortes violentas em 2021 praticadas contra a comunidade LGBT, 82,91% (Acontece *et al.*, 2022, p. 18) foram causadas por homicídios. Esse dado, apurado pelo Observatório, destaca a motivação dos crimes que, no caso, foram por homotransfobia.

Outro percentual preocupante é o de suicídio (8,23%), que na população LGBT é superior que a média da população heterossexual, isso porque aquela comunidade, em virtude do estigma² sofrido, está mais propensa a ideações e tentativas de suicídios (Barbosa; Medeiros, 2019, p. 257), o que, por si só, é um indicativo da pressão psicológica sofrida pela extrema marginalização e violência a que está submetida³.

² Recomenda-se a leitura do estudo realizado por José Carlos Pacheco da Silva e outros. SILVA, José Carlos Pacheco da; CARDOSO, Rodrigo Ribeiro; CARDOSO, Ângela Maria Rosas Cardoso; GONÇALVES, Renato Santos. Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação da adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 7, p. 2643-2652, 2021.

³ O suicídio é considerado um problema de saúde pública global, pois já representa a segunda causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos (World..., 2019). Isto levou a Organização Mundial de Saúde priorizar

Ciente dessa trágica realidade, analisa-se de que maneira os meios de comunicação contribuem para o agravamento dessas violências, sendo que, para o presente desiderato, dois vieses serão abordados; um, que se relaciona com o reforço do preconceito, baseado na imposição da heteronormatividade e na banalização da violência e, outro, que se efetiva com o apagamento LGBT, invisibilizando suas pautas e evitando-se o aprofundamento das reflexões acerca do que origina essa violência.

O reforço do preconceito pelos meios de comunicação em massa

É importante destacar que a sociedade brasileira foi forjada a partir de uma estrutura patriarcal, racista e heteronormativa. Patriarcal⁴ porque considerou uma estrutura familiar em que apenas o homem poderia ser o chefe de família ou a pessoa apta para trabalhar, tratando a mulher com inferioridade e impedindo-a de ingressar no mercado de trabalho, mesmo quando essa assim se desejava. Reflexos disso são sentidos e estão muito longe de serem superados, como a discriminação da mulher no mercado de trabalho, que recebe salários inferiores à média recebida pelos homens, ainda que exercendo as mesmas atribuições e com igual qualidade⁵. Documento

a redução da mortalidade e incluí-la como um indicador nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) sob a meta 3.4, bem como no 13º Programa Geral de Trabalho 2019-2023 (OMS) e no Plano de Ação de Saúde Mental da OMS 2013-2030. A taxa global de suicídio, embora tenha reduzido no período de 2010 a 2016, houve um aumento de 6% no continente americano. A prevenção do suicídio abrange desde a oferta das condições mais adequadas para o atendimento e tratamento efetivo das pessoas em sofrimento psíquico até o controle ambiental dos fatores de risco. Tal violência dimensiona o peso da reprovação social sobre o inconsciente e autoestima das pessoas vítimas desse agravo e, algumas delas não tem suportado a dor causada pelo olhar e críticas, a ponto de tirarem a sua própria vida. Na população LGBT+ revela o quanto é doloroso e difícil lidar com a sexualidade fora do esquema da heteronormatividade, numa sociedade cissexista (Oliveira; Vedana, 2020). O sofrimento, constrangimentos, assassinatos e suicídios são motivados muitas vezes devido ao não reconhecimento das vivências trans (Jesus, 2015), grupo ainda pouco estudados no Brasil, e que no presente estudo apresentou baixo percentual de notificações de violência, tanto provocada quanto interpessoal (CORDEIRO, Geórgia Thais Lima. *Notificação de violência autoprovocada e interpessoal da população LGBT no Estado do Rio de Janeiro, no período de 2015 a 2021*. Dissertação de Mestrado Profissional em Saúde Pública. Orientadora: Vania Reis Girianelli. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2022, p. 74/75).

⁴ Sobre o patriarcado, destaca-se o conceito de Gerda Lerner, segundo a qual, “em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral”. LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019, p. 290.

⁵ Chama-se a atenção, por exemplo, para o fato de que o PL 1.085/2023, que trata da igualdade salarial entre homens e mulheres, apesar da disposição expressa nos artigos 5º e 7º da Constituição Federal quanto a essa igualdade, em que 26 deputados e 10 deputadas votaram contra sua aprovação em 05 de maio de 2023. PILAR, Ana Flávia. Quem votou contra salário iguais para mulheres? O Globo. Caderno Economia. Publicado em 05 maio 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/quem-votou-contras-salarios-iguais-para-mulheres-zambelli-rosangela-moro-e-bia-kicis-integram-lista.ghtml>. Acesso em: 12 maio 2023.

divulgado em março de 2023, pela Organização Internacional do Trabalho, revela novos dados que destacam as diferenças de gênero no mercado de trabalho. Esse relatório indica que nos países em desenvolvimento, a proporção de mulheres que não conseguem ocupar um emprego chega a 24,9% nos países de baixa renda, sendo 16,6% entre os homens, o que indica a maior dificuldade de inserção no mundo do trabalho pela mulher. Sobre a renda, o relatório indica que nos países de baixa renda, as mulheres ganham, em médio, 33 centavos a menos por cada dólar que um homem recebe (ILO, 2023, p. 6).

Além das desigualdades sociais e econômicas enfrentadas pelas mulheres, outros desafios também lhe são próprios, como o assédio sexual e moral que sofrem no ambiente de trabalho. Elementos de proteção à mulher, como por exemplo à gestante e à lactante, que existem para garantir o bem estar da família e da criança, elevados à garantia constitucional, a exemplo do artigo 10, II, b, do ADCT, no plano interno, e à direito humano, a exemplo da Convenção n.º 183 da OIT, no plano internacional, também são usados como fatores discriminatórios, impedindo, muitas vezes, que mulheres sejam contratadas quando estão em tais circunstâncias naturais da vida.

Racista porque a história brasileira após as invasões europeias acumula muito mais tempo de escravidão⁶ do que de liberdade, sendo o último país no mundo a abolir a escravidão nas américas, sem que houvesse qualquer medida de compensação para os povos africanos que forçosamente migraram para o Brasil. Mesmo tendo passado mais de um século (1888) desde a abolição da escravatura, as pessoas negras são as que tem menos acesso ao ensino, à educação e a políticas públicas de emancipação, além de serem socialmente mais vulneráveis, sem contar o genocídio e encarceramento negro⁷.

⁶ Sobre o racismo no Brasil, recomenda-se a leitura das obras de Laurentino Gomes. GOMES, Laurentino. *Escravidão*. Volumes I, II e III. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

⁷ Tratando da discriminação racial, o relatório da OXFAM aponta que “se há diferenças grandes entre homens e mulheres, o enfoque em raça mostra que a situação da população negra é ainda mais grave. [...] Entre as pessoas que recebem até 1,5 salário mínimo, estão 67% dos negros brasileiros, em contraste com menos de 45% dos brancos. Cerca de 80% das pessoas negras ganham até dois salários mínimos. Tal como acontece com as mulheres, os negros são menos numerosos em todas as faixas de renda superiores a 1,5 salário mínimo, e para cada negro com rendimentos acima de 10 salários mínimos, há quatro brancos [...]” (p. 27). Quando se analisam os dados educacionais, para ver se há algum horizonte de eventos mais otimista, as expectativas são frustradas. “Em 1995, brancos tinham, em média, 6,7 anos de estudo, enquanto no caso dos negros essa média era de 4,5. Passados vinte anos, brancos têm uma média de 9 anos de estudo, contra 7,4 dos negros (p. 60). [...] Sob a ótica racial, as desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil são marcantes. Em 2010, negros representavam apenas 1/4 dos diplomados no Brasil. Além disso, cursos universitários de carreiras com rendimentos altos são território de brancos: a chance de pretos completarem um curso universitário de engenharia é a metade da que têm os brancos, e no caso de odontologia é cinco vezes menor que a de um branco”. (p. 62). OXFAM BRASIL. *Relatório: A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*, 2017.

Heteronormativa porque pressupôs (e ainda pressupõe grande parcela da população) de que somente é aceitável uma composição familiar unicamente formada por um homem e uma mulher, destinados à procriação, considerando um conceito religioso e mítico, eivado de preconceito, despido de pressupostos amorosos, que marginaliza e exclui todas as demais possibilidades de existência familiar que não se encaixem nesse modelo totalizante criado, inventado, imaginado e tomado como verdade para a manutenção do privilégio que se estende somente aos encaixotados.

A economia política da ordem de gênero nas sociedades contemporâneas é heterossexual. Isto significa que as normas de gênero refletem a estreita relação entre a ordem de gênero e a hegemonia heterossexual (Butler, 1993). As normas institucionais, legais e culturais reificam e instauram a normatividade da heterossexualidade, o que é não apenas assumido mas é também expectável e ativamente reforçado (Chambers, 2007). A heterossexualidade é vista como uma instituição política que desempodera não apenas as mulheres (Rich, 1980) mas também qualquer outro corpo e identidade que não cumpram aquelas normas. Funcionando como um sistema de crenças e princípios que estigmatizam e negam qualquer forma não-heterossexual de comportamento, identidade e/ ou relacionamento, o heterossexismo está acoplado a uma lógica desigualitária de privatização (Herek, 1993) que legitima publicamente a heterossexualidade, ao mesmo tempo que faz com que as não-heterossexualidades sejam frequentemente remetidas para o silenciamento [...] (Oliveira *et al.*, 2014, p. 63-64).

É exatamente essa sociedade heteronormativa que cria e reforça diariamente o estigma sobre as pessoas LGBTs, as quais, por não se identificarem com essa invenção, suscitam sua ampliação conceitual ou, ainda, a ruptura dessa totalização limitante. A comunidade LGBT, diferentemente do que alguns podem pensar, não considera que a configuração heterossexual de família deve ser substituída por outro modelo. Considera, tão somente, a necessidade de inclusão, em patamar igualitário, de outros modelos excluídos do padrão heteronormativo. Em outras palavras, a diversidade propõe a soma de todos os grupos e não a exclusão de alguns ou o privilégio de outros.

A construção desse estigma marginalizante sobre a população LGBT sempre teve os meios de comunicação como aliados, seja os representando como alvo de piadas desumanas, seja os colocando no patamar de seres inferiores ou como mentalmente desorientados, quando não se ingressa, não raro, na seara religiosa. Exemplo mais destacado se deu quando se iniciou a epidemia da AIDS, sobretudo na década de 1980, quando se divulgava que tal doença acometia tão somente homossexuais masculinos, quando então a mídia valeu-se da expressão “peste gay”, dando uma conotação religiosa e de castigo em virtude da orientação sexual (Silva *et al.*, 2016, p. 2).

Mesmo quando não se há uma intencionalidade pejorativa nas narrativas construídas pela mídia, a falta de conhecimento acerca das identidades LGBTs acaba por invisibilizá-las ou retrata-las erroneamente, evidenciando-se, por exemplo, uma diferença de abordagem quando se trata de gays e lésbicas, em comparação a trans e travestis (Assis, 2020, p. 195), tanto que motivou a Presidente da Federação Internacional de Jornalismo, Dominique Pradalie, a reforçar o conteúdo da Carta Global Ética da FIJ onde “destaca a importância de os jornalistas evitarem a disseminação da discriminação, inclusive com base no gênero” (FENAJ, 2023).

Outro estudo revela, ainda, como essa construção estigmatizante e preconceituosa prejudica, inclusive, o atendimento que a população LGBT recebe em atendimentos médicos e psicológicos no sistema público de saúde, pois há um tendência em considerar, apenas pelo fato de ser LGBT, que há um comportamento comum associado a “alcoolismo, dependência química e promiscuidade sexual”, prejudicando a análise diagnóstica e até mesmo a anamnese a ser realizada, além da “tendência à generalização da vinculação LGBT com transtornos mentais” (Guimarães, 2018, p. 131).

Como se denota, esse tripé sobre o qual a sociedade brasileira é formada (patriarcado, racismo e heteronormatividade) conduz a forma como os meios de comunicação retratam a população LGBT, reforçando o preconceito e banalizando a violência que essa comunidade sofre. Aliás, tal banalização também se dá por meio da omissão, quando, por exemplo, deixa-se de divulgar as notícias de crimes contra essa população e, tampouco, exige-se solução dos crimes não solucionados. Também se inferioriza ou se diminuem as pautas de inserção da comunidade LGBT quando, tendo oportunidades concretas de se ampliar o debate, apagam-nas, relegando-as a um patamar de desprezo ou desconsideração, como se demonstrará no próximo item.

Apagamento LGBTQIA+ versus compromisso ético com os direitos humanos

Partindo-se da premissa de que há um padrão normativo sexual imposto, no caso, o heteronormativo, o padrão de comportamento exigido e, sobretudo, a linguagem acabam sendo fruto do resultado desse domínio (Pinho *et al.*, 2020). Pela linguagem, como se sabe, aprisionam-se conceitos que são excludentes, a exemplo do arraigado conceito do que seja uma família, fruto de discussão cultural, social, política e jurídica dos últimos anos (Oliveira *et al.*, 2014, p. 68).

Mas para o que aqui importa, o objetivo é ilustrar, a partir de três situações recentes nos meios de comunicação, as formas como o apagamento da população LGBT

se dá, mitigando-se sua possibilidade de inserção como sujeitos de iguais direitos na sociedade.

Lilia Schwarcz, historiadora e antropóloga brasileira pela Universidade de São Paulo, titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas daquela instituição, dispôs-se, muito provavelmente em virtude da sua missão como educadora, a compartilhar seu conhecimento nas redes sociais para demonstrar as narrativas históricas que foram construídas ao longo dos séculos por meio de uma perspectiva eurocêntrica e heteronormativa. Seu objetivo têm sido, claramente, fomentar uma reflexão mais profunda sobre a realidade da história, sobre as violências perpetradas e jamais contadas nos livros porque aqueles que detinham e ainda detém o poder de contá-la a escreveram segundo suas versões parciais.

Nessa missão a que se propôs a historiadora, ao ser entrevistada no programa “Flow” (2022), Lilia Schwarcz, a seu modo, sendo diversas vezes interrompida por dois homens que a entrevistavam, os quais, inclusive, muitas vezes, ridicularizavam sua fala, embora estivesse baseada em dados e pesquisas históricas demonstráveis, tentou explicar a importância de se ter a linguagem neutra ou inclusiva. Em sua fala, um dos entrevistadores disse que, embora reconhecesse a importância de que os LGBTs lutassem “por aceitação”, disse: “só não [acho] que eles devem impor à sociedade os avanços, que eles considerem avanços, porque não é toda a sociedade que concorda e ser imposto é ruim” (FLOW Youtube, 2022). Em resposta, Lilia Schwarcz procura sensibilizar o entrevistador, demonstrando a importância de que a maioria heteronormativa reflita e incorpore a linguagem inclusive porque a população LGBT é uma minoria e, por isso, mais vulnerável, ao que o entrevistador respondeu com um emblemático: “eu não quero” (FLOW Youtube, 2022), expressando sua indiferença (e não ignorância) quanto à violência sofrida por essa população.

Há uma premissa clara na fala desse entrevistador que parece ser um consenso: aquilo que é imposto, ou seja, aquilo que não é democrático, é ruim e, por essa razão, não deveria ser aceito. Sua interpretação, embora tenha uma premissa defensável, limita-se à sua visão heteronormativa de mundo. Isso porque, desde sempre, aos LGBTs fora imposto um modo de vida que os agride e os violenta, inclusive os mata. Justamente por não considerarem mais possível admitir tal imposição feita pelo mundo que os excluem, mundo esse que não considera a possibilidade da diversidade, é que a luta por “aceitação”, como ele disse estar de acordo, passa, necessariamente, pela luta por uma linguagem mais inclusiva. E o que é mais interessante, é que a reivindicação do gênero neutro não exclui qualquer outro gênero já concebido socialmente, em especial à designação binária a que está acostumada a sociedade, não sendo demais lembrar que,

em algumas línguas, como o próprio inglês, o artigo “*the*” pode ser usado tanto antes de substantivos femininos ou masculinos, razão porque pensar em uso de pronomes comuns ou alternativos não é algo que atenta contra a linguagem que se atualiza constantemente, especialmente neste país latino-americano que adora importar dos Estados Unidos sua cultura. Senão, do contrário, o “vossa mercê” não teria jamais sido substituído pelo uso do “você” e, para ser mais atual ainda, do “vc”, nas abreviações comuns da linguagem coloquial, amplamente aceitos nos grupos de mensageria.

Os meios de comunicações influenciam, sobremaneira, a forma como as pessoas se comunicam, pois integram na mídia, na propaganda, nas artes, palavras e gírias que não eram usadas, como “sextou”, “pix”, “coworking”, “compliance” e outras que são reveladas ao público em geral, como o exemplo da palavra “sororidade” que, após ser falada pela participante Manu Gavassi na edição de 2020, do Big Brother Brasil, da rede Globo, um dos programas mais assistidos da TV brasileira, foi uma das palavras mais pesquisadas pelo seu significado nos navegadores da internet, o que demonstra o quanto uma conduta proativa daqueles que produzem conteúdo pode influenciar, inclusive, a linguagem, tornando-a mais inclusiva e menos violenta.

O exemplo acima, de quem entrevistava a historiadora Lilia Schwarcz, é tão antiético que entra em conflito com a conduta moral esperada de um comunicador, mas não deve ser desprezado, sobretudo em virtude do seu alcance. Ao menos até 31 de março de 2023, referido canal contava com 2,58 milhões de inscritos e esse vídeo, em particular, com 233 mil visualizações.

Porém, há outros exemplos de apagamento que não são tão superlativos e escancarados como o que se descreveu acima. Como se sabe, todos os anos a indústria do cinema produz festivais para premiar os profissionais da área, sendo que, ao menos no Brasil, o festival mais conhecido dentre os produzidos pelo mundo é o Oscar (oscars.org). Assiste-se e torce-se para ver algum representante do cinema brasileiro e, mesmo que não figure algum na lista, milhões de pessoas pelo mundo assistem à cerimônia de premiação, não só pelo desfile de moda das celebridades, pelos shows que são apresentados, mas também, pelos discursos dos agraciados. Aguarda-se pelos discursos, à espera de emoção, tal qual os filmes que lhe antecederam.

Não se pretende aqui fazer uma análise histórica do conteúdo dos discursos, mas é possível afirmar que alguns artistas fazem referências que vão além dos meros agradecimentos. Trazem à tona a relevância da história contada e pela qual estão sendo premiados. Não é demais lembrar o alcance de premiações como essa e a influência que esses artistas, produtores, diretores, enfim, todos os envolvidos nesse gigante meio de comunicação possuem.

Dois discursos recentes serão aqui analisados. Em primeiro lugar, da atriz Michelle Yeoh que ganhou o Oscar de atriz protagonista pelo filme que, em português, recebeu o nome de “Tudo, em todo lugar, ao mesmo tempo” (2022). Embora aparentemente caótica a narrativa do filme, o seu tema central, e para quem é LGBT isso fica ainda mais claro, trata do conflito entre uma mãe e a sua filha lésbica. De um lado, uma mãe, frustrada com as escolhas que fez durante a sua vida e, do outro, uma filha que, sendo lésbica, não se sente acolhida por sua mãe. Todo o resto no filme é para sustentar esse conflito. Um conflito que pode, de tão grave, acabar com todo o multiverso. A vilã é, nesse enredo, a filha, que não sendo acolhida pela mãe, tenta destruir todos os universos possíveis e todas as possibilidades de vida imagináveis. Claro que há assuntos colaterais. E ao final, depois de viver, ao mesmo tempo, em todos os lugares, tantas possibilidades de existência, a mãe se dá conta de que pode ser feliz naquela existência originária, desde que a abraça sua realidade e a forma de existir de sua filha.

Mas nada se falou sobre isso no discurso, sobre o conflito da homofobia que gerou o caos do multiverso. O discurso emocionado (Tradustars Youtube, 2023) da atriz disse muito mais sobre sua pessoa e nada disse sobre a história que ela tão bem interpretou. Havia, por detrás de seu discurso, outros preconceitos sendo revelados, a exemplo do etarismo e da xenofobia em virtude, respectivamente, de sua idade e de sua origem malaia-chinesa. Mas nada foi dito sobre a intolerância contra a população LGBT. A reflexão que poderia ter sido aprofundada com o filme se dissipou, areia ao vento.

Ao receberem o Oscar por melhor direção, os diretores, ambos de nome Daniel, centraram a gratidão em suas mães, certamente como homenagem à mãe que protagonizou o filme. Mas há algo, quase despercebido, na fala de Daniel Scheinert que merece atenção: quando agradece à sua mãe e ao seu pai por não lhe terem tolhido sua criatividade quando criança, em especial quando se montava de *drag queen* o que, em suas palavras, “não é uma ameaça a ninguém” (Philadelphia Youtube, 2023). Essa alusão não foi aleatória. Recentemente, o estado americano do Tennessee aprovou uma lei que “proíbe drag queens de se apresentarem em público e para crianças” (G1, 2023), marginalizando essa manifestação artística, como mais uma demonstração do apagamento da cultura *queer*. Porém, o destaque que merece ser enfatizado do discurso em análise é o de que um criança LGBT, quando acolhida pela família e tendo sua identidade respeitada, sem considerá-la um erro, um crime ou pecado, viabiliza um ambiente para o crescimento saudável, criativo e produtivo daquele ser. A rejeição familiar, como se viu anteriormente, é um fator traumático na vida das pessoas LGBTs, diminuindo-lhes a autoestima e a capacidade de se relacionarem socialmente, além de lhe causarem doenças psicossomáticas.

E, no terceiro e último exemplo, outra reflexão que deixou de ser feita para auxiliar no combate ao preconceito. A história de um ator, que achou que sua carreira tinha se acabado, retorna com uma atuação triunfal, em “A Baleia”. Brendan Fraser foi anunciado como vencedor do prêmio de melhor ator e dirigiu-se ao púlpito para fazer o seu discurso. Antes, porém, de analisar suas palavras, sobre o que era a história que ele magistralmente interpretou? Engana-se quem considera o tema central do filme tratar-se de gordofobia. Era também. Mas o foco do filme era sobre homofobia, sobre a violência que aquele homem e seu companheiro sofreram em virtude de intolerância religiosa. A homofobia que lhe causou o sofrimento, a ansiedade, a compulsão alimentar, o isolamento e a abdicação de sua autoestima e do seu amor próprio. Um dos personagens do filme, Thomas, representado pelo ator Ty Simpkins, apresenta-se como um jovem missionário propagando a palavra divina, segundo sua opção religiosa, e possui dois diálogos paradigmáticos com o protagonista. No início do filme ele é questionado se sentia nojo do personagem (Charlie) vivido por Brendan Fraser, ao que respondera negativamente, em clara alusão ao seu tamanho e à sua obesidade. Ao final do filme, quando confrontado com a mesma pergunta, o jovem missionário revela sua repulsa, mas, agora, ao fato de que o protagonista era gay. O filme “A Baleia” descreve uma dor violenta e asfixiante que deixa o espectador sem ar do primeiro ao último minuto, dor essa provocada pela homofobia. Todo o resto é colateral.

E o discurso da premiação? Nenhuma referência foi feita à motivação do filme. Mais uma vez, o premiado falou mais de si do que sobre a história que o levava até à ovação (ABC Youtube, 2023). Outra vez se perdeu a oportunidade, nem que fosse por 10 segundos, de jogar luz sobre o tema e ajudar a refletir sobre a pauta LGBT contra o preconceito. Esse apagamento, intencional ou não, não é apenas reflexo da sociedade preconceituosa e fundada na heteronormatividade, mas é dirigido para manter a violência, diminuindo os processos de inclusão da população LGBT, tão alijada dos direitos civis e que possui sua possibilidade de existência tão violentada.

Nesse sentido é que reside a crítica principal deste trabalho, uma vez que os meios de comunicação em massa, não importa a forma como eles se apresentam, possuem uma responsabilidade social importante, na formação da opinião da sociedade e, portanto, na inserção da pluralidade que a representa. Quando tais meios decidem fraudar as narrativas, apagar comunidades ou reforçar estigmas, agem de maneira aética e aliam-se à promoção da desigualdade e da violência. Quanto aos meios jornalísticos de comunicação, o compromisso ético é conduta esperada conforme os artigos 3º e 4º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Aliás, o artigo 6º desse

código⁸ narra alguns deveres dos jornalistas que, na presente análise, servem para ilustrar os motivos pelos quais a mídia e os demais meios de comunicação deveriam ter como compromisso: fomentar o respeito à diversidade, combatendo todas as formas de preconceito.

Considerações finais

Como se buscou demonstrar, a pesquisa perscrutou dados estatísticos, reunidos, em sua maior parte, por organizações não governamentais, uma vez que o Estado brasileiro tem sido omissor na produção desses dados. O objetivo central foi, inicialmente, retratar a situação de violência da população LGBT, figurando o Brasil como o país que mais mata, violentamente, pessoas dessa comunidade vulnerável.

Essa fragilidade histórica tem seu agravamento no país, sobretudo em virtude da formação da sociedade brasileira, a qual, como visto a partir de uma revisão bibliográfica, fundou-se em um tripé formado pelo patriarcado, com o imperativo do gênero masculino e da submissão da mulher nas relações familiares, religiosas, sociais e políticas, pelo racismo, fruto de uma sociedade historicamente escravocrata e que jamais foi capaz de compensar a desigualdade e a desumanidade praticada com os povos africanos e os povos originários, sentindo-se reflexos até os dias atuais, formando uma sociedade estruturalmente racista e, por fim, pela heteronormatividade, como imposição de modelo familiar e cultural que deve ser seguido, marginalizando e excluindo todas as demais formas de presentificação da existência humana e de seus elos.

Esse caldo sócio-histórico-cultural poderia ter uma virada de chave, caminhando-se para uma sociedade decididamente inclusiva, pautada na ética e na alteridade, reconhecendo o Outro como sujeito de iguais direitos, a começar pela liberdade de

⁸ Art. 6º É dever do jornalista: I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos; II - divulgar os fatos e as informações de interesse público; III - lutar pela liberdade de pensamento e de expressão; IV - defender o livre exercício da profissão; V - valorizar, honrar e dignificar a profissão; VI - não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha; VII - combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercidas com o objetivo de controlar a informação; VIII - respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão; IX - respeitar o direito autoral e intelectual do jornalista em todas as suas formas; X - defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito; XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias; XII - respeitar as entidades representativas e democráticas da categoria; XIII - denunciar as práticas de assédio moral no trabalho às autoridades e, quando for o caso, à comissão de ética competente; XIV - combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza.

existência, se os meios de comunicação em massa, os quais possuem o principal poder de influência e de formação cultural, tivessem um compromisso ético com a diversidade e com os direitos humanos, auxiliando na concessão de espaço e tempo para a inserção das pautas civilizatórias da população LGBT, ampliando as discussões sem invisibilizar ou marginalizar esses corpos e, emergencialmente, denunciando todas as violências que contra essa população vulnerável são praticadas.

Referências

ABC YOUTUBE. **Brendan Fraser's acceptance speech for best actor at 2023 Oscars**. Publicado em 13 de março de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_Cb47G6hImk. Acesso em: 01 abr. 2023.

Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021**. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2021-ACONTECE-ANTRA-ABGLT-1.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2023.

ASSIS, José Felipe Vaz de. **Representações midiáticas no impresso: uma análise das notícias veiculadas durante a parada do orgulho LGBT no jornal Folha de S. Paulo**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de Comunicação. Orientação Cláudio Bertolli Filho. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista. Bauru, 2020. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/202502/assis_jfv_me_bauru.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 03 abr. 2023.

BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira; MEDEIROS, Robson Antão de. Direito, saúde e suicídio: impactos das leis e decisões judiciais na saúde dos jovens LGBT. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 8, n. 3, 2018, p. 250-288.

CORDEIRO, Geórgia Thais Lima. **Notificação de violência autoprovocada e interpessoal da população LGBT no Estado do Rio de Janeiro, no período de 2015 a 2021**. Dissertação de Mestrado Profissional em Saúde Pública. Orientadora: Vania Reis Girianelli. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2022.

CORTES DO FLOW. **Gênero Neutro** (10min). Entrevista com Lilia Schwarcz. Flow podcast #532. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xanP7A0J30k>. Acesso em: 02 abr. 2023.

EVERYTHING EVERYWHERE ALL AT ONCE. Direção de Daniel Kwan e Daniel Scheinert. Estados Unidos: IAC films, Gozie AGBO, Year of the Rat, Ley Line Entertainment, 1 vídeo. (139 min), 2022.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Cobrir pessoas trans na imprensa é uma questão de representação e ética jornalística, reforça FIJ**. Publicado em 31 de março de 2023. Disponível em: <https://fenaj.org.br/cobrir-pessoas-trans-na-imprensa-e-uma-questao-de-representacao-e-etica-jornalistica-reforca-fij/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

G1. GLOBO. **EUA: lei proíbe drag queens de se apresentarem em público e para crianças no Tennessee**. Publicada em 10 de março de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/03/10/eua-lei-proibe-drag-queens-de-se-apresentarem-em-publico-e-para-criancas-no-tennessee.ghtml>. Acesso em: 02 abr. 2023.

GUIMARÃES, Rita de Cássia Passos. **Estigma e Diversidade Sexual nos Discursos dos (as) profissionais do SUS: desafios para a saúde da população LGBT**. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília. Orientadoras: Ana Valéria Machado Mendonça e Flávia Bonsucesso Teixeira. Unb. Brasília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34523/1/2018_RitadeC%3%a1ssiaPassosGuimar%3%a3es.pdf. Acesso em: 02 abr. 2023.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). Spotlight on work statistics n. 12: new data shine light on gender gaps in the labour market. **ILO Brief**, march 2023. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_870519.pdf. Acesso em 02 abr. 2023.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

OLIVEIRA, João Manuel de; COSTA, Carlos Gonçalves da; CARNEIRO, Nuno Santos. **Problematizando a humanidade: para uma psicologia crítica feminista queer**. Gender and Sexuality. Annual Review of Critical Psychology, 11, 2014.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-2019.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2023.

OXFAM BRASIL. **A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras**, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>. Acesso em: 15 set. 2021.

PHILADELPHIA YOUTUBE. **Daniel Kwan and Daniel Sheinert win Oscar for directing fo “Everything Everywhere all at once**. Publicado em 13 de março de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XfmF7ckFB7Y>. Acesso em: 01 abr. 2023.

PILAR, Ana Flávia. Quem votou contra salário iguais para mulheres? **O Globo**. Caderno Economia. Publicado em 05 maio 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/quem-votou-contras-salarios-iguais-para-mulheres-zambelli-rosangela-moro-e-bia-kicis-integram-lista.ghtml>. Acesso em: 12 maio 2023.

PINHO, Alice Agnes, Spíndola Mota; SILVA Andréia Fernandes; NETO, Zeninho Luiz Gasparetto. Webjornalismo e construção de sentidos: uma análise das notícias sobre a população LGBT no G1 Tocantins. **Revista Observatório**, Palmas, v. 6, n. 6, p. 1-27, out./dez. 2020.

Corpos em Diálogo: Vivências LGBTQIA+ e os desafios da interseccionalidade

O apagamento LGBTQIA+ pelos meios de comunicação

DOI: 10.23899/9786589284475.4

SILVA, Fábio Ronaldo da; ARAÚJO, Martinho Tota Filho Rocha. **“Meu prazer agora é risco de vida” ou quando a mídia transforma gays em monstros**. In: XII CONAGES – Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidades, 2016. Disponível em

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/27985/1/2016_eve_frslva.pdf. Acesso em 02 abr. 2023.

SILVA, José Carlos Pacheco da; CARDOSO, Rodrigo Ribeiro; CARDOSO, Ângela Maria Rosas Cardoso; GONÇALVES, Renato Santos. Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação da adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 7, p. 2643-2652, 2021.

THE WALE. Direção de Darren Aronofsky. Estados Unidos: Protozoa Pictures. 1 vídeo. (117 min), 2022.

TRADUSTAR YOUTUBE. **Discurso completo de Michelle Yeoh** – Oscar de melhor atriz histórico (legendado). Publicado em 13 de março de 2023. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=fnuAffxJQcY>. Acesso em: 01 abr. 2023.

Vivência das Pessoas LGBTI+ na atenção em saúde

Igor Marçal Mena*

Renata Bellenzani**

Introdução

A saúde é compreendida enquanto “completo bem-estar físico, mental e social e não meramente ausência de doença ou enfermidade” (Scliar, 2007). A atenção em saúde se configura como direito do cidadão e dever do Estado (Basil, 1988) em promovê-la a partir de políticas públicas. Tais políticas podem ser universalistas, a exemplo da política nacional de Saúde, operada a partir do Sistema Único de Saúde (SUS), ou focalizadas em determinadas populações/indivíduos em situações determinadas, de maior vulnerabilidade socioeconômico, marginalização social historicamente constituída ou sob risco maior a determinados agravos em saúde, como mortes por causas externas (Carmo; Guizardi, 2018). Sobrinho (2019) apresenta que, entre 2011 e 2018, foram assassinadas no Brasil 4.422 pessoas em função de orientação e/ou identidade sexual (ou seja, população LGBTI+¹), totalizando uma morte a cada 16 horas no país, colocando o Brasil em primeiro lugar no ranking de países nos quais mais se mata pessoas LGBTI+. Outras formas de ocorrências (e.g: agressões físicas e psicológicas), no mesmo período, totalizaram 26.938 denúncias. Na base das violências está a discriminação, cujos atos têm sido denominados como expressões de LGBTfobia, que ocorrem nos mais diversos espaços sociais, incluindo os espaços institucionais em que as políticas são efetivadas, como os serviços de saúde. A LGBTfobia é tema central

* Mestrando em Saúde (Coletiva/UFPR), Bacharel em Psicologia (UFMS/Paranaíba). Pesquisador no Estudo “Discriminação e Saúde LGBT: vivências de pessoas LGBT+ na rede de atenção em saúde”. Foi pesquisador de Iniciação Científica no mesmo projeto.

E-mail: igormmena15@gmail.com

** PPGSC - linha de pesquisa: Políticas e Serviços de Saúde). Colaboradora do PPGPSICO/UFMS (linha: Processos Psicológicos e suas Dimensões Socioculturais). Coordenadora do Estudo “Discriminação e Saúde LGBT: vivências de pessoas LGBT+ na rede de atenção em saúde”.

E-mail: renata.bellenzani@ufpr.br

¹ Os autores do presente trabalho, em conformidade com respectivos posicionamentos políticos, especificidades da realidade latino-americana, em especial brasileira, da história e movimentos sociais, fazem uso do acrônimo LGBTI+ para se referirem às pessoas que se autodeclaram gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, intersexo, não-binário e demais orientações sexuais e identidades de gênero. Para maior compreensão, o livro “História do Movimento LGBT no Brasil” pode ser consultado.

na formulação de políticas afirmativas e sociais para a referida população. Popadiuk, Oliveira e Signorelli (2017) descrevem o processo histórico que possibilitou a elaboração da “Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT)” (Ministério Da Saúde, 2012) no ano de 2008, e sua implementação em 2011. Os autores partem da promulgação da Constituição de 1988, e aprofundam a discussão sobre os marcos históricos na conquista de direitos pela população LGBTI+. A exemplo, tem-se a efetivação do “Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual”; a criação do Comitê Técnico de Saúde LGBT; o acréscimo do nome social para pessoas não cisgênero na Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde (Ministério Da Saúde, 2011); a conquista da cadeira LGBTI+ no Conselho Nacional de Saúde; e a implementação do Processo Transexualizador (BRASIL, 2013) no SUS.

A PNSI-LGBT, como qualquer política pública no âmbito do SUS, apresenta objetivos que se ancoram nos princípios gerais que regem o sistema, tais como: Universalidade, Integralidade e Equidade (Falleiros *et al.*, 2010). Portanto, no processo de criação desta política,

[...] estão sendo implantadas ações para evitar a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nos espaços e no atendimento dos serviços públicos de saúde. Este deve ser um compromisso ético-político para todas as instâncias do Sistema Único de Saúde (SUS), de seus gestores, conselheiros, de técnicos e de trabalhadores de saúde (Brasil, 2011, p.6).

Contudo, estudos realizados (Paulino, 2016; Meira, 2018; Duarte, 2019; Rocon *et al.*, 2019) apontam que a implementação da PNSI-LGBT é falha, não concretizando o objetivo de inclusão social ambicionado por uma política pública. Este cenário pode ser compreendido a partir das contribuições de Gorcevski e Mayer (2015) sobre Políticas Públicas. Os autores afirmam que para ocorrer a inclusão social de populações/indivíduos em situação de maior vulnerabilidade, três mecanismos devem ser implementados: i) elaboração de capital social, ii) constante avaliação das Políticas, viabilizando estratégias de melhorias elaboradas com base nos resultados de tais avaliações e iii) controle sobre as interferências do processo de globalização da economia capitalista, a qual faz com que recursos financeiros, antes destinados a áreas como Saúde, Educação e Desenvolvimento, sejam desviados para o pagamento das dívidas externas.

Considerando, especialmente, o mecanismo que versa sobre a necessidade de avaliações das políticas públicas, o presente trabalho tem como objetivo analisar a

produção de pesquisas sobre a atenção em saúde à população LGBTI+, desde a promulgação da PNSI-LGBT. Privilegiou-se, entretanto, avaliações segundo a ótica do público alvo dessa política pública, por meio de estudos que tiveram as pessoas LGBTI+ como principais participantes/informantes. Entende-se que consolidar a diretriz da Participação da Comunidade (para qual determinada política está direcionada), prevista como um dos princípios do SUS (Falleiros *et al.*, 2010), é um mecanismo importante para analisar os impactos das Políticas Públicas implantadas (Gorczevski; Mayer, 2015). Portanto, pesquisas que deem maior visibilidade às vozes LGBTI+, em tese, podem vir a contribuir na direção de sua participação na construção de políticas que contemplem suas necessidades e particularidades. Ademais, partindo-se dessa perspectiva, é possível levantar demais problemáticas não observadas em estudos realizados com os profissionais da saúde no atendimento a usuários LGBTI+.

Método

O presente estudo, que dá base ao capítulo desta obra temática, é uma etapa de um projeto de pesquisa, de campo, sobre vivências de atendimento em saúde pela população LGBTI+², ainda em curso. Delineou-se como uma revisão integrativa da literatura na área da Saúde, sem delimitação por área de conhecimento ou de atuação profissional. Os bancos de dados delimitados foram Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Portal de Periódicos CAPES. Inicialmente, a busca orientou-se por uma revisão prévia (PRADO; SOUSA, 2017), que cobriu o período de 2011 a 2016 na BVS, buscando dar sequência, recuperando as pesquisas a partir de 2017 até junho de 2020. Para a primeira busca nas duas bases utilizou-se os mesmos descritores e filtros que a revisão³ citada, havendo acréscimo de um filtro (periódicos com revisão por pares) durante a busca nos Periódicos CAPES. Sistematizaram-se as possíveis combinações de descritores (Tabela 1), visto que a revisão base não informou sobre tal procedimento. Devido ao número escasso de publicações então encontradas, optou-se por realizar a busca na BVS, abrangendo o período de 2011 a 2020. Como os resultados permanecerem escassos, procedeu-se à segunda etapa de busca, que consistiu em adicionar novos descritores até então não utilizados na revisão base (Tabela 1).

² Título: Discriminação e saúde: vivências de pessoas LGBTI+ na rede de atenção em saúde, envolvendo duas instituições, a UFPR (Departamento de Saúde Coletiva) e a UFMS (Programa de Pós-graduação em Psicologia). Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, CAA: 33562320.5.0000.0021, parecer de aprovação N. 4.320.373 de 05/10/2020.

³ As autoras realizaram a busca utilizando descritores referentes à população LGBTI+ e políticas em saúde (Tabela 1) e aplicando os filtros: i) ano de publicação, ii) artigos como tipo de documento e iii) Brasil enquanto país/região de origem do documento.

Tabela 1 – Descritores em Ciências da Saúde utilizados e respectivas combinações

Primeiro momento da busca	Segundo momento da busca
Política de Saúde AND Homossexual	Minorias Sexuais e de Gênero AND Preconceito AND Serviços de Saúde
Política de Saúde AND Bissexualidade	Minorias Sexuais e de Gênero AND Preconceito
Política de Saúde AND Pessoas Transgênero	Minorias Sexuais e de Gênero AND Serviços de Saúde
Política de Saúde AND Travesti	Serviços de Saúde AND Preconceito
Política Pública AND Homossexual	Minorias Sexuais e de Gênero AND Assistência à Saúde AND Preconceito
Política Pública AND Bissexualidade	Minorias Sexuais e de Gênero AND Assistência à Saúde Assistência à Saúde AND Preconceito
Política Pública AND Pessoas Transgênero	Minorias Sexuais e de Gênero AND Acesso aos Serviços de Saúde AND Preconceito
Política Pública AND Travesti	Minorias Sexuais e de Gênero AND Acesso aos Serviços de Saúde
Política Pública de Saúde AND Homossexual	Acesso aos Serviços de Saúde AND Preconceito
Política Pública de Saúde AND Bissexualidade	Minorias Sexuais e de Gênero AND Disparidades em Assistência à Saúde AND Preconceito
Política Pública de Saúde AND Pessoas Transgênero	Minorias Sexuais e de Gênero AND Disparidades em Assistência à Saúde
Política Pública de Saúde AND Travesti	Disparidades em Assistência à Saúde AND Preconceito
Política Social AND Homossexual	
Política Social AND Bissexualidade	
Política Social AND Pessoas Transgênero	
Política Social AND Travesti	

Fonte: Os autores (2023).

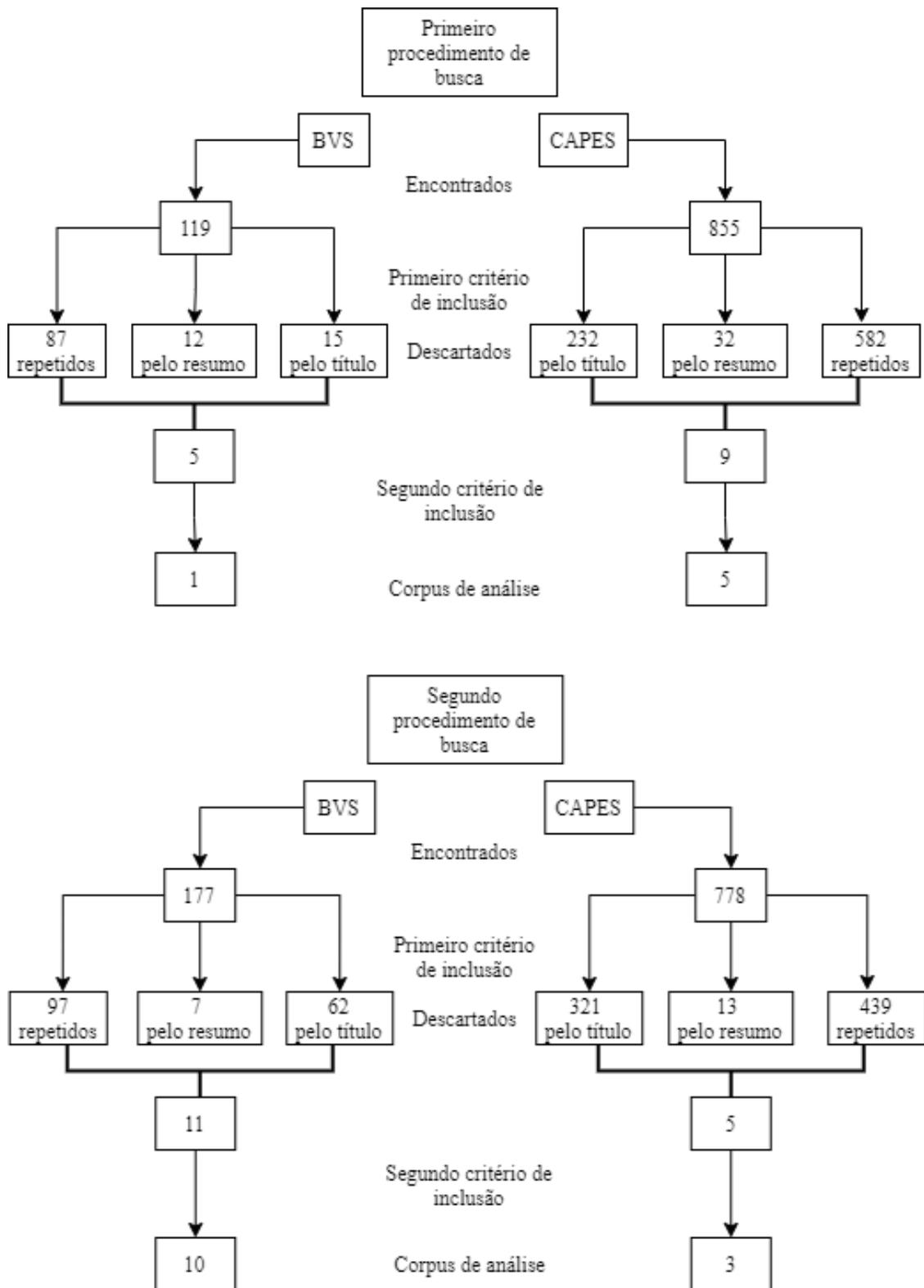
Foram definidos dois critérios de inclusão: i) artigos que apresentavam participantes LGBTI+ em qualquer relação com a rede pública de saúde e ii) artigos que apresentavam relatos das experiências, ou dados a partir de questionários, de usuários LGBTI+ durante o uso dos serviços da rede. O primeiro critério foi aplicado durante a seleção realizada com base na verificação dos títulos, resumos e métodos de cada artigo encontrado. O segundo critério foi utilizado no conjunto das publicações que se enquadraram na primeira fase, de modo que as produções recuperadas foram lidas na íntegra, para então, se chegar ao corpus de análise deste trabalho. Ademais, os resultados duplicados foram descartados. Na Figura 1 buscou-se desenhar todos os procedimentos, bem como informar a quantia de trabalhos selecionados e excluídos, por etapa.

Buscou-se esquematizar os dados gerais da forma mais homogênea possível e elaborar categorias abrangentes de análise de conteúdo que elucidassem as principais questões emergentes nas pesquisas. O processo de elaboração das categorias de análise pautou-se em evidenciar os principais aspectos e questões no que tange aos atendimentos recebidos, e/ou as expectativas em relação aos mesmos, nos serviços da rede, bem como a relevância e a frequência com que tais questões foram elencadas nos estudos (Tabela 2).

Resultados e discussão

Dezenove publicações se enquadraram nos dois critérios de inclusão e, portanto, compuseram o corpus de análise desta revisão. Na Tabela 3 apresenta-se a caracterização das publicações por título, ano, periódico de publicação e enfoque metodológico. Com a leitura integral dos artigos, observou-se a vasta diversidade entre objetivos propostos pelos estudos, resultados encontrados, locais de realização e participantes.

Figura 1 – Fluxograma do processo de captação dos trabalhos presentes nos bancos de dados



Fonte: Os autores (2023).

Tabela 2 – Elaboração das categorias de análise

Categorias de análise	Tipos de relato que serviram como critério de inclusão
Prática profissional pautada na cis e heteronormatividade	Pressuposição de que todos os pacientes são heterossexuais e cisgênero Não perguntar sobre a identidade de gênero, orientação sexual e práticas sexuais dos pacientes Não saber sanar as dúvidas e demandas em saúde da população LGBTI+
Experiências de discriminação por parte dos trabalhadores da rede de saúde e/ou demais usuários	Olhares de desaprovação Violência verbal Violência física Desrespeito ao nome social de pessoas transgênero e transexual Questionar a autodeclaração enquanto LGBTI+ dos pacientes Recusa em prestar atendimento Deliberadamente ofertar atendimento com menor qualidade Atrelar a sorologia positiva à condição de ser LGBTI+
Acesso insuficiente ou dificultado ao Processo Transexualizador	Fila de espera muito grande Poucos profissionais capacitados Escassez de medicamentos Poucas instituições cadastradas para ofertar o Processo Transexualizador
Normatização da identidade transgênero e transexual	Invalidação da pluralidade da identidade transgênero e transexual em detrimento de um padrão corporal cisgênero
Comunicação profissional-paciente de qualidade como componente da prevenção e da promoção da saúde	Acolhimento Respeito ao nome social de pessoas transgênero e transexual Perguntar assertivamente sobre a identidade de gênero, orientação sexual e práticas sexuais dos pacientes Pedir auxílio do paciente quando desconhecer determinada demanda em saúde ou tiver alguma dúvida específica

Fonte: Os autores (2023).

Tabela 3 – Caracterização preliminar dos artigos recuperados

Título	Ano	Periódico	Enfoque Metodológico
Estudo descritivo da homofobia e vulnerabilidade ao HIV/Aids das travestis da Região Metropolitana do Recife, Brasil	2013	Ciência e Saúde Coletiva	Pesquisa Quantitativa
Homoerotismo feminino, juventude e vulnerabilidade às DSTs/Aids	2013	Estudos Feministas	Pesquisa Qualitativa
Sobre obstáculos discursivos para a atenção integral e humanizada à saúde de pessoas transexuais	2014	Revista Lationamericana Sexualidad, Salud y Sociedad	Pesquisa Qualitativa
Itinerários terapêuticos de travestis da região central do Rio Grande do Sul, Brasil	2014	Ciência e Saúde Coletiva	Pesquisa Qualitativa
Experiências homossexuais de adolescentes: considerações para o atendimento em saúde	2015	Interface - Comunicação, Saúde, Educação	Pesquisa Qualitativa
Saúde de minorias sexuais do Nordeste Brasileiro: representações, comportamentos e obstáculos	2016	Journal of Human Growth and Development	Pesquisa Qualitativa
Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro	2016	Revista Gaúcha de Enfermagem	Pesquisa Quantitativa
Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde	2016	Ciência e Saúde Coletiva	Pesquisa Qualitativa
Healthcare provision in Brazil: a dialogue between health professionals and lesbian, gay, bisexual and transgender service users	2016	Journal of Health Psychology	Pesquisa Qualitativa
“Tudo é sempre muito!”: produção de saúde entre travestis e transexuais	2017	Estudos Feministas	Pesquisa Qualitativa
Healthcare needs of and access barriers for brazilian transgender and gender diverse people	2018	Journal of Immigrant and Minority Health	Pesquisa Quantitativa
Diversidade de gênero e acesso ao Sistema Único de Saúde	2018	Revista Brasileira em Promoção da Saúde	Pesquisa Qualitativa

“Viver dignamente”: necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil	2018	Cadernos de Saúde Pública	Pesquisa Qualitativa
Práticas sexuais e cuidados em saúde de mulheres que fazem sexo com mulheres: 2013-2014	2018	Epidemiologia e Serviços de Saúde	Pesquisa Quantitativa
HIV-Related Healthcare needs and access barriers for Brazilian transgender and gender diverse people	2018	AIDS and Behavior	Pesquisa Quantitativa
O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?	2018	Interface – Comunicação, Saúde, Educação	Pesquisa Qualitativa
Política Nacional de Saúde Integral LGBT: O que ocorre na prática sob o prisma de usuários (as) e profissionais de saúde	2019	Saúde e Pesquisa	Pesquisa Qualitativa
Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina	2019	Cadernos de Saúde Pública	Pesquisa Qualitativa
Development of a social network-based intervention to overcome multilevel barriers to art adherence among adolescents in Brazil	2019	AIDS Education and Prevention	Pesquisa Qualitativa

Fonte: Os autores (2023).

A Tabela 4 apresenta uma caracterização geral dos estudos que compuseram a análise (n=19). Considerando o período de publicação, observou-se maior concentração nos últimos cinco anos, possível resultado da maior visibilidade política e conquista de direitos civis para pessoas LGBTI+.

A região Nordeste foi a que mais apresentou estudos (7), seguida por Sudeste (4) e Sul (2). Ressalta-se a inexistência de trabalhos realizados com foco exclusivo na população que vive no Norte e Centro-Oeste do país e, também, a presença de três estudos que apresentaram participantes de duas regiões (Sul e Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste).

Tabela 4 – Dados gerais dos artigos

Período de publicação	n	%
2011-2015	5	26,3
2016-2020	14	73,7
Região		
Norte	0	0
Nordeste	7	36,8
Centro-Oeste	0	0
Sudeste	4	21
Sul	2	10,5
País todo	1	5,25
Sudeste e Sul	2	10,5
Centro-Oeste e Nordeste	1	5,25
Não informa	2	10,5
Intervalo de idade		
Menor de 18 anos	0	0
Menor e maior de 18 anos	2	10,5
Maior de 18 anos	17	89,5
Autodeclaração LGBTI+		
Lésbicas	6	31,5
Gays	5	26,3
Bissexuais	3	15,7
Pansexuais	2	10,5
Mulheres travestis	10	52,6
Mulheres transexuais	11	57,9
Homens transexuais	6	31,5
Pessoas não-binárias	3	15,7
Não informa	0	0
Aborda a PNSI-LGBT		
Sim	3	15,8
Indiretamente	16	84,2

Fonte: Os autores (2023).

A respeito da idade dos participantes, devido à vasta diversidade como também à falta de precisão no detalhamento deste dado em alguns dos estudos recuperados, optou-se por elaborar três intervalos de idade que melhor caracterizam os trabalhos. Nota-se que nenhuma das publicações teve foco específico na saúde integral de crianças e adolescente LGBTI+ de até 17 anos, havendo a participação destes apenas em dois dos estudos.

A ausência de dados com pessoas nesta faixa etária pode ser compreendida, inicialmente, a partir da dificuldade de os estudos serem planejados e desenvolvidos ética e responsavelmente, e, depois, autorizados por órgãos responsáveis, como a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Um segundo possível fator pode ser a dificuldade de abordar o tema da sexualidade de modo ampliado, adequadamente a cada fase do desenvolvimento humano, sem necessariamente fazer coincidir, o que é um equívoco, o exercício da sexualidade com o início da vida sexual. Majoritariamente, os estudos que têm crianças e adolescentes LGBTI+ enquanto participantes são voltados ao debate da prevenção de abusos sexuais e educação sexual, sem abordarem mais detidamente dos temas da orientação sexual, identidade e expressão de gênero, nesta fase, o que precisa ser apontado como uma lacuna no conhecimento a ser superada nos próximos anos. Salientamos, assim, que uma alternativa possível para estudos sobre esse público seria recorrer a dados secundários dos bancos de dados dos serviços de saúde da rede. Também o fato de que a maior participação correspondeu às pessoas transgênero e travesti, nos estudos recuperados, que por sua vez abordam, em sua maioria, os serviços do “Processo Transsexualizador (BRASIL, 2013)” (seus critérios de acesso incluem a maioridade), ajuda a contextualizar a ausência de estudos com crianças e adolescentes LGBTI+, além das questões éticas, psicológicas e jurídicas que tornam mais complexa a abordagem desse segmento em pesquisas.

Pessoas trans são a maioria nos estudos

Quando analisados os estudos por segmento da população LGBTI+, nota-se a expressiva presença, enquanto participantes, de pessoas transgênero (17), havendo 11 estudos com mulheres transexuais, 10 com mulheres travestis, 6 com homens transexuais e 3 com pessoas não-binárias. Os participantes se autodeclararam homoafetivos (lésbicas e gays) em 11 estudos e bifetivos em 5 trabalhos. A predominância de estudos recuperados com pessoas transgênero e travestis pode ser compreendida a partir da promulgação do “Processo Transsexualizador”, visto que é uma política pública voltada única e exclusivamente para esta população. Com objetivo de viabilizar a acessibilidade à hormonioterapia, acompanhamento multidisciplinar em saúde e das cirurgias de transgenitalização, ao possibilitar e fomentar a criação de serviços de saúde que ofertam tais assistências. Portanto, este é o principal aspecto que difere a política que regulamenta o “Processo Transsexualizador” (Brasil, 2013) da PNSI-LGBT (Ministério Da Saúde, 2012), visto que esta é pautada na apresentação de norteadores para o atendimento ao público LGBTI+ em consonância com as diretrizes do SUS.

Os dados presentes nos estudos recuperados, majoritariamente, abordaram os percursos e obstáculos que a população transgênero e travesti se depara quando busca os serviços da rede pública de saúde, em especial a política “Processo Transexualizador”, evidenciando o fato de esta ser a população, dentre as pessoas que se autodeclararam LGBTI+, mais exposta às diferentes formas de discriminação e violência no país.

A pouca menção à PNSI-LGBT pelas pesquisas

Referente à PNSI-LGBT, apenas três dos estudos mencionaram a política em seu texto, ao abordar: i) o desrespeito ao nome social de pessoas transgênero e transexuais, apontado como dificultador do acesso desta população aos serviços da rede de saúde (Rocon *et al.*, 2016); ii) o papel da política pública enquanto mecanismo necessário para a produção de saúde entre mulheres travestis e transexuais, a partir de sua elaboração e efetividade (Sampaio; Germano, 2017) e; iii) como se tem dado a implementação e efetividade da política, a partir das contribuições de usuários LGBTI+ e profissionais da saúde (Nogueira; Aragão, 2019). Por sua vez, a categoria “abordagem indireta” (Tabela 4) foi elaborada pelos autores na presente revisão para enquadrar os estudos em que (mesmo não mencionando a PNSI-LGT em seu corpo de texto) era possível extrair alguns dados sobre sua implementação e efetividade, a partir dos relatos dos participantes e relações com os objetivos e princípios da própria política, bem como das normas técnicas sobre o “Processo Transexualizador” e da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde (Ministério Da Saúde, 2011). Esta abordagem facilitou a elaboração das categorias de análise de conteúdo desta revisão.

As questões assistenciais mais abordadas nos estudos e as discussões que elas evocam

Mediante a leitura integral dos 19 trabalhos analisados, identificou-se que os dados colhidos sobre a assistência em saúde das pessoas LGBTI+ apontam para questões mais relevantes e frequentemente presentes nos estudos. Estas questões orientaram a formulação de cinco categorias em torno das quais a discussão dos resultados, adiante, foi organizada: i) A prática profissional de saúde pautada na “cisheteronormatividade” e suas consequências, ii) Aspectos da discriminação durante o uso dos serviços e os impactos desta na saúde integral LGBTI+, iii) O acesso insuficiente ou dificultado ao Processo Transexualizador, vi) A normatização da identidade transgênero e transexual e v) Comunicação profissional-paciente de qualidade como componente da prevenção e da promoção da saúde. A seguir, estas categorias serão melhor descritas.

A prática profissional em saúde pautada na 'cisheteronormatividade' e suas consequências

Compreende-se por heteronormatividade (Reis; Teixeira; Mendes, 2017) a regra social que regula a estrutura da sociedade com base em um padrão de naturalidade, o qual determina como as pessoas devem vivenciar e expressar suas subjetividades a partir de padrões hierarquizados de gênero e sexualidade. Portanto, no topo da hierarquia se encontram homens cisgênero e heterossexuais.

Uma vez que a cisnorma⁴ e a heteronorma se fazem presentes na prática dos profissionais que atuam nos serviços da rede de saúde (Mona; Monteiro, 2013; Borba, 2014; Souza *et al.*, 2014; Taquette; Rodrigues, 2015; Garcia *et al.*, 2016; Silva *et al.*, 2016; Rocon *et al.*, 2016; Moscheta; Souza; Santos, 2016; Costa *et al.*, 2018; Ferreira; Pedrosa; Nascimento, 2018; Rufino *et al.*, 2018; Costa *et al.*, 2018), há maior dificuldade na construção da saúde integral da população LGBTI+. A vulnerabilidade desta população a determinados adoecimentos tende a se ampliar pela invisibilidade que recai sobre suas necessidades de saúde, uma vez que a “lógica” assistencial é cisheteronormativa. Desta “lógica”, podem decorrer erros nas prescrições de medicamentos e nos diagnósticos das queixas (Rede Nacional Feminista De Saúde, 2006), além de produzir desconforto e constrangimento aos usuários durante os atendimentos (Rede Nacional Feminista de Saúde, 2006; Bittencourt; Fonseca; Segundo, 2014). Este contexto demonstra a formação frágil dos profissionais com relação à Diversidade Sexual e aos direitos sexuais e reprodutivos, seja por lacunas na grade curricular durante as graduações em saúde e/ou por pouco acesso aos conhecimentos e legislações mais especificamente voltadas às questões que envolvem a saúde integral da população LGBTI+ (Ministério Da Saúde, 2015). Partindo desta premissa, muitas vezes, a equipe multidisciplinar atuante na rede pública de saúde desconhece a PNSI-LGBT e não compreende os motivos de sua necessidade (Guimarães *et al.*, 2017; Ferreira *et al.*, 2019)⁵.

⁴ Embora o artigo tido como referência para a definição de heteronormatividade apresente gênero enquanto uma das categorias que inferem regulação da estrutura social, os autores do presente trabalho consideram necessária a afirmação da existência de uma cisnormatividade e, portanto, suas implicações. Por este motivo, e também questões didáticas, optou-se pelo acréscimo do termo cisnorma.

⁵ Ao encontro dessas necessidades de melhor formação, há um curso de capacitação online e gratuito, via Portal UNA-SUS, para o público em geral sobre a política pública, facilitando o acesso ao conhecimento por trás das demandas de saúde da população LGBTI+, bem como a respeito da diversidade sexual. Uma segunda opção é o livro Saúde LGBTQIA+: Práticas de cuidado transdisciplinar, publicado pela Editora Manole no início do ano de 2021, o qual apresenta discussões, diretrizes e procedimentos médicos mais aprofundados, como por exemplo a realização das cirurgias de transgenitalização.

Aspectos da discriminação durante o uso dos serviços e os impactos desta na saúde integral LGBTI+

A cultura cisheteronormativa nos serviços de saúde tem forte relação com as ocorrências de discriminação nos mesmos, conforme evidenciam os estudos a partir de relatos frequentes de usuários LGBTI+ (Sousa; Ferreira; Sá, 2013; Souza *et al.*, 2014; Garcia *et al.*, 2016; Silva *et al.*, 2016; Rocon *et al.*, 2016; Sampaio; Germano, 2017; Costa *et al.*, 2018; Ferreira; Pedrosa; Nascimento, 2018; Costa *et al.*, 2018; Nogueira; Aragão, 2019; Braz, 2019). A discriminação pode ocorrer de forma sutil, sem que o usuário perceba que a sofreu devido sua sexualidade, como a demora no atendimento, ou até mesmo a recusa consciente do profissional em não atender o usuário. Já em casos acentuados da discriminação, têm-se as agressões verbais, psicológicas e físicas. Deste modo, em decorrência da maior vulnerabilidade à discriminação, os usuários LGBTI+ evitam procurar os serviços, acarretando em prejuízos à sua saúde, tais como o índice crescente de câncer do colo do útero em mulheres lésbicas e bifetivas (Rede Nacional Feminista De Saúde, 2006; Albuquerque; Botelho; Rodrigues, 2019), ou a maior frequência de interrupção no tratamento para HIV/Aids (Sweeney; Vanable, 2016; Mitzel; Vanable; Carey, 2019; Maragh-Bass *et al.*, 2021) por pessoas LGBTI+ com sorologia positiva.

O acesso insuficiente ou dificultado ao Processo Transexualizador

Depreende-se dos estudos, cujos participantes são as pessoas transgênero e transexuais, que o principal tema abordado pelas pesquisas é o acesso insuficiente ou dificultado ao “Processo Transexualizador” (Rocon *et al.*, 2016; Sousa; Iriart, 2018; Rocon *et al.*, 2018; Nogueira; Aragão, 2019).

São beneficiários desta política, apenas jovens a partir dos 18 anos, quando é permitido dar início à hormonioterapia. Já os procedimentos cirúrgicos são permitidos a partir dos 21 anos, mediante o acompanhamento prévio de dois anos com equipe multidisciplinar e indicação das cirurgias por parte desta. Entretanto, estudo aponta que a impossibilidade em dar início à hormonioterapia antes dos 18 anos de idade pode aumentar a vulnerabilidade de muitos jovens a danos decorrentes da administração de hormônios sem acompanhamento da equipe multidisciplinar, por ocorrer por meios clandestinos (Ministério Da Saúde, 2015). Partindo deste cenário, destaca-se a resolução do Conselho Federal de Medicina (2019) que discorre sobre a possibilidade, importância e benefícios à saúde, especialmente psicológica, do acompanhamento multidisciplinar de crianças e jovens transgênero, em especial psicológico e pediátrico, permitindo, ainda que em caráter experimental e dadas certas condições, o início da

hormonioterapia, por meio de bloqueadores de hormônio, para adolescentes que atinjam marcadores da puberdade, portanto, anteriormente à maioridade jurídica.

Atualmente, conforme portaria, apenas quatro estados possuem hospitais e/ou ambulatorios habilitados pelo Ministério da Saúde⁶ para ofertar os serviços no âmbito do Processo Transexualizador, sendo São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Goiânia. Além de haver apenas uma instituição em cada um desses estados, o que possivelmente não supre a demanda, a população transgênero das regiões Norte e Nordeste segue negligenciada em termos de cobertura assistencial, pelo menos a nível federal.

Uma vez que a região Nordeste foi a que mais apresentou estudos com a população trans sobre o processo transexualizador, mesmo sem constar na portaria (Brasil, 2013) a existência de um serviço habilitado, pressupõe-se que os estudos realizados em diferentes estados desta região ocorreram atrelados a serviços públicos ou filantrópicos de gestão municipal e/ou estadual, ou ainda, ligados a movimentos sociais em defesa dos direitos LGBTI+.

Ademais, em recente reportagem (Souto, 2018), partindo de dados nacionais, é apresentado que no período de dez anos (2008/2017), a demanda pelas cirurgias de transgenitalização aumentou em seis vezes, passando a serem realizados 57 procedimentos por ano. As prescrições de hormonioterapia passaram de 171 para 1,9 mil, o número de pacientes em acompanhamento multidisciplinar, no ano de 2017, passou dos sete mil e, segundo especialistas, estes dados não representam a totalidade.

Pensando nesta realidade a partir da perspectiva de homens transexuais (Ministério Da Saúde, 2015; Ribeiro *et al.*, 2022), a dificuldade que este público tem de acessar e usufruir do “Processo Transexualizador” pode ser melhor compreendida à luz do fato de que os homens trans não eram público alvo desta política pública até o ano de 2013, quando a mesma passou por reformulações. A cirurgia de transgenitalização masculina ainda está em caráter experimental, o que tende a desfavorecer a expansão do acesso à mesma. Outro ponto levantado pelos autores do mesmo estudo é o prejuízo no sistema respiratório vivenciado por esta população devido ao uso constante de *binders* ou faixas muito apertadas, no intuito de diminuir o volume dos seios até que seja realizada a cirurgia de mamoplastia masculinizadora.

⁶ Existem iniciativas voluntárias que realizam os procedimentos do Processo Transexualizador, entretanto nem todas elas garantem a gratuidade de todos os serviços. Uma lista, criada colaborativamente por pessoas trans, pode ser encontrada no Reddit, na comunidade R/Transbr, com o nome “Lista de ambulatorios de saúde trans no Brasil”. Também se salienta a possibilidade de que a Portaria nº 2803/13 não tenha a informação atualizada sobre os serviços habilitados pelo Ministério da Saúde.

A normatização da identidade transgênero e transexual

Um segundo fenômeno que acomete a população trans que emergiu enquanto categoria de análise diz respeito à prática profissional que recai na normatização (Oliveira, 2014; Rocon *et al.*, 2020) da identidade transgênero e transexual e sua patologização (Borba, 2014; Sampaio; Germano, 2017; Ferreira; Pedrosa; Nascimento, 2018). Ainda que fortemente atrelada ao diagnóstico de transtorno mental, o desenvolvimento da tecnologia médica, no início da década de 1950 foi o processo que validou a identidade trans através dos procedimentos cirúrgicos (Arán; Murta, 2009). Como consequência, 70 anos depois, ainda são expressivas as marcas do determinismo biológico na formação e atuação profissional da classe médica e de psicólogos. As práticas assentadas nesse determinismo acabam, ainda na atualidade, reduzindo a complexidade da construção social de tais identidades a categorias que não consideram sua pluralidade. Isso está condicionado à reafirmação e facilitação da lógica de padronização na formulação de laudos psicológicos, diagnósticos médicos e procedimentos cirúrgicos de transgenitalização. Os mesmos parecem estar a serviço de realizarem uma “adequação” do corpo da pessoa transgênero o mais “próximo” possível ao corpo cisgênero, buscando legitimar “a/o transexual de verdade” (Oliveira, 2014; Rocon *et al.*, 2020; Ribeiro, 2022). Entretanto, ressalta-se que ambos os Conselhos profissionais de Medicina e Psicologia, em esfera regional ou federal, se posicionam contra a normatização e patologização de pessoas transgênero (Conselho Regional de Psicologia – Rio Grande do Sul, 2016; Conselho Regional de Psicologia – Paraná, 2018; Conselho Federal de Psicologia, 2018; Conselho Federal de Medicina, 2019. No caso da Psicologia, enfatiza-se a resolução que se opõe à emissão de laudos psicológicos que simplesmente reafirmam o diagnóstico médico, ao passo que fomenta a emissão de um parecer técnico no qual o profissional afirma que seu paciente está em condições psicológicas para dar início ao processo transexualizador.

A comunicação profissional-paciente de qualidade como componente da prevenção e da promoção da saúde

O estabelecimento de uma comunicação profissional-paciente de qualidade (Moscheta; Souza; Santos, 2016; Nogueira; Aragão, 2019) é abordada em alguns dos trabalhos analisados como tendo papel estratégico para garantir o acesso da população LGBTI+ aos serviços de saúde e melhorar a qualidade assistencial, seja em ações de prevenção e promoção da saúde integral ou de tratamento a agravos que acometem essa população. Isto, pois, o atendimento humanizado, em que há escuta ativa desprendida de julgamentos/discriminação, estabelece uma relação horizontal onde o profissional é capaz de criar um espaço de acolhimento para o paciente. Pensando esta

prática frente às demandas em saúde de pessoas LGBTI+, vivenciar um atendimento acolhedor impacta beneficentemente a saúde integral dessa parcela da população, uma vez que tendem a aumentar sua frequência nos serviços, como apontado nas categorias anteriormente discutidas.

O debate sobre a questão comunicacional e interpessoal profissional-paciente, na maior parte das vezes, se dá abrangendo a necessidade de mais estratégias a serem implementadas em níveis institucionais mais amplos, como a reformulação das grades curriculares dos cursos de graduação (Müller, 2013; Pratt-Chapman, 2020) e o fomento de pesquisas e produções técnicas que discutam a saúde integral da população LGBTI+, além de capacitações para os profissionais que atuam nos serviços da rede (Morris *et al.*, 2019).

Considerando o cenário brasileiro, Gomes (2022) apresenta nove propostas que devem compor a agenda das políticas voltadas a promover e garantir maior qualidade de vida para a população LGBTI+. Tais propostas foram julgadas por homens gays e mulheres lésbicas levando em consideração a importância da implementação das mesmas. Ressalta-se que oito das nove propostas possuem relação direta com o campo da Saúde, sendo destacadas a necessidade de: i) melhor capacitação dos profissionais da saúde, ii) atenção às especificidades de cada população, como urologia e ginecologia, iii) desenvolver mais materiais informativos sobre a saúde da referida população e iv) desenvolver abordagens mais especificamente voltadas para ISTs/Aids.

Conclusão

Ao realizar a presente revisão é possível afirmar que ainda é escassa a produção científica brasileira a respeito da saúde integral da população LGBTI+, sobretudo estudos que foquem a perspectiva dessa população, enquanto usuárias dos serviços da rede de saúde.

Identifica-se a diversidade de objetivos e resultados das pesquisas que deram origem às publicações recuperadas, mas ao mesmo tempo, estas têm em comum a ênfase nas dificuldades de acesso aos serviços e insatisfações com relação ao atendimento pela população LGBTI+. Evidenciam-se, ainda, a falta, ou inespecificidade, das informações e dados nos estudos, especialmente sobre os cenários assistenciais pesquisados ou referidos pelos participantes, tais como: i) quais níveis da assistência ou tipos de serviços de saúde foram utilizados e ii) quais as demandas, necessidades e motivos da busca pelos atendimentos. Sugere-se que futuros estudos se dediquem à perspectiva de usuários LGBTI+ sobre os atendimentos recebidos com mais especificidade sobre os tipos de agravos, necessidades em saúde, e níveis de atenção,

auxiliando na redução de tais lacunas. Deste modo aumentar-se-ia o potencial de contribuição e aplicabilidade dessas pesquisas ao campo das políticas e das práticas, ou seja, na elaboração de diferentes estratégias para: i) promoção da maior inclusão social, via acesso a direitos na área da saúde; ii) qualificação das práticas já em curso; iii) correções, aprimoramentos e expansão de cobertura na implantação e monitoramento da PNSI-LGBT e da política que institui o Processo Transexualizador no SUS.

Há a necessidade adicional de estudos que abordem: i) as demandas específicas das pessoas trans, a exemplo, urológicas e ginecológicas (MISKOLCI et al., 2022); ii) as possíveis particularidades psicossociais e clínicas dos diferentes segmentos LGBTI+ que podem implicar em especificidades em sua saúde psicológica e vida social; iii) os desafios das necessidades e dos atendimentos específicos de adolescentes LGBTI+ na compatibilização com as questões jurídicas. À luz dos direitos humanos, necessita-se de uma abordagem mais apropriada às necessidades do desenvolvimento integral, bem como concernentes aos seus períodos, do que uma abordagem condicionada ao marco legal do atingimento da maioridade como critério para realização de procedimentos em saúde.

Após mais de dez anos do início no SUS do Processo Transexualizador e da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, a presente revisão (mesmo considerando as limitações em sua abrangência) permite salientar o baixo número de estudos que as mencionam. E o fato de que, até o momento, dentre os estudos recuperados não foi encontrado algum cujo objetivo fosse uma avaliação da implementação destas políticas em caráter nacional. Por sua vez vale apontar a existência de estudos loco-regionais (Meira, 2018; Silva *et al.*, 2020; Miskolci *et al.*, 2022) publicados após período temporal coberto por esta revisão que, portanto, não compuseram o corpus de análise.

Por fim, são necessários mais esforços para mitigar as vulnerabilidades sociais e iniquidades em saúde dessa população e consolidar seu direito à assistência integral em saúde, mesmo com os incontestáveis avanços que essa política produziu e poderá ainda produzir. Ressalta-se que parte dos fatos e processos vivenciados por essa população, apontados pelos estudos, e aqui sistematizados em torno das categorias, em forte medida se opõem às principais diretrizes e objetivos mais amplos da PNSI-LGBT, aos princípios do SUS (universalidade, integralidade e equidade) e, até mesmo, aos princípios constitucionais (Brasil, 1988) de igualdade e não discriminação. Esta realidade aponta para a necessidade de o Brasil avançar na mitigação das discriminações, na proteção e promoção de direitos, sendo a promoção da saúde um componente imanente da inclusão social da população LGBTI+.

Referências

ALBUQUERQUE, M. R. T. C. de; BOTELHO, N. M.; RODRIGUES, C. C. P. Atenção integral à saúde da população LGBT: Experiência de educação em saúde com agentes comunitários na atenção básica.

Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 1758, 2019. DOI: 10.5712/rbmfc14(41)1758.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009. DOI: 10.1590/S0103-73312009000100003.

BIELLO, K. B.; GRINSZTEJN, B.; FERNANDES, N. M.; KAMEL A. E. L.; SALHANEY, P.; VELOSO, V.; MIMIAGA, M. J. Development of a social network-based intervention to overcome multilevel barriers to art adherence among adolescents in Brazil. **AIDS Education and Prevention**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 111-126, abr. 2019. DOI: 10.1521/aeap.2019.31.2.111.

BITTENCOURT, D.; FONSECA, V.; SEGUNDO, M. Acesso da população LGBT moradora de favelas aos serviços públicos de saúde: entraves, silêncios e perspectivas. **Conexões Psi**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 60-85, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2014/12/229105408.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BORBA, Rodrigo. Sobre os obstáculos discursivos para a atenção integral e humanizada à saúde de pessoas transexuais. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 66-97, ago. 2014. DOI: 10.1590/1984-6487.sess.2014.17.06.a.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, Gabinete do Ministro, [2020]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 20 out. 2020.

BRAZ, Camilo. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, p. 1-13, 2019. DOI: 10.1590/0102-311X00110518.

CARMO, Michelly J.; GUIZARDI, Francini L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 1-14, 2018. DOI: 10.1590/0102-311X00101417.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução nº 2.265, de 20 de setembro de 2019**. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.965/2010. Brasília: Conselho Federal de Medicina, [2019]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-237203294>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2018**. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, [2018]. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - PARANÁ. **Nota Técnica nº 2, 15 de agosto de 2018**. Orienta as(os) profissionais de Psicologia no atendimento às pessoas transexuais e travestis, promovendo o acolhimento, o acompanhamento, a autonomia e a despatologização. Curitiba: Conselho Regional de Psicologia, [2018]. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/nt-002-2018.pdf>. Acesso em 20 jan. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - RIO GRANDE DO SUL. **Nota Técnica do CRPRS, 16 de setembro de 2016**. Nota Técnica do CRPRS acerca da produção de documentos psicológicos em situações de alteração/adequação de nome no registro e de procedimentos de modificação corporal de pessoas transexuais e travestis. Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia, [2016]. Disponível em: <https://www.crprs.org.br/conteudo/nt01.pdf>. Acesso em 20 jan. 2021.

COSTA, A. B.; FONTANARI, A. M. V.; CATELAN, R. F.; SCHWARZ, K.; STUCKY, J. L.; ROSA FILHO, H.; PASE, P. F.; GAGLIOTTI, D. A. M.; SAADEH, A.; LOBATO, M. I. R.; NARDI, H. C.; KOLLER, S. H. HIV-Related Healthcare needs and access barriers for brazilian transgender and gender diverse people. **AIDS and Behavior**, [S. l.], v. 22, n. 8, p. 2534-2542, ago. 2018. DOI: 10.1007/s10461-017-2021-1.

COSTA, A. B.; ROSA FILHO, T.; PASE, P. F.; FONTANARI, A. M. V.; CATELAN, R. F.; MUELLER, A.; CARDOSO, D.; SOLL, B.; SCHWARZ, K.; SCHNEIDER, M. A.; GAGLIOTTI, D. A. M.; SAADEH, A.; LOBATO, M. I. R.; NARDI, H. C.; KOLLER, S. H. Healthcare needs of and access barriers for brazilian transgender and gender diverse people. **Journal of Immigrant and Minority Health**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 115-123, fev. 2018. DOI: 10.1007/s10903-016-0527-7.

DUARTE, M. J. O. Sexualidades dissidentes e violência: questões para a saúde LGBT. In: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Abepss, 2019, p. 1-13. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1588/1550>. Acesso em: 10 nov. 2020.

FALLEIROS, I.; LIMA, J. C. F.; MATTA, G. C.; PONTES, A. L. M.; LOPES, M. C. P.; MOROSINI, M. V. C.; CORBO, A. D. A Constituinte e o Sistema Único de Saúde. In Ponte C.F.; Falleiros I. **Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2010. p. 239-78.

FERREIRA, B. de O.; PEREIRA, E. O.; DA ROCHA, M. B.; DO NASCIMENTO, E. F.; ALBUQUERQUE, A. R. de S.; ALMEIRA, M. M. e S.; PEDROSA, J. I. dos S. “Não tem essas pessoas especiais na minha área”: saúde e invisibilidade das populações LGBT na perspectiva de agentes comunitários de saúde. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 13, n. 3, 2019. DOI: 10.29397/reciis.v13i3.1703.

FERREIRA, B. O.; PEDROSA, J. I. S.; NASCIMENTO, E. F. Diversidade de gênero e acesso ao Sistema Único de Saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Ceará, v. 31, n. 1, p. 1-10, fev. 2018. DOI: 10.5020/18061230.2018.6726.

GARCIA, C. L.; ALBUQUERQUE, G. A.; DREZETT, J.; ADAMI, F. Saúde de minorias sexuais do Nordeste brasileiro: representações, comportamentos e obstáculos. **Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 94-100 2016. DOI: 10.7322/jhgd.110985.

GOMES, Romeu. Agendas de saúde voltadas para gays e lésbicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 3807-3814, out. 2022. DOI: 10.1590/1413-812320222710.23792021.

GORCZEWSKI, C.; MAYER G. S. Algumas considerações acerca das políticas públicas como instrumento de inclusão social. In: XII Seminário internacional de demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea e VIII Mostra de trabalhos jurídicos e científicos, 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: Santa Cruz do Sul, 2015, p. 1-21. Disponível em:

<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13138>. Acesso em: 10 set. 2020.

GUIMARÃES, R. de C. P.; CAVADINHA, E. T.; MENDONÇA, A. V. M.; SOUSA, M. F. Assistência à saúde da população LGBT em uma capital brasileira: o que dizem os agentes comunitários de saúde? **Tempus - Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 121-139, nov. 2017. DOI: 10.18569/tempus.v11i1.2327.

MARAGH-BASS, A. C.; GAMBLE, T.; EL-SADR, W. M.; HANSCOM, B.; TOLLEY, E. E. Examining stigma, social support, and gender differences in unsuppressed HIV viral load among participants in HPTN 065. **Journal of Behavioral Medicine**, [S. l.], v. 44, n. 2, p. 159-171, abr. 2021. DOI: 10.1007/s10865-020-00186-7.

MEIRA, Roseana M. B. **A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: expressões da justiça social?** 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32784>. Acesso em: 20 out. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde**. Brasília, DF, 2011. ISBN 978-85-334-1834-9.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, DF, 2012. ISBN 978-85-334-144-5.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Transexualidade e Travestilidade na Saúde**. Brasília, DF, 2015. ISBN 978-85-334-2319-0.

MISKOLCI, R.; SIGNORELLI, M. C.; CANAVESE, D.; TEIXEIRA, F. B.; POLIDORO, M.; MORETTI-PIRES, R. O.; SOUZA, M. H. T.; PEREIRA, P. P. G. Desafios da saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise do cenário por triangulação de métodos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 3815-3824, out. 2022. DOI: 10.1590/1413-812320222710.06602022.

MITZEL, L. D.; VANABLE, P. A.; CAREY, M. P. HIV-related stigmatization and medication adherence: indirect effects of disclosure concerns and depression. **Stigma and Health**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 282-292, ago. 2019. DOI: 10.1037/sah0000144.

MORA, Claudia M.; MONTEIRO, Simone. Homoerotismo feminino, juventude e vulnerabilidade às DSTs/Aids. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 905-926, dez. 2013. DOI: 10.1590/S0104-026X2013000300008.

MORRIS, M.; COOPER, R. L.; RAMESH, A.; TABATABAI, M.; ARCURY, T. A.; SHINN, M.; IM, W.; JUAREZ, P.; MATTHEWS-JUAREZ, P. Training to reduce LGBTQ-related bias among medical, nursing, and dental students and providers: a systematic review. **BMC Medical Education**, [S. l.], v. 19, p. 1-13, ago. 2019. DOI: 10.1186/s12909-019-1727-3.

MOSCHETA, M. S.; SOUZA, L. V.; SANTOS, M. A. Healthcare provision in Brazil: a dialogue between health professionals and lesbian, gay, bisexual and transgender service users. **Journal of Health Psychology**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 369-378, 2016. DOI: 10.1177/1359105316628749.

MÜLLER, Alexandra. Teaching lesbian, gay, bisexual and transgender health in a South African health sciences faculty: addressing the gap. **BMC Medical Education**, [S. l.], v. 13, p. 1-7, dez. 2013. DOI: 10.1186/1472-6920-13-174.

NOGUEIRA, Francisco J. S.; ARAGÃO, Thalia A. P. Política Nacional de Saúde Integral LGBT: o que ocorre na prática sob o prisma de usuários(as) e profissionais de saúde. **Saúde e Pesquisa**, Maringá, v. 13, n. 3, p. 463-470, set./dez. 2019. DOI: 10.17765/2176-9206.2019v12n3p463-470.

OLIVEIRA, Marcos de J. Uma etnografia sobre o atendimento psicoterapêutico a transexuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 1-24, dez. 2014. DOI: 10.1590/S0104-026X2014000300007.

PAULINO, Danilo B. **Discursos sobre o acesso e qualidade da atenção integral à saúde da população LGBT entre médicos(as) da Estratégia Saúde da Família**. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/17907/1/DiscursosAcessoQualidade.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

POPADIUK, G. S.; OLIVEIRA, D. C.; SIGNORELLI, M. C. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1509-1520, maio 2017. DOI: 10.1590/1413-81232017225.32782016.

PRADO, Elizabeth A.; SOUSA Maria, F. Políticas públicas e a saúde da população LGBT: uma revisão integrativa. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 69-80, 2017. DOI: 10.18569/tempus.v11i1.1895.

PRATT-CHAPMAN, Mandi L. Implementation of sexual and gender minority health curricula in health care professional schools: a qualitative study. **BMC Medical Education**, [S. l.], v. 20, p. 1-14, 2020. DOI: 10.1186/s12909-020-02045-0.

REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE. **Saúde das mulheres lésbicas**: promoção da equidade e da integralidade. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/dossie_da_saude_da_mulher_lesbica.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.

REIS, C. R. S.; TEIXEIRA S. A.; MENDES, B. G. Heteronormatividade: implicações psicossociais para sujeitos não-heteronormativos. **Revista Brasileira de Ciências da Vida**, [S. l.], v. 5, n. 3., p. 1-21, 2017. Disponível em: <http://jornalold.faculdadecienciasdavidacom.br/index.php/RBCV/article/view/292/151>. Acesso em: 1 dez. 2020.

RIBEIRO, C. R.; AHMAD, A. F.; DANTAS, B. S.; LEMOS, A. Masculinidades em construção, corpos em (re)construção: desejos, contradições e ambiguidades de homens trans no processo transexualizador. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 3901-3911, out. 2022. DOI: 10.1590/1413-812320222710.07732022.

ROCON, P. C.; RODRIGUES, A.; ZAMBONI, J.; PEDRINI, M. D. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2517-2525, 2016. DOI: 10.1590/1413-81232015218.14362015.

ROCON, P. C.; SODRÉ, F.; RODRIGUES, A.; BARROS, M. E. B.; WANDEKOKEN, K. D. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. **Interface**, Bauru, v. 23, p. 1-14, 2019. DOI: 10.1590/Interface.180633.

ROCON, P. C.; SODRÉ, F.; RODRIGUES, A.; BARROS, M. E. B.; PINTO, G. S. S.; ROSEIRO, M. C. F. B. Vidas após a cirurgia de redesignação sexual: sentidos produzidos para gênero e transexualidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 6, p. 2347-2365, jun. 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020256.26002018.

ROCON, P. C.; SODRÉ, F.; ZAMBONI, J.; RODRIGUES, A.; ROSEIRO, M. C. F. B. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? **Interface**, Bauru, v. 22, n. 64, p. 45-53, jan-mar. 2018. DOI: 10.1590/1807-57622016.0712.

RUFINO, A.C.; MADEIRO, A.; TRINIDAD, A.; SANTOS, R.; FREITAS, I. Práticas sexuais e cuidados em saúde de mulheres que fazem sexo com mulheres: 2013-2014. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 1-11, 2018. DOI: 10.5123/S1679-49742018000400005.

SAMPAIO, Juliana V.; GERMANO, Idilva M. P. “Tudo é sempre de muito!”: produção de saúde entre travestis e transexuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 453-472, maio/ago. 2017. DOI: 10.1590/1806-9584.2017v25n2p453.

SCLIAR, Moacyr. História do conceito de saúde. **PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 1-13, abr. 2007. DOI: 10.1590/S0103-73312007000100003.

SILVA, A. C. A.; ALCÂNTARA, A. M.; OLIVEIRA, D. C.; SIGNORELLI, M. C. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. **Interface**, Bauru, v. 24, p. 1-15, 2020. DOI: 10.1590/Interface.190568.

SILVA, G. W. S.; SOUZA, E. F. L.; SENA, R. C. F.; MOURA, I. B. L.; SOBREIRA, M. V. S.; MIRANDA, F. A. N. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 1-7, 2016. DOI: 10.1590/1983-1447.2016.02.56407.

SOBRINHO, Wanderley P. Brasil registra uma morte por homofobia a cada 16 horas, aponta relatório. **UOL**, São Paulo, 20 fev. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/20/brasil-matou-8-mil-lgbt-desde-1963-governo-dificulta-divulgacao-dados.htm>. Acesso em: 15 out. 2020.

SOUSA, Diogo; IRIART, Jorge. “Viver dignamente”: necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 10, p. 1-11, out. 2018. DOI: 10.1590/0102-311X00036318.

SOUSA, P. J.; FERREIRA, L. O. C.; SÁ, J. B. Estudo descritivo da homofobia e vulnerabilidade ao HIV/Aids das travestis da Região Metropolitana do Recife, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 8, p. 2239-2251, ago. 2013. DOI: 10.1590/S1413-81232013000800008.

SOUTO, Luiza. Cresce cirurgia de “mudança de sexo”. E nova regra pode aumentar os números. **UOL**, São Paulo, 30 out. 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/10/03/redesignacao-sexual-cresce-no-brasil-e-regras-devem-mudar.htm>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SOUZA, M. H. T.; SIGNORELLI, M. C.; COVIELLO, D. M.; PEREIRA P. P. G. Itinerários terapêuticos de travestis da região central do Rio Grande do Sul. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 7, p. 2277-2286, jul. 2014. DOI: 10.1590/1413-81232014197.10852013.

SWEENEY, Shannon M.; VANABLE, Peter A. The association of HIV-related stigma to HIV medication adherence: a systematic review and synthesis of the literature. **AIDS and Behavior**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 29-50, jan. 2016. DOI: 10.1007/s10461-015-1164-1.

TAQUETTE, Stella R.; RODRIGUES, Adriana O. Experiências homossexuais de adolescentes: considerações para o atendimento em saúde. **Interface**, Bauru, n. 19, v. 55, p. 1181-1191, out./dez. 2015. DOI: 10.1590/1807-57622014.0504.

Onde há fendas, faz-se caminhos possíveis: narrativas poéticas de um corpo sapatão, poeta, político e ferido sobre os cursos da vida

Maria Lizandra Mendes de Sousa [Liz Mendes]*
José Ribamar Lopes Batista Júnior [Ribas Ninja]**

Traçando fendas iniciais...

O que dizem os corpos políticos socialmente marginalizados sobre as suas memórias-histórias? O que podem os corpos políticos cansados e feridos que são socialmente marginalizados sobre as suas memórias-histórias? O que sabemos acerca das memórias-histórias de corpos políticos social e historicamente marginalizados? O que fazemos com o que sabemos sobre as memórias-histórias de corpos políticos, social e historicamente marginalizados? Quais consciências das corporeidades de grupos social e historicamente marginalizados nos falam sobre luta, resistência e capacidade de agência e transformação? Como acessar as experiências individuais que nos atravessam e, a partir delas, produzir novas formas de sociabilidade? Como produzir conhecimentos, saberes e transformações sobre nós mesmos?

Pensar nesses questionamentos é [re]afirmar que existem verdades únicas e absolutas sobre que corpos são possíveis, desejáveis e necessários nas diferentes organizações sociais, bem como os que são considerados construtores de conhecimentos e saberes. Quais corpos não são merecedores e dignos da vida? Negros, indígenas, quilombolas, lésbicos, gays, transgêneros, travesti, transexuais, enfim, corpos que recusam seguir as normas e regras do binarismo impostas pela sociedade vigente [heteronormativa], e são expulsos e excluídos do direito à vida. Refletir sobre

* Mulher. Poeta. Nordestina. Sapatão. Graduanda de Licenciatura em Pedagogia (UFPI/CAFS). Colaboradora permanente do Laboratório de Leitura e Produção Textual (LPT). Integrante do Núcleo de Pesquisa em Estudos Críticos de Linguagem (Necril). Ama poesia e chá de gengibre com limão, além de usar a escrita para reflorescer.

E-mail: lizamendes1604@gmail.com

** Professor EBTT [Ensino Básico, Técnico e Tecnológico] no Colégio Técnico de Floriano-PI, coordenador do Laboratório de Leitura e Produção Textual [LPT]. Doutor em Linguística. Apaixonado por vôlei, ama viajar, tem duas tatuagens e não dispensa uma taça de vinho.

E-mail: ribas@ribas.ninja

esses corpos políticos nas suas diferentes subjetividades e intersecções, nos conduzem a romper com os silêncios e com os perigos da história única, como bem salienta Chimamanda Ngozi Adichie (2018).

É nessa vontade de oportunizar o rompimento com os silêncios e contar outras histórias-memórias dos corpos políticos, social e historicamente marginalizados, que somos, então, motivada/o a escrever esse texto. É uma escrita que ousa trazer para os espaços formativos e educativos momentos de construções, relações, interações e gestações de saberes produzidos pelos corpos políticos, social e historicamente marginalizados.

Ao passo que promovemos esse encontro, por meio da escrita, nos espaços formativos, também estamos a dizer da relevância de ampliar as discussões para além das paredes das instituições escolares e acadêmicas, de modo a promover, por meio das narrativas [aqui pensada como direito humano], reflexões sobre os marcadores sociais de diferença que constituem cada pessoa, outras compreensões das histórias que dizemos saber e que nos foram contadas [tantas vezes, distorcidas e esvaziadas de humanidade], repensar as desigualdades sociais incomparáveis, produzir gestações de saberes e reflexões críticas acerca, por exemplo, das relações étnico-raciais, gêneros, sexualidades, educação e diferenças, e mobilizar encontros, reencontros e encantos com as nossas experiências humanas.

Nesse sentido, o objetivo deste texto é discutir os cursos da vida de um corpo político, poeta, sapatão e ferido, por meio das narrativas de si. Dessa forma, o que ousamos propor é uma possibilidade, quem sabe, de realizar justiça epistêmica, social, acadêmica, política, estética e histórica com os corpos políticos tidos como desnecessários às percepções de uma sociedade constituída pelas violações de direitos e roubos [massacre] de vidas. Fazer justiça epistêmica, social, acadêmica, política, estética e histórica com aquelas/es que tiveram as suas histórias-memórias roubadas é, pois, construir táticas e alternativas de circular nos distintos espaços, tempos, lugares sociais, outros conhecimentos, histórias, memórias, vivências e resistências, de repensar a realidade.

Diante disso, o texto foi organizado além dessa breve contextualização do tema, na qual, também, apresentamos o objetivo e a justificativa, da seguinte forma: em seguida, abordamos os caminhos metodológicos escolhidos para organizar as trilhas sonoras e sensoriais das experiências; após, tratamos das cenas que compõem as narrativas de si e; por fim, trazemos algumas considerações acerca do ser do trabalho,

de modo a pensar em alguns questionamentos que possa, quem sabe, inspirar pesquisas futuras. No mais, desejamos uma excelente leitura de sentir!

Fendas metodológicas

Narrativas de si! Uma forma de continuar a trilhar esperanças para uma educação pautada no direito e encontro das pessoas encontrarem e reencontram as suas próprias palavras-vivências. As narrativas são possibilidades de descolonizar os conhecimentos, os pensamentos, as ideias, os discursos, as atitudes, as teorias e as práticas, e construir dispositivos afetivos. Assim, ao narrar o vivido, os corpos-vozes ousam escrever e reivindicar as suas histórias e existências que não puderem ser, tornar-se, relacionar-se e sentir-se pessoas-humanas. Conforme Sousa e Alencar (2023, p. 121),

Narrar-se é um encontro que se faz na imersão de si pelos passeios profundos em si, que constrói tessituras de reflexões pela pausa entre presente, passado e futuro em pensar acerca do vivido, tensionar diálogos nas memórias e compreender as fragilidades dos acontecimentos mediante aos anseios em querer ter feito diferente. Um encontro marcado por diversos reencontros que se refaz nas brechas ainda não percebidas e refletidas. Que se permite ir além do observável pelo mergulho nas próprias experiências. Narrar-se é, portanto, convidar as experiências para uma dança individual e coletiva que no ritmo das memórias sensoriais se refaz em percepções abertas para novos passos de dança ainda não realizados e descobertos.

Diante do referenciado, entendemos que as narrativas de si, inseri nos caminhos já trilhados, nas experiências vivenciadas e nos modos como produzimos sentidos a nós, as coisas-situações, ao outro e ao mundo, de modo a constituir possibilidades de ressignificações daquilo que já foi vivido na vida cotidiana. Essas ressignificações, ao passo que constrói arranjos significativos aos desconhecimentos de si, também exige coragem e ousadia de ter que rememorar vivências dolorosas que, muitas vezes, se pensamos ter superado.

De acordo com Clandinin e Connelly (2011, p. 48), “[...] devemos dizer que se entendemos o mundo de forma narrativa, como fazemos, então faz sentido estudá-lo de forma narrativa”, o que, desse modo, se constitui enquanto diálogos das histórias vividas pelas pessoas. Em outras palavras, as narrativas permitem que refaçamos os enredos que mobilizam as nossas histórias e, já que as realidades também são construídas, então, que possamos, também, reconstruir as nossas vivências.

Dessa forma, as narrativas de si presentes nesse texto são memórias-experiências refeitas pela arte da poesia das vivências da Maria Lizandra [Liz Mendes]¹. As memórias-experiências, por meio das poesias, são organizadas em um tensionamentos que abordam os sentimentos de não pertencimentos aos espaços, as dúvidas e anseios pela docência e os dramas das violências vividas por ser uma mulher sapatão. A seguir, encontrar-se as narrativas e que, a partir deste momento, será escrita em primeira pessoa do singular.

Narrativas poéticas: o que tem a dizer um corpo político, poeta, sapatão e ferido sobre os cursos da vida?

A escrita de si apavora-me, ao passo que se torna uma necessidade de sobrevivência. Uma escrita que urge dos escombros que o meu corpo estranho atravessou e continua a atravessar, de forma, quase que involuntariamente, exige com que eu não ouse parar de escrever. Escrevo para encontrar sentido na vida, refúgios nas incertezas, acalento do próprio medo e sonhos nas esperanças que [ainda] nutro cotidianamente. Há no ato de escrever para o meu corpo, reivindicações do direito à vida e a ser quem sou.

Escrevendo coloco, corajosamente, as minhas tripas no papel, como você me ensinou, Glória Anzaldúa (2020), e, com isso, caminho sendo, dizendo, relacionando, tornando, dançando, mudando, resignificando, desfamiliarizando, desestabilizando e sentindo. Faço dos constrangimentos de quem ler as minhas memórias-experiências-vivências-narrativas, ou as ouvem, processos de ensino-aprendizagem. Sim! O constrangimento pode ser [e deve] uma tática de que nós, pessoas estranhas, indesejáveis e impossíveis, se utilizem para contar as nossas vivências.

Com a escrita abraço profundamente a arte da poesia. É com a poesia que digo dos amores e dissabores que o meu corpo sapatão experiencia, ou seja, outra forma de ser-em-si. A poesia aproxima-me de uma escrita que ora forja táticas de sobrevivência e enfrentamento, ora dilacera as bolhas sociais. Uma escrita poética é que ousa fazer e ser. Aproximo da desobediência epistêmica, Mignolo (2008), e, assim, tento, com tantas outras iguais a mim, realizar justiça acadêmica, social, política, ética, estética, epistêmica e histórica.

Ao distanciar-me da ciência colonialista e heteronormativa que limpa e aniquila corpos estranhos e, também, os seus conhecimentos e saberes, quero, então, reafirmar

¹ Que aqui, também, se faz autora deste texto.

outros caminhos do fazer científico, a exemplo de ser em um trabalho acadêmico. Os corpos pisam nas geografias dos espaços reivindicando ser situados ancestralmente. Existe, portanto, conhecimentos de corpos estranhos e ancestrais, porque, há redes de encontros para além do tempo cronológico.

Tensionamento 1 – Espelho

No espelho que me vejo
– Cortes e traumas –
Muitas vezes ouço os risos:
“Ela que ser homem!”
Às vezes vejo noites estreladas

Muitas vezes fico paralisada
Com as memórias que revivo:
“Tenho nojo desse tipo de pessoa”
Ou refaço as cenas
Para elas ficarem menos doloridas.

E, nos reflexos do espelho, que me saboto
– Chuvas em lua cheia –
Minha eterna história.

Onde passo, os caminhos sempre dizem:
“Você não pertence a esse lugar”
Como ousar pertencer aos espaços-tempos
Se não pertença a mim mesma?

O que será de mim?
Vida precária
Ou mundos possíveis?

O meu corpo carrega muitas memórias-experiências que, muitas vezes, ditam os caminhos que sigo, assim como as ações, discursos, práticas e comportamentos que devo ou não fazer. É um corpo vigiado, controlado e silenciado nos diferentes espaços que me faço presente. Por não seguir as normas sociais únicas destinadas para as mulheres, o meu corpo é alvo de piadas, brincadeiras, risos, falas e práticas preconceituosas e lesbofóbicas.

Conforme você, Louro (2015, p. 14), os “[...] corpos são significados pela cultura e são, continuamente, por ela alterados”. Isto requer afirmar que os corpos se

movimentam diante do tempo, ou seja, não são fixos, constantes e estáveis. Então, por que não pode existir feminilidades ao invés de feminilidade? Por que o meu corpo não pode se mostrar enquanto um corpo feminino? O que há de tanto errado ousar voar em liberdades de ser-em-si? De que forma o meu corpo estranho desestabiliza o socialmente aceitável? Existem possibilidades de existências para além do considerado adequado, natural e normal? O que os corpos estranhos e indesejáveis dizem sobre a cisheteronormatividade?

O[s] espelho[s] ditam os meus silenciamentos, uma vez que as versões que vejo pelo reflexo foram construídas por meio das violências. São imagens distorcidas e amparadas em sentimentos de não pertencimentos aos espaços sociais que ousar-me fazer presente. Esses silêncios, Lorde (2019), não me protegeram de nada, ao contrário, aumentaram a vergonha e rejeição pelo meu próprio corpo sapatão. Houve, dessa forma, criação de autossabotagem e desvalorização de eu mesma, onde o que me foi permitido perceber no reflexo do espelho foram somente os dias de tempestade e não, as noites estreladas.

Essas imagens negativas intensificaram as relações que tenho comigo mesmo, de modo que o medo acabou a ganhar mais forças do que minha capacidade de recomeçar e ter esperanças. Assim, durante muito tempo [e ainda hoje] o medo organiza os modos como vou sentido e percebendo as coisas-situações e, também, as relações que ousar construir. Ele [o medo], a todo instante, bell hooks (2019), reafirmar a ausência de afeto que tenho do afastamento daquelas/es que inicialmente me amavam, por ser justamente uma menina estranha.

Vou, então, tentando-me reencontrar. Assim, pergunto: O que dizem os seus receios? Quais as leituras sociais que fazemos dos corpos políticos social e historicamente marginalizados? Quais as leituras sociais que fazemos dos nossos corpos? Como superar as formas de opressões existentes? O que os nossos corpos fazem a respeito das múltiplas opressões, discriminações, preconceitos e violências? Quem pode comunicar as suas dores? Que dores podem ser comunicadas? O que deixamos de perceber nas histórias que nos foram contadas e narradas a respeito dos corpos marginalizados?

Esses questionamentos são formas de mostrar corpos estranhos, impossíveis e indesejáveis, como o meu, ousam em coragem dizer que podemos construção de caminhos democráticos, possíveis e de sentidos. Caminhos que une os saberes vivenciados teoricamente com os que são experienciados pela prática. Trajetos coletivos e cotidianos produzidos nos diferentes espaços, tempos, lugares e

organizações sociais. Percursos possíveis guiados pelas narrativas de si enquanto direito humano. Assim, as narrativas de si, enquanto direito humano, criam fendas para construção de mundos possíveis e de sentidos, de modo a promover a formação política, social, estética, ética, histórica, emocional e humana.

Fendas [não] finais...

Pisar nas geografias das memórias com firmeza, movimento e balanço é, assim, iniciar os primeiros passos de uma dança envolvente que nos convida, convoca e provoca para visitar os medos, dúvidas, receios, inseguranças e preceitos estabelecidos. É, pois, reconstituem novas maneiras e modos de perceber a si, o outro e o mundo. Percebemos, assim, que as narrativas de si, é uma forma de garantir que os corpos cansados e feridos possam friccionar as colonialidades, bem como desestabilizar as bolhas sociais.

Compreendemos, pois, que o ato de escrever se mostra e demonstra como táticas de sobrevivência, enfrentamento das violências e construção de constrangimentos daquilo que é socialmente tido como adequado, natural e normal. Ou seja, constranger correlacionado a outros modos de educar e, com isso, as pessoas têm a possibilidades de afasta-se de si para, dessa forma, [tentar] se permitir sentir a escrevivência dos pensamentos e memórias de corpos estranhos, indesejáveis e impossíveis.

Constamos, também, que os cursos da vida de um corpo político, sapatão e ferido se faz com a arte da poesia. A poesia emerge como um recurso vivo de se mostrar ao mundo outra forma, seja como resistência e revolta, seja como reivindicação e afeto. Dito de outra forma, a poesia nos cursos da vida de um corpo político, sapatão e ferido é a possibilidade de ir em direção ao direito e encontro de encontrar e reencontrar as suas palavras-vivências-histórias. É, assim, modos de abrir as portas do seu corpo para escutar memórias-histórias de outros corpos políticos social e historicamente marginalizados. Dessa forma, ousamos deixar o seguinte questionamento como potencializador de pesquisas futuras: O que fazemos com as dores que ouvimos?

Referências

ANZALDUA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa**: experiências e histórias na pesquisa qualitativa. Tradução do Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILLEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e em ação. In: LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 44-48.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 07-34.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*. **Dossiê**: literatura, língua e identidade, [S. l.], n. 34, p. 287-324, 2008.

SOUSA, Maria Lizandra Mendes de; ALENCAR, Luana Maria Gomes de. “Posso sim ser professora”: monitoria acadêmica no processo de formação e constituição da identidade docente de uma universitária sapatão em ser e tornar-se professora. In: ALENCAR, Luana Maria Gomes de; CUNHA, Adriana Lima Monteiro; MOURA, Ana Luiza Floriano de (Orgs.). **Formação de professores e prática educativa**: olhares e perspectivas formativas. Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2023, p. 118-134.

Da “excêntrica vida de Antônia e Wildima” às reflexões sobre a manutenção do modelo hétero-nuclear de família nos cotidianos das instituições de Educação Infantil

Marina Canesin*
Adilson De Angelo**

Primeiras palavras: a construção da família e da infância

Quando pensamos em família, é comum que venha à nossa cabeça um pai, uma mãe e filhos. Esse formato nuclear que conhecemos, a famosa família da margarina¹, aos poucos, tem deixado de ser reconhecida como única. Mas, ainda faz parte de muitos imaginários sociais e, mesmo abrindo espaço para outras configurações, é vista como a “normal” ou a “natural”, entendida como a organização que tem como objetivo fundamental constituir laços afetivos para um fim natural – a procriação. Contudo, embora pareça figurar como algo determinado, imutável, envolto de justificativas biológicas e morais, essa configuração nem sempre foi a mesma. Segundo Bilac (2000, p. 31):

A variabilidade histórica da instituição família desafia qualquer conceito geral de família. Ao mesmo tempo, a generalização do termo “família”, para designar

* Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), onde integra o “Coletivo Ciranda - Grupo de Pesquisa Infância, Cidadania e Redes Educativas”. Atua na Educação Infantil como Professora Auxiliar de Sala, sendo efetiva na Rede Municipal de Ensino de São José-SC.

E-mail: marina.canesin@msn.com

** Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto, com estágio pós-doutoral na Universidade do Minho. Docente do Curso de Pedagogia na UDESC, onde coordena o Laboratório de Educação e Infância – LABOREI e lidera o “Coletivo Ciranda - Grupo de Pesquisa Infância, Cidadania e Redes Educativas”.

E-mail: adilsondeangelo@gmail.com

¹ Desde os anos 1980, os comerciais de margarina retratam uma família feliz ao redor da mesa de café da manhã. Sempre composta por um pai, uma mãe e filhos pequenos; todos brancos. A publicidade reforça o ideal da família nuclear burguesa, e o termo família da margarina ficou popular para representar essa configuração, sendo associado à ideia de felicidade.

instituições e grupos historicamente tão variáveis, termina por ocultar as diferenças nas relações entre a reprodução e as demais esferas da vida social.

Maria Beatriz Nader (1992) destaca que a etimologia da família, mostra que a palavra tem origem do latim e significa grupos domésticos. O termo deriva de *famulus*, escravo doméstico, e com o crescimento do poder patriarcal se estendeu às mulheres e crianças. Contudo, as constituições familiares são maneiras de se organizar socialmente muito anteriores ao termo família e existiram em todas as civilizações. Seus significados, porém, não são estáticos nem universais e variam de acordo com o contexto social, econômico, cultural e religioso de acordo com cada época e sociedade.

O ideal da família nuclear, assim como o ideal da infância, foi disseminado pelas camadas mais privilegiada da população: os que se beneficiavam com o acúmulo de riqueza gerado pela implementação do sistema capitalista. Levando em conta a medicina da época (não existiam métodos anticoncepcionais ou teste de DNA, por exemplo), o casamento monogâmico entre um homem e uma mulher, sendo a fidelidade um dever apenas das mulheres, passa a ser fundamental para a geração de herdeiros legítimos. Esses herdeiros tem o direito à infância, recebem educação e cuidados que possibilitam também um bom preparo para a vida adulta.

Segundo Marcuse (1995), o ideal de família nuclear monogâmica é usado também como uma “restrição quantitativa e qualitativa da sexualidade; a unificação dos instintos parciais e sua sujeição a função procriadora” (p. 55). Ou seja, faz parte do processo de exploração do trabalho dos pobres, tanto do produtivo quanto do reprodutivo: “A mente e o corpo passam a ser instrumentos de trabalho alienado (Ibid., p. 59)”.

No período em que as mulheres se tornam assalariadas nas indústrias, a priori mulheres brancas e pobres, é preciso garantir os cuidados dos bebês e crianças pequenas durante os grandes turnos de trabalho. E é nesse contexto que surgem as creches, como espaços responsáveis por cuidar dos filhos das/dos trabalhadoras/es. A creche representa uma grande conquista para essas mulheres, em relação à sua independência; mas não deixa de ser vantajosa para o capital, pois traz a possibilidade de exploração do trabalho produtivo da mulher, sem que prejudique o trabalho reprodutivo da classe trabalhadora.

Podemos perceber que a família nuclear não é uma configuração natural que sempre existiu, mas foi disseminada a partir do desenvolvimento tecnológico da Europa moderna. Os conceitos de família nuclear e o conceito de infância se transformaram de maneira simultânea a outras esferas da sociedade, como a econômica e a religiosa. A

família nuclear do século XXI passou também por diversas mudanças desde sua consolidação. Conforme as mulheres conquistam mais espaços na sociedade, o poder patriarcal é tensionado e as famílias vão se tornando, aos poucos, mais colaborativas. Outro exemplo é o direito ao divórcio, que transfere para o Estado a regulamentação dos casamentos, antes de responsabilidade da Igreja.

Contudo, o modelo nuclear de pai, mãe e filho/s ainda está muito enraizada nas sociedades ocidentais e a normatização desse modelo implica na marginalização das demais configurações familiares presentes em nossa sociedade, como as famílias monoparentais, homoparentais, famílias recompostas, crianças que são criadas pelos avós e tantas outras possibilidades. Da mesma maneira o direito à infância e a educação, que nos dias de hoje é assegurado por lei à todas as crianças, porém as desigualdades em relação a gênero, raça e classe são ainda uma realidade social, sendo que a criança do sexo masculino, branca, cristã, heterossexual, burguesa e sem deficiência continua sendo o modelo de criança privilegiado.

Pluralidade familiar: a homoparentalidade como pressuposto para a pesquisa

A educação e cuidado das crianças, sobretudo as de pouca idade, são ações indissociáveis e de responsabilidade tanto das famílias quanto das Instituições de Educação Infantil, conforme preconiza a LDB - Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996). Levando em consideração que os desafios da complementaridade estão atravessados pelas desigualdades e diversidades sociais, destacamos a necessidade de pensar a partir das configurações familiares dissidentes – que tensionam o modelo moderno/colonial (Mignolo, 2014) de família.

Nesse sentido, o presente trabalho busca explorar a relação tecida entre família homoparental e Unidade de Educação Infantil. A homoparentalidade está delimitada, neste estudo, na configuração biparental (duas mães/dois pais, mãe e madrasta/pai e padrasto), mas reconhecemos sua presença em famílias mono e multiparentais também.

A pesquisa foi realizada através de levantamento bibliográfico, levantamento documental, aplicação de questionários, realização de uma entrevista em profundidade e a metodologia da História de Vida (HV) como central na construção da narrativa. A metodologia utilizada inscreve-se na abordagem qualitativa, privilegiando o estudo exploratório, uma vez que as questões sobre as famílias homoparentais e as suas relações com as instituições de Educação Infantil ainda são pouco pesquisadas.

O estudo exploratório é entendido como importante para contribuir com a qualidade de informações sobre o objeto em estudo e encontrar a melhor forma de abordá-lo. Para Quivy & Campenhoudt (1995, p. 44), “[...] esta é a função do trabalho exploratório. Este se compõe de duas partes, que podem ser realizadas paralelamente: a leitura e a coleta de informações através de entrevistas, documentos, observações”. Ao abordar o estudo qualitativo/exploratório, Maria Cecília Minayo adverte sobre a sua possibilidade de aproximação com o cotidiano e as experiências vividas pelos próprios sujeitos (Minayo, 1993). A autora segue lembrando que a dimensão exploratória de uma pesquisa caracteriza-se por

[...] trabalhar como universo de significações, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores. Esse conjunto de dados considerados qualitativos corresponde a um espaço mais profundo das relações, não podendo reduzir os processos e os fenômenos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2004, p. 28).

O trabalho iniciou-se com o levantamento bibliográfico sobre o tema, possibilitando a fundamentação teórica, que foi complementada ao longo do percurso de campo com os documentos legais responsáveis por orientar a Educação Infantil. A pesquisa empírica foi composta por duas etapas, sendo elas: Mapeamento das famílias homoparentais presente em uma Rede de Educação Infantil da Grande Florianópolis; e a Entrevista feita com uma das famílias homoparentais mapeadas.

O mapeamento das famílias foi realizado a partir de um questionário entregue para as coordenadoras/diretoras das 31 unidades de Educação Infantil do município, através da ajuda de profissionais da Secretaria de Educação. Optamos por não restringir esse questionário em relação ao foco — homoparentalidade — para possibilitar a participação de todas as instituições e alcançar o maior número de devolutivas possível. Desse modo, o questionário foi elaborado com perguntas em relação às instituições e às famílias em geral, identificando em quais momentos ocorre maior/menor interação com as famílias/responsáveis. Apenas ao final do questionário, perguntamos sobre as configurações familiares presentes em cada unidade, elencando diversas possibilidades. Com as devolutivas alcançadas e os questionários preenchidos, foi possível identificar e mapear os locais em que as famílias homoparentais estão presentes.

Dos 31 questionários enviados para a realização do mapeamento, alcançamos 25 devolutivas. Dentre as 25 instituições que nos retornaram, seis unidades declararam a presença de famílias homoparentais. Dessas seis unidades, todas responderam

positivamente presença de família/s com duas mães; uma delas destacou também a presença de família/s com dois pais; e outra unidade assinalou a opção correspondente para mãe e madrasta, além de mãe e mãe. A partir do questionário foi possível identificar, então, seis instituições com pelo menos oito famílias homoparentais presentes. A quantidade exata das famílias homoparentais não foi possível identificar, pois o questionário se limitou à presença e ausência de cada configuração elencada por nós, sem quantificá-las.

Com esses dados iniciais, foi possível observar que as famílias homoparentais configuradas por duas mães estão mais presentes nas unidades da rede do que famílias homoparentais de dois pais. A partir dessa constatação, consideramos pertinente refletir sobre as diferentes maneiras em que a questão de gênero opera em nossa sociedade. A plenitude do ser mulher relacionada à maternidade ainda é muito disseminada em nossa sociedade, segundo Donna Haraway (2004), o conceito ocidental de gênero “insiste em que a maternidade é natural e a paternidade cultural: as mães fazem os bebês naturalmente, biologicamente. A maternidade salta à vista; a paternidade é inferida” (Haraway, 2004, p. 220). Assim sendo, as responsabilidades do cuidado e educação de crianças — até mesmo a vontade de ter filhos/as — são cobrados principalmente das mulheres.

Outro ponto a ser consideração, sobretudo em relação à homoparentalidade gay, se refere à relação entre homossexualidade e perversão. André Geraldo Ribeiro Diniz (2006), destaca que “tal concepção muitas vezes vem associada ao mito de que eles são obcecados por sexo e tendem a abusar de seus descendentes ou, ao menos, expô-los ao ridículo perante a sociedade” (Diniz, 2006, p. 12-13). Ainda hoje, dentro de uma ótica cisgênera e falocêntrica, a sexualidade dos homens é relacionada à virilidade em relacionamentos com mulheres e a perversão em relacionamentos com outros homens; e a sexualidade das mulheres, independente da orientação sexual, costuma ser apagada.

É importante levar em conta, também, que muitas famílias homoparentais são constituídas a partir de reorganizações familiares, quando os filhos e filhas de casais de pessoas do mesmo sexo/gênero são frutos de antigas relações heterossexuais. Nos casos de reorganização familiar as crianças costumam ficar sob responsabilidade das mães, independente de manter ou não contato com os pais.

Todas as 25 unidades educativas que responderam ao questionário assinalaram a presença de famílias monoparentais compostas por mãe e filho/s. Como a noção de responsabilidade parental entre homens e mulheres é distinta em nossa sociedade, é provável o número de casais de mulheres que vivem juntas e compartilham o cuidado e

educação de crianças em famílias reorganizadas é maior do que o número de casais de homens, sendo essas famílias configuradas por duas mães ou mãe e madrasta.

Para finalizar, considerando que o mapeamento foi feito em instituições públicas, vale destacar a realidade da diferença salarial entre os sexos/gêneros deve ser considerada. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia, divulgada em 2018, o salário das mulheres é, em média, 20,5% menor do que o salário dos homens, mesmo as mulheres sendo a maioria da população com ensino superior completo (IBGE, 2018). Desse modo, é mais provável que um casal de homens tenha mais condições financeiras do que um casal de mulheres, podendo optar por instituições de Educação Infantil privadas para seus/suas filhos/as.

Após o mapeamento, contatamos as diretoras/coordenadora das unidades educativas, também com o intermédio de profissionais da Secretaria de Educação, para explicar o objetivo da pesquisa e entrevistar as famílias interessadas em participar da pesquisa. O caminho percorrido para que conseguíssemos o contato das famílias extrapolou os prazos inicialmente previstos, sendo preciso replanejar. A proposta inicial, de conversar com todas as famílias homoparentais mapeadas e convidá-las para uma entrevista, foi restrita apenas a uma família: a de Antônia, Wildima e Lucas.

Para dar conta das especificidades e singularidades das histórias das duas mulheres e do menino Lucas, de três anos, foi realizada uma entrevista aberta em profundidade. Entre as possibilidades da técnica de entrevista em profundidade está, segundo Jorge Duarte (2005), perceber detalhes, microinterações e padrões, assim como obter interpretações junto aos entrevistados. Compreender como um assunto é percebido, sendo eles muitas vezes relacionados ao íntimo do entrevistado, também são potencialidades oferecidas pela técnica (Duarte, 2005).

As falas das duas mães foram gravadas, transcritas e trabalhadas, posteriormente, para a construção da narrativa, através da História de Vida (HV) como metodologia. Ao relatar um acontecimento, os sujeitos estão refletindo sobre aquela história e mais importante do que o fato em si, para a HV, é o significado que as pessoas atribuem ao fato vivido por elas (Spindola; Santos, 2003). Antes mesmo do momento do relato, no período entre o convite para participar da pesquisa e a realização de fato da mesma, é muito provável que os/as participantes invistam um tempo tentando elaborar o que irão falar durante aquele momento e, automaticamente, pensando sobre sua história e (re)significando a mesma.

Para a História de Vida, o papel da pessoa entrevistadora é principalmente a escuta atenta para o que os/as entrevistados/as tem a dizer, interferindo o mínimo possível

em suas falas. Porém, “embora se deva deixar o narrador livre para falar o que quiser, é necessário aprofundar determinados aspectos, relevantes para a pesquisa, que vão surgindo no decorrer da entrevista, sem perder de vista os objetivos previamente traçados” (Corrêa; Guiraud, 2009, p. 681). Ou seja, os/as entrevistadores/as não são passivos/as no processo (Spindola; Santos, 2003), mas também não conduzem a entrevista para o que esperam ou desejam ouvir. Os pontos de interesse são aprofundados a partir do momento que aparecem nas falas/narrativas.

A escolha da metodologia foi feita para valorizar as subjetividades daquelas histórias – que são únicas – sem impedir a construção de um olhar macro em relação ao contexto social que as duas mães estão inserida. A HV como metodologia “fornece, portanto, base consistente para o entendimento do componente histórico dos fenômenos individuais, assim como para a compreensão do componente individual dos fenômenos históricos” (Paulilo, 1999, p. 143). A partir da entrevista aberta em profundidade foi construída, então, A excêntrica família de Antônia e Wildima, uma narrativa que envolveu o processo mútuo entre nós, pessoas que pesquisavam, e as entrevistadas.

A excêntrica família de Antonia e Wildima – histórias de vida

Os nomes Antonia e Wildima são fictícios e foram escolhidos pelas próprias entrevistadas. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que as identidades são protegidas, elas também estão presentes, através da escolha delas por nomes que irão representá-las. O título desta narrativa faz referência ao filme *A Excêntrica família de Antonia*, da diretora Marleen Corris (1995). No filme, Antonia relembra a história de sua família, que vive em uma pequena vila da Holanda, após a Segunda Guerra Mundial. Mesmo com toda a distância geracional e cultural evidentes, as histórias têm grandes semelhanças: para além do nome Antonia, escolhido por uma das entrevistadas, a aproximação está no protagonismo das mulheres, no enfrentamento às normas e contradições sociais, nas diversidades, no respeito e nas constantes relações com a morte.

A entrevista em profundidade foi realizada com Antônia e Wildima em uma segunda-feira à tarde, dia 11 de junho de 2018 e as falas foram gravadas em dois gravadores de voz. Em um primeiro momento cada uma contou um pouco da sua vida, família, infância e tudo mais que consideraram importante ser dito e se sentiram à vontade para dizer. Em seguida, no momento em que as duas se conheceram, a história foi sendo construída em conjunto: enquanto uma falava, a outra estava sempre comentando/complementando. Dessa mesma maneira, juntas, contaram sobre o filho

Lucas, de três anos, de sua concepção até as relações da família com as creches – ponto de maior interesse da pesquisa.

O contato com as entrevistadas, Antonia e Wildima, foi possível através do mapeamento feito na Rede Municipal de Educação Infantil. Porém, como Lucas frequentou uma creche particular antes de conseguir a vaga na prefeitura, a análise envolve a relação da família com as duas instituições. É importante destacar que mesmo com o art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e o art. 208 da Constituição Federal (Brasil, 1988), que asseguram o direito da criança de 0 a 5 anos e 11 meses à Educação Infantil, o déficit de vagas é uma realidade em todo o país. Dados divulgados pelo IBGE (2016) apontam que, no ano de 2015, 7,7 milhões de crianças menores de 4 anos não frequentavam instituições educativas e 61,8% dos/as responsáveis por essas crianças tinham interesse por vaga. A pesquisa mostra que

[...] esse percentual era menor nas classes de rendimento médio domiciliar per capita mais altas, chegando a 54,4% naquela de 3 salários mínimos ou mais. Na classe com rendimento a menos de ¼ do salário mínimo, essa proporção era de 61,5%. O interesse dos responsáveis por matrícula em creche ou escola crescia com o aumento da idade da criança. Enquanto para 49,1% das crianças de menos de 1 ano havia esse interesse, para aquelas de 3 anos, a proporção alcançava 78,6% (IBGE, 2016).

Durante a fala de Wildima, a entrevistada aponta que a creche solicitou duas vezes sua participação na pesquisa. Por ter sido longo o período entre o primeiro convite e o segundo, Wildima achou que *tivessem deixado de canto, guardado no fundinho da gaveta*. Nesse sentido, é possível relacionar a dificuldade de contatar as famílias com o tema proposto pelo trabalho. A homoparentalidade, por ser pouco explorada no campo da Educação Infantil, ainda gera receio para profissionais da área, que muitas vezes não são preparadas para as diversidades presentes nas creches.

O receio em relação à pesquisa aparece também na fala da Wildima, que na noite anterior ao nosso encontro, cogitou a possibilidade da creche ter acionado o Conselho Tutelar a pesquisa ser apenas o disfarce para uma investigação. A entrevistada expõe que *é um pouquinho complicado duas mães ou dois pais. Na creche elas me explicaram, mas eu achei que estavam querendo ver se o Lucas é bem cuidado, bem tratado*. Foi compartilhando seu medo com as colegas de trabalho que Wildima ficou mais tranquila, *as meninas falaram que a assistência social não faz isso, que eles precisam se identificar*, e achou importante não desmarcar a entrevista.

Para além do temor da Wildima em relação à sua família estar fora do padrão heteronormativo, é importante, também, fazer uma intersecção com classe, pensando nas informações que são negadas à grande parte da população, em relação aos seus direitos. Esse foi um momento de grandes reflexões durante a entrevista, pois ao questionarmos como ela havia se sentido quando foi abordada pela creche, esperávamos receber uma resposta positiva, no sentido de sua família ser reconhecida e, de alguma forma, legitimada naquele momento.

Os receios e os enfrentamentos seguem sempre juntos e estão muito presentes, também, nas falas da outra mãe, Antonia. Quando Antonia vai à creche, faz questão de se posicionar: *Não é Antonia, é mamãe Tonia*. No momento em que Antonia diz à professora que também é mãe de Lucas ou quando, junto com Wildima, decide escrever seu nome na agenda do menino (no local destinado ao pai), ela está transgredindo normas sociais. Normas essas que também aparecem nas falas das mães, como a preocupação de Antonia em relação ao filho fazer xixi sentado, por exemplo.

Para pensar sobre estratégias adaptadas pelas creches para acolher a família homoparental entrevistada, nos chamou atenção os relatos de Wildima sobre as datas comemorativas na creche particular: No dia das mães nós duas ganhamos presentes, no dia dos pais a gente ganhou também. Entendemos essa questão como uma tentativa da creche de não excluir o Lucas e as mães do dia dos pais. Ao que nos parece, esse recurso é a maneira mais fácil encontrada pela instituição para não desafiar as convenções históricas da constituição familiar heteroparental e evitar cobranças que ocorreriam se as tradicionais comemorações de dia das mães e dia dos pais fossem substituídas por festas mais inclusivas. As creches municipais da Grande Florianópolis, por exemplo, são orientadas para realizar a festa das famílias, uma estratégia que possibilita contemplar as crianças que vivem com os avós, só com a mãe, com a tia, em Casa Lar, com dois pais, duas mães e todas as demais configurações existentes. Porém, em relação ao dia das mães em que o Lucas estava na creche municipal, Wildima contesta: Na pública a gente não ganhou nada no dia das mães. É provável que, neste caso, a creche seguiu a orientação do município, de não comemorar dia das mães e dia dos pais. Contudo, os motivos dessa decisão mais inclusiva não foram explicados ou debatidos com as famílias, proporcionando reflexões mais amplas sobre as distintas configurações familiares que compõe o cotidiano educativo. Nesse caso, podemos perceber que mesmo com a estratégia utilizada pela creche, que diz respeito diretamente à família delas, Wildima não sabia os motivos de não ter ganhado presente e demonstrava o sentimento de que, como mãe, era merecedora do reconhecimento. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil:

A perspectiva do atendimento aos direitos da criança na sua integralidade requer que as instituições de Educação Infantil, na organização de sua proposta pedagógica e curricular, assegurem espaços e tempos para participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização das diferentes formas em que elas se organizam (Brasil, 2013).

Em relação à distância entre as orientações ou normativas educacionais e as práticas, Daniela Finco (2010) destaca a necessidade de haver, para profissionais da educação, uma formação comprometida com as diversidades. Destacamos a situação das comemorações como emblemática para refletir sobre a necessidade de que as medidas que visam diminuir a discriminação não bastam se não forem levadas ao debate e se os motivos de suas implementações não forem explicitados.

A partir das entrevistas, compreendemos que as violências sofridas pela normatização da heterossexualidade (Bento, 2012) nos ambientes educacionais frequentados por Lucas aparecem, principalmente, de maneira simbólica (com constantes invisibilidades). Nesse sentido, destacamos que a diversidade precisa ser trabalhada intencionalmente, pois “[...] requer o conhecimento do Outro diverso, e de elementos culturais que muitas vezes ignoramos ou não buscamos conhecer” (Florianópolis, 2012, p. 65). Ou seja, as discriminações nem sempre são explícitas, muitas vezes acontecem pela invisibilidade, não posicionamento, falta de conhecimento e apego aos costumes sociais que reforçam normas. Essas *pequenas coisas*, como aponta Wildima, muitas vezes passam despercebidas.

Considerações finais

A partir do entendimento de que as instituições de educação, sobretudo as da rede pública, são ambientes plurais e diversos, a presente pesquisa teve como objetivo geral compreender as relações tecidas entre família homoparental e creche, para compreender como essa diversidade familiar é acolhida no ambiente educacional. A homoparentalidade ainda é pouco aprofundada na área da Educação Infantil, tratando-se, portanto, de um estudo exploratório. Ressaltamos que o aprofundamento no respectivo tema é de grande relevância para a área, pois a Educação Infantil é a etapa da Educação Básica em que o trabalho conjunto entre instituições de educação e famílias/responsáveis se faz mais necessário – com as devidas ressalvas em relação às diferenças de responsabilidade de cada ambiente.

A entrevista foi realizada com as mães de uma família homoparental. O filho delas está matriculado em uma unidade educativa pública e frequentou, anteriormente, uma creche particular. A ferramenta utilizada – entrevista aberta em profundidade – e a

metodologia da História de Vida como central para trabalhar as entrevistas/narrativas, foram escolhas feitas com o intuito de valorizar as experiências daquela família. Contudo, pela pesquisa ter sido realizada com apenas uma família, destacamos que as respostas não devem ser generalizadas para todas as unidades educativas e famílias homoparentais, mas acreditamos que o trabalho trouxe subsídios e caminhos para a reflexão sobre a homoparentalidade na Educação Infantil dentro do contexto social em que as mães estão inseridas.

A homoparentalidade não é uma configuração familiar recente, mas é cada vez mais reconhecida em nossa sociedade. Ainda existe, contudo, normas e preconceitos sociais que se referem à legitimidade de um modelo único de família, configurado por mãe, pai e filho/s. As instituições de educação, assim como demais instituições sociais, muitas vezes são responsáveis por essa produção e reprodução de preconceitos e relações de poder. Para Daniela Finco (2012), “[...] o espaço da educação infantil, concebido inicialmente para emancipação de mulheres e crianças, pode assumir a função de substituta dos valores da família nuclear, reproduzindo relações desiguais e discriminatórias” (Finco, 2012, p. 57).

Em contrapartida, também é possível identificar tensionamentos das normas e valores tradicionais. Nesse sentido, é importante destacar que o reconhecimento da diversidade está presente em iniciativas de comemorações mais inclusivas, como a Festa da Família; nos bilhetes que são destinados aos/às responsáveis, ao invés dos “pais”; na resposta positiva das instituições à presença da homoparentalidade nas creches; e nos documentos legais que orientam a EI.

Os ambientes de Educação Infantil são importantes espaços de socialização e produção de cultura. Ao reconhecer as crianças enquanto sujeitos ativos e produtores de cultura, destacamos a importância de considerar a expressão de família que elas levam às creches para possibilitar, a partir de suas experiências e compartilhamentos, um ambiente mais inclusivo. Relações pautadas no respeito à diversidade, em sua forma e origem, são necessárias para o tensionamento da família (assim, no singular) enquanto uma organização que figura como “natural” e imutável, cercada de justificativas biológicas e morais.

O Lucas tem duas mães e essa realidade não deve servir apenas como restrição para comemorações excludentes, ela é potente para proporcionar debates mais amplos sobre diversidade, envolvendo todas as pessoas, crianças e adultos, presentes nos espaços educativos. Evidente que esse não é um caminho simples, considerando os preconceitos sociais e relações de poder que estão presentes em todas as esferas da

sociedade, mas é um caminho de possibilidades: para a construção de um ambiente mais acolhedor para as famílias homoparentais e todas as demais configurações dissidentes da norma e, também, mais democrático, que se propõem a debater questões referentes à cidadania, respeito e igualdade de direitos.

As mães de Lucas se chamam Antonia e Wildima. Antonia foi criada pela avó, casou-se aos 14 anos e teve que parar de estudar. Se divorciou 11 anos depois e, em seguida, se apaixonou. Brigou com a mãe, mudou de cidade e logo voltou. Três anos mais tarde se entendeu com a família. Casou de novo e realizou o sonho de ser mãe. Wildima foi criada pela bisavó, depois pela mãe, depois pela avó e em seguida pela mãe de novo. Perdeu o irmão, a mãe ficou deprimida e virou dependente química. Wildima se apaixonou e fugiu de casa. Também se envolveu com drogas. Fez amigos. Sofreu no relacionamento e se separou. Em seguida se apaixonou de novo, casou e se tornou mãe.

Essa é, em poucas linhas, a história de Antonia e Wildima. Repleta de conquistas, realizações, amores, enfrentamentos e generosidade. Repleta também de desentendimentos familiares, violências e despedidas. Trata-se da narrativa de uma família que decidiu ter um filho e colocá-lo na creche, que se preocupa com seu bem estar e desenvolvimento. Uma família que enfrenta as dificuldades de uma sociedade desigual como grande parte das famílias brasileiras. Mas por não pertencer à heteronorma está, ainda mais, carregada de estigmas sociais e títulos. Significamos, então, o título de excêntrica para demarcar esse tensionamento, que consideramos fundamental, à instituição familiar moderna/colonial: patriarcal, heteronormativa e cisgênera.

Referências

BENTO, B. **O que é transexualidade**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BILAC, E. D. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, M. C. B. **A família contemporânea em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Decreto Legislativo nº28, de 14 de setembro de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1990.

Corpos em Diálogo: Vivências LGBTQIA+ e os desafios da interseccionalidade

Da “excêntrica vida de Antônia e Wildima” às reflexões sobre a manutenção do modelo hétero-nuclear de família nos cotidianos das instituições de Educação Infantil

DOI: 10.23899/9786589284475.7

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação.**

Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CORRÊA, R. L. T.; GUIRAUD, L. Possibilidades e Limites de Histórias de Vida por meio de depoimentos orais na história da formação de professores. **Revista Diálogo Educacional**, Paraná, v 9, n. 28, 2009.

DINIZ, A. G. R. **Ser Pai: Ser Macho? Construção da Identidade Paterna em Homens Homo/bissexuais.** Monografia (Programa de Graduação em Psicologia) – Universidade Católica de Minas Gerais – PUC MINAS, Belo Horizonte, 2006.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005.

FINCO, D. **Educação infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças:** Análises das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero. 2010. Tese (Doutorado) – PPGE, USP, São Paulo, 2010.

FINCO, D. Homossexualidade e educação infantil: bases para a discussão da heterossocialização na infância. **Revista Gênero**, v. 12, n. 2, 2012.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. **Orientações curriculares para a educação infantil da rede municipal de Florianópolis.** Secretaria Municipal de Educação, Florianópolis, SC, 2012.

HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** 2016.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** 2018.

MARCUSE, Hebert. **Eros e a Civilização** – uma crítica filosófica ao pensamento de Freud. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1995.

MIGNOLO, W. D. **Desobediência epistêmica.** Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Hucitec; Abrasco, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. 408 p.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

NADER, M. B. Da Família Patriarcal à Família Nuclear Burguesa: uma perspectiva histórica e social. **Revista de História (UFES)**, Vitória, v. 3, p. 55-67, 1992.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Gradiva, 1995.

Corpos em Diálogo: Vivências LGBTQIA+ e os desafios da interseccionalidade

Da “excêntrica vida de Antônia e Wildima” às reflexões sobre a manutenção do modelo hétero-nuclear de família nos cotidianos das instituições de Educação Infantil

DOI: 10.23899/9786589284475.7

PAULILO, M. A. S. A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 135-148, jul./dez., 1999.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. S. Trabalhando com história de vida: percalços de uma pesquisa(dora). **Revista de Enfermagem**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 119-126, 2003.

Cidadania, saúde coletiva e território: 12 anos da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais

Carlos Guilherme Meister Arenhart*

Ao questionar se há cidadãos no Brasil, o geógrafo brasileiro Milton Santos (2014) reflete que a cidadania é uma lei da sociedade que atinge a todos e todas. Pronuncia que ela é uma tarefa a ser percebida pelo corpo social, no âmbito de suas dimensões jurídicas, políticas e sociais. Em um rápido acesso a historicidade do conceito, o autor demonstra que, no século XIX, com a emergência do Estado-nação na Europa, a categoria analítica cidadania adquiriu a qualidade de um indivíduo ser membro ou parte de um Estado, ou seja, todos os habitantes ascenderam ao status da cidadania. (Santos, 2014).

Analisando o neoliberalismo e a cidadania atrofiada, traz ao debate importantes reflexões sobre as crises econômicas que o mundo sofreu, alicerçando que o neoliberalismo nos países subdesenvolvidos – como no caso do Brasil – prejudicou a consolidação da cidadania plena. Neste sentido, afirma que o não cidadão do terceiro mundo vem se consolidando nos Estados, ou seja, “nos países subdesenvolvidos há cidadãos de classes diversas, há os que são mais cidadãos, os que são menos e os que nem mesmo ainda são” (Santos, 2014, p. 24).

Pode-se refletir como a cidadania também ocorre através da implementação de políticas nacionais de saúde e, em nosso caso em análise, pela política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais implementada no país em 2013 e que ainda possui grandes desafios para sua materialidade dentro da habitação

* Sanitarista pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), especialista em Saúde da Família e Comunidade (UNILA) e Terapia Comunitária Integrativa (UFPR). Mestre em Saúde Pública (UNIOESTE) e Doutorando em Saúde Coletiva (UEL) na linha de pesquisa Avaliação, Gestão do trabalho e Educação em Saúde. Atualmente é Apoiador Regional do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Paraná (COSEMS-PR) onde realiza assessoria técnica para 25 gestoras/es municipais de saúde da 10ª Regional de Saúde.

E-mail: carlosmeistera@gmail.com

nos sistemas e serviços de saúde. Estaria a cidadania na saúde LGBT+ também repartida em classes? Como os equipamentos de saúde estão se organizando para combater a discriminação e desqualificação da população LGBT+ nos serviços de saúde que se propõe universais? Como, por exemplo, o acesso às políticas sociais de saúde ofertadas no território brasileiro pela saúde coletiva estão se organizando para proteger as existências de forma justa e digna? Para tal, cabe também refletir se para o consumo de mercado – como o consumo da saúde – também ocorre essa divisão da cidadania LGBT+, ao modo que se mutila o acesso às políticas sociais de saúde nos serviços do SUS, mas não se questiona o trânsito para o consumo de mercado da saúde.

Santos nos faz refletir também sobre a elaboração brasileira do não-cidadão. Discorre que no caso brasileiro, este deve ser o ponto de partida das análises na medida em que em nenhum outro lugar ou país ocorreram processos concomitantes como “a des-ruralização, as migrações brutais e desenraizadoras, uma urbanização concentradora, expansão do consumo em massa, um crescimento econômico delirante”, etc. Para ele, ao invés de cidadão, o Brasil tornou seus habitantes consumidores, “que aceitam ser chamados de usuário” (Santos, 2014, p. 24).

Ao pautar a cidadania mutilada nos Estados-nação, conforma que é extensa as maneiras de se observar as vidas não-cidadãs. Assim, costura que isso ocorre desde a retirada de direitos da população – direitos civis – às fórmulas eleitorais engendradas para enviesar a vontade popular na medida que abandona a cada um à sua própria sorte (Santos, 2014).

Ocorre que na materialidade da saúde LGBT+ também se nota uma perversidade na retirada de direitos. Exemplo claro disto ocorre na não oferta de cuidado qualificado na maioria dos serviços de saúde para população LGBT+, na ausência de profissionais e trabalhadores de saúde capacitados para atender as demandas específicas desta população, na ausência de políticas públicas municipais de saúde LGBT+ e também na inércia dos Estados em operacionalizar a política nacional de saúde LGBT+ nos territórios.

Quando trabalha o conceito de espaço sem cidadãos, Santos (2014) ainda aprofunda a ideia de que o espaço vivido pelas pessoas possui grandes desigualdades e injustiças que consagra a materialidade de um espaço sem cidadania. Pontua que basta observar um mapa brasileiro que é fácil identificar extensas áreas vazias de hospitais, unidades básicas de saúde, escolas, informação geral e especializada. Seriam estas áreas desprovidas de sistemas e serviços básicos para a vida social e à vida individual (Santos, 2014). Mais grave se torna ainda quando pensamos nas populações historicamente

marginalizadas em suas cidadanias, quando consideramos também que o Brasil é um país fundado em bases LGBTfóbicas e com aderência às estruturas patriarcais.

Alerta que “[...] a luta pela cidadania não se esgota na confecção de uma lei ou da Constituição porque a lei é apenas uma concreção, um momento finito de um debate filosófico sempre inacabado” (Santos, 2014, p. 105). Pontua que a cidadã e o cidadão devem estar sempre alertas para garantir e ampliar sua cidadania assim como o indivíduo deve estar para não deixar ser alienado.

Adentrando no debate sobre cidadania e território, é impossível imaginar uma cidadania concreta que esteja antes do componente territorial. Os atributos valorativos do indivíduo dependem do lugar em que se está, ou seja, a acessibilidade a cidadania depende do acesso a bens e serviços mínimos para a existência digna. Relata que “num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem” (Santos, 2014, p. 144).

Em “Pensando o Espaço do Homem”, Santos (2012) reflete sobre o Espaço que une e que separa, afirmando que com a mundialização da sociedade, o espaço tornou-se possibilidade de uma utilização global e, entretanto, sua utilização ficou reservada àqueles cidadãos que dispõem de capital particular e que, com isso, a ideia de propriedade privada reforçou-se. (Santos, 2012). Já em “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”, Santos (2015) contextualiza a violência do dinheiro e como a internacionalização do capital agrava as desigualdades socioespaciais. Nesse sentido, narra que “[...] se o dinheiro em estado puro se tornou despótico, isso se deve também que tudo se torna um valor de troca [...] a monetarização da vida cotidiana ganhou enorme terreno nos últimos 25 anos [...]” (Santos, 2015, p. 44).

Na passagem sobre a competitividade, consumo, confusão dos espíritos e globalitarismo, Santos (2015) afirma que a competitividade tem a guerra como norma, sobretudo porque elimina qualquer forma de expressão da compaixão entre os humanos. Para ele, há uma ética da competitividade que:

Justifica os individualismos arrebatadores e possessivos: individualismo na vida econômica (maneira como as empresas batalham umas com as outras); individualismo na ordem política (a maneira como os partidos frequentemente abandonam a ideia de política para se tornarem eleitores); individualismo na ordem do território (as cidades brigando umas com as outras, as regiões reclamando soluções particularistas) (Santos, 2015, p. 47).

Nesse sentido pode-se refletir sobre a competitividade na cidadania da saúde LGBT+. O modo como as políticas sociais de saúde é ofertado a população LGBT+, não é difícil ver movimentos de competição entre a oferta, demanda e o acesso à saúde em territorialidades locais municipais e regionais, vislumbrando-se discursos de propriedade da política pública ou do não interesse de implementar a mesma nos serviços públicos de saúde.

Santos (2015) faz uma análise de três dimensões do mundo globalizado. A primeira, aborda a globalização como fábula, ou seja, a falsa ideia de aldeia global que consolida a distância entre ricos e pobres ao modo que há uma busca por uniformidade – a serviço dos atores econômicos globais – mas que na realidade acentua as desigualdades locais. Desse mesmo modo, demonstra que a ideia de fim do Estado é peculiar e o que se nota na práxis é o seu fortalecimento para atender os bancos e a indústria das finanças mundial.

Desse modo, não é difícil relacionar tal aspecto com a realidade da política nacional de saúde LGBT+, onde a lógica globalitária mutila e acentua a desigualdade nas existências que vivem e projetam seus modos de caminhar e agir pela dignidade da pessoa humana e dos direitos humanos. A globalização como fábula demonstra que a política nacional de saúde LGBT+ não vem sendo protegida e implementada pelos Estados no Brasil, e oculta a realidade das desigualdades no acesso aos serviços de saúde, a exemplo de regiões e cidades que apesar dos alarmantes indicadores epidemiológicos de homicídios, suicídios, doenças e agravos não transmissíveis e outros na população LGBT+ não fazem a operacionalidade desta política na saúde coletiva.

A segunda dimensão da globalização está, segundo Santos (2015), costurada na perversidade. Para o autor, para a maior parte da humanidade é na perversidade que a globalização tem se apresentado. Para ele “a pobreza aumenta e as classes médias perdem qualidade de vida” (Santos, 2015, p. 19). Ainda, pontua que alguns indicadores epidemiológicos que desvelam a qualidade de vida continuam a avassalar as localidades e lugares pobres.

Assim pode-se demonstrar como isto vem ocorrendo através da desigualdade em saúde na saúde ofertada a comunidade LGBT+. A ineficiência das políticas de saúde locais demonstra que há de se enfrentar diariamente a retirada de nossos direitos no que concerne o acesso e atenção dignos nos serviços de saúde.

Retornando ao debate sobre a globalização, o autor demonstra o mundo como ele pode ser: *por uma outra globalização*. Para ele, devemos tornar a globalização mais

humana, ao modo que as massas humanas podem trazer à tona uma *sociodiversidade*. Para Santos (2015, p. 21) “[...] é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa [...] pela primeira vez na história do/a humano/a, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica [...]”.

Analisando a perversidade do processo de globalização, o autor ainda afirma que se constata uma dupla tirania: a do dinheiro e a da informação, ambas estando estritamente relacionadas. Para Santos (2015), é necessário analisar a perversidade da globalização como resultado da forma como se oferece a informação às pessoas e como o dinheiro se postula como força motriz do mundo e aponta que analisar essa ligação demonstra a perversidade dos novos totalitarismos, ou seja, da globalização da perversidade (Santos, 2015).

Nesse contexto precisamos também relacionar como essa dupla tirania influencia a vida e a saúde LGBT+. Considerando que o Brasil possui uma marca histórica da monetização internacional, comércio globalitário e fluxo de pessoas influenciado pelo dinheiro, não é difícil notar que as informações sobre a própria política nacional de saúde LGBT+ não são televisionados, comunicados e informados de uma maneira salutar. Ao pontuar sobre a violência do dinheiro no mundo globalizado, o autor ainda afirma que a “[...] internacionalização do capital financeiro amplia-se [...] o financeiro ganha uma espécie de autonomia [...] (Santos, 2015, p. 43-44). Analisa que a situação atual no mundo é a práxis do dinheiro em estado puro, ou seja, o dinheiro recriando seu fetichismo pela ideologia.

Abordando a competitividade e a ausência de compaixão no mundo dito globalizado, traz ao debate importante reflexão teórica, que podemos relacionar com a política nacional de saúde LGBT+ e sua materialidade nos serviços públicos e privados de saúde:

Ora, é isso também que justifica os individualismos na vida econômica (a maneira como as empresas batalham umas com as outras); individualismo na ordem da política (a maneira como os partidos frequentemente abandona a ideia de política para se tornarem meramente eleitores), individualismo na ordem do território (*as cidades brigando umas com as outras*, as regiões reclamando soluções particularistas) (Santos, 2015, p. 47, grifo nosso).

Assim, podemos compreender e analisar comportamentos que legitimam a disputa cidadã nas políticas de saúde coletiva. Se por um lado há um empobrecimento teórico na produção de análise sobre a realidade da saúde da comunidade, por outro, coexiste

a possibilidade de termos novas concepções sobre a vida cotidiana no sistema universal de saúde do país.

Adentrando no âmbito dos globalitarismos e totalitarismos, o autor discorre que as técnicas hegemônicas são frutos do processo científico e sua utilização se dá para as estruturas do mercado, portanto, torna-se uma fonte de poder do pensamento único. Afirma que:

Tudo que é feito pela mão dos vetores fundamentais da globalização parte de ideias científicas, indispensáveis à produção, de tal modo que as ações criadas se impõem como solução única [...] Na esfera da sociabilidade, levantam-se utilitarismos como regra de vida mediante a *exacerbação do consumo*, dos narcisismos, do imediatismo, do egoísmo, *do abandono da solidariedade*, com a implementação de uma ética pragmática individualista” (Santos, 2015, p. 53-54, grifo meu).

Por conseguinte, se faz necessário refletir como a violência estrutural e essa perversidade sistêmica vem impactando as comunidades LGBTs, especialmente no que toca o acesso e a garantia de uma saúde coletiva equânime, pública e de qualidade.

Para tanto, outra reflexão importante está na existência e coexistência necessária ao amor nos serviços públicos de saúde ofertados a comunidade LGBT+. A filósofa existencialista Hannah Arendt, ao abordar o amor ao próximo, nos conta que o mundo pode ser amado enquanto criado e está nessa passagem e entendimento que a realização de uma renúncia de si mesmo ocorre. Busca compreender qual é a importância do outro no amor ao próximo e, para ela, “o amor ao próximo é a atitude face ao outro nascida de nos colocarmos uns ao lado do outro. O que concerne o principal mandamento é amar-se mutuamente e é esse próprio princípio que vai regular esse mandamento/lei. Postula que o amor (*dilecto*) é o espírito de todas as leis, e o ser deve renunciar a si para poder amar o outro como a si mesmo. Desse modo, Arendt nos diz:

O amor renuncia ao outro para o provocar para avançar em direção ao seu ser verdadeiro, tal como tinha renunciado na procura por si próprio. [...] a renúncia a si, vive-se na experiência adequada da origem, ela é o que permite à sua própria existência compreender que seja originalmente entregue aos sentidos e que carregue o seu fardo [...] (Arendt, 1997, p. 116).

Ainda narra: “para o amor ao próximo, a morte não significa nada, uma vez que, retirando-o do mundo, a morte só faz o que todas as maneiras este amor ao próximo fez em virtude de seu amor pelo ser” (Arendt, 1997, p. 117). Assim, discorre que no amor ao próximo não é o próximo que é amado, e sim seria o próprio amor (Arendt, 1997).

Nesse sentido, justificado está que o amor não é apenas uma categoria importante para que se transforme a realidade socio-sanitária da comunidade LGBT+, mas, também, condição necessária para que aspiremos novos rumos nas políticas locorregionais de saúde, na qualificação dos sistemas de saúde locais para a implementação e ampliação dos direitos sociais em saúde da comunidade LGBT+, e da ruptura que edifica a distância entre nós. Amar o eu, amar o próximo, o mundo, a saúde coletiva e a vida para que possamos construir salutaros projetos de vida e felicidade nos serviços de saúde, pautados na dignidade da vida humana e na necessidade de fortes políticas loco-regionais de saúde para as comunidades LGBTs+, para, assim, garantir uma existência com potência de vida.

Adentrando no tema da Política e sua importância para a comunidade LGBT na defesa de seus direitos, nos apoiamos em Arendt (2012) e de como a mesma percebeu a política no sistema-mundo, à época, e contextualizamos aqui seu pensamento com ideias prevalentes na história da humanidade, focando a filosofia política como eixo de análise para o entendimento de que a política é necessária para a materialidade da saúde coletiva da população LGBT+.

Cabe refletir, neste contexto, que as políticas que vemos hoje na América Latina e Caribe para as comunidades LGBT+ estão repletas de contradições, tensionamentos e interesses, e têm estado cada vez mais distante do debate entre a cidadania no Estado e suas obrigações, tanto nas relações que se estabelecem na plataforma interna destes Estados nacionais como também na transformação da sociedade que se busca.

Perde-se quando a verdade na política destoa o seu campo para a mentira, dissimulação e fetiche neoliberal. Impactos ainda mais profundos se edificam na política nacional de saúde LGBT+ quando a mesma não é referenciada e implementada nos fóruns de discussão de gestores e gestoras, trabalhadores, espaços de participação popular na saúde e pelos órgãos de regulação e controle da implementação das políticas públicas em saúde.

É necessário intensa mobilização social, mas sobretudo, responsabilização quando refletimos sobre a não implementação efetiva desta política pública nos espaços da saúde coletiva. Convocar os formadores de opinião, agentes políticos, cidadania e comunidade LGBT+ para materializar as mudanças estruturais necessárias para

garantir uma cidadania plena na saúde coletiva para a nossa comunidade deve ser a tarefa mais emergente se quisermos reduzir o sofrimento, a morte e a mutilação de nossos direitos sociais.

Referências

ARENDDT, Hannah. **A promessa da política**. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Editora DIFEL, 2012.

ARENDDT, Hannah. **O conceito de amor em Santo Agostinho**. Coleção Pensamento e Filosofia, Tradução de Alberto Pereira Dinis. Portugal: Instituto Piaget, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa**. Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

Corpos em diálogo: relato de experiência com grupo de apoio às pessoas trans

Mariluz Sott Bender*

Eduardo Steindorf Saraiva**

Anna Paula Uziel***

Suelen Machado de Freitas****

Introdução

O contexto imediatista da sociedade ocidental faz com que seja destinado cada vez menos tempo para a escuta das histórias de vida das pessoas e daquilo que as fazem sofrer. Contudo, as pessoas continuam apresentando necessidades de falar sobre sua vida, seus sentimentos e questionamentos para os quais não encontraram respostas (Amaral, 2020).

A necessidade de escuta se dá de forma diversificada nos diferentes grupos da população, sendo possível identificar maior necessidade de espaços de fala e escuta nos grupos mais vulnerabilizados pelo preconceito, exclusão e estigmatização. Um destes grupos é o das pessoas trans, que comumente inclui pessoas transexuais, transgêneros e travestis (Rocon *et al.*, 2018).

Nessa perspectiva, é fundamental permitir a criação de espaços de existência para as narrativas e vivências trans, transpondo a suposta coerência entre o sexo biológico e o gênero como um marcador de normalidade e saúde, e defendendo a autonomia das pessoas trans sobre suas próprias narrativas identitárias e de produção, reprodução e gestão de seus corpos (Bento; Pelúcio, 2012).

* Psicóloga, mestre em Desenvolvimento Regional, mestre em Psicologia, Doutoranda em Promoção da Saúde na Universidade de Santa Cruz do Sul.

E-mail: maribendersott@hotmail.com

** Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Professor adjunto no Departamento de Ciências da Saúde na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

E-mail: eduardo@unisc.br

*** Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp; Professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

E-mail: uzielap@gmail.com

**** Psicóloga. Especialista em Psicologia Hospitalar e Saúde. Pós-graduada em Psicologia Puerperal.

E-mail: suelenfreitas@unisc.br

Assim, a Psicologia possui um compromisso social com a sociedade no sentido de promover a “defesa da democracia e das políticas públicas”, que são centrais para a qualidade de vida da população (CFP, 2011, p. 07). Portanto, as ações e pesquisas das psicólogas devem considerar todos os aspectos que são determinantes das condições de vida da população brasileira, como a organização dos processos sociais e técnicos relacionados à produção, as comunidades locais e suas organizações, e os recursos naturais que tornam a vida possível. Tem-se assim “um processo cognoscitivo e de interpretação científica da realidade”, a partir do qual pode-se buscar a transformação da sociedade (Negret, 2008, p. 219).

Dessa forma, o grupo de apoio às pessoas trans, que fez parte da pesquisa intervenção “Transnarrativas: um olhar cartográfico sobre a saúde da população trans”, do Mestrado Profissional em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul, buscou fomentar a troca de experiências entre as¹ integrantes, pois isso pode contribuir para a “formação de uma identidade comunitária e o fortalecimento de vínculos, os quais podem atuar no desenvolvimento de atitudes colaborativas entre a própria comunidade” (Souza; Paiva; Sei, 2019, p. 176).

Nessa perspectiva, este trabalho objetivou discutir a intrincada questão da construção da identidade de gênero e suas interseccionalidades a partir das trajetórias e narrativas das participantes do grupo. São evidenciadas as temáticas discursivas presentes nas trocas realizadas a partir do grupo, à luz das teorias de gênero.

Método

Trata-se de um relato de experiência e discussão crítica sobre a realização de um grupo de apoio com pessoas trans. A realização do grupo fez parte da pesquisa-intervenção supracitada, e, como tal, foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade.

O grupo de apoio e suporte é um recurso muito utilizado pelos profissionais de saúde para auxiliar os participantes na troca de experiências, na promoção de reflexões e no alívio do sentimento de solidão. Nesse sentido, requer a criação de um espaço seguro em que os participantes possam compartilhar suas vivências e sentimentos, com a certeza de serem compreendidos e não julgados pelos demais participantes. Ao

¹ O grupo foi composto por homens e mulheres trans e uma pessoa de gênero fluido. Por isso, decidimos, em respeito às muitas identidades de gênero, não usar o masculino universal. Para evitar sinais que flexionam o gênero, no entanto, impossibilitam que pessoas com deficiência possam ler, optamos pelo plural no feminino, um posicionamento político importante para quem trabalha com gênero e sexualidade.

oferecer suporte emocional, o grupo de apoio permite a aprendizagem conjunta sobre a realidade, o enfrentamento das crises vivenciadas, a coesão intergrupala, e o aumento da autoestima e da confiança dos participantes, configurando-se como um recurso terapêutico de grande valia (Oliveira *et al.*, 2010).

O grupo teve como suporte metodológico a teoria dos grupos operativos, que objetiva a promoção de espaços grupais de aprendizagem a partir da leitura crítica e investigadora da realidade, a fim de garantir a abertura para a produção de conhecimento e novas inquietações (Bastos, 2010).

Nesse sentido, realizamos um grupo homogêneo, com pessoas com características semelhantes (Zimmerman, 2000), ou seja, identificar-se como pessoa trans, e aberto à entrada de novas participantes a qualquer momento, o que contribuiu para maior riqueza de narrativas de vida e potencializou as identificações a partir das experiências da comunidade em que se inserem (Souza, Paiva; Sei, 2019, p. 176).

Divulgamos o grupo no site da universidade, nas páginas das redes sociais do Serviço Integrado de Saúde (SIS), em uma rádio local e compartilhado no grupo do WhatsApp do Ambulatório Multiprofissional de Atenção à Saúde da População LGBTTQ+ (AMBITRANS), que acontecia até o final de 2021. Os participantes também atuaram como multiplicadores da oferta, estendendo o convite a outras pessoas da comunidade.

O local de realização foi uma sala grupal do SIS, no período de 5 de abril a 9 de novembro de 2022, de forma quinzenal. No dia 09 de novembro de 2022 realizamos o grupo de encerramento, com confraternização e retomada do que foi trabalhado ao longo dos meses, a fim de dar um fechamento ao grupo.

Resultados

Realizamos 13 encontros grupais, que contaram com oito participantes, entre 16 e 33 anos, sendo cinco mulheres trans, um homem trans, uma pessoa com gênero fluído e um questionando sobre sua identidade de gênero. O quadro 1 apresenta as características das participantes, com utilização de nomes fictícios escolhidos pelas próprias participantes.

Quadro 1 – Caracterização dos participantes do grupo de apoio

Participante	Idade	Identidade de gênero autodeclarada	Ocupação
Aurora	25 anos	mulher trans	Garçonete
Alicia	16 anos	mulher trans	Estudante
Carlos	23 anos	gênero fluído	Monitor de creche
Laura	25 anos	mulher trans	Técnica de Enfermagem
Luiza	16 anos	mulher trans	Estudante
Matheus	33 anos	questionando	Estudante
Miguel	27 anos	homem trans	Fotógrafo
Sheila	30 anos	mulher trans	Motorista de aplicativo

Fonte: Criado pelos autores com base nas informações dos participantes.

Identifica-se que as pessoas participantes configuram-se como um grupo socialmente diferenciado, visto que estão incluídas no contexto escolar ou no mercado de trabalho formal, o que não é a realidade de grande parte deste grupo populacional.

Discussão crítica: interfaces entre a experiência e a teoria

A realização do grupo pautou-se nas produções feministas de gênero, a fim de alcançar o embasamento que o grupo exigia, visto que alguns participantes tinham conhecimentos teóricos prévios. Também buscou-se fomentar a troca de experiências entre integrantes do grupo, pois isso pode contribuir para a “[...] formação de uma identidade comunitária e o fortalecimento de vínculos, os quais podem atuar no desenvolvimento de atitudes colaborativas entre a própria comunidade” (Souza; Paiva; Sei, 2019, p. 176).

Fomos facilitadoras de algumas trocas, promovendo o convite ao encontro para o compartilhamento de experiências e o posicionamento, o que permitiu o crescimento simbólico com relação a si e ao grupo. A partir do grupo foi possível “[...] construir essa ‘malha intersubjetiva’ que possibilitou a expressão daquilo que se sente e daquilo que se deseja” (Mantovani, 2008, p. 34, grifos do autor).

As intervenções relacionadas às falas das participantes foram no sentido de promover as identificações e os laços intersubjetivos, que servem como ancoragem dos indivíduos no grupo e é uma estratégia para fortalecer o apoio mútuo e o sentimento de pertencimento. Dessa forma, estimulou-se o compartilhamento das histórias de vida

e resistência das participantes, criando condições para que as mesmas se colocassem e representassem seus conflitos na vivência do próprio grupo, constituindo-se assim sujeitos do grupo a partir das particularidades de cada participante singular.

Nessa perspectiva, o papel das facilitadoras foi contribuir para a vinculação entre as participantes, pois o “[...] fato do sujeito se sentir aceito por outros, de experimentar um espaço de livre expressão para seus conflitos e sua angústia é, por si, um fator terapêutico” (Mantovani, 2008, p. 31). Com o andamento do grupo, o estabelecimento do apoio mútuo e do sentimento de pertencimento, muitas trocas passaram a ocorrer de forma espontânea entre as participantes.

O quadro 2 apresenta algumas das principais temáticas que permearam as discussões, lembrando que as mesmas não ocorreram de forma estanque, mas sim de forma transversal durante todo o tempo de realização do grupo.

Quadro 2 – Principais temáticas que permearam as discussões

Temática	Teor da abordagem
Amor	Amor próprio e amor do outro
Autoestima	Amor próprio e aceitação de si
Corpo	Percepções sobre corpo, identificação de si
Diferenças	Dificuldade humana em lidar com a diferença
Família	Aceitação e relações intrafamiliares
Preconceito	Experiências compartilhadas pelo grupo sobre os preconceitos vivenciados
Sexualidade	Questões relacionadas a sexualidade humana e orientação sexual
Sonhos	Sonhos e perspectivas de futuro
Trabalho	Relações com o mercado formal e informal e vivências.
Transfobia	Discussão sobre vivências de transfobia, conceito e manutenção na sociedade

Fonte: Criado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

As temáticas sobre preconceito e transfobia foram as que permitiram a expressão dos sentimentos de indignação, raiva e medo; enquanto as temáticas sobre família e corpo foram as que suscitaram questões mais reflexivas e críticas.

As participantes referiram questões relacionadas à identificação de si enquanto uma pessoa trans, principalmente em relação ao corpo. As mulheres trans compartilharam experiências de usarem maquiagem e vestirem-se com as roupas das

mães no período de experimentação, denotando concepções de feminino pautadas nas figuras maternas.

A participante que questionava sua identidade de gênero e a que tinha gênero fluído não realizavam tratamentos hormonais relacionados à sua identidade de gênero. Contudo, as duas adolescentes realizavam terapia de bloqueio hormonal, enquanto as mulheres trans utilizavam hormônios para as mudanças corporais desejadas, apesar de não realizarem acompanhamento médico. Foram evidenciados diferentes graus de satisfação corporal e alguns participantes referiram sintomas de disforia.

Segundo Coelho e Sampaio (2014), as variações dos graus de satisfação com o corpo e as mudanças corporais desejadas são comuns entre as pessoas trans. Além disso, ser uma pessoa trans não implica necessariamente no diagnóstico de disforia, apesar desta concepção estar presente no campo da biomedicina e influenciar o imaginário e o senso comum.

Assim, enquanto psicólogas e facilitadoras, assumimos o papel de nortear o autoconhecimento e discutir a influência do olhar da sociedade sobre os seus corpos, clarificando as formas como introjetamos as crenças acerca da transgeneridade presentes na sociedade, aceitando-as como verdade não passível de negociação. Desse imaginário resultam sentimentos de estranhamento, que se efetivam em práticas e atitudes discriminatórias com as pessoas trans (Coelho; Sampaio, 2014).

O preconceito e a discriminação estão pautados na compreensão natural e biológica do corpo, que considera apenas a composição corporal e desnaturaliza a vivência e a existência dos indivíduos trans. O corpo é visto como estático e binário, devendo enquadrar-se nas normas femininas ou masculinas (Méllo, 2012).

Dessa forma, buscamos compreender como as transformações corporais produzem sentidos de inclusão e de conexão com as outras pessoas. Nesse contexto, a “alma do homem desloca-se para a superfície da pele” e diversos caminhos são utilizados para alcançar o corpo desejado, sendo que os resultados, os custos e os riscos variam de acordo com os procedimentos adotados (Silva; Lopes, 2014, p. 30).

Essas transformações não ocorrem de forma deslocada das referências de corpos contemporâneas, e por isso produzem tensões cotidianas sobre os “novos” corpos e os modelos idealizados pelos indivíduos (Silva; Lopes, 2014, grifos do autor). A proposta do grupo é acolher pessoas trans em sua diversidade, deixando surgir elementos que se percebiam comuns e outros não. As diferenças entre nós dependem da experiência de vida de cada pessoa e das suas compreensões e desejos relacionados ao próprio corpo (Coelho; Sampaio, 2014).

A partir do espaço de diálogo, as participantes relataram experiências distintas relacionadas à aceitação familiar, pois enquanto algumas referiram que foram acolhidas no contexto familiar após assumirem-se como pessoas trans, gênero fluido ou questionando, outras compartilharam histórias de exclusão e violência. Contudo, entre as que se diziam aceitas, pode-se identificar o discurso: ‘aceitam, mas’, denotando que a aceitação estava atrelada a determinados condicionantes.

Do núcleo familiar, de modo geral, espera-se que seja construído através de laços afetivos, espaço acolhedor e de aceitação. No caso de pessoas trans, é frequente tornar-se discriminatório e adverso por meio da concepção que a forma de ser e estar no mundo é reduzida a comportamentos que violam as normas impostas pela sociedade (Bento *et al.*, 2022). Ademais, sujeitos trans e a rede de suporte familiar podem ser atravessados pelo desafio da vivência da transição de gênero impactadas pelas expectativas da sociedade de cisgeneridade e heteronormatividade (Paulino *et al.*, 2020).

Compreende-se que, se o contexto familiar permanecer presente e prestar o suporte necessário ao sujeito, o sofrimento psíquico e impactos emocionais da pessoa trans pode ser amenizado, pois mesmo influenciado pelo preconceito da sociedade, o contexto familiar poderá promover segurança e aceitação diante do processo vivenciado (Negrini *et al.*, 2021).

Percebeu-se que algumas integrantes se assumiram para a família apenas na vida adulta e após possuírem uma forma de sobrevivência, devido ao medo de não ser compreendido e aceito no meio familiar. Nessa perspectiva, o contexto de trabalho formal também despontou como temática relevante e de grande impacto no cotidiano dos e das participantes. Mesmo apresentando escolaridade e condições financeiras acima da média para este grupo, também foram evidenciadas situações de discriminação e exclusão devido à identidade de gênero, mesmo possuindo qualificações superiores aos demais concorrentes da vaga.

Essa situação é corroborada pela pesquisa de Jesus (2016), que identificou que a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal é uma forma de desumanização da pessoa trans, que diariamente enfrenta a negação dos seus direitos, como de utilização do nome social e do uso de banheiros de acordo com sua identidade de gênero.

Assim, vivências de situações relacionadas ao preconceito e à transfobia vieram à tona no grupo, despontando como marcadores sociais da diferença. Estas vivências

vulnerabilizam estes indivíduos, colocando-os em uma posição de não sujeito de direitos e produzindo sofrimento psíquico significativo.

Outra discussão pertinente ocorreu acerca do amor e da sexualidade. Uma das participantes trouxe uma abordagem de uma profissional da saúde que questionou sua feminilidade pelo fato de usar o órgão sexual masculino para o sexo. Esse compartilhamento foi o fio condutor de profundas discussões acerca das feminilidades e masculinidades e, principalmente, sobre o despreparo dos profissionais de, da e na saúde para o atendimento integral e humanizado das pessoas trans, incluindo os psicólogos.

Evidencia-se a permanência da patologização das identidades trans, que é coerente com o Estado brasileiro que reprime e estigmatiza os corpos que destoam das práticas hegemônicas de gênero e sexualidade (Jesus, 2016).

A partir das suas pesquisas e formações, as psicólogas assumem o papel de construir marcos conceituais analíticos, buscando a articulação com os setores da sociedade (Negret, 2008). Dessa forma, há que se considerar causas relevantes para a sociedade, como as questões relacionadas às pessoas trans. Para compreender o contexto de saúde das pessoas trans, é necessário discutir a interconectividade dos marcadores sociais de saúde, como raça, classe, gênero e sexualidade. Além disso, são pessoas que vivenciam a “exclusão social decorrente do desemprego, da falta de acesso à moradia e à alimentação digna, bem como da dificuldade de acesso à educação, saúde, lazer, cultura interferem diretamente na qualidade de vida e de saúde” (Brasil, 2011, p. 13).

Portanto, os processos de saúde e doença da população trans estão relacionados a estes determinantes sociais, que as colocam em situação de maior vulnerabilidade (Brasil, 2011). As pessoas trans almejam o reconhecimento legal das suas identidades de gênero, ou seja, pelo reconhecimento do gênero com o qual se identificam, independentemente do sexo com o qual nasceram (Bento, 2008).

Dessa forma, ao pesquisar com as pessoas trans é fundamental levar em conta as interseccionalidades que os constituem enquanto sujeitos e as normas e convenções sociais que produzem e reproduzem a violência e a estigmatização. Requer pensar de forma diferente, sugestionando proposições e medidas que visem uma realidade diversa da verificada (Grosz, 2015).

Considerações finais

As participantes avaliaram de forma positiva o grupo, principalmente por permitir um processo de interação e identificação mútuos, facilitar a produção de significados para suas vivências e criar o sentimento de pertencimento e aceitação de si e do outro.

O grupo de apoio permitiu a oferta de um espaço sem discriminação, em que o diálogo e a escuta foram os fatores mais importantes. Assim, enfatiza-se o lugar da psicologia enquanto promotora de espaços de encontro, que são potentes para a elaboração psíquica e a diminuição do sofrimento psíquico.

Mesmo sendo facilitadoras do grupo, compreendemos que nosso lugar de fala era de fora, de forasteiras que se dispunham a trabalhar com as pessoas trans, mas que não podiam vestir a sua pele para compreender o real significado de suas vivências. Assim, mergulhar no mundo trans requer proporcionar um espaço de escuta atenta, e colocar no centro do palco quem possui este lugar de fala.

Salienta-se a importância da construção de espaços para escutas das trajetórias biográficas, compreender a fluidez da identidade de gênero, ir além da lógica binária, pensar fora da caixa e a partir de maneiras não reducionistas de compreender o mundo, o gênero e as expressões e apresentações dos corpos.

Referências

AMARAL, A. C. **Cartas a um terapeuta para seus momentos de crise**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2020.

BASTOS, A. B. B. I. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. **Psicólogo inFormação**, [S. l.], ano 14, n. 14, jan./dez. 2010

BENTO, B.; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 569-581, maio-agosto/2012.

BENTO, N. M. J.; SARAT, M.; XAVIER, N. R. Infância e transfobia na família: relato de sobrevivência. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 8, n. 3, p. 109-133, jul./set. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/43628/27757>. Acesso em: 20 jun. 2023.

COELHO, M. T. Á. D.; SAMPAIO, L. L. P. As transexualidades na atualidade: aspectos conceituais e contexto. In: COELHO, M. T. Á. D.; SAMPAIO, L. L. P. (Orgs.) **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 13-24.

GROSZ, E. Corpos reconfigurados. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 14, p. 45-86, jun. 2015.

JESUS, J. G. de. Operadores do direito no atendimento às pessoas trans. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, 2016, v. 7, n. 15, p. 537-556.

MANTOVANI, A. Grupos de apoio amplo: ancoragem e apoio psicológico em grupos terapêuticos.

Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo, v. 9, n. 2, p. 29-38, jul./dez. 2008.

MÉLLO, R. P. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. **Rev. Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 1, p. 197-207, 2012.

NEGRINI, D. P.; SILVA, E. D.; ALVES, W.; PEDRUZZI, S.; PEDRINI, M. D. A vivência psicossocial de pessoas transgênero a partir de relatos. **Revista Científica Espaço Multiacadêmico**, v. 1, n. 2, p. 40-55, 2021.

OLIVEIRA, L. M. A. C. *et al.* O acolhimento de familiares de pacientes internados em UTI: a tecnologia de grupo como estratégia para o cuidado de enfermagem. **Ver. Esc. Enferm.**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 429-36, 2010.

PAULINO, D. B.; MACHIN, R.; PASTOR-VALERO, M. “Pra mim, foi assim: homossexual, travesti e, hoje em dia, trans”: performatividade trans, família e cuidado em saúde. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 29, n. 4, 2022.

ROCON, P. C. *et al.* O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? **Interface**, Botucatu, v. 22, n. 64, p. 43-53, 2018.

SILVA, L. A. V.; LOPES, M. Corpos híbridos e transexualidade: para além da dicotomia de gênero. In: COELHO, M. T. Á. D.; SAMPAIO, L. L. P. (Orgs.) **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 25-41.

SOUZA, L. O.; PAIVA, G. C.; SEI, M. B. Grupo aberto de crianças: quais as possibilidades de convivência e intervenção? **Revista Brasileira de Extensão Universitária**. v. 10, n. 3, p. 175-182, set./dez. 2019.

ZIMMERMAN, B. J. Attaining self-regulation: A social-cognitive perspective. In: BOEKAERTS, M.; PINTRICH, P.; ZEIDNER, M. (Eds.). **Self-regulation**: Theory, research, and applications. Orlando: Academic Press, 2000. p. 13-39.

“Na minha família, não!” – a influência e a utilização de imagens como pulsão para violência do totalitarismo no Brasil

Cristiano de Oliveira Sousa*

Introdução

O que é imagem? Segundo Mitchell (2019, p. 50) “[...] o sentido literal da palavra imagem é uma representação gráfica, pictórica, um objeto concreto e material, e que noções como imagens mentais, verbais ou perceptivas”. Mais importante do que definir o seu significado, é discutir o seu sentido e como esses significados vão se transformando ao longo do tempo. Qual é a intenção de quem as produz? O sentido da imagem como representação da linguagem é fundamental na representação como forma de comunicação visual. De acordo com Hall (2016, p. 43),

Representação é produção do sentido pela linguagem. Na representação, argumentam-se os construtivistas, nós usamos signos, organizados em linguagens de diferentes tipos, para nos comunicar inteligivelmente com os outros. Linguagens podem usar signos para simbolizar, indicar ou referenciar objetos, pessoas e eventos no chamado mundo “real”.

Conforme Marquina (2016, p. 9), “[...] así lo visual, como práctica social que se instala en la realidad, organiza la vida cotidiana desde una doble perspectiva: los esquemas personales de visión y los juicios visuales¹”. Dessa forma, a cultura visual, que é consequência direta da modernização e da tecnologia, se torna também uma dupla perspectiva: os esquemas de visão promovidos pelos discursos hegemônicos e a formação dos julgamentos visuais em decorrências desses mesmos discursos.

* Mestrando em Cultura e Artes Visuais na Universidade Federal de Goiás. Pós-graduado em Linguagem Audiovisual, possui MBA em Comunicação e Eventos e em Marketing Estratégico Digital. Diretor do DIGO Festival Internacional de Cinema da Diversidade Sexual e de Gênero de Goiás.

E-mail: cristianosousa@discente.ufg.br

¹ O visual se constitui em enlaces entre os assuntos e tamiza as relações com os outros. Cria estereótipos sobre como construímos o outro e funciona como filtros para reconhecê-lo.

Como a influência e a utilização das imagens como pulsão para violência repercute atualmente no Brasil? Segundo Mondzain (2009, p. 19), “[...] quando se diz de uma imagem que ela é violenta, está-se a sugerir que esta pode agir diretamente sobre um sujeito, à margem de toda a mediação da linguagem”.

A imagem, portanto, tem uso político, como ressalta Mitchell (2019, p. 62):

Por que temos essa compulsão de conceber a relação entre palavras e imagens em termos políticos, como uma luta por território, uma disputa de ideologias rivais? [...] mas uma resposta curta pode ser fornecida aqui: o relacionamento entre palavras e imagens reflete, no âmbito da representação, significação e comunicação, as relações que postulamos entre símbolos e o mundo, signos e seus significados.

Segundo Didi-Huberman (2012, p. 210), “[...] as imagens tomam parte do que os pobres mortais inventam para registrar seus tremores (de desejo e de temor) e suas próprias consumações”. A imagem tem como função geral gerar conhecimento, mas, pode também ser utilizada com uma função específica na dialética, portanto, a imagem não é violenta e sim o uso que se faz dela.

A representação pictórica lgbtfóbica como pedagogia cultural

A pedagogia cultural é ampliada além do âmbito escolar, é utilizada também no intuito contemporâneo nas redes sociais para implementação de conceitos. Segundo Steinberg (2001, p. 14), “[...] áreas pedagógicas são aqueles lugares onde o poder é organizado e difundido, incluindo-se bibliotecas, TV, cinemas, jornais, revistas, brinquedos, propagandas, videogames, livros, esportes, etc.”. Assim, as instâncias culturais ensinam conhecimentos, valores e habilidades, nas construções de verdades ou de inverdades, para o bem ou para o mal.

Segundo Crary (2012, p. 16), “[...] obviamente, um observador é aquele que vê. Mas o mais importante é que é aquele que vê em um determinado conjunto de possibilidades, estando inscrito em um sistema de convenções e restrições”. Na sociedade contemporânea as tecnologias emergentes de produção de imagem encontram nas redes sociais seu principal habitat e também sua principal ferramenta, já que são recursos majoritários na visualização, através da popularização da internet.

Em 2022, em Goiás, o parlamentar Deputado Amauri Ribeiro, publicou na rede social Instagram uma imagem de uma mão com aspecto monstruoso, envolta a uma bandeira LGBTI+ impedida de alcançar uma representação de família, com a frase “Tá

dado o recado”. O contexto da imagem, como bem argumenta Freud (1907, p. 109), simboliza um exemplo em que “a religião é a neurose obsessiva universal” e que é utilizada como ferramenta da barbárie em prol da crueldade.”

Figura 1 – Imagem postada no stories do aplicativo Instagram do Deputado Amauri Ribeiro, Partido Patriota – GO, onde uma mão monstruosa enrolada em uma bandeira colorida LGBTI+ é “impedida” de alcançar um símbolo de família por uma mão branca



Fonte: <https://www.instagram.com/deputadoamauriribeiro/>.

A imagem utilizada pelo deputado cria um mecanismo de controle e, conforme Winnie Bueno (2020, p. 73), “[...] são utilizadas pelos grupos dominantes com o intuito de perpetuar padrões de violência e dominação que historicamente são constituídos para que permaneçam no poder”. Neste caso, uma reafirmação de controle político, em prol dos afoitos pelo conservadorismo.

Sobre o episódio, além de explicar o teor da postagem, o deputado Amauri Ribeiro assume que publicou a imagem, mas nega que seja homofóbico. Ele disse que não foi a primeira vez que havia divulgado a ilustração:

Na minha publicação, eu não falei nada dessa viadada (sic). Lá tem uma mão do mal por cima da família. E a outra mão, como se fosse de Deus, está segurando aquela. O mal se agrega a tudo. Não tem nada a ver com homofobia. Eu não sabia que viado (sic) tem bandeira, que homem tem bandeira, que mulher tem bandeira. Cada um dá o que quer, faz o que quer. Não sou homofóbico, nem machista e também não sou racista. Tenho nojo dessas pessoas que se fazem de vítima. Se acham superiores. Não gosto de excessos (Marques, *Jornal Opção*, 2022).

Ao se defender, Amauri atribui a repercussão da divulgação à época das eleições, e pontua:

Já postei isso outras vezes. Ninguém fez nada. Mas agora é época de campanha e os caras querem ganhar votinhos, querem aparecer, dar um de salvador da pátria. Detesto esse tipo de gente que se faz de vítima para ganhar holofote. Se soubesse que aquelas cores que estavam lá eram bandeira de viado (sic), olha que eu teria postado do mesmo jeito porque eu também não quero que essa ideologia de gênero, essa porcaria, adentre na minha família. Volto a dizer que não sou homofóbico. Em meu gabinete têm homossexuais. Quando fui prefeito, de oito, três secretários eram homossexuais. Se eu fosse homofóbico, não colocaria nenhum homossexual para trabalhar comigo (Marques, *Jornal Opção*, 2022).

A violência do discurso é permitida no contexto contemporâneo, com justificativas relacionadas a “ideologia de gênero”, sem culpas e expiações, seguido pelo discurso da normalidade da agressão imagética, já que se desconhece a diferença entre as múltiplas imagens do bem e o próprio bem.

A violência do visível e a religião

No jornal capixaba *A Gazeta*, no dia 08 de julho de 2022, foi publicada a reportagem *Outdoor de igreja com mensagem homofóbica gera revolta em Aracruz*, pela jornalista Viviane Maciel. O artigo gerou várias manifestações nas redes sociais como representada na Figura 2. A justificativa da instituição nesta mesma publicação é que a bíblia é a única proteção contra o ataque do ativismo LGBTQIA+, o que parece ser injustificado no país que mais mata pessoas LGBTI+ no mundo, conforme relatório do último *Trans Murder Monitoring*, realizado pela organização Transgender Europe (TEU, 2021).

Figura 2 – Imagem postada no Instagram Brasil Fede Covid A igreja Pibara de Aracruz, no Espírito Santo, instalou um outdoor que mostra uma família se protegendo de uma “chuva de arco-íris”, acompanhada de uma mensagem contra o ativismo



Fonte: <https://www.instagram.com/p/Cfxce-eFTrf/>. Acesso em: 1 jul. 2022.

As duas imagens apresentadas mostram como são as estratégias da violência do visível, muitas vezes buscando o desaparecimento da diversidade e, assim, a aniquilação da voz. O interesse é que esse assunto não deve ser discutido ou manifestado junto às ações que eles consideram um “abuso” aos seus ideais imagéticos. Contribui para o intuito de aniquilação do diferente, como aponta Mondzain (2009, p. 36):

Contudo, enquanto instituição temporal que quer adquirir um poder e conservá-lo, a Igreja agiu como todos os ditadores, produzindo visibilidades programáticas, feitas para comunicar uma mensagem unívoca. Assim, a imagética (imagerie) serve as operações de incorporação, a imagem é absorvida como uma substância com a qual o incorporado se identifica, com a qual se funde, sem réplica e sem palavra.

A igreja impõe o seu discurso comunitário como mais importante do que o pensamento e a palavra de cada um. É a representação de uma imagem de controle, e reforça o domínio sobre o sujeito como símbolo estrutural que deseja controlar um comportamento voltado à submissão e dominação. Segundo Bueno (2020, p. 73):

As imagens de controle são a dimensão ideológica do racismo e do sexismo compreendidos de forma simultânea e interconectada. São utilizadas pelos grupos dominantes com o intuito de perpetuar padrões de violência e dominação que historicamente são constituídos para que permaneçam no poder.

No entrecruzar da ilusão religiosa com o mercado das ilusões do político, está a massa sobre a qual tanto a Igreja quanto o Estado exercem o poder. Instituições religiosas exploram, da mesma forma, o sentimento de desamparo de cada indivíduo da massa como garantia da unidade, e assim atacar aos que não fazem parte dessa mesma unidade e ameaçam a “força do todo”.

Para Mitchell (2019, p. 50-51), “[...] não deveria surpreender que uma tradição religiosa obcecada por tabus contra imagens esculpidas e idolatria desejasse enfatizar um sentido espiritual e imaterial da noção de imagens”. Por isso, a imagem do arco-íris incomoda tanto quando representa a diversidade e o brilho da resistência de gênero e sexual contra as imposições da cisheteronormatividade.

A Imagem como reforço de estereótipos

No livro *A personagem homossexual no cinema brasileiro*, Moreno (2001) reafirma o contexto do cinema e sua estética, onde a questão LGBTI+ é vista apenas como uma caracterização grotesca, assexuada, cômica, marginalizada ou exacerbada. O autor também observa “[...] um tom exacerbado no tratamento de seu gestual, chegando até a uma espécie de carnavalização destes personagens” (p. 27)

Essa visão não é restrita apenas ao audiovisual. Nossos corpos, nossos gêneros e nossas orientações com suas particularidades, formam nossa identidade ou nossas identidades. A forma que a expressamos no meio social em que vivemos, resulta na relação que estabelecemos com a sociedade.

Dentro dessa perspectiva, se faz necessário e urgente oferecer reflexões que permitam ampliar as discussões sobre as narrativas e construir outras que fogem das imposições realizadas pelo um sistema patriarcal, hetero, binário e cisgênero.

Trevisan (2019, p. 471), ao pensar sobre as patrulhas da moral e da família, defende o ativismo como forma de resistência:

O pensamento político ocidental sempre abrigou uma corrente a essa identificação pura e simples do poder supostamente familiar em todos os âmbitos, inclusive culturais, sendo portanto, uma necessidade desenvolver

olhares pautados nas diversas narrativas LGBTI+, contribuindo para que os direitos desses corpos possam quebrar os domínios da visualidade que existem para o sustento da autoridade autocrática.

A ideia é que quanto mais desigualdade, pior a convivência. No entanto, a igualdade de gênero não existe, no senso comum, a associação do feminino como fragilidade ou submissão, serve para justificar preconceitos, conforme resume em uma frase, a filósofa americana Judith Butler (2003, p. 26): “[...] nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino”.

A Imagem pode matar?

Na Figura 3, o guarda municipal Marcelo Arruda está sorridente em sua festa que utiliza diversos mecanismos visuais para representar, através das imagens, a sua posição política e é assassinado por um sujeito que não o conhecia. Conforme, o site Rede Brasil Atual, o jornalista Eduardo Maretti informa na reportagem *Assassino de Marcelo Arruda é indiciado por homicídio qualificado, mas polícia não vê motivação política*, que o agente penitenciário Jorge Guarinho, bolsonarista – ou seja, ligado ao bolsonarismo, um fenômeno político de extrema-direita –, assistiu às imagens do evento por meio das câmeras de vigilância localizadas no recinto, de forma informal, com a cumplicidade de outra pessoa que tinha acesso às imagens e, assim, decidiu “atacar”.

Há risco de vida em uma simples decoração com uma eídola que remete uma posição política? As imagens são motivo de punição por subverter a ordem dominante?

O motivo do ataque foi incentivado por um governo que instiga o ódio e o ataque à educação e a cultura, em prol do poder e, conseqüentemente, imagens de decoração de uma festa com temática da esquerda, podem significar a morte, porque incomodaram. Segundo Rancière (2005, p. 1), “[...] já não é visto com bons olhos querer mudar o mundo para torná-lo mais justo”, nesse sentido, essa barbárie que levou à morte um indivíduo que apenas comemorava seu aniversário junto a familiares e amigos, representa significativamente esta frase.

Conforme ressalta Marquina (2016, p. 8), “[...] lo visual se constituye en enlaces entre los sujetos y tamiza las relaciones con los Otros. Crea estereotipos sobre los cuales construimos al Otro y funciona como filtros para reconocerlo”. A ação assassina realizada a partir da visualização das imagens, foi causada simplesmente pelas relações do sujeito com as imagens de uma festa de aniversário temática. A natureza intrínseca

da imagem, motivou uma ação de violência e exercício de poder, por parte de um sujeito que se sentiu autorizado a ser o “defensor da visão do totalitarismo”.

Figura 3 – Imagem postada no Instagram Brasil Fede Covid na festa de aniversário do guarda municipal Marcelo Arruda, que comemorava 50 anos, acabou em tragédia na cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná. Líder sindical e um dos principais nomes do PT na cidade, Arruda promoveu o evento com a temática relacionada ao partido. o agente penitenciário federal Jorge José da Rocha Guaranho invadiu o local de carro gritando “Bolsonaro” e “mito” baleou Arruda



Fonte: <https://www.instagram.com/p/Cf1Xv9kLBWi/>.

Para Mondzain (2009), a imagem não é intrinsecamente violenta, não pode, por si, matar. O modo como é recebida e utilizada são os fatores que revestem de perigo o universo visual.

Supondo que a imagem induz passividade, como pode ela levar a cometer um acto? Se, pelo contrário, coloco a hipótese de que não a recebo passivamente, a imagem deixa de estar na origem dos meus actos, mas sim eu mesma, enquanto sujeito livre da minha acção. Logo, se existe crime, ele não é cometido pela imagem mas pela mão que o perpetrou (Mondzain, 2009, p. 41).

O ato, portanto, é de questão política e não imagética. A relação entre a violência e o visível se relaciona com o pensamento e a palavra, no campo das visibilidades que, hoje, aparecem predominante no âmbito das redes sociais e da própria repercussão de todas as imagens geradas a partir desta ação.

O que deve ser feito? Desafios das molduras do olhar

Segundo Rancière (2005, p. 8) “[...] a experiência estética se mantém, daí por diante, entre uma natureza e uma humanidade, ou seja, entre duas naturezas e duas humanidades”. Deve-se buscar, então, através da arte, um mecanismo de resistência contra a imagem criminoso.

O tema “resistência” da arte, portanto, não é de forma alguma um equívoco de linguagem do qual poderíamos nos livrar mandando a consistência da arte e a protesto político cada qual para o seu lado. Ele designa bem a ligação íntima e paradoxal entre uma ideia da arte e uma ideia da política (Rancière 2005, p. 12).

A imagem artística como transcrição humana em prol do respeito à vida, é aquela que foge da ignorância da alienação, “Para que a arte seja arte é preciso que seja política” (Rancière, 2005, p. 4).

Nessa direção, Karla Bessa (2014, p. 2), com apoio dos estudos queer, questiona os padrões de perfeição e originalidade que constituem o pretense gênero verdadeiro e a respectiva sexualidade alidade, nele presumida:

É por isso que, na perspectiva queer, uma mulher trans não é menos mulher do que uma que tenha sido assim designada desde o nascimento. A diferença é política e não da ordem da natureza humana, o que nos leva a outro importante raciocínio queer: afinal, o que é o humano em um mundo de buscas e transformações que fazem da tecnologia subjetiva e corporal um diálogo com outras tecnologias criadas a partir das intervenções humanas, no tempo/espaço de sua condição?

É preciso galgar, portanto, uma atitude de coragem, crítica aos movimentos conservadores, como bem lembrado por Foucault:

A ontologia crítica de nós mesmos certamente deve ser considerada não como uma teoria uma doutrina ou mesmo um corpo permanente de saber que se acumula; ela deve ser concebida como uma atitude, um ethos, uma vida

filosófica na qual a crítica do que somos é, só tempo a análise histórica dos limites que nos foram impostos e uma experimentação com a possibilidade de irmos além deles (Foucault, apud Spargo, 2006, p. 63-64).

Segundo Freud (2013, p. 36), “[...] a observação nos ensina serem os seguintes os destinos da pulsão: A reversão em seu contrário. O retorno em direção à própria pessoa. O recalque. A sublimação”. Qual é o destino da pulsão no ataque ao diverso?

É preciso produzir contrapartidas culturais contra a desinformação, conforme ensina Fernando Hernández (2011, p. 35): “[...] a contribuição principal da perspectiva da cultura visual é propor (argumentando seu sentido) uma mudança do foco do olhar e do lugar de quem vê”.

Por sua vez, Didi-Huberman, em seu livro “A Sobrevivência dos Vaga-lumes”, baseado no artigo que o diretor de cinema Pier Paolo Pasolini publicou no jornal *Corriere della Sera*, em 1º de fevereiro de 1975, ano da sua morte, exemplifica sobre a manifestação de resiliência:

A profecia - realizada - de Pasolini se resume, finalmente, em uma frase: a cultura não é o que nos protege da barbárie e deve ser protegida contra ela, ela é o próprio meio onde prosperam as formas inteligentes da nova barbárie. O combate de Pasolini é, nesse ponto, bastante distinto daquele de Adorno e seu séquito, que pensavam que era preciso defender a alta cultura e a arte de vanguarda contra a cultura de massa; os *Écrits corsaires* [Escritos corsários] são, antes, um manifesto em favor da defesa dos espaços políticos, das formas políticas (o debate, a polêmica, a luta...) contra a indiferenciação cultural. Contra o regime generalizado da tolerância cultural [...] (Didi-Huberman, 2011, p. 43-44).

A sobrevivência dos vagalumes como exemplo de esperança, no que poderíamos ser como “seres humanos” representa a empatia, criatividade, solidariedade e ser resistência frente a ações totalitárias.

Sejamos então como vaga-lumes, brilhando e resistindo nesta época de fascismo, ódio e intolerância, onde até mesmo a arte é apropriada e utilizada como ferramenta de ódio e de repressão, mas que não simboliza a verdadeira essência da diversidade e do sentido de humanidade.

As Imagens conseguem trazer questões específicas e interessantes pertinentes a nossa existência, não são apenas coisas para representar, possuem uma dimensão política conforme relato de Didi-Huberman (2017):

Eu comecei como historiador da arte, ou seja, como um apaixonado pela beleza. E um dia me dei conta de que toda análise de uma imagem tem uma dimensão política, e toda imagem tem uma dimensão política. Então, tentei ser mais preciso, porque a dimensão artística sempre está em dialética com algo mais temível, mais perigoso.

Além da dimensão puramente estética não podemos em nenhum momento deixar de ignorar a dimensão política presente nos processos da cultura visual. A política da imagem e da visualidade na contemporaneidade está associada ao poder da mídia e das redes sociais. A imagem nunca é “somente” uma imagem, já que está sempre a serviço de um interesse.

Nosso papel como ser humano é combater o uso da imagem como pulsão de mentiras e de técnica de dominação. Que sejamos uma família, como vagalumes que iluminam a escuridão do ódio, do fascismo, da ignorância e da falta de empatia!

Referências

BUENO, Winnie. **Imagens de controle**: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre: Zouk, 2020.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRARY, Jonathan. A modernidade e o problema do observador. In: **Técnicas do observador**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 11-32.

DIDI-HUBERMAN. “As imagens não são apenas coisas para representar”. Entrevista com Georges Didi-Huberman. **Instituto Humanitas Unisinos**, 20 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/568830-as-imagens-nao-sao- apenas-coisas-para-representar-entrevistacom-georges-didi-huberman>. Acesso em: 15 ago. 2022.

DIDI-HUBERMAN, Georges. As imagens não são apenas coisas para representar. **Diante da imagem**: questão colocada aos fins de uma história da arte. São Paulo: Editora 34, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos Vaga-lumes**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. **PÓS**: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 206-219, nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15454>. Acesso em: jul. 2022.

FREUD, S. (1921). Psicologia de las masas y análisis del yo. In: **Obras completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1976.

FREUD, S. (1907). Acciones obsesivas y practicas religiosas. In: **Obras completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1976.

FREUD, S. **As pulsões e seus destinos**. São Paulo: Autêntica, 2013.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editorial PUC-Rio, 2016.

MACIEL, Viviane. Outdoor de igreja com mensagem homofóbica gera revolta em Aracruz. **A Gazeta**, 8 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/outdoor-de-igreja-com-mensagem-homofobica-gera-revolta-em-aracruz-0722>. Acesso em: 16 jul. 2022.

MARETTI, Eduardo. Assassino de Marcelo Arruda é indiciado por homicídio qualificado, mas polícia não vê motivação política. **Rede Brasil Atual**, 15 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2022/07/assassino-marcelo-arruda-indiciado-homicidio-qualificado-policia-nao-motivacao-politica/>. Acesso em: 16 jul. 2022.

MARQUES, Eduardo. Deputado Amauri Ribeiro é denunciado na polícia por cometer crime de homofobia. **Jornal Opção**, 8 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/deputado-amauri-ribeiro-e-denunciado-na-policia-por-cometer-crime-de-homofobia-391980/>. Acesso em: 02 jul. 2022.

MARQUINA, Orietta. La cultura visual desde el campo social de la mirada. **CONEXIÓN**, v. 5, n. 5, p. 88-101, 2016. Disponível em: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/conexion/article/view/14990/15521>.

MITCHELL, J. T. O que é uma imagem. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 52, jul./dez. 2019.

MONDZAIN, Marie-José. A violenta história das imagens. In: MONDZAIN, Marie-José. **A imagem pode Matar**. Lisboa: Vega, 2009.

MORENO, Antônio. **A Personagem Homossexual no Cinema Brasileiro**. Niterói: EduFF, 2001.

RANCIÈRE, Jacques. Será Que A Arte Resiste A Alguma Coisa. In: LINS, Daniel (Org). **Nietzsche e Deleuze. Arte e Resistência**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**. Rio de Janeiro: Pauzlin; Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

STEINBERG, Shirley; KINCHELOE, Jon (Orgs.). **Cultura infantil: a construção corporativa da infância**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

TEU - Projeto de investigação TvT. Trans Murder Monitoring/Observatório de Pessoas Trans Assassinadas. **Transrespect versus Transphobia Worldwide**, 2020. Disponível em: <https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

TREVISAN, José Silvério. **Devassos no Paraíso**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018.

“Ah, tem um momento que é impossível, viver um segredo, algo marginal”: uma leitura etnográfica-cartográfica da(s) micropolítica(s) da saída do armário

Jeferson Camargo Taborda*

Esmael Alves de Oliveira**

Introdução

Este trabalho apresenta, de forma breve e sucinta, parte dos resultados da pesquisa de mestrado em antropologia intitulada “Não é o filho que sai do armário, é a família que tem que sair do armário”: uma leitura sócio-antropológica do processo de “coming out” (Taborda, 2023) realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/UFGD) pelo primeiro autor e orientada pelo segundo. A partir de um cruzamento dialógico entre antropologia e psicologia, apresentaremos algumas narrativas de três pessoas autodeclaradas homossexuais: uma mulher lésbica branca e dois homens gays pretos a fim de refletir sobre os dilemas e complexidades que cercam o processo de “saída do armário”.

A saída do armário (*coming out*) é o termo cunhado pela pesquisadora Eve Sedgwick (2007), para explicar os mecanismos de controle da sexualidade e dos desejos

* Graduado em Psicologia, mestre e doutor em Psicologia da Saúde pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor efetivo da graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Paranaíba (CPAR/UFMS) e docente do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas (FACH/UFMS), Campo Grande.

E-mail: jeferson.taborda@ufms.br

** Graduado em Filosofia (UFAM) e Psicologia (UFGD), mestre (PPGAS/UFAM) e doutor em Antropologia (PPGAS/UFSC). Docente nos cursos de Ciências Sociais e Psicologia e nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) e Psicologia (PPGpsi) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Atualmente desenvolve pesquisa de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco junto à linha de pesquisa Psicologia da Saúde, Políticas da Cognição e da Subjetividade.

E-mail: esmaeloliveira@ufgd.edu.br

considerados dissidentes. Resultado de uma inteligibilidade heteronormativa, o armário opera como um dispositivo de produção de apagamentos e invisibilidades a partir de uma complexa rede relacional em que atuam família, amigos/as, colegas de trabalho, dentre outros (Soliva, Silva Junior, 2014).

Em termos metodológicos, o trabalho está ancorado tanto na etnografia quanto na cartografia e em articulação com o campo da Antropologia das Emoções. Assim, se na perspectiva etnográfica, “[...] queremos antes de tudo entender o que “está sendo dito” por nossos interlocutores” (Fonseca, 1999, p. 59), na perspectiva cartográfica - sustentados nos trabalhos de Deleuze e Guattari (1995) - desejamos realizar o mapeamento das linhas desejantes. Não por acaso, os autores propõem um mapeamento dos desejos, suas intensidades e os efeitos destes sobre as subjetividades. Exatamente por estas características, tanto a etnografia quanto a cartografia emergem como estratégias para compreensão dos afetos produzidos pela saída do armário e seus efeitos sociais e políticos.

[...] a emoção seria algo que existiria somente em contexto, emergindo da relação entre os interlocutores e a ela sempre referida. [...]. É assim, então, que as emoções surgem perpassadas por relações de poder, estruturas hierárquicas ou igualitárias, concepções de moralidade e demarcações de fronteiras entre os grupos sociais (Rezende; Coelho; 2010, p. 78).

Longe de ser algo interno e individual, aqui as emoções são tomadas como tendo relação direta tanto com as estruturas sociais quanto com as experiências pessoais (Lordon, 2015). É neste sentido que argumentamos que a saída do armário é um processo ao mesmo tempo público, político e intersubjetivo (Taborda, 2023).

Com exceção de um entrevistado que na época da entrevista morava numa cidade do interior da Bahia, as outras duas pessoas viviam numa cidade interiorana do estado do Mato Grosso do Sul. O trabalho de campo impactado pelo contexto da pandemia da covid-19 foi realizado de forma online por meio de plataformas digitais e teve como recurso metodológico a realização de entrevistas - ocorridas entre maio e julho de 2022. As mesmas foram gravadas, com o consentimento das pessoas participantes, com o propósito de posterior transcrição e análise. Importa ainda dizer que seus nomes foram alterados para a garantia do sigilo de suas identidades.

Explicadas as principais características desta pesquisa, passaremos agora para as entrevistas e suas respectivas análises.

“Vocês vão ter que me aceitar desse jeito ou vocês vão me perder”: a entrevista com Iara

A entrevista com Iara ocorreu em maio de 2022. Na época, Iara tinha 23 anos e cursava psicologia em uma universidade pública do interior do Estado do Mato Grosso do Sul. Ela se declara como mulher lésbica e branca. Assim como procedemos com os outros participantes da pesquisa, após apresentar os objetivos da mesma e agradecer o aceite de participação, lhe perguntamos como foi seu processo de saída do armário:

Jeferson: Como foi o seu processo, que a gente está chamando aqui de saída do armário?

Iara: Então o meu processo foi uma situação bem complicada [...] porque a minha família de início, eles não queriam aceitar por conta deles serem da igreja então “ai, é pecado, você vai para o inferno”. Só que eu comecei a falar: “olha, vocês tem que me aceitar desse jeito, senão vocês vão me perder. Então eles: “ah, então é isso né” (Taborda, 2023, p. 80).

Ao ser questionada sobre o significado da frase “vocês vão me perder”, Iara explicou que morava em outra cidade, devido à faculdade, e ameaçou não voltar mais para a cidade natal caso a família não aceitasse sua orientação sexual. A saída do armário por mulheres lésbicas nem sempre é bem aceita por familiares, inclusive são comuns situações de preconceito e discriminações (Alencar, 2019; Oliveira, 2022).

Iara argumenta que sua experiência foi muito marcada pela convivência religiosa que compartilhava com sua família. Ela diz ter frequentado durante toda sua vida a religião evangélica, o que trouxe um peso bastante grande no momento da sua revelação.

Tal sentimento de apreensão se articula com dados apresentados em outras pesquisas. No estudo intitulado *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil*, publicado em 2011, foi constatado o predomínio de um forte preconceito religioso: “84% dos entrevistados concordam totalmente com a seguinte frase: “Deus fez o homem e a mulher com sexos diferentes para que cumpram seu papel e tenham filhos” (Venturi; Bokany, 2011, p. 34).

Em seguida Iara foi perguntada sobre como ocorreu as circunstâncias da revelação.

Iara: Quando eu beijei uma primeira menina, foi um choque pra toda família. Meu pai falou “nossa, agora vou contar pra todo mundo” e eu “mas quem tem que contar sou eu né”, pensando na minha cabeça. Então foi um processo bem demorado. Lembro que no início minha mãe não queria que eu saísse de casa. Eu na época estava morando com minha avó em Campo Grande e ela falou “ah, não deixa a Iara sair”, com medo do que pode acontecer, alguma coisa e sei lá o que. Daí eu sei que foi passando e foi passando e eu queria negar aquilo, eu queria negar aquilo pra eles. Então, eu falei “cara, não faz sentido na minha cabeça, não é isso que eu vejo”, que eu seria uma pessoa hétero, eu quero me descobrir e a partir de então eu comecei a lutar por isso e de alguma forma fazer eles aceitarem. Eu sabia que era um processo, que ia tempo, e eles tinham que também aprender a me respeitar né, que eu tinha que conseguir de algum jeito (Taborda, 2023, p. 81).

A interlocutora explica que essa experiência do beijo aconteceu quando tinha 15 anos. Em seu relato, argumenta que de início tentou negar tudo e não sentir “esses desejos”. Com o tempo ela percebeu que não era apenas uma experiência passageira e que precisava se posicionar, principalmente entre os familiares. Esta postura de enfrentamento nem sempre é fácil de ser sustentada haja vista as normatividades que atravessam e constituem os padrões de gênero. No caso de Iara, sua condição de mulher e lésbica em uma sociedade machista, heteronormativa e patriarcal a tornava ainda mais vulnerável. É assim que pesquisas, como a realizada por Alencar (2019), evidenciam o quanto no caso da experiência das mulheres lésbicas há um duplo processo de opressão: por serem mulheres e lésbicas.

A seguir interpelamos Iara sobre as principais mudanças percebidas por ela com relação a sua vida social:

Jeferson: Você percebeu outras mudanças na sua vida social?

Iara: Eu senti umas mudanças, mas nem foi tanto assim de pessoas mais próximas, eu falo minha mãe, meu pai, minha vó e meu vô. Meu tio por exemplo, a gente era muito muito amigo, hoje em dia, assim, as coisas melhoraram, mas com o processo, as coisas deram uma estagnada, eu diria, ficou uma coisa estranha, o relacionamento. [...] Na verdade, o que eu senti foi com o outro pessoal que era da igreja e que tenho contato pelo Instagram, a gente se segue, a gente não conversa, mas a gente tá sempre vendo foto um do outro, eu senti que eles ficaram bem em choque. Inclusive o pastor da igreja da minha vó veio falar umas coisas pra ela, aí ela falou “ó, ela é minha neta e eu amo ela desse jeito”, ela ignorou (Taborda, 2023, p. 83).

A literatura sobre saúde mental de gays e lésbicas têm apontado o apoio da família como um dos principais fatores protetivos (Costa *et al.*, 2020) ou de vulnerabilização

(Soliva, Silva Junior, 2014). Assim, é bastante comum que essa aceitação não seja hegemônica, encontrando apoio entre alguns familiares e repúdio de outros. (Nascimento; Scorsolini-Comin, 2018; Alencar, 2019).

Em seguida, perguntamos a Iara sobre as emoções que sentiu sobre este processo:

Jeferson: E se fosse pra você nomear as emoções e sentimentos, o que você acha que destacaria nisso que passou?

Iara: medo, angústia, a ansiedade talvez foi demais também.

Jeferson: entendi, o medo seria da reação, sem saber o que seria?

Iara: exato.

Jeferson: você esperava alguma coisa mais violenta ou não?

Iara: uma coisa violenta eu nunca esperei, eu sempre esperei isso de fora da família né, das pessoas de fora, mas dentro da família, não. Não era medo de ser agredida nem nada, mas medo porque fui criada daquele jeito, ia na igreja e eu sentindo aquelas coisas, ficava com aquilo na minha cabeça, aí pensava ‘meu deus, o que eu vou fazer, como é que eu vou contar isso’, ‘será que isso tá certo’. Eu me sentia estranha também” (Taborda, 2023, p. 84).

Como podemos constatar, para a interlocutora, o medo se apresenta como um aspecto importante de sua experiência. Conforme Rezende e Coelho (2010), é bastante comum que haja uma forte ligação entre o sentimento de medo ao de perigo, seja pela integridade física, seja pela autoimagem.

O filósofo Espinosa (2014, p. 144) define assim este afeto: “o medo é uma tristeza instável, surgida da ideia de uma coisa futura ou passada, de cuja realização temos alguma dúvida.” Em sua teoria dos afetos ele explica que o medo é algo muito fácil de ser suscitado, visto que o objeto temido não precisa sequer existir, isto é, basta imaginar um certo objeto, como o inferno, para que ele exerça seu poder sobre os sujeitos. Iara destaca este temor quando reflete sobre seus desejos em um possível conflito com os dogmas da igreja. Esta dimensão temporal do medo, sempre associado a uma tristeza futura, também pode nos ajudar a entender o papel da angústia e da ansiedade conforme relatadas por Iara.

No campo da saúde mental, a ansiedade e a angústia podem ser lidas como categorias nosológicas e analisadas pelas teorias do Estresse de Minorias. Meyer (1995) classifica três tipos de estressores: O primeiro tipo é o estigma imposto, efeito da

perseguição, assim como por agressões ou violências de caráter sexual. O segundo tipo trata-se homofobia internalizada na qual a pessoa não consegue aceitar sua condição. Por fim, o terceiro tipo trata-se do ocultamento da própria identidade sexual, algo muito comum, seja pela vergonha da sua condição, seja pelo temor de punições. Numa perspectiva antropológica, para quem os afetos e os sentimentos são construções socioculturais, ainda que tal mal estar seja vivenciado a nível individual e subjetivo, trata-se de uma produção de subjetividade que só pode ser compreendida a partir de um contexto relacional mais amplo.

Além disso, conforme os marcadores sociais da diferença forem percebidos como estigmatizados pela sociedade em que a pessoa vive, maior sua situação de vulnerabilidade e os malefícios para a saúde mental das pessoas LGBTs (Belarmino; Dimenstein; Leite, 2022).

Continuando o diálogo, perguntamos a Iara como esse “medo” se apresentava com relação à sua circulação em espaços públicos:

Jeferson: você tem esse medo ou esse temor, por exemplo, a forma de andar em público? Você tinha essa percepção entre pessoas estranhas?

Iara: Eu sempre tento ser uma pessoa bem discreta porque eu tenho medo, eu não sei o que que o outro pode pensar e me agredir então eu sempre tento ser uma pessoa discreta nas minhas relações. Mas acaba que, ah vou no shopping e vou dar a mão ou abraçar, mas não tento não ultrapassar disso, é por medo mesmo (Taborda, 2023, p. 86).

Esta situação foi observada num estudo sobre a “18ª Parada da Cidadania LGBT” de Campo Grande/MS. Os autores identificaram a sexualidade como um importante marcador social capaz de indicar as condições de vulnerabilidade e de violência: “dentre os dados analisados, do universo de violências sofridas, a maior recorrência é com relação à agressão verbal, seguida de discriminação na família, na escola, no ambiente religioso, na comunidade de maneira geral” (Rosa *et al.*, 2022, p. 26).

Em suma, a ansiedade e angústia (bem como outras emoções), ainda que experimentados numa ordem individual e “internalizada”, são resultado de um contexto social bastante hostil às diferenças e às dissidências sexuais e de gênero. É importante ressaltar o quanto o Brasil apresenta altos índices de violência contra pessoas LGBTs.

Eu tô me amando muito hoje, não dependo tanto da opinião dos outros”: a entrevista com Jorge

Jorge atua como psicólogo em um município do interior do MS e estava com 40 anos na época da pesquisa. Por sua escolha, a entrevista foi realizada no seu consultório de psicologia em junho de 2022. Chegando na sua sala, agradecemos o aceite e começamos a conversar. Logo começou a nos contar um pouco de sua história quanto a sua identificação como homem gay:

Jorge: Hoje me identifico como gay mesmo. Eu acho que isso foi depois de um tempo, como uma construção mesmo, uma construção de uma autoidentificação. Acho que por conta de todos os problemas que é estar dentro e fora do armário né. Então assim, por muito tempo eu fui, dos 15 até dos trinta... mais de quinze anos, eu fui evangélico e nesse período eu lidava com isso como um conflito. Então assim, eu nem tinha espaço pra me questionar se eu poderia ser uma outra coisa, eu sabia que eu precisava se senão ser, pelo menos parecer hétero o tempo todo dentro da igreja” (Taborda, 2023, p. 86).

Conforme o relato de Jorge, boa parte de sua vida foi vivida num ambiente religioso conflituoso onde precisava “parecer hétero o tempo todo”. Esta situação pode ser aproximada do conceito de fachada discutido por Goffman (1985). Segundo o autor, a fachada é um tipo de relação que a pessoa busca dar congruência entre a aparência e a maneira de ser, ou seja, num ambiente que privilegia a heterossexualidade e rechaça a homossexualidade o “parecer” torna-se estratégia de proteção contra possíveis situações de violência, no caso de Jorge situações homofóbicas. Ainda conforme Goffman, “[...] entre as partes da fachada pessoal podemos incluir os distintivos da função ou da categoria, vestuário, sexo, idade e características raciais, altura e aparência” (1985, p. 31). Isto pode implicar numa constante tensão, já que a aparência da heterossexualidade precisa ser ressaltada o tempo todo durante as interações.

Num segundo momento, Jorge explicou que a universidade foi o ambiente onde vislumbrou um outro modo de vida, não apenas em relação a sua orientação de gênero, mas também em relação a sua identidade étnico-racial.

Jorge: Desde muito criança aquilo que a gente vê muito como uma tentativa de aliviar o peso da identidade: “você não é preto, você é moreninho”. Então eu demorei muito tempo para me entender como um homem preto também. E também foi um processo que a universidade contribuiu. [...] aos quarenta anos, me colocar como gay e como homem preto é uma coisa que eu faço sem medo

e acho que está ligado com a autoestima. [...] Não só no processo de reconhecimento da identidade, porque eu tô me amando muito hoje, não dependo tanto da opinião dos outros, como dependia aos quinze anos, quando era adolescente, isso pra mim é mais tranquilo hoje” (Taborda, 2023, p. 90).

O processo de construção identitária relatado por Jorge pode ser analisado pela noção de máscara branca proposto por Franz Fanon (2008). Por conta de um forte discurso racista, estruturalmente estabelecido, há uma tendência em associar a cor preta a aspectos ruins e feios, diferente da cor branca, quase sempre associada ao bom e ao belo. Isso acaba por forjar nas pessoas uma tendência em se esquivar de qualquer aproximação com a negritude. Fanon (2008) explica como isso afetou muitas pretas da Martinica, com quem acompanhou, pois internalizaram o racismo e passaram a atacar seus semelhantes como uma tentativa de se distanciar da negritude.

Conforme Ribeiro (2012), não por acaso no Brasil o termo “moreno” ou pardo foi utilizado por pessoas pretas como estratégia de distanciamento do sujeito negro de sua negritude - efeito do racismo estrutural imposto pela lógica da branquitude. Para explicar este dispositivo, ele salienta a existência de uma “pedagogia da morenidade”, presente em inúmeras práticas e discursos cotidianos, utilizada como estratégia de ocultamento de fenótipos negros e indígenas (Ribeiro, 2012).

Outro aspecto importante do relato de Jorge diz respeito ao seu reconhecimento enquanto homem gay e preto. Ele salienta que a universidade teve uma importância muito grande neste processo de autorreconhecimento e autoafirmação e ressalta que a maturidade, advinda com o tempo, o ajuda a entender melhor estas questões. Uma noção interessante que pode auxiliar a compreender este aspecto é o que o filósofo Espinosa (2014, p. 190) chama de satisfação consigo próprio. Isto diz respeito ao fato de nos alegrarmos em reconhecer nossas próprias potencialidades: “[...] a satisfação consigo mesmo é, na realidade, a maior coisa que podemos esperar. [...] É por isso que somos guiados, sobretudo, pela glória e podemos, ainda que com dificuldades, suportar uma vida de opróbrio”. Para o autor, uma elevada autoestima é resultado de uma alegria ativa, quando conseguimos ter um entendimento adequado de quem nós somos ou de quem podemos ser.

Depois destas considerações iniciais, a entrevista seguiu para o tema da saída do armário onde lhe perguntamos sobre o contexto da relação familiar nesse processo.

Jorge: Não, não falei. A minha família é uma família muito tranquila pra lidar com algumas coisas e a gente não precisa muito dizer as coisas. Então assim, a gente

não é de conversar muito, mas ao mesmo tempo não tem muito conflito em relação a quase nada. [...] Acho que pouquíssimas vezes houve a pergunta se eu estava namorando, se eu ia me casar ou algo assim, pouquíssimas vezes. Então nunca houve esse questionamento. E eu acho que por isso que eu nunca senti necessidade de falar, eu sempre tive amigos gays muito próximos frequentando minha casa.

Jeferson: Isso já na adolescência?

Jorge: Isso na adolescência já. Ai depois de um tempo quando minha irmã, minha mãe, minhas tias e alguns primos estavam nas redes sociais vendo as coisas que eu postava, acho que ficou muito claro pra eles que eu era gay e também nunca mudaram comigo. Acho que isso me deixou muito confortável pra não precisar fazer uma revelação (Taborda, 2023, p. 91).

Jorge explica que não teve um momento específico para fazer a revelação. A família quase não o questionava, assim como ele também não falava a respeito. O entendimento sobre sua orientação, pode-se dizer, foi algo da ordem do “subentendido”. Contudo, apesar desta “tranquilidade” na relação familiar, em que se percebe a prevalência de certo silêncio, observa-se uma configuração relacional que remete a uma epistemologia do armário em que o “não falar” tece um jogo de silenciamento e apagamento dos processos de reconhecimento e visibilidade (Sedgwick, 2007).

Os estudos sobre interseccionalidade, raciais, sexuais e de gênero, têm destacado o quanto o “não dito” está diretamente atrelado a certos sistemas de hierarquização. Dito de outro modo, quando os marcadores sociais e as consequentes relações de poder são apagados, como em certas perspectivas multiculturalistas de diversidade, isto tende a favorecer a manutenção das assimetrias e hierarquizações (Borrillo, 2010; Adad, Nascimento, 2020). Além disso, o “não dito” enquanto gramática moral tem como efeito a naturalização da norma (Seffner, 2013).

Jorge retornou seu relato para sua experiência religiosa explicando como tanto na família quanto na igreja isso acontecia.

E aí, eu acho, a sensação que me dá, é assim, muita gente notava. Notava que eu era diferente, mas não tinha essa coisa de ficar me indagando muito e tá me controlando muito por conta do amor e do respeito que tinham por mim.

Jeferson: Você acha que isso favoreceu eles te respeitarem?

Jorge: Eu acho que sim. E eu acho que também o fato que eu passava de alguma maneira despercebido. Não era um tipo muito afeminado. Então eu acho que

isso também não gerava algum tipo de desconforto. Mas assim, claro que não teria como em vinte anos ser flores o tempo todo (Taborda, 2023, p. 94).

Aqui a noção de passabilidade pode ser muito útil para entender a experiência acima mencionada. Ela diz respeito a uma menor variação dos marcadores sociais em relação aos modelos hegemônicos. Isto pode ser identificado tanto nas questões étnico-raciais (Rodrigues, 2021) quanto nas de gênero (Duque, 2020).

As pessoas com tons de pele claros, os chamados morenos ou pardos, tendem a não sofrer os mesmos preconceitos que pessoas pretas. Assim, quanto mais próximo do padrão branco, há uma tendência em sofrer menos preconceito do que pessoas de pele preta (Rodrigues, 2021).

Algo semelhante acontece nas relações de gênero: pessoas gays e lésbicas, que adotam comportamentos próximos do modelo heterossexual, também tendem a sofrer menos práticas discriminatórias (Belarmino, Dimenstein, Leite, 2022). No caso de gays afeminados, assim como pessoas trans, onde sua orientação sexual é bastante visível, possuem menos passabilidade e tendem a estarem sujeitas a sofrer mais violências (Duque, 2020).

“Toda demonstração de afeto é a coisa mais bonita que tem”: a entrevista com Kleber

Durante o trabalho de campo, uma das estratégias de contato foi o envio de um formulário de convite para grupos de *WhatsApp*. Kleber foi uma das pessoas que aceitou participar prontamente da pesquisa. A entrevista, realizada via *Google Meet*, foi realizada em junho de 2022. Kleber tinha 29 anos, morava em Porto Seguro, interior da Bahia, e cursava pós-graduação. Identificando-se como um homem cis gay, homossexual e preto, nos contou sobre seu processo de saída do armário:

Kleber: Eu já tinha 21 anos... Ah, tem um momento que é impossível, viver um segredo, algo marginal, à margem da sociedade e da família, principalmente da família ou você confronta isso. No meu caso eu confrontei, eu acho que ainda tarde, mas eu confrontei. Foi um processo relativamente tranquilo, muito mais conflituoso internamente, subjetivamente sabe.

Jeferson: Isso você fala aos 21, mas você se vendo com essa orientação foi muito antes?

Kleber: Ah foi, foi muito antes, foi desde a infância. Acho que no fim ali, entre os seis pra sete anos eu já tinha... Não tinha uma ideia do eu era, mas umas dúvidas

sobre essa questão sexual. Eu não saberia precisar se perguntasse para “se definir”, porque eu tinha muitas dúvidas. Mas desde seis pra sete anos, principalmente que foi a entrada no colégio e tudo mais (Taborda, 2023, p. 98).

A saída do armário para Kleber ocorreu aos 21 anos. Em relação à família ele diz ter sido algo relativamente tranquilo e sem muitos problemas. Contudo, o modo como ele precisou lidar com isso foi “conflituoso internamente e subjetivamente”. Conforme Oliveira (2013), a manutenção do segredo sobre a própria orientação sexual tende a gerar sofrimentos diversos, visto que a pessoa sente que não tem permissão para compartilhar sentimentos importantes com aqueles que ama e convive. Kleber relata que esta situação de marginalidade era muito incômoda, até que chegou um momento em que precisou confrontar sua família.

Quando perguntado sobre desde quando passou a se entender como um homem gay, ele explica que foi muito cedo, por volta dos seis anos de idade. Jeffrey Weeks (1999), argumenta que as crianças têm uma percepção bastante precoce sobre sua identidade social, principalmente ao experienciar o dilema entre “quem sou” e “quem devo ser”. Este dilema tende a ser monitorado constantemente pelos adultos, o que por sua vez leva as crianças a realizarem igualmente uma vigilância sobre si com o objetivo de identificar quaisquer aspectos comportamentais considerados divergentes (Weeks, 1999).

Jeferson: E além da família, no trabalho ou se você frequenta alguma religião ou com amigos, você percebeu alguma mudança nas pessoas?

Kleber: Ah eu rompi, acho que eu não percebi porque eu não me dei esse tempo de perceber. Acho que em um determinado momento eu percebi que estar com algumas pessoas, não relacionado ao trabalho, mais a religião, não fazia bem. Aí, antes de tudo eu me afastei desses ambientes, cortei relação com as pessoas e enfim, me afastar disso me proporcionou outras coisas.

Jeferson: Era alguma religião específica?

Kleber: Sim, era Mórmon.

Jeferson: Ah sim, e ela tem críticas à questão da homossexualidade? Estou perguntando porque não conheço (risos).

Kleber: Sim, primeiro com relação à sexualidade em geral. Então a sexualidade é um campo bem reduzido né da experiência subjetiva. Então somos educados com manuais, por exemplo, contra a masturbação, contra pensamentos impuros... Tem uma rigidez muito forte da sexualidade. E depois disso, a

imposição do pensamento à doutrina ou ao dogma à homossexualidade como pecado (Taborda, 2023, p. 100).

Kleber, assim como os/as demais interlocutores/as, ao falar do seu processo de saída do armário também destacou o importante papel da religião sobre suas experiências.

É possível citar aqui novamente a pesquisa de Venturi e Bokany (2011) onde foi constatado o discurso religioso como uma das principais fontes de preconceito e de discriminação contra pessoas LGBTQs. Conforme a pesquisa, para 58% das pessoas entrevistadas: “[...] a homossexualidade é um pecado contra as leis de Deus” (Venturi; Bokany, 2011, p. 200).

De um modo geral, a dimensão sexual tende a ser vivenciada como algo ruim e pecaminoso. E quando mais o sujeito se afasta dos preceitos religiosos, como por exemplo ao assumir-se como gay ou lésbica, mais ele poderá sentir que está fazendo algo “errado” e “imoral”. Não por acaso Kleber relata que procurou se afastar destes ambientes religiosos onde sentia que não era bem vindo.

A seguir Kleber foi questionado sobre quais emoções ou sentimentos ele destacaria destas experiências:

Kleber: “Ah, eu acho que... comunidade, uma certa sensação de comunidade foi muito importante. [...] Então era uma coisa de proteger, de defender na hora de voltar da escola, da escola pra casa, da casa pra escola a gente ir junto. Então acho que essa experiência de comunidade foi muito importante pra mim.

Talvez depois disso, tenha sido um certo tipo de angústia, antes mesmo da violência tenha sido a angústia, porque a violência é aquilo que vem de fora né, a gente não controla, não há discurso que pare a violência. Mas a angústia, ela é quando você se confronta consigo. Esse momento é um pouco perturbador porque faz com que se pense, e se pensar não é uma tarefa tão cotidiana quanto deveria (Taborda, 2023, p. 101).

Num primeiro momento, Kleber denominou de sensação de comunidade a principal emoção sobre seu processo de saída do armário. A literatura sobre o tema aponta os vínculos de amigos como um dos principais fatores de proteção contra o preconceito e a discriminação (Soliva; Silva Junior, 2014). Diferentes pesquisas têm destacado a importância dos espaços de encontro e sociabilidade para pessoas LGBTQs (Oliveira, 2009; Belarmino, Dimenstein, Leite, 2022)

A segunda emoção mencionada por Kleber foi a angústia. Goffman (1988) faz uma interessante análise sobre a relação entre a angústia e a noção de estigma. Para este autor, existem dois momentos durante os contatos mistos entre as pessoas estigmatizadas e não-estigmatizadas: num primeiro momento surge um embaraço e desconforto causado pela possibilidade de revelação do estigma. Este embaraço pode ser usado estrategicamente a partir da manipulação do segredo, tal como argumenta Sedgwick (2007). Contudo, o embaraço pode tomar o aspecto da angústia propriamente dita quando o sujeito percebe a revelação do seu estigma e as sente consequências sociais deste fato (Goffman, 1988).

Com relação ao assunto da demonstração de afeto em espaços públicos, Kleber compartilha:

Acho que toda demonstração de afeto é a coisa mais bonita que tem. Não existe uma demonstração de afeto que possa ser vista como negativa, sabe. [...] Talvez seja muito político, a gente tá conversando aqui e tá sempre se encaminhando para o lado político, mas acho que demonstrar o afeto também é poético no sentido de construir algo, sabe, de construir uma visibilidade, de construir uma narrativa. Sei lá, de jogar, mesmo que uma pedrinha num lago e de fazer isso reverberar (Taborda, 2023, p. 106).

O entrevistado argumenta que toda demonstração de afeto é um ato político e também poético. Se de um modo geral os espaços públicos privilegiam apenas a demonstração de afetos entre pessoas heterossexuais, as exposições afetivas fora destes padrões tornam-se verdadeiros atos de resistência - sobretudo considerando contextos tão hostis como o que prevalece na sociedade brasileira (Rosa *et al.*, 2022).

Além das relações de força, enfatizadas pelo aspecto político, há ainda uma dimensão poética, nas próprias palavras de Kleber, pois as demonstrações afetivas também ensejam a construção de outras visibilidades e outras narrativas.

Considerações finais

Este breve texto buscou apresentar a perspectiva de três pessoas sobre seus respectivos processos de saída do armário. Em certos momentos suas narrativas se aproximam revelando temas em comum, sobretudo no que se refere à vivência das emoções. Em outros, sobretudo quando consideramos as singularidades das trajetórias, elas evidenciam especificidades.

Dentre as aproximações certamente a que tem maior destaque é a dimensão religiosa presente nas narrativas. Os/as interlocutores/as evidenciaram que a religião teve um importante papel no processo de saída do armário, quase sempre produzindo afetos tristes. O medo do inferno, o pecado, assim como a vigilância e o controle parecem ser algumas das principais implicações que a experiência religiosa pregressa teve no processo de saída do armário.

Nos três casos houve rompimento de vínculos com pessoas religiosas após o processo de revelação. Por outro lado, novas amizades também emergiram e foram relatadas como tendo um alto valor para suas vidas. Estes achados corroboram com a literatura sobre o papel protetivo das amizades na saúde mental de gays e lésbicas (Costa *et al.*, 2020).

Dentre as singularidades o modo como os afetos, sentimentos e emoções são produzidos e sentidos a partir de uma complexa teia relacional e intersubjetiva. Assim, noções como medo, ansiedade, tristeza, dentre outros, mais do que condições “psicológicas” emergem como uma gramática produtora de sentidos individuais para vivências de ordem social.

Ao nos voltarmos para as narrativas de Iara, Jorge e Kleber, desde uma perspectiva antropológica e cartográfica, o armário ou a saída dele constitui-se não apenas como dispositivo de controle mas como gramática de afetos. Concordamos com Sedgwick (2007) com relação ao fato de que a manutenção do segredo quase sempre é um processo penoso e vivenciado por cada pessoa de forma particular. Talvez um dos desafios seja entender que essa particularidade está longe de esgotar-se nos sujeitos. Ao contrário, o armário e seus efeitos, só podem ser devidamente compreendidos por meio do desnudamento da heteronormatividade e da desnaturalização dos regimes produtores de desigualdade, sofrimento e exclusão.

Referências

ADAD, Shara Jane Holanda Costa; NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do; MARTINS, Lucivando Ribeiro. Aprendizagens em educação e as diferenças - resistências ao heteroterrorismo cultural: que só os beijos te tapem a boca. **Research, Society and Development**, v. 9, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5928>. Acesso em: 15 maio 2023.

ALENCAR, Josyanne Gomes. **Acordos e colisões**: família, sexualidade e lesbianidade. 2019. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Natal, RN, 2019.

Corpos em Diálogo: Vivências LGBTQIA+ e os desafios da interseccionalidade

“Ah, tem um momento que é impossível, viver um segredo, algo marginal”: uma leitura etnográfica-cartográfica da(s) micropolítica(s) da saída do armário

DOI: 10.23899/9786589284475.11

BELARMINO, Victor; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder. Saúde Mental de Homens Gays na Pandemia. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 14, n. 4, p. 153-166, 2022.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

COSTA, Angelo Brandelli *et al.* Protocolo para Avaliar o Estresse de Minoria em Lésbicas, Gays e Bissexuais. **Psico-USF** [online], v. 25, n. 2, p. 207-222, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712020250201>. Acesso em: 15 maio 2023.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1995.

DUQUE, Tiago. A Epistemologia da passabilidade: dez notas analíticas sobre experiências de (in)visibilidade trans. **História revista**, v. 25, n. 3, p. 32-50, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/66509/36167>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ESPINOSA, Baruch de. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso Pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 10, p. 58-78, 1999.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

LORDON, Frédéric. **A sociedade dos afetos**: por um estruturalismo das paixões. Campinas: Papyrus, 2015.

MEYER, Ilan. H. Minority stress and mental health in gay men. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 36, n. 1, p. 38-56, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2137286>. Acesso em: 15 maio 2023.

NASCIMENTO, Geysa Cristina Marcelino; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. A Revelação da homossexualidade na família: revisão integrativa da literatura científica. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 3, p. 1527-1541, set. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2018000300014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jun. 2023.

OLIVEIRA, Leandro de. **Os sentidos da aceitação**: Família e Orientação Sexual no Brasil Contemporâneo. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

OLIVEIRA, Esmael Alves de. **Nas fronteiras da sexualidade**: uma análise sobre os processos de construção e apropriação do espaço em boates GLS do centro da cidade de Manaus. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

REZENDE, Claudia Barcellos. B.; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

Corpos em Diálogo: Vivências LGBTQIA+ e os desafios da interseccionalidade

“Ah, tem um momento que é impossível, viver um segredo, algo marginal”: uma leitura etnográfica-cartográfica da(s) micropolítica(s) da saída do armário

DOI: 10.23899/9786589284475.11

RODRIGUES, Gabriela Machado Bacelar. **(Contra)mestiçagem negra**: pele clara, anti-colorismo e comissões de heteroidentificação racial. 2021. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021.

ROSA, Marcelo Victor *et al.* Sexualidade e violência: análise a partir de uma Parada da Diversidade em Campo Grande-MS. **Sociedade e Cultura**, v. 25, p. 1-32, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/70444>. Acesso em: jun. de 2023.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. Epistemologia do armário. **Cadernos Pagu** [online], Campinas, n. 28, p. 19-54, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>. Acesso em: 9 maio 2023.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, 2013.

SOLIVA, Thiago Barcelos; SILVA JUNIOR, João Batista da. Entre revelar e esconder: pais e filhos em face da descoberta da homossexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad** [online], Rio de Janeiro, n. 17, p. 124-148, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2014.17.08.a>. Acesso em: 9 maio 2023.

TABORDA, Jeferson Camargo. “**Não é o filho que sai do armário, é a família que tem que sair do armário**”: uma leitura sócio-antropológica do processo de “coming out” Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, 2023.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. Síntese da pesquisa diversidade sexual e homofobia no Brasil: intolerância e respeito às diferenças sexuais. In: VENTURI, G.; BOKANY, V. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo horizonte: Autêntica, 1999. p. 35-82.

Cyber geographies of desire: unveiling identities, nationalities, and gay people representations on the instagram at the imperial caribbean border

Felipe Alves Oliveira*

Ronaldo Silva**

Introduction

This text proposes a reflection on intricate interplay of geopolitics encompassing sexual and national identities within the imperial Caribbean frontier – spanning Cuba, Puerto Rico, and Florida – is meticulously explored. Through a focused analysis of Instagram posts using the hashtags #gaycuban and #gaypuertorican, originating from these interconnected spaces, we unravel the multidimensional narratives.

Commencing with a meticulous observation of imagery shared by Instagram users, our collaborative research corpus aims to either validate or challenge the notion of these spaces as ideal havens for the Caribbean gay community (Alves, 2016). The convergence of critical scrutiny of life experiences and the legitimacy of sexual orientations with their corresponding expressions is seamlessly interwoven with the analysis of images disseminated through Instagram (Almeida, 2016). The selection of this social platform is attributed to its universal reach and mediating role, providing users with a diverse array of options to visually represent themselves. Vianna (2012) and Coelho (2013) further accentuate the influence of social networks in shaping online subjectivities, a point that resonates with the present understanding.

Building upon the groundwork laid by the SCRUFF (2015) social app's prior research, which showcased a link between face imagery and acceptance of sexual

* Doctoral degree (Candidate) in Communications at Federal University of Pernambuco, Brazil. Exchange program at University of Applied Arts Vienna. Masters in Human Rights from Federal University of Pernambuco, Brazil.

E-mail: felipe.aoliveira@ufpe.br

** Doctoral degree (Candidate) in Law at Federal University of Paraná.

E-mail: ronaldosilvars@hotmail.com

orientation in specific societies, we continue our exploration. Our investigation pinpointed Puerto Rico and Cuba as Caribbean locales that demonstrated heightened openness toward gay citizens, a conclusion supported by the data from SCRUFF's 2015 study. The methodology we adopt here, characterized by a post-structural essence (Miskolci, 2011, 2013), positions images and Instagram users' hashtag use as mechanisms of intersubjective classification (Segata, 2015; Rifiotis, 2016; Mota; Almeida, 2014). Embracing the role of followers, we collected data shared by the users themselves – photographs, tags, self-representations – during a two-month period, all made publicly available on Instagram (Aslam, 2017).

The essence of this collaborative dissertation encapsulates an endeavor to validate or refute the data asserting Cuba and Puerto Rico's propensity for gay citizenship within Latin America (PlanetRomeo, 2013; Fuente, 2018; 14YMEDIO, 2017; Amnstry International, 2018). The interactions unveiled throughout this journey reflect a tapestry woven with the threads of nationality (Hobsbawn, 1980), borders, empires, and desires (Foucault, 2005). Distinct foreign influences reverberate across a fragmented landscape, portraying a dichotomy wherein users of applications such as Instagram engage and present themselves under the hashtags #gaycuban and #gaypuertorican to enhance visibility. This study inherently examines the dual nature of these nationalities when intertwined with the aforementioned hashtags, exploring the potential for an environment conducive to their shared experiences (Miskolci, 2013).

In essence, we construct a compendium of virtual representations that unveil the intricacies between visual identity performance and the freedom to authentically embody said identity. Specifically, the visual portrayal of Cuban and Puerto Rican gays on the internet is analyzed as they synthesize their self-portraits with collective identity markers (hashtags). Controversies inherent in users' posts, when grouped under the hashtags they've designated, shed light on the representation of non-hegemonic sexualities within these spaces (SAID, 2003). In culmination, a synthesis of collectively shared images offers insight into the cultural and performative contexts encapsulating the identities and ethos of these diverse collectives (Segata, 2013; Lasén, 2006).

Methodology

The methodology employed in this collaborative investigation is rooted in the pursuit of knowledge through an inductive logic. This study delves into the realm of qualitative research, seeking to embrace the realm of lived experience. In the words of

Denzin and Lincoln (2006, p. 22), it is at the intersection of individual belief and cultural action that our exploration unfolds.

The approach encompasses methodological triangulation, a concept illuminated by Uwe Flick (1998, p. 230), whereby the methods of netnography, network cartography, and iconographic analysis converge harmoniously. The intention transcends mere evaluation; it strives to engender profound interpretations of the intended ontological scope.

Beginning with the collated database, our focus turns to the exploration of the #gaypuertorican hashtag. A span of time between February 15, 2018, and April 08, 2018, yielded a total of 678 posts, accompanied by 12 reposts and 24 videos, the latter two categories excluded in accordance with the investigation's parameters. Within these posts, a repetition of 12 images surfaced, subsequently excluded from consideration. Out of the remaining 664 posts, we classify them according to the type of account. The first index is the gaypuertorican, where there were through the Personal account a total of 505 posts, through the Commercial Account a total of 109 posts and through the Fan Account, a total of 54 posts, totaling 664 posts.

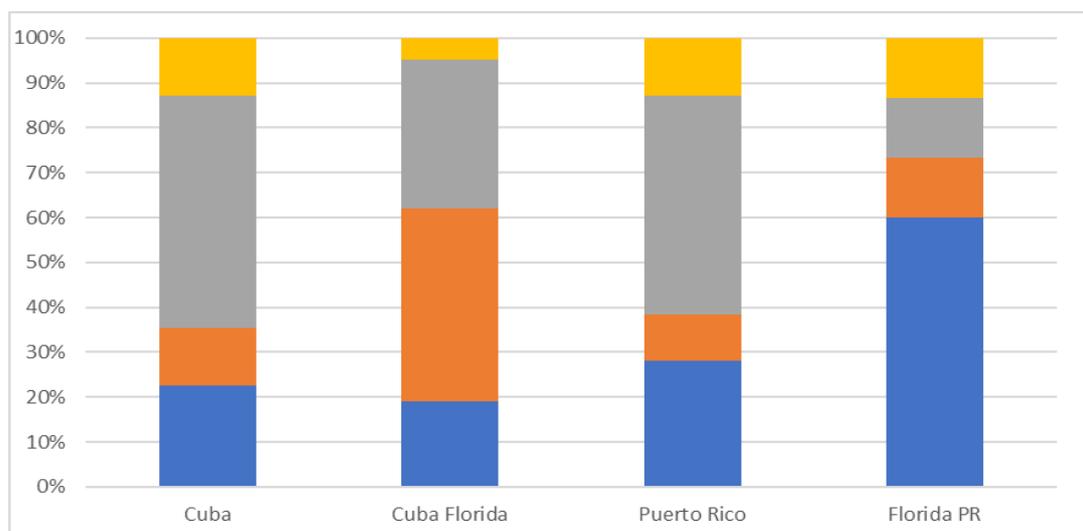
Concurrently, data collection for the #gaycuban hashtag spanned from February 15, 2018, to April 15, 2018. A total of 221 posts were documented, accompanied by a solitary repost and 27 videos, deemed irrelevant to the investigation's focus. No instances of duplicated images were observed. Among the 221 posts, the distribution unfolds as follows, Account Personal a total of 194 posts, Account Commercial a total of 10 posts, Fan Account a total of 17, totaling 221 posts.

To streamline the volume of analyzed images, a selection process based on location was implemented, discarding images of undetermined origin. This culminated in the subdivision of posts across the imperial border's three pivotal points: Cuba, Puerto Rico, and Florida. Consequently, the following data emerged: total of 37 posts in Cuba, 82 posts in Cubans in Florida, 58 posts in Puerto Rico, 24 posts in Puertorriqueños in Florida, totaling 200 posts.

Within this curated sample, a further refinement was enacted by isolating selfies from non-selfies, culminating in a count of 134 selfies for comprehensive analysis. There were 31 Selfies and 6 Non-Selfies in Cuba, 42 Selfies and 42 Non-Selfies in Florida Cuba, 46 Selfies and 12 Non-Selfies in Puerto Rico, and 15 Selfies and 8 Non-Selfies in Florida Puerto Rico.

Informed by the concept of representation articulated by Marcus Banks (2009), we classify the selfies within the corpus into three distinct categories. The first classification revolves around the emphasis on the photographed body, categorized into four possible classes: face (blue), whole-body (orange), part of the body with the face (gray), and part of the body without the face (yellow), resulting in the following distribution:

Graphic 1 - Proportion of pictures according to body part emphasis

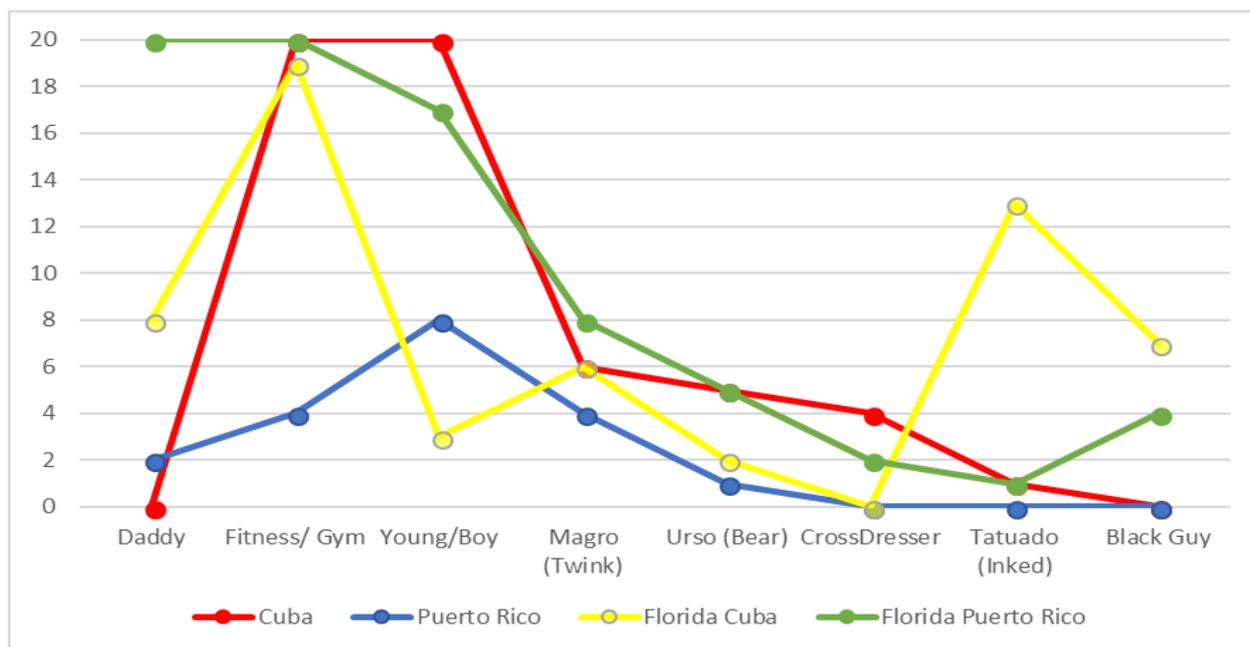


Source: The Author (2018).

Subsequently, we organize the posts according to the attire worn by the interlocutors: fully dressed (purple), partially dressed (beige), or undressed (green), yielding the following representation: In Puerto Rico, 27 interlocutors wore the purple-colored attire, 7 interlocutors wore the beige-colored attire and 12 interlocutors wore the green-colored attire. In Florida Puerto Rico, 12 interlocutors wore the purple-colored attire, while 1 interlocutor wore the beige-colored attire, and 2 interlocutors wore the green-colored attire. On the other hand, in Cuba, 16 interlocutors wore purple attire, while 8 interlocutors wore beige attire, and 7 interlocutors wore green attire. Finally, in Florida Cuba, 38 interlocutors wore the purple color, while 3 interlocutors wore the green color and only 1 interlocutor wore the beige color.

In the final classification, the posts are grouped according to the identity hashtags assigned by the users themselves, forming a framework of representations organized into distinct tribes of self-identification:

Graphic 2 - Representation by tribes



Source: The Author (2018).

It is important to note that these representations do not align with the total number of pictures, as multiple images can fall under the same representation, and individual identifications may not strictly adhere to a single tribe's definition. While the quantitative methodologies employed thus far have provided a foundational understanding, the forthcoming iconographic analysis (Panofsky, 1986) promises to further illuminate this ethos.

In the network cartography, human actors encompass all users listed in the netnography, while non-human network actors include Instagram, the states of Cuba, the United States, the colony of Puerto Rican nation, and the imperial frontier. To characterize the non-human actors, an exploration of nationalist sentiment, the past decade's policies for the LGBT+ community, and Amnesty International's 2017 report for the three locations was conducted. For the characterization of the imperial frontier, insights from Caribbean historian Juan Bosch (1970) were integrated, revealing the border's potency in shaping antagonistic national identities. This geopolitical argument is supplemented by quotes from Noam Chomsky (2003; 2004) and Siba N. Grovogui (2007) to provide comprehensive context.

Theoretical framework

Our theoretical framework is an amalgamation of five pivotal approaches, collectively sculpting the lens through which we scrutinize our research object. The first approach was the *Virtual Environment for Online Interaction*: Our exploration is underpinned by a comprehensive comprehension of the virtual realm as a dynamic arena for human interaction. It is a space where individuals, inspired by Rifkin (2001), strive for the finest cultural experiences, thereby facilitating the sale of ideas and cultural content. This virtual economy is propelled by an ambition to capture the largest possible audience within a condensed timeframe.

The second approach was the *Conceptualize the Virtual as Economic Space*: The virtual realm is further conceptualized as an economic sphere, resonating with the thoughts of Rifkin (2001). This perspective intertwines with the ways in which individuals express themselves online, serving as an extension of offline socializing experiences, deeply rooted within the capitalist system and Western aesthetic sensibilities. The third approach was the *Economic Motivations of Non-Human Actors*: Drawing inspiration from Latour (2005), we delve into the economic incentives that drive the non-human actors participating in these virtual interactions. Latour's (2005) insights guide us in deciphering the multifaceted roles played by these actors, shaping and influencing the course of these interactions.

The fourth approach is to *Cultural Hegemonic Forms*: The works of Martel (2005) are employed to synthesize the cultural hegemonic forms that are instrumental in representing the Latin-American male body. By invoking Martel's (2005) framework, particularly in conjunction with the insights of Corbin et al. (2008), we navigate the intricate visual representations of this body within the digital domain. And finally, the fifth approach was the *Photographic Representation*: Our framework is further enriched by delving into the profound concept of what a photograph is meant to represent, echoing the ideas of Hunt (2009). This exploration allows us to discern how images carry nuanced meanings and contribute to the formation of identities and cultural narratives.

Through the assimilation of these theoretical perspectives, we lay the groundwork for a comprehensive understanding of the intricate interplay of human and non-human dynamics within the virtual landscape. By interweaving these threads, we arrive at a holistic view of the interplay between human interactions, economic motivations, cultural representations, and the profound impact of imagery in shaping identities and empathy.

Frédéric Martel (2012) positions the context of Cuba, Puerto Rico, and Miami within a cultural dispute, aligning with Rifkin's (2001) lessons. This dialogue underscores the contemporary experience of nationalism, epitomized by Grimson's (2007) concept of experimental nationality, particularly in a frontier context mediated by a post-industrial economic order, as elucidated by Rifkin (2001).

The genesis of the modern cultural and entertainment industry is deeply rooted in the United States, intrinsically woven into the fabric of American imperial power. Martel (2012) highlights the influence of American soft power within audiovisual productions, a phenomenon that gained momentum post-World War II. The ethnically diverse population of the United States post-war era, characterized by Martel (2013, p. 151) as a "miniature world," empowers the nation to symbolize a universal entity, leading to the "growing dominance of American creative industries in the world, art and entertainment, mainstream and other niches."

This cultural Americanization is intertwined with the concept of American cultural imperialism, where globalization ushers both homogenization and heterogenization. Regional content productions and national cultures are anchored in relation to the North American "other," positioning the United States as a source of cultural influence (Martel, 2013, p. 325). Soft power, as observed through North American pop culture and entertainment, finds its epicenter in Miami, christened the "exogenous capital of Latin America" (Martel, 2013, p. 236). Miami's transformation from a predominantly Cuban enclave to a diverse hub is emblematic of the varied cultural tapestry embraced within the city.

Puerto Rican singer Daddy Yankee encapsulates the unifying influence of music, exemplified by reggaetón, that resonates across Latin masses (Martel, 2013, p. 334). Reggaetón, often considered a Latin rap gangster genre, is rooted in linguistic audacity, a characteristic attributed to the Spanish language. The ethos of reggaetón reverberates within mainstream industry, interweaving into visual representations and identities.

Within this context, Santos (1994, p. 119) underscores the transitory nature of cultural identities, molded through negotiation and transformation. The fluidity of identities in border contexts is illuminated by Santos (1994, p. 136), emphasizing the metaphorical potency of the border zone. The border's metaphorical strength shapes social and political relations, fostering knowledge, exploration, and sensory engagement.

A pivotal premise driving our investigation stems from the act of allowing oneself to be photographed and tagged on social media, mirroring a secular process fundamental to the inception of human rights. Lynn Hunt (2009)'s exploration of the eighteenth century's transformative impact underscores the role of portraiture in shaping notions of individual autonomy and empathy. The art of portraiture, symbolic of bodily integrity and empathetic individuality, fuels the emergence of sensitivity toward the other.

To unveil the underlying dynamics of Instagram, we delve into the concepts of actor-network theory as advocated by Latour (2005) and Venturini (2010). These perspectives unveil Instagram's far-from-neutral platform, wherein the algorithm acts as a dynamic actor, influencing collective meanings and hierarchizing identities. This contradicts conventional social media narratives and unveils the complex interplay of actors within this digital ecosystem.

The ramifications of this interplay extend to mental health, with Instagram's format and objectives engendering continuous image production and consumption. This has led to concerns about its impact on young people's mental well-being, as highlighted by the Royal Health Society (2017). The compulsion to produce and consume self-images within a vast audience accentuates self-perception and identity expression.

In summary, our theoretical foundation bridges diverse domains, weaving a comprehensive tapestry encompassing economic incentives, cultural representations, visual narratives, and the profound impact of imagery in shaping identities and empathy (Ruggie, 2005; Quijano, 2005). This multidimensional exploration paves the way for a holistic understanding of the intricate dynamics within the virtual landscape.

Closing remarks

In the ever-evolving landscape of 21st-century art, the human body emerges not merely as a static object but as a vibrant and active medium (Abreu, 2010). It metamorphoses from a passive entity to an expressive agent, intricately interwoven with the artist's spirit. This fusion of body and artist, flesh and spirit, births a realm of boundless potential, ushering forth an array of representations and performances. The body, in this transformative role, transcends its conventional boundaries, becoming both a conduit and the embodiment of identity expression, inviting the gaze of an audience that extends beyond mere observers, encompassing potential admirers and even romantic prospects.

Throughout the pages of this research, is carried out on a journey through a meticulously crafted netnography, capturing a constellation of images shared across the digital terrain. These images, originating from the converging crossroads of three historically rivalrous locales, serve as visual vignettes encapsulating a nexus of identity, nationality, and desire. We have traversed this landscape, unveiling layers of understanding and epistemic foundations, delving into the very essence of virtual objects and their impact on human interactions.

Our exploration took us through the dynamic tapestry of nationalist sentiment, the evolving landscape of LGBT rights within the region, and the cultural disputes that reverberate across this digital domain. Against this backdrop, the ethé of Instagram users within the border context unfurled, revealing a complex interplay of visual identity performances and the delicate balance between freedom and representation. Through an intricate web of hashtags, selfies, and collective identity markers, we traced the contours of expressions, the emergence of controversies, and the virtual embodiment of non-hegemonic sexualities (Pedraza, 2010; Quijano, 2005).

Yet, in returning to the core questions that guided our inquiry, definitive conclusions elude us. Does Instagram offer a platform for sexual identities to flourish, particularly when intertwined with nationalities (Anderson, 2005)? The answer, veiled within the images and narratives, defies easy categorization. While I cannot assert unambiguous freedoms solely through images, subtle shifts in contexts emerged, notably in the Cuban landscape where a burgeoning openness among the youth was discernible. The Puerto Rican experience, however, revealed dissonances between official discourses and visual narratives.

Amid this mosaic, we pondered whether nationalities hold the power to foster desirability. The images and posts unveiled a hierarchy of desires within the digital realm, encapsulating elements of ethnic fetishism (Galeano, 1971), Americanization, and the nuanced configurations of identities and communities. Our argument coalesces around the compelling presence of national identities within posts—affirming that if they were inconsequential, they would fade into obscurity. Nationalities, embodied within digital constructs, emanate agency and presence, and market values (Appadurai, 2010).

Do these images collectively paint a visual narrative of the cultural milieu, embedding within them the geopolitical undercurrents of the region? Undoubtedly, they do. The aesthetics traversing borders transcend the digital domain, echoing Martel's (2012) notion of a cultural dispute. This dispute unfolds in the interplay

between Miami as a Latin cultural epicenter and its reverberations within Puerto Rico and Cuba, encapsulated through aesthetics and photographic modes.

The investigation's parameter rests on the interplay of identities tied to indexers, reflecting a dual order of identification that heralds a realm of potentiality. Within the North American context, an environment of openness unfurls, most vividly embodied by the cosmopolitan allure of Miami Bay. This milieu becomes an incubator, a potent vessel nurturing a projection of power. Soft power surges forth, embracing distant communities and beckoning them into a shared hegemonic vision.

In the mosaic of images, hashtags, and narratives, a nuanced narrative emerges, hinting at the intersections between bodies, identities, and virtual environments. As we conclude this journey, the answers we sought remain intertwined with the very fabric of the digital realm—unfolding and evolving, much like the identities they encapsulate.

References

ABREU, Carla. **Sexualidades Desobedientes**: Gêneros, Subjetividades e Identidades Não-Normativas nas Redes Sociais Virtuais. Florianópolis: Fazendo Gênero 9, 2010.

ALMEIDA, Marcos. A internet, a informação e suas culturas: padronização ou apropriação? **CID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 218-222, mar./ago. 2016.

ALVES, Felipe. **Nacionalidades como agentes de desejo virtualmente mediados em Buenos Aires**. Foz do Iguaçu: Unila, 2016.

AMNESTY INTERNATIONAL. Cuba. Información extraída de nuestro Informe 2017/18. **Amnistía Internacional**, 2018a. Available in: <https://www.es.amnesty.org/en-que-estamos/paises/pais/show/cuba>. Access in: 6 jun. 2018.

AMNESTY INTERNATIONAL. Puerto Rico. Información extraída de nuestro Informe 2017/18. **Amnistía Internacional**, 2018b. Disponível em: <<https://www.es.amnesty.org/en-que-estamos/paises/pais/show/puerto-rico>> Access in 6 June 2018.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a Origem e a Difusão da Nação. Lisboa: Edições 70, 2005.

APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: a mercadoria sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. p. 15-87.

ASLAM, Salman. Instagram by the Numbers: Stats, Demographics & Fun Facts. **OMNICORE**. 2017. Available in: <https://www.omnicoreagency.com/instagram-statistics/>. Access in: 6 jun. 2018.

BANKS, Marcus. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Caleb Farias Alves, 2009.

Corpos em Diálogo: Vivências LGBTQIA+ e os desafios da interseccionalidade

Cyber geographies of desire: unveiling identities, nationalities, and gay people representations on the instagram at the imperial caribbean border

DOI: 10.23899/9786589284475.12

BAUER, Martin W.; GASKELL, Jorge. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**. São Paulo: Vozes, 2015.

BOSCH, Juan. **De Cristobal Colón a Fidel Castro: Caribe como Frontera Imperial**. Ciudad del México: Editora del Congreso Nacional, Ciudad del México, 1970.

CHOMSKY, Noam. **O império americano: hegemonia ou sobrevivência**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

CHOMSKY, Noam. **Contendo a democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

COELHO, Piero. **Fotos, Fachadas e Personas: A construção identitária por meio do uso do aplicativo Instagram**. Dissertação (Mestrado) – ESPM, São Paulo, 2016.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.). **História do Corpo 3. As Mutações do Olhar: O século XX**. 4. ed. São Paulo: Vozes, 2008.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUENTE, Álvaro. La revolución de la comunidad gay en Cuba. **El País**, 2016. Available in: https://elpais.com/elpais/2017/05/08/planeta_futuro/1494257202_915266.html. Access in: 6 jun. 2018.

GALEANO, Eduardo. **Las Venas Abiertas de América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.

GRIMSON, Alejandro. **Pasiones Nacionales: política y cultura en Brasil y Argentina**. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

GROVOGUI, Siba N. Postcolonialism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. (Orgs.). **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. Oxford: Oxford Press, 2007. p. 238-256.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito, realidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BUSCA Hashtags. **Instagram**, 2018. Available in: <http://instagram.com>. Access in: 6 jun. 2018.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2005.

LASÉN, Amparo. Autofotos; Subjetividades y medios sociales. In: GARCIA-CANCLINI, Nestór. **Jovens, Culturas Urbanas y redes digitales: Prácticas emergentes em las artes, el campo editorial y la musica**. Madrid: Ariel, 2012.

MARTEL, Frédérick. **Smart Internet(S): La Investigación**. [S. l.]: Taurus Pensamiento, 2012. Available in: <http://www.elboomeran.com/upload/ficheros/obras/primeraspaginassmart.pdf>. Access in: 6 jun. 2018.

MARTEL, Frédérick. **Mainstream**: a guerra global das mídias e das culturas. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARTEL, Frédérick. Smart: on the internets. **Rumores**, São Paulo, v. 10, n. 20, jul./dez. 2015.

MISKOLCI, Richard. Machos e Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas online. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, 2013.

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Cronos**, Natal, v. 12, 2011.

MOTA, Célia; ALMEIDA, Paulo. O brasileiro no Instagram: uma identidade globalizada. **Interfaces da Lusofonia**, Braga, v. 21, n. 9, p. 245-256, 2014.

PANOFSKY, E. Iconografia e Iconologia: Uma introdução ao estudo da arte da Renascença. In: **Significado nas Artes Visuais**. Translate: Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. p. 47-65.

PEDRAZA, Luis. Teoría y metodología de la geopolítica: Hacia una geopolítica de la construcción de poder. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, Ciudad del México, v. 5, n. 2, p. 40-68, 2010.

GAY happiness index. **Planetromeo**, 2015. Available in: <https://www.planetromeo.com/pt/care/gay-happiness-index/>. Access in: 6 jun. 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RIFKIN, Jeremy. **A era do acesso**: A transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia. São Paulo: MAKRON Books, 2001.

RIFIOTIS, Theophilos. Etnografia no ciberespaço como “repovoamento” e explicação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 90, p. 85-98, fev. 2016. Available in: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v31n90/0102-6909-rbcsoc-31-90-0085.pdf>. Access in: 6 jun. 2018.

SOCIAL media and young people’s mental health and wellbeing. **Royal Society for Public Health**, 2017. Available in: <https://www.rsph.org.uk/our-work/policy/social-media-and-young-people-s-mental-health-and-wellbeing.html>. Access in: 6 jun. 2018.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice**: O Social e o Político na Pós-modernidade. Porto: Afrontamento, 1994.

SCRUFF. Selfie pic nation. **Scrufftistic**. Available in: <http://www.scruff.com/blog/2015/05/25/face-pic-worldwide-scrufftistics>. Access in: 6 jun. 2018.

SEGATA, Jean. A etnografia, o ciberespaço e algumas caixas pretas. O ciberespaço, a etnografia e algumas caixas pretas. **Revista Z Cultural**, [S. l.], v. 1, p. 5-12, 2015. Available in: <http://www.animatico.com.br/projetos/zcultural/a-etnografia-o-ciberespaço-e-algumas-caixas-pretas/>. Acesso em: 20 mar. 2017.

Corpos em Diálogo: Vivências LGBTQIA+ e os desafios da interseccionalidade

Cyber geographies of desire: unveiling identities, nationalities, and gay people representations on the instagram at the imperial caribbean border

DOI: 10.23899/9786589284475.12

VENTURINI, Tommaso. Diving in magma: How to explore controversies with actor-network theory.

Public Understanding of Science, v. 19, n. 3, p. 258–273, 2010.

VIANA, Elisângela Oliveira. **Estratégias de construção do ethos gay masculino no blog Katylene.com:**

um estudo da multimodalidade e das gírias gay. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

14YMEDIO. Naciones Unidas en Cuba premia al Cenesex por su contribución a los derechos de LGTBI.

14yMedio, La Hábana. 2018. Available in: http://www.14ymedio.com/sociedad/Naciones-Unidas-Cuba-Cenesex-LGTBI_0_1992400742.html. Access in: 6 jun. 2018.

Os desafios da promoção à saúde mental da população LGBTQIAPN+ em meio a COVID-19: um ensaio crítico

Cecília Lima Sandoval*

Amanda Gonçalves Torres**

Yuri Ariel Almeida Harada***

Alberto Mesaque Martins****

Introdução

A pandemia da *coronavirus disease 19*, ou COVID-19, alastrou-se rapidamente, em escala mundial, desde dezembro de 2019 (OPAS, 2020), sendo considerada uma emergência de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde (Who, 2022). Nesse cenário, estudos indicam que, em todo o mundo, cerca de 800 milhões de pessoas foram diagnosticadas com a doença e outras 6,5 milhões morreram devido à COVID-19 até o mês de maio de 2022 (Orellana; Marrero; Horta, 2022), sendo que o índice de mortes diminuiu somente após a vacinação em massa, iniciada em 2021 (Souza; Buss, 2021).

Diante da insuficiência de vacinas para imunização imediata da população global e da incipiência de protocolos de tratamentos eficazes, desde o início de 2020, foram impostos rígidos protocolos de distanciamento social, atestado como medida mais eficaz para prevenção de COVID-19 (Malta *et al.*, 2021). Nesse cenário, de forma inesperada e pouco coordenada, foram estabelecidas modificações no funcionamento

* Discente do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

E-mail: psiceciliassandoval@gmail.com

** Psicóloga, Mestranda em Saúde da Família da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e residente em Saúde da Família da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

E-mail: amandagt2010@gmail.com

*** Discente do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

E-mail: yuriarielharada@gmail.com

**** Psicólogo, Especialista em Psicologia da Saúde (CFP), Mestre e Doutor em Psicologia. Professor Adjunto do curso de Psicologia e do Mestrado em Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

E-mail: alberto.mesaque@ufms.br

de instituições como escolas, empresas, estabelecimentos e demais locais de aglomeração (Riggle *et al.*, 2021).

Estudos apontam que o distanciamento social foi uma experiência difícil de ser enfrentada, gerando impactos significativos na vida da população (Malta *et al.*, 2021). Como efeito dessa abrupta transformação, os indivíduos submetidos ao distanciamento social estiveram mais vulneráveis e propensos a sintomas de sofrimento psíquico como depressão, estresse e ansiedade, para além das consequências biológicas provocadas pela reclusão (Sharma; Subramanyam, 2020).

Entretanto, tal processo não se deu de forma equânime, revelando a existência de um padrão de vulnerabilidade e invisibilidade ainda mais grave entre os grupos já marginalizados e oprimidos, antes mesmo da instauração da emergência sanitária, exigindo uma análise interseccional que considerasse as somatórias de vulnerabilidades na agudização dos impactos pandêmicos entre esses grupos (Marques *et al.*, 2021). Logo, considerando a articulação dos marcadores sociais na produção dos processos sociais de dominação e opressão e seus impactos na saúde e adoecimento, a interseccionalidade tem sido apontada como abordagem teórico-metodológica promissora nas análises que interrogam a dinâmica e a complexidade das interações dos marcadores sociais nos níveis individual, institucional e estrutural (Marques *et al.*, 2021).

A vulnerabilidade, nesse contexto, é apontada como uma relação política desigual, por meio da qual determinados grupos – definidos em termos da identificação de gênero, raça, orientação sexual, idade, entre outros marcadores, bem como nas suas várias intersecções – são sistematicamente expostos ao empobrecimento, ao adoecimento e à morte (Neto *et al.*, 2020). Dentre esses grupos, destaca-se como foco do presente estudo, a população de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-banárias e outros (ou LGBTQIAPN+), os quais se distanciam simbolicamente do padrão ocidental hegemônico cis e heteronormativo (Mello, 2018).

Portanto, entendendo-se que os indivíduos LGBTQIAPN+ são expostos a estressores únicos enraizados na estrutura social e relacionados à sua identidade minoritária (Sharma; Subramanyam, 2020), é necessário averiguar como fatores de cunho político, econômico e social, especificando questões relativas às identidades de gênero e formas de viver as sexualidades, se somam e interferem nas experiências de saúde e adoecimento diante da pandemia de COVID-19 (Neto *et al.*, 2020).

Nessa perspectiva, faz-se necessário lançar um olhar acerca dos impactos do período pandêmico sobre grupos minoritários, como o da comunidade LGBTQIAP+. Logo, o presente estudo tem como objetivo produzir uma reflexão crítica, à luz da literatura científica, nacional e internacional acerca dos desafios relacionados à promoção da saúde mental da população LGBTQIAP+ durante a pandemia de COVID-19, considerando as diferentes esferas de vulnerabilidade acentuadas durante o período pandêmico.

O distanciamento social em virtude da pandemia de COVID-19 e suas implicações na saúde mental da população LGBTQIAPN+

Estudos indicam que as pessoas que se reconhecem, identitariamente, como pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+ sofreram, desproporcionalmente, os impactos da pandemia de COVID-19, especialmente considerando aqueles relacionados à sua saúde física e mental (Neto *et al.*, 2020; Gil *et al.*, 2021). Nesse contexto, a pandemia evidenciou que este grupo não só está mais propenso do que a população em geral ao adoecimento e à morte, como também catalisou as vulnerabilidades já existentes dessa comunidade globalmente (GIL *et al.*, 2021). Durante o período pandêmico, a saúde mental, bem como o acesso aos cuidados de saúde de rotina e os estilos de vida da população LGBTQIAP+ sofreram prejuízos, agravando ainda mais um contexto que já se mostrava preocupante, nos períodos anteriores à pandemia de COVID-19 (Pedrosa *et al.*, 2020; Riggle *et al.*, 2021; Mitchell *et al.*, 2022).

A literatura indica que as pessoas LGBTQIAP+ têm maior risco de desenvolver - e já tem desenvolvido - sintomas depressivos, ansiosos, estresse, aumento de comportamento alimentar desordenado e sentimentos de solidão, além de elevadas taxas de ideação suicida, apresentando flutuação emocional mais drástica em resposta a eventos relacionados à COVID-19 (Fish *et al.*, 2020; Herrmann *et al.*, 2022; Salerno; Boekeloo, 2022). Nesse contexto, o cenário é ainda mais preocupante na medida em que o impacto psicológico do trauma pandêmico de COVID-19 intersecciona-se com outras dimensões de desigualdade possivelmente já vivenciadas por tais pessoas, particularmente aquelas pertencentes à intersecção de minorias sexuais e raciais (Salerno *et al.*, 2020).

O distanciamento social, como principal recurso de prevenção à disseminação do vírus, afetou mais intensamente a população LGBTQIAPN+, ocasionando um conjunto específico de estressores da saúde, além de revelar inúmeras incertezas relacionadas a questões de trabalho, insegurança alimentar e moradia (Fish *et al.*, 2020; Salerno *et al.*, 2020; Salerno; Boekeloo, 2022; Adamson *et al.*, 2022).

Ademais, a necessidade de isolamento social pode ocasionar em confinamento da comunidade LGBTQIAP+ em ambientes familiares e/ou domésticos traumáticos e fontes de sofrimento, aumentando sua exposição à violência, discriminação, humilhações e rejeição familiar, além do consequente distanciamento de suas redes de apoio e conexões sociais, importantes para a saúde mental e o desenvolvimento de recursos de identificação e fortalecimento entre pessoas dessa comunidade (Salerno *et al.*, 2020; Pedrosa *et al.*, 2020; Fish *et al.*, 2020; Sousa *et al.*, 2021; Salerno; Boekeloo, 2022).

As consequências do isolamento nesses casos, podem ser o desenvolvimento ou piora da depressão, ideação suicida ou o suicídio propriamente dito, além de altos índices de comportamentos de risco à saúde e abuso de substâncias (Fish *et al.*, 2020; Pedrosa *et al.*, 2020; Salerno *et al.*, 2020; Salerno; Boekeloo, 2022).

Percebe-se que, mesmo para aqueles que têm o direito à moradia assegurado, nem todos encontram segurança em suas casas. Nesse sentido, destaca-se o olhar sobre alguns grupos: usuários de substâncias psicoativas, pessoas em situação de rua e jovens LGBTQIAPN+. Nesse contexto, ainda que a heterogeneidade seja bastante característica nestes grupos, é possível apontar para uma sobreposição de marcadores de diferença, desigualdade e exclusão social quando comparado com os dados da população brasileira geral, sendo esses marcadores presentes e interseccionados nas experiências de vida dessas pessoas (Marques *et al.*, 2021).

Embora grande parte das pesquisas realizadas com a comunidade LGTBQIAP+ indiquem resultados referentes, principalmente, aos prejuízos e desafios do distanciamento social (Fish *et al.*, 2020; Gilbert *et al.*, 2021) também foram identificados estudos que explicitam os efeitos positivos da permanência em ambiente familiar observados pela comunidade LGBTQIAPN+ durante a pandemia da COVID-19, com destaque à dimensão de proteção fornecida pelo resguardo das pessoas dessa comunidade em casa, fortalecimento de laços, bem como aumento da empatia social e altruísmo entre as comunidades de forma geral (Fish *et al.*, 2020; Zhang *et al.*, 2022).

Precarização do acesso à saúde da população LGBTQIAPN+ em meio a pandemia de COVID-19

A comunidade LGBTQIAPN+ é alvo de estigmatização, marginalização, rejeição familiar, preconceitos, discriminação, violência física, psicológica, moral e simbólica, em níveis muito mais elevados do que pessoas heterossexuais e cisgêneros (Duarte, 2020; Tomar *et al.*, 2021), sendo por vezes responsabilizados pela disseminação da COVID-19, resultando em ataques e discursos de ódio (Kneale; Bácares, 2021; Morgan

et al., 2021). Esse cenário produz resistência e negação à procura por serviços de saúde por parte das pessoas da comunidade além da baixa adesão aos tratamentos, mesmo durante a pandemia, devido ao receio de serem estigmatizados, ridicularizados e discriminados por profissionais de saúde (Bordiano *et al.*, 2021; Marques *et al.*, 2021).

Nesse contexto, evidencia-se que, para além da limitação dos serviços de saúde em meio ao caos pandêmico, devido a falta de equipamentos, médicos, entre outros, a dificuldade no acesso pleno a esses serviços pela população LGBTQIAP+ é agravada, muito provavelmente, pelo fato de que as desigualdades às quais estão submetidos nas demais esferas da sociedade, também reproduzem-se nas práticas em saúde. Sendo assim, a pandemia de COVID-19 evidenciou as fragilidades na disponibilidade de recursos qualitativos de suporte ao processo de saúde-doença à comunidade.

Mais especificamente sobre a população idosa LGBTQIAP+, observa-se que essa população possui maior probabilidade de ser impactada pelo novo coronavírus, devido aos fatores de risco como a perda de contato físico e social, apoio familiar reduzido, fragilidade de necessidades básicas, histórico de discriminação por sua orientação sexual e estigmas sociais, além daqueles associados à idade, como doenças graves, condições crônicas, dentre outros (Fish *et al.*, 2020; Salerno *et al.*, 2020).

O estudo de Duarte (2020) explicita que os desafios enfrentados durante a pandemia pela comunidade LGBTQIAP+, são relacionados principalmente à interrupção do acesso aos cuidados em saúde, devastação dos seus meios de subsistência, violência e perda de suas redes de apoio. Ademais, destaca-se que, dentro e fora de casa, a população LGBTQIAP+ depara-se, constantemente, com a sensação de medo, reafirmando sua posição de vulnerabilidade social associada à fragilização da cidadania, destacando-se pela desigualdade perante a lei e garantia dos direitos, colocando-as em posição de desumanização, exclusão, violência e morte (Duarte, 2020; Fish *et al.*, 2020; Sharma; Subramanyam, 2020).

Promoção da saúde mental de pessoas LGBTQIAPN+: trilhando caminhos possíveis

Sem a obrigatoriedade de se utilizar uma lista predefinida de marcadores obrigatórios a serem incluídos, a interseccionalidade deve ser compreendida como uma pergunta em aberto, atenta às produções e configurações de diferenciações sociais e de desigualdades, com a preocupação de sempre contextualizá-las cultural e historicamente (Marques *et al.*, 2021).

Inicialmente, vale pontuar que autores chamam atenção para o risco da comunidade LGBTQIA+ não ser incluída na prática de pesquisa, tanto no que tange às agendas de investigação, como do ponto de vista da coleta de dados, onde, não raramente as questões relacionadas à identidade sexual e de gênero não são incluídas de maneira efetiva (Gorczyński; Fasoli, 2020; Fish *et al.*, 2020). Também destaca-se a importância de resgatar outros dados que caracterizem os sujeitos LGBTQIA+, como os relativos à classe, renda, etnia, residência, idade, entre outros, pois a partir desses dados de interseccionalidade seria possível melhor visualizar os diversos determinantes de saúde relativos a esses mesmos sujeitos (Gorczyński; Fasoli, 2020).

Ademais, uma possibilidade para a superação do cenário deficitário da saúde pública no atendimento às especificidades da população LGBTQIA+ é a capacitação dos profissionais em saúde para atender e responder, de forma inclusiva e acolhedora, as demandas dessa população, gerando sensibilização quanto às questões de gênero e sexualidade, principalmente tendo em vista que os impactos na saúde mental na comunidade LGBTQIAPN+ permanecem mesmo após período pandêmico (Salerno *et al.*, 2020; Gilbert *et al.*, 2021; Neto *et al.*, 2022; Salerno; Boekeloo, 2022).

Por fim, aponta-se a necessidade do enfoque na resiliência, considerada um processo de reabilitação e ascensão em meio a eventos desafiadores e opressivos, como método importante de intervenção a ser aplicado em serviços de saúde direcionados a população LGBTQIA+, visando a redução de níveis de sofrimento mental e físico causado pela COVID-19 (Goldbach *et al.*, 2021; Golzalez *et al.*, 2021).

Considerações finais

Ressaltando a importância do cuidado em se evitar generalizações ao agrupar as distintas experiências de vida que compõe o grupo de pessoas da comunidade LGBTQIA+, a reflexão sobre suas vivências em meio a pandemia de COVID-19 pode ajudar a evidenciar a forma como a pandemia acentuou vulnerabilidades já existentes e experiências de marginalização, sofrimento e iniquidades.

Nesse caminho, evidencia-se que as iniquidades em saúde são produzidas coletivamente, influenciando o processo saúde-doença da população LGBTQIAPN+ em meio ao período de pandemia, assim como durante outros momentos de emergência na saúde pública. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que resultaram na redução do risco de contaminação do Coronavírus, as medidas de distanciamento social potencializaram as diversas vulnerabilidades que esse grupo já vivenciava na sociedade, visibilizando a aniquilação de tais pessoas como sujeitos de direito.

A exclusão da comunidade LGBTQIAPN+ nas sociedades se dá de forma estrutural e histórica, através de diversos dispositivos que gradualmente se instalam na sociedade, demonstrando, assim, a necessidade de se pensar em recursos voltados a esse grupo (Duarte, 2020; Sousa *et al.*, 2021; Neto *et al.*, 2022). O mesmo se repete no âmbito da pesquisa que, frequentemente, exclui a comunidade LGBTQIAPN+, tanto no que tange às agendas de investigação, como do ponto de vista da coleta de dados (Gorczyński; Fasoli, 2020; Fish *et al.*, 2020).

A escassez de dados específicos sobre a população LGBTQIAPN+ é um dos principais desafios à construção de práticas de cuidado e manejo dos impactos da pandemia de COVID-19 na comunidade, sendo uma das evidências da homofobia/transfobia institucional que precisa ser pautada visto que contribui para o apagamento e silenciamento das demandas e disparidades em saúde vivenciadas por essa população.

Logo, considera-se urgente a coleta e divulgação de dados sobre a orientação sexual e de gênero na produção científica literária, para que as necessidades específicas desse grupo sejam reconhecidas e expressas cientificamente e, para além disso, que as práticas em saúde sejam baseadas em evidências do processo saúde-doença que a comunidade historicamente vivencia. Também destaca-se a importância de resgatar outros dados que caracterizem pessoas LGBTQIA+, como os relativos à classe, renda, etnia, residência, idade, entre outros, pois a partir desses dados de interseccionalidade seria possível melhor visualizar os diversos determinantes de saúde relativos a esses mesmos sujeitos (Gorczyński; Fasoli, 2020).

Referências

ADAMSON, T.; HANLEY, M.; BARAL, S.; BEYRER, C.; WALLACH, S.; HOWELL, S. Rapid, application-based survey to characterise the impacts of COVID-19 on LGBTQ+ communities around the world: an observational study. **BMJ Open**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 1-14, abr. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1136/bmjopen-2020-041896>. Disponível em: <https://bmjopen.bmj.com/content/12/4/e041896>. Acesso em: 24 maio 2023.

BORDIANO, G.; LIBERAL, S. P.; LOVISI, G. M.; ABELHA, L. COVID-19, vulnerabilidade social e saúde mental das populações LGBTQIA+. **Cadernos de saúde pública**, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 1-4, abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00287220>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/DGn766gbxHvgXMyyyfLWjgb/?lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2023.

DUARTE, M. J. de O. Vidas precárias e LGBTQIFOBIA no contexto da pandemia: a necropolítica das sexualidades dissidentes. **Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora**, Minas

Gerais (Juiz de Fora), p. 1-13, maio 2020. Disponível em: https://www.apesjf.org.br/wp-content/uploads/LGBT_Convid_19_APES-1.pdf. Acesso em: 24 maio 2023.

FISH, J. N.; MCINROY, L. B.; PACELEY, M. S.; WILLIAMS, N. D.; HENDERSON, S.; LEVINE, D. S.; EDSALL, R. N. I'm Kinda Stuck at Home With Unsupportive Parents Right Now: lgbtq youths' experiences with covid-19 and the importance of online support. **Journal Of Adolescent Health**, [S. l.], v. 67, n. 3, p. 450-452, set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2020.06.002>. Disponível em: [https://www.jahonline.org/article/S1054-139X\(20\)30311-6/fulltext](https://www.jahonline.org/article/S1054-139X(20)30311-6/fulltext). Acesso em: 24 maio 2023.

GIL, R. M.; FREEMAN, T. L.; MATHEW, T.; KULLAR, R.; FEKETE, T.; OVALLE, A.; NGUYEN, D.; KOTTKAMP, A.; POON, J.; MARCELIN, J. R. Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Queer (LGBTQ+) Communities and the Coronavirus Disease 2019 Pandemic: a call to break the cycle of structural barriers. **The Journal Of Infectious Diseases**, [S. l.], v. 224, n. 11, p. 1810-1820, jul. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1093/infdis/jiab392>. Disponível em: <https://academic.oup.com/jid/article/224/11/1810/6330600>. Acesso em: 24 maio 2023.

GILBERT, C.; SIEPSE, C.; FINK, A. E.; JOHNSON, N. L. Why LGBTQ+ campus resource centers are essential. **Psychology Of Sexual Orientation And Gender Diversity**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 245-249, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1037/sgd0000451>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/fulltext/2020-77525-001.html>. Acesso em: 24 maio 2023.

GOLDBACH, C.; KNUTSON, D.; MILTON, D. C. LGBTQ+ people and COVID-19: the importance of resilience during a pandemic. **Psychology Of Sexual Orientation And Gender Diversity**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 123-132, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1037/sgd0000463>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/fulltext/2020-99938-001.html>. Acesso em: 24 maio 2023.

GORCZYNSKI, P.; FASOLI, F. LGBTQ+ focused mental health research strategy in response to COVID-19. **The Lancet Psychiatry**, [S. l.], v. 7, n. 8, p. e56, ago. 2020. DOI: [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(20\)30300-X](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(20)30300-X). Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366\(20\)30300-X/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366(20)30300-X/fulltext). Acesso em: 24 maio 2023.

GOLZALEZ, K. A.; ABREU, R. L.; ARORA, S.; LOCKETT, G. M.; SOSTRE, J. "Previous Resilience Has Taught Me That I Can Survive Anything": LGBTQ Resilience During the COVID-19 Pandemic. **Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity**, Knoxville (Florida), v. 8, n. 2, p. 133-144, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1037/sgd0000501>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/fulltext/2021-70060-001.html>. Acesso em: 24 maio 2023.

HERRMANN, W.; OESER, P.; BUSPAVANICH, P.; LECH, S.; BERGER, M.; GELLERT, P. Loneliness and depressive symptoms differ by sexual orientation and gender identity during physical distancing measures in response to COVID-19 pandemic in Germany. **Applied Psychology: Health and Well-Being**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 1-17, jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1111/aphw.12376>. Disponível em: <https://iaap-journals.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/aphw.12376>. Acesso em: 24 maio 2023.

KNEALE, D.; BACARES, L. Discrimination as a predictor of poor mental health among LGBTQ+ people during the COVID-19 pandemic: cross-sectional analysis of the online Queerantime study. **BMJ Open**, v. 11, n. 6, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2021-049405>. Disponível em: <https://bmjopen.bmj.com/content/11/6/e049405>. Acesso em: 24 maio 2023.

MALTA, D. C.; GOMES, C. S.; BARROS, M. B. de A. B.; LIMA, M. G.; ALANNA, G. da S.; CARDOSO, L. S. de M.; WERNECK, A. O.; SILVA, D. R. P. da S.; FERREIRA, A. P. de S.; ROMERO, D. E.; FREITAS, M. I. de F.; MACHADO, I. E.; AZEVEDO, L. O.; ALMEIDA, W. da S.; SZWARCOWALD, C. L. The COVID-19 pandemic and changes in the lifestyles of Brazilian adolescents. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [S. l.], v. 24, p. 1-13, jun. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-549720210012>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/4xc9dNPPnXXNMtSYpJX3kqh/?lang=en>. Acesso em: 24 maio 2023.

MARQUES, A. L. M.; SORRENTINO, I. S.; RODRIGUES, J. L.; MACHIN, R.; OLIVEIRA, E.; COUTO, M. T. O impacto da Covid-19 em grupos marginalizados: contribuições da interseccionalidade como perspectiva teórico-política. **Interface**, v. 25, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.200712>.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/WJD7d5jCKC3GtsJtbpRnNjy/?lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2023.

MELLO, Germana Maria Guinle. **Cidade armário**: O apagamento e o não-lugar como expressões de um direito cis-heteronormativo. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) -

Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/37933/37933.pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.

MITCHELL, K. J.; YBARRA, M. L.; BANYARD V.; GOODMAN, K. L.; JONES, L. M. Impact of the COVID-19 Pandemic on Perceptions of Health and Well-Being Among Sexual and Gender Minority Adolescents and Emerging Adults. **LGBT Health**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 34-42, jan. 2022. Mary Ann Liebert Inc. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1089/lgbt.2021.0238>. Disponível em:

<https://www.liebertpub.com/doi/10.1089/lgbt.2021.0238>. Acesso em: 24 maio 2023.

MORGAN, R.; BAKER, P.; GRIFFITH, D. M.; KLEIN, S. L.; LOGIE, C. H.; MWIINE, A. A.; SCHEIM, A. I.; SHAPIRO, J. R.; SMITH, J.; WENHAM, C. Beyond a Zero-Sum Game: How Does the Impact of COVID-19 Vary by Gender? **Frontiers in Sociology**, [S. l.], v. 6, p. 1-11, jun. 2021. Frontiers Media SA. DOI:

<http://dx.doi.org/10.3389/fsoc.2021.650729>. Disponível em:

<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fsoc.2021.650729/full>. Acesso em: 24 maio 2023.

NETO, A. C. de M.; TAGNIN, L. H.; ARAÚJO, A. de C.; SOUSA, M. I.; BARRA, B. G. A.; HERCOWITZ, A. Ensino em Saúde LGBT na Pandemia da Covid-19: Oportunidades e Vulnerabilidades. **Revista Brasileira de Educação Médica**, [S. l.], v. 44, n. 1, p. 1-7, out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200423>. Acesso em: 24 maio 2023.

NETO, A. O. M.; SILVA, S. A. G.; GONÇALVES, G. P.; TORRES, J. L. COVID-19 vulnerability among Brazilian sexual and gender minorities: a cross-sectional study. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 38, n. 8, p. 1-12, ago. 2022. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311xen234421>.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/qS6zNvkGhG8BgLqgGWkg4sq/?lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2023.

ORELLANA, J. D. Y. I.; MARRERO, L.; HORTA, B. L. (2022). Mortalidade por COVID-19 no Brasil em distintos grupos etários: diferenciais entre taxas extremas de 2021 e 2022. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 38, n. 7, p. 1-8, ago. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311xpt041922>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/5wM3t9x3ZwsM8WDGxfQJ9zC/?lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE – OPAS. **Histórico da pandemia de COVID-19**. 2020.

Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 25 jun. 2023.

PEDROSA, A. L.; BITENCOURT, L.; FRÓES, A. C. F.; CAZUMBÁ, M. L. B.; CAMPOS, R. G. B.; BRITO, S. B. C. S.; SILVA, A. C. S. Emotional, Behavioral, and Psychological Impact of the COVID-19 Pandemic.

Frontiers in Psychology, [S. l.], v.11, p. 1-18, out. 2020. Frontiers Media SA. DOI:

<http://dx.doi.org/10.3389/fpsyg.2020.566212>. Disponível em:

<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2020.566212/full>. Acesso em: 24 maio 2023.

RIGGLE, E. D. B.; DRABBLE, L.A.; BOCHICCHIO, L. A.; WOOTTON, A. R.; VELDHUIS, C. B.; MUNROE, C.; HUGHES, T. L. Experiences of the COVID-19 pandemic among African American, Latinx, and White

sexual minority women: a descriptive phenomenological study. **Psychology Of Sexual Orientation And Gender Diversity**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 145-158, jun. 2021. American Psychological Association (APA). DOI:

<http://dx.doi.org/10.1037/sgd0000510>. Disponível em: [https://psycnet.apa.org/fulltext/2021-70060-](https://psycnet.apa.org/fulltext/2021-70060-002.html)

[002.html](https://psycnet.apa.org/fulltext/2021-70060-002.html). Acesso em: 24 maio 2023.

SALERNO, J. P.; BOEKELOO, B. O. LGBTQ Identity-Related Victimization During COVID-19 Is

Associated with Moderate to Severe Psychological Distress Among Young Adults. **LGBT Health**, [S. l.], v. 9 n. 5, p. 303-312, jul. 2022. Mary Ann Liebert Inc. DOI: <http://dx.doi.org/10.1089/lgbt.2021.0280>.

Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35537518/>. Acesso em: 24 maio 2023.

SALERNO, J. P.; DEVADAS, J.; PEASE, M.; NKETIA, B.; FISH, J. N. Sexual and Gender Minority Stress Amid the COVID-19 Pandemic: implications for lgbtq young persons[‡]: mental health and well-being. **Public Health Reports**, [S. l.], v. 135, n. 6, p. 721-727, out. 2020. SAGE Publications. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1177/0033354920954511>. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0033354920954511>. Acesso em: 24 maio 2023.

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0033354920954511>. Acesso em: 24 maio 2023.

SHARMA, A. J.; SUBRAMANYAM, M. A. A cross-sectional study of psychological wellbeing of Indian

adults during the Covid-19 lockdown: Different strokes for different folks. **PLoS One**, [S. l.], v. 15, n. 9, p. 1-23, set. 2020. Public Library of Science (PLoS). DOI: <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0238761>.

Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0238761>. Acesso em: 24 maio 2023.

SOUSA, A. R.; CERQUEIRA, C. F. C.; PORCINO, C.; SIMÕES, K. J. F. Pessoas LGBTI+ e a COVID-19: Para Pensarmos Questões Sobre Saúde. **Revista Baiana de Enfermagem**, [S. l.], v. 35, n. 12, p. 1-11, 2021. DOI:

<http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v35.36952>. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/36952/23444>. Acesso em: 24 maio 2023.

SOUZA, A. B.; ALVES, G. D.; SILVEIRA, L de A.; OLIVEIRA, L. C.; LAZZARETTI, L. N.; BATTISTI, S. C.;

CARLESSO, J. P. P. Os Impactos do Preconceito Social e Familiar na Saúde Mental das Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 1-18, mar. 2020. DOI:

<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i4.2760>. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2760>. Acesso em: 24 maio 2023.

TOMAR, A; SPADINE, M. N.; GRAVES-BOSWELL, T.; WIGFALL, L. T. COVID-19 among LGBTQ+

individuals living with HIV/AIDS: psycho-social challenges and care options. **AIMS Public Health**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 303-308, mar. 2021. American Institute of Mathematical Sciences (AIMS). DOI:

<http://dx.doi.org/10.3934/publichealth.2021023>. Disponível em:

<http://www.aimspress.com/article/doi/10.3934/publichealth.2021023>. Acesso em: 24 maio 2023.

Corpos em Diálogo: Vivências LGBTQIA+ e os desafios da interseccionalidade

Os desafios da promoção à saúde mental da população LGBTQIAPN+ em meio a COVID-19: um ensaio crítico

DOI: 10.23899/9786589284475.13

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Statement on the second meeting of the International Health Regulations (2005) Emergency Committee regarding the outbreak of novel coronavirus (2019-nCoV)**. 30 jan. 2020. Disponível em : [https://www.who.int/news-room/detail/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/news-room/detail/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-(2019-ncov)). Acesso em: 24 maio 2023.

ZHANG, Y.; FARINA, R. E.; LAWRENCE, S. E.; WALTERS, T. L.; CLARK, A. N.; HANNA-WALKER, V.; LEFKOWITZ, E. S. How social support and parent-child relationship quality relate to LGBTQ+ college students' well-being during COVID-19. **Journal Of Family Psychology**, [S. l.], v. 36, n. 5, p. 653-660, ago. 2022. American Psychological Association (APA). DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/fam0000981>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/fulltext/2022-36285-001.html>. Acesso em: 24 maio 2023.

O papel da voz na identidade de gênero

Sabrina Silva dos Santos^{*}

Carla Aparecida Cielo^{**}

Karine Schwarz^{***}

Maria Inês Rodrigues Lobato^{****}

O papel da voz na identidade de gênero

Existem diferenças anatômicas e fisiológicas na produção da voz de cada indivíduo capazes de diferenciar o gênero masculino do gênero feminino. No estudo de Titze (1989), verificaram-se diferenças fisiológicas e acústicas entre as vozes, observando-se que dependem das propriedades elásticas da laringe, da forma da glote pré-fonatória e do comprimento das pregas vocais. No que concerne às estruturas laríngeas, as pregas vocais dos homens cisgênero são mais longas e mais largas do que as das mulheres cisgênero. Ainda, existem diferenças nos homens cisgênero quanto à posição vertical da laringe que é mais baixa, com ângulo da cartilagem tireoide menor e o trato vocal mais largo e longo do que as mulheres cisgênero (Beber, Cielo, 2011; Hancock, Garabedian, 2013; Gallena; Stickels; Stickels, 2017; Kawitzky, Mcallister, 2020).

As pregas vocais podem variar em tamanho, forma, rigidez e comprimento. Nos homens cisgênero, as pregas vocais são mais espessas e elásticas e nas mulheres cisgênero são mais finas e tensas. No homem cisgênero adulto, as pregas vocais têm

* Fonoaudióloga pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Distúrbios da Comunicação Humana da UFSM. Membro do Laboratório de Voz - UFSM. E-mail: sabrinafono@gmail.com

** Professora Titular do Departamento de Fonoaudiologia e do Programa de Pós-graduação em Distúrbios da Comunicação Humana e coordenadora do Laboratório de Voz - Universidade Federal de Santa Maria/RS. E-mail: cieloca@yahoo.com.br

*** Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Endocrinologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista FAPERGS pelo projeto do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Hormônios e Saúde da Mulher. Pesquisadora do Programa de Identidade de Gênero (PROTIG) do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. E-mail: karinesfono@hotmail.com

**** Professora do Pós-Graduação em Psiquiatria e Ciências do Comportamento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Programa de Identidade de Gênero, supervisora do Programa de Esquizofrenia, da Internação Psiquiátrica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Coordena o Núcleo de Sexualidade da Associação de Psiquiatria do Rio Grande do Sul desde 2018. E-mail: mlobato@gmail.com

aproximadamente 1,6 cm e na mulher cisgênero adulta têm aproximadamente 1 cm, essa diferença de comprimento influencia diretamente a frequência fundamental, que é o número de vezes que as pregas vocais vibram por segundo, gerando um tom mais grave ou mais agudo de voz. Seus valores variam em função do gênero e da idade; nas vozes biologicamente masculinas adultas, a frequência fundamental encontra-se entre 80 e 150 Hz, enquanto nas vozes biologicamente femininas os valores estão entre 150 e 250 Hz e, nas vozes de criança, estão acima de 250 Hz. Assim, quanto menor o tamanho das pregas vocais, mais aguda será a frequência fundamental, pois elas vão vibrar mais vezes por segundo. Desta forma, à medida que aumenta o comprimento natural das pregas vocais, a voz tende a ficar mais grave (Behlau *et al.*, 2013; Beber, Cielo, 2011; Paltura, Yelken, 2018; Hardy *et al.*, 2018; Kim, 2020; Villas-Bôas *et al.*, 2021).

O trato vocal (estruturas que vão das pregas vocais até a boca) biologicamente feminino é mais curto do que o trato vocal biologicamente masculino. Quanto menor é o trato vocal, mais agudas serão as frequências de ressonância produzidas (“timbre” da voz) (Behlau *et al.*, 2013; Hancock, Garabedian, 2013; Paltura, Yelken, 2018; Kim, 2020). Em virtude das dimensões maiores do trato vocal biologicamente masculino, as frequências de ressonância são mais graves. O movimento da língua e o padrão de articulação da fala podem modificar a configuração do trato vocal, modificando o seu tamanho e a qualidade da voz (Behlau *et al.*, 2013; Hancock, Garabedian, 2013; Paltura, Yelken, 2018; Kim, 2020).

Neste sentido, pode ser utilizada uma série de recursos para a produção de um som mais agudo ou mais grave. Dentre os recursos, pode-se alongar as pregas vocais fazendo-as vibrar mais rapidamente, para ter-se um som mais agudo, sendo essa uma das influências na percepção de gênero feminino (Paltura, Yelken, 2018; Kim, 2020).

Existem, ainda, diferenças entre os padrões do discurso identificados como masculinos ou femininos. O discurso feminino tende a ser mais lento, com maior uso de pausas, articulação mais leve e precisa, maior abertura labial e posicionamento mais anterior da língua, quando comparado ao discurso masculino. O discurso masculino tende a ser mais duro, com encurtamento de palavras, sem prolongar fonemas finais, com maior velocidade de fala (Menezes, 2020).

As pessoas transgênero não se identificam com a categoria de gênero que foi atribuída ao nascimento. No processo de transição, a voz é um marcador importante na aceitação da nova identidade de gênero do indivíduo que busca uma voz apropriada e que lhe traga satisfação (Holmberg *et al.*, 2010; Gallena; Stickels; Stickels, 2017; Azul, Arnold; Neuschaefer-Rube, 2018).

Com o objetivo de descrever as características fisiológicas e psicológicas de 101 jovens transgênero com idade entre 12 e 24 anos, o estudo verificou que a maioria dos participantes obteve os valores fisiológicos (pressão arterial, glicose, alanina aminotransferase e os lipídios) dentro dos limites normais para o sexo designado no nascimento. Entretanto, observou-se um alto número de jovens com sobrepeso e obesidade, podendo ser justificado pelas pessoas transgênero usarem o aumento da gordura corporal para esconder características físicas indesejáveis. Ainda, os jovens reconheceram a sua incongruência de gênero com média de idade de 8,3 anos, revelando o fato para a sua família com média de idade de 17,1 anos. Além disso, 35% dos participantes relataram sintomas de depressão, mais da metade relatou ter pensamentos suicidas e cerca de um terço fez pelo menos uma tentativa de suicídio (Olson *et al.*, 2015).

Para crianças transgênero, é recomendado fornecer informações, apoio psicológico, aconselhamento parental e/ou familiar. Para adolescentes transgênero, a supressão da puberdade com análogos do hormônio liberador de gonadotropina é recomendada a partir dos 12 anos de idade para aqueles que estão nos estágios iniciais ou além da puberdade (Tanner II-III) e ainda apresentam disforia de gênero (incongruência acentuada e persistente entre o sexo designado no nascimento e a experiência de gênero). A supressão da puberdade tem por objetivo aliviar o sofrimento psicológico causado pelo desenvolvimento das características sexuais secundárias, possibilitando ao adolescente ter tempo para tomar decisão sobre a possibilidade de se submeter ao uso hormonal e de cirurgias para a confirmação de gênero e para tornar mais fácil a “passagem” social no gênero experimentado (Kaltiala-Heino *et al.*, 2018; WPATH, 2022).

Na comunicação das pessoas transgênero, a insatisfação com a voz em relação ao gênero pode formar barreiras e se refletir em outros níveis da vida emocional e social, como o acesso aos estudos e trabalho. Ao se repetir o desconforto, a pessoa que o sente evita se comunicar em situações que possam lhe expor, buscando se proteger. Situações sociais de falar com outras pessoas se tornam mais confortáveis quando a voz é congruente com a expressão de gênero, aumentando o bem-estar do falante (Barros; Cavadinha; Mendonça, 2018; Menezes *et al.*, 2020; Pereira, Cunha, 2022).

Em estudo que relacionou a voz e o bem-estar de 77 homens transgênero, concluiu-se que os indivíduos cujas vozes soavam mais congruentes com a sua identidade de gênero apresentaram maior bem-estar, ou seja, maiores níveis de satisfação, qualidade de vida e autoestima e menores níveis de ansiedade e depressão do que os homens transgênero cuja voz era mais aguda (Watt; Konstantin; Rule, 2017).

Nem toda pessoa transgênero deseja apoio profissional para sua voz e comunicação ou enfrenta desafios, mas aquelas que desejam geralmente encontram barreiras no acesso aos cuidados. A *World Professional Association for Transgender Health's – WPATH* (2022), faz recomendações em relação ao atendimento de pessoas transgênero e à comunicação humana. Os especialistas em voz e comunicação devem avaliar a voz e a comunicação atual das pessoas transgênero, desenvolvendo planos de intervenção apropriados para buscar uma voz congruente com a identidade de gênero. Os profissionais devem receber educação para desenvolver competências no apoio ao funcionamento vocal, de comunicação e bem-estar desses clientes. Ainda, recomenda-se que os profissionais da saúde que trabalham com pessoas transgênero e de gênero diverso encaminhem para especialistas em voz e comunicação aqueles que estão insatisfeitos com sua voz ou comunicação ou aqueles submetidos à cirurgia. Além disso, os profissionais devem fornecer informações sobre os efeitos da utilização de hormônios para os clientes.

Para as pessoas transgênero, a abordagem de auxílio no processo de transição envolve uma equipe multidisciplinar e considera as diferentes demandas necessárias para a afirmação do gênero desejado, incluindo psicologia, endocrinologia, fonoaudiologia e cirurgias (Cielo *et al.*, 2021).

O fonoaudiólogo tem papel fundamental para desenvolver as características vocais dos clientes transgênero, visando propiciar o conforto para sua identidade de gênero. O profissional fonoaudiólogo trabalha aspectos como entonação vocal, pausas, respiração e ajuste de frequência, conforme o gênero com o qual a pessoa se identifica sempre objetivando a percepção adequada dos interlocutores e do próprio emissor em relação aos traços vocais relacionados ao gênero pretendido (Coleman *et al.*, 2012).

Vale ressaltar, a importância de a voz ser congruente com a expressão de gênero, tornando as situações sociais mais confortáveis, gerando bem-estar ao falante. A voz deve ser considerada sob a perspectiva da própria pessoa, estando de acordo com o seu conforto em relação à sua expressão de gênero (Barros; Cavadinha; Mendonça, 2018).

O papel da voz para homens transgênero

Os homens transgênero são aqueles que foram designados biologicamente como mulheres ao nascer, mas se identificam como pertencentes ao gênero masculino. A testosterona é o hormônio comumente utilizado no processo de transição dos homens transgênero. Os hormônios tendem a ser aplicados semanalmente. Porém, caso sejam necessárias doses mais altas para atingir níveis fisiológicos adequados, o intervalo entre as aplicações pode ser entre dez a 14 dias (Unger, 2016; Hembree *et al.*, 2017).

Após o início da utilização de testosterona em homens transgênero, o corpo como um todo passa por modificações, suprimindo a feminilização e induzindo a virilização (Unger, 2016). Em relação à voz, a utilização de testosterona propicia o aumento do tamanho das pregas vocais, ocasionando o agravamento da voz. No entanto, ainda são incertas as mudanças que a utilização de testosterona possibilita para os homens transgênero, pois muitos ainda apresentam insatisfação com o tom de voz e inconsistência entre a identidade de gênero, a autopercepção da voz e a atribuição de gênero à voz realizada pelas outras pessoas (Azul; Arnold; Neuschaefer-Rube; 2018; Hardy *et al.*, 2018; Barros; Cavadinha; Mendonça, 2018).

Após a utilização da testosterona, alguns homens transgênero podem não atingir a frequência fundamental de homens cisgênero, podendo recorrer ao aperfeiçoamento com fonoaudiólogo ou cirurgia laríngea (Bultynck *et al.*, 2021). Os homens transgênero relatam insatisfação após a utilização da testosterona, incluindo falta ou diminuição insuficiente da frequência fundamental da voz (tom de voz), disfonia, voz fraca, extensão vocal restrita e instabilidade vocal. O especialista em voz e comunicação, pode avaliar e abordar essas áreas no treinamento de voz (WPATH, 2022).

No estudo Bultynck *et al.* (2021), oito homens transgênero foram submetidos à cirurgia de Tireoplastia tipo III, por estarem insatisfeitos com a própria voz após um mínimo de 12 meses utilizando o hormônio da testosterona. Verificou-se que, com a cirurgia, a frequência fundamental diminuiu significativamente de uma média de 154,60 Hz para 105,37 Hz. Observou-se que a cirurgia foi eficaz para diminuir a frequência fundamental em homens transgênero, mas salienta-se que esse método não ajuda no desenvolvimento de outros marcadores masculinos da voz.

Estudo (Nygren *et al.*, 2016) investigou os efeitos da testosterona na virilização da voz, problemas vocais e satisfação vocal de 50 homens transgênero. Encontrou-se que a maioria dos homens transgênero desenvolveu uma voz masculina e ficou satisfeita, mas alguns relataram problemas vocais, instabilidade, fadiga e virilização insuficiente da voz, sugerindo a necessidade de auxílio da fonoaudiologia, recomendando-se avaliações da voz durante o uso da testosterona.

Em relato de caso, com o objetivo de descrever o auxílio da fonoaudiologia e seus resultados na voz de um homem transgênero, verificou-se que, mesmo com as alterações vocais induzidas pela testosterona, ainda existiam queixas sobre a voz, as quais foram melhoradas com o auxílio da fonoaudiologia no desenvolvimento dos demais marcadores vocais masculinos da voz. Dessa forma, a voz tornou-se condizente com o gênero desejado, trazendo satisfação para o cliente (Santos; Cielo, 2020).

O papel da voz para mulheres transgênero

As mulheres transgênero, são aquelas que foram designadas ao nascimento biologicamente como homens, mas se identificam com o gênero feminino. O hormônio estrogênio não influencia a voz de mulheres transgênero quando iniciado após o período da muda vocal na adolescência, porque nenhum hormônio sozinho aumenta a frequência fundamental, reduz a massa das pregas vocais ou tem efeito duradouro no tom de voz (Menezes *et al.*, 2020; Villas-Bôas *et al.*, 2021).

Por isso, as mulheres transgênero realizam compensações vocais como a elevação da laringe na fala, objetivando a produção de uma voz mais feminina. Com órgão vocal biologicamente masculino, a produção de uma voz feminina pode culminar perceptivelmente em uma qualidade vocal tensa, do mesmo modo que em fadiga vocal ou trauma nas pregas vocais. Como resultado da feminilização, pode ocorrer hiperfunção vocal, fato que poderia justificar a alta ocorrência de queixas vocais (Schwarz *et al.*, 2017; Menezes *et al.*, 2020; Villas-Bôas *et al.*, 2021).

Na busca de uma voz congruente com sua identidade de gênero, em virtude de o hormônio estrogênio não influenciar a voz, as mulheres transgênero têm a possibilidade do auxílio fonoaudiológico e/ou cirurgia. Não há evidências de qual é a melhor técnica, mas ressalta-se a importância da associação da cirurgia com o auxílio fonoaudiológico, a fim de melhorar o novo comportamento vocal, adaptar a mulher transgênero à nova frequência fundamental da voz, adequar a articulação, prosódia e outros marcadores femininos de fala (Schwarz *et al.*, 2017).

Para uma pessoa transgênero, se o auxílio fonoaudiológico ocorrer antes ou perto da puberdade, deve-se considerar a singularidade do estado hormonal e anatômico do cliente e como isso afeta a função vocal. Em adolescentes transgênero, espera-se uma voz mais saudável, pela menor ocorrência de desgaste vocal e hábitos vocais incorretos na busca de um tom mais feminino (Hancock; Helenius, 2012).

Em estudo, com uma mulher transgênero adolescente de 15 anos, foram realizadas 15 sessões de fonoaudiologia saúde vocal, suporte respiratório, frequência fundamental, entonação, ressonância e qualidade vocal. Os resultados, acústicos, perceptivos e de autorrelato foram positivos, confirmando o benefício do auxílio fonoaudiológico (Hancock; Helenius, 2012).

Em estudo, após oito sessões de fonoaudiologia (uma por semana, com duração de 60 minutos), foram investigadas a percepção da voz feminina e a frequência fundamental habitual da fala de cinco mulheres transgênero. As avaliações foram realizadas antes, imediatamente após e 15 meses depois do atendimento

fonoaudiológico, e o estudo fez uso de um grupo de controle composto por cinco mulheres cisgênero e cinco homens cisgênero. Verificou-se que as mulheres transgênero foram percebidas como mulheres em 1,9% das amostras no momento pré aperfeiçoamento vocal, 50,8% após o aperfeiçoamento e 33,1% em 15 meses após. Em relação à frequência fundamental, verificou-se que houve aumento imediatamente após o aperfeiçoamento e redução após 15 meses (Gelfer; Tice, 2013).

A relação entre a frequência fundamental da fala e a satisfação de mulheres transgênero após o trabalho fonoaudiológico foram pesquisadas. Verificou-se que a satisfação com a voz não estava relacionada somente à mudança da frequência fundamental, mas que outros aspectos da voz como a entonação, a ressonância e a adoção do vocabulário feminino eram importantes no estabelecimento de uma voz mais compatível com o gênero desejado (Mcneill *et al.*, 2008).

O estudo de Hancock, Colton e Douglas (2014) comparou medidas de entonação entre 12 homens cisgênero, 12 mulheres cisgênero, seis homens transgênero e 14 mulheres transgênero. Os falantes com maior percentual de enunciados com entonação ascendente e maior amplitude de semitons do enunciado foram percebidos pelos ouvintes como pertencentes ao gênero feminino, apesar de não haver diferenças significativas entre a entonação real dos quatro grupos de gênero. As mulheres transgênero que não tiveram a voz percebidas como feminina pelos ouvintes demonstraram menor utilização de entonações ascendentes e mais entonações descendentes. Deste modo, verificou-se que a entonação tem potencial para uso pelo fonoaudiólogo para a comunicação de pessoas transgênero, podendo influenciar a percepção de gênero em algum grau.

Em estudo que apresentou os resultados da voz de sete mulheres transgênero após cirurgia de laringe (glotoplastia de Wendler), observou-se aumento significativo somente na frequência fundamental, sem modificar outros parâmetros acústicos ou a qualidade da voz (Aires *et al.*, 2021).

Com base no exposto, constata-se que os hormônios e as cirurgias laríngeas isoladamente não contemplam todas as modificações desejadas na voz e fala das pessoas transgênero, salientando-se a importância da fonoaudiologia (Cielo *et al.*, 2021).

Referências

- AIRES, M. M. *et al.* Effect of Wendler glottoplasty on voice and quality of life of transgender women. **Braz J Otorhinolaryngol.** v. 89, p. 22-29, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bjorl.2021.06.010>.
- AZUL, D.; ARNOLD, A.; NEUSCHAEFER-RUBE, C. Do transmasculine speakers present with gender-related voice problems? Insights from a participant-centered mixed-methods study. **J Speech Lang Hear Res.**, v. 61, n. 1, p. 25-39, 2018. DOI: 10.1044/2017_JSLHR-S-16-0410.
- BARROS, A. D.; CAVADINHA, E. T.; MENDONÇA, A. V. M. The perception of trans men about the relationship between voice and gender expression in their social interactions. **Tempus, actas de saúde coletiva**, v. 11, n. 4, p. 09-24, 2018. DOI: 10.18569/tempus.v11i4.2361.
- BEHLAU, Mara; MADAZIO, Glaucya; FEIJÓ, Deborah; PONTES, Paulo. Avaliação da Voz. In: BEHLAU, M. **Voz - o livro do especialista**. Rio de Janeiro: Revinter, 2013.
- BEBER, B. C.; CIELO, C. A. Vocal acoustic characteristic in men with normal voice and laryngeal. **Rev CEFAC.**, v. 13, n. 2, p. 340-351, 2011.
- BULTYNCK, C. *et al.* Thyroplasty type III to lower the vocal pitch in trans men. **Otolaryngol Head Neck Surg**, v. 164, n. 1, p. 157-159, 2020. DOI: 10.1177/0194599820937675.
- CIELO, C. A. *et al.* Speech therapy for transgender women. **Res, Soc Dev**, v. 10, n. 14, e247101421651, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i14.21651>.
- COLEMAN, E. *et al.* Normas de atenção à saúde das pessoas trans e com variabilidade de gênero. **World Professional Association for Transgender Health**. 7 versão. 2012. Disponível em: https://www.wpath.org/media/cms/Documents/SOC%20v7/SOC%20V7_Portuguese.pdf.
- COLEMAN, E. *et al.* Standards of Care for the Health of Transgender and Gender Diverse People, Version 8. **International Journal of Transgender Health**, v. 23, n. S1, p. S1-S258, 2022. DOI: 10.1080/26895269.2022.2100644.
- GALLENA, S. J. K.; STICKELS, B.; STICKELS, E. Gender perception after raising vowel fundamental and formant frequencies: considerations for oral resonance research. **J Voice**, v. 32, n. 5, p. 592-601, 2017.
- GELFER, M. P.; TICE, R. M. Perceptual and acoustic outcomes of voice therapy for male-to-female transgender individuals immediately after therapy and 15 months later. **J Voice**, v. 27, n. 3, p. 335-47, 2013. DOI: 10.1016/j.jvoice.2012.07.009.
- HANCOCK, A. B.; GARABEDIAN, L. M. Transgender voice and communication treatment: a retrospective chart review of 25 cases. **Int J Lang Commun Disord.**, v. 48, n. 1, p. 54-65, 2013.
- HANCOCK, A. B.; HELENIUS, L. Adolescent male-to-female transgender voice and communication therapy. **J Commun Dis.**, v. 45, p. 313-324, 2012. DOI: 10.1016/j.jcomdis.2012.06.008.
- HANCOCK, A.; COLTON, L.; DOUGLAS, F. Intonation and Gender Perception: Applications for Transgender Speakers. **J Voice**, v. 28, n. 2, p. 203-209, 2014. DOI: 10.1016/j.jvoice.2013.08.0.

HARDY, T. L. D. *et al.* Acoustic predictors of gender attribution, masculinity-femininity, and vocal naturalness ratings amongst transgender and cisgender speakers. **J Voice**, v. 34, n. 2, p. 300.e11-300.e26, 2018. DOI: 10.1016/j.jvoice.2018.10.002.

HEMBREE, W. C. *et al.* Endocrine treatment of gender-dysphoric/gender-incongruent persons: an endocrine society* clinical practice guideline. **J Clin Endocrinol Metab.**, v. 102, n. 11, p. 3869-3903, 2017. DOI: 10.1210/jc.2017-01658.

HOLMBERG, E. B. *et al.* Phonetograms, aerodynamic measurements, self-evaluations, and auditory perceptual ratings of male-to-female transsexual voice. **J Voice.**, v. 24, n. 5, p. 511-522, 2010.

KAWITZKY, D.; MCALLISTER, T. The Effect of Formant Biofeedback on the Feminization of Voice in Transgender Women. **J Voice.**, v. 34, n. 1, p. 53-67, 2020.

KALTIALA-HEINO, R. *et al.* Gender dysphoria in adolescence: current perspectives. **Adolesc Health Med Ther.**, v. 2, n. 9, p. 31-41. DOI: 10.2147/AHMT.S135432.

KIM, H.-T. Vocal Feminization for Transgender Women: Current Strategies and Patient Perspectives. **Int J Gen Med.**, v. 13, p. 43-52, 2020.

MCNEILL, E. J. M. *et al.* Perception of voice in the transgender client. **J Voice.**, v. 22, n. 6, p. 727-33, 2008. DOI: 10.1016/j.jvoice.2006.12.010.

MENEZES, D. P. **Diferenças de traços prosódicos entre a voz de mulheres transgênero e cisgênero:** autopercepção vocal, características perceptivo auditivas e acústicas. 2020. 109 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Comunicação Humana) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

NYGREN, U. *et al.* Effects on voice fundamental frequency and satisfaction with voice in trans men during testosterone treatment—a longitudinal study. **J Voice.**, v. 30, n. 6, 766.e23-766.e34, 2016. DOI: 10.1016/j.jvoice.2015.10.016.

OLSON, J. *et al.* Baseline Physiologic and Psychosocial Characteristics of Transgender Youth Seeking Care for Gender Dysphoria. **J Adolesc Health.**, v. 57, n. 4, p. 374-80, 2015. DOI: 10.1016/j.jadohealth.2015.04.027.

PALTURA, C.; YELKEN, K. An Examination of Vocal Tract Acoustics following Wendler's Glottoplasty. **Folia Phoniatria et Logopaedica**, v. 71, p. 24-28, 2018.

PEREIRA, D. R.; CUNHA, M. C. Vocal self-perception and psychism in transsexual people: multiple case studies. **Distúrbios da Comunicação**, v. 34, n. 4, e57689, 2022.

SANTOS, S. S.; CIELO, C. A. Transgender man voice therapy: a case report. **Res, Soc Dev.**, v. 9, n. 9, e774997367, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7367>.

SCHWARZ, K.; *et al.* Perceptual-Auditory and acoustical analysis of the voices of transgender women. **J Voice**, v. 32, n.5, p. 602-608, 2017.

SCHWARZ, K. *et al.* Laryngeal surgical treatment in transgender women: A systematic review and meta-analysis. **The Laryngoscope**, v. 127, n. 11, p.2596-2603, 2017.

TITZE, I. R. Psychology and acoustic differences between male and female voice. **J. Acousti. Soc. Am.**, v. 85, n. 4, p. 1699-1707, 1989.

UNGER, C. A. Hormone therapy for transgender patients. **Transl Androl Urol.**, v. 5, n. 6, p. 877-884, 2016. DOI: 10.21037/tau.2016.09.04.

VILLAS-BÔAS, A. P., et al. Acoustic Measures of Brazilian Transgender Women's Voices: A Case-Control Study. **Front Psychol.**, v. 12, p. 1549, 2021. DOI: 10.3389/fpsyg.2021.622526.

WATT, S. O.; TSKHAY, K. O.; RULE, N. O. Masculine voices predict well-being in female-to-male transgender individuals. **Arch Sex Behav.**, v. 47, n. 4, p. 1-10, 2017. DOI: 10.1007/s10508-017-1095-1.

BALLROOM: performance e resistência LGBTQIAPN+

Leticia de Faria Ferreira*

Pablo Felipe de Oliveira Sousa**

Introdução

*Que sea la poesía quien acorte las distancias entre los demás,
los otros y nosotras, las últimas que caminamos solas cuando el mundo duerme
[...]
Las ultimas resistiendo y haciendo lo que se debe hacer con el propio cuerpo y la
identidad.
Camila Sosa Villada (2018)*

A análise etnográfica de um fenômeno cultural que é o *Ballroom* apresentada neste artigo quer compreender as performances culturais dentro da cena da Cultura *Ballroom* e o quanto a representatividade LGBTQIAPN+ emerge em suas ações contra hegemônicas. O trabalho de campo traz a figura performática de Majestade Babilônia, a vivência desse corpo trans, preto e periférico, suas experiências, trajetórias e o lugar social que atualmente ocupa no movimento cultural *Ballroom*. Desse modo, por ainda ser um movimento pouco conhecido e com raras publicações acadêmicas, trataremos inicialmente de contextualizar o que seria a Cultura *Ballroom* e, na sequência, chegaremos na descrição etnográfica das casas de *Ball*.

A *Ballroom* tem seus primeiros registros desde a década de 70, no cenário cultural das periferias estadunidenses. Inicialmente caracterizado por competições e como lugar de expressão e amparo àqueles corpos renegados socialmente. A cultura *Ballroom* pode ser entendida como um estilo de vida e um movimento que flui e forma-se mediante as convenções dos bailes de *Drag Queen's* que se iniciam no século XX, centralizada nas práticas de performance, competições e estruturas de parentesco com o foco principal político e de acolhimento social (Sousa, 2023). Como afirma Henrique Cintra Santos (2018), a cultura *Ballroom* não nasce apenas para preencher lacunas de

* Doutora em Ciências Sociais e professora associada da Universidade Federal do Pampa.

E-mail: leticiaferreira@unipampa.edu.br

** Bacharel em Produção e Política Cultural pela Universidade Federal do Pampa.

E-mail: pabllossousa@gmail.com

entretenimento, mas principalmente oferece um espaço seguro para as pessoas que participam, de modo a poderem estruturar seus suportes de proteção social mediante aos processos extremos de marginalização.

Essas ações culturais também serviam para tensionar estigmas que estavam enraizados historicamente, conforme todas as políticas de “higienização”, que tentavam impossibilitar as práticas conceituadas homossexuais e restringir os bailes ligados ao grupo. Um dos maiores exemplos desse marco dos movimentos de liberação da comunidade LGBT, destaca-se a rebelião histórica (*Stonewall*) de 1969, que teve a participação de alguns membros ligados à cultura *Ballroom* (Sousa, 2023, p. 16)

É importante abordar que, historicamente, nas convenções LGBTQIAPN+ a comunidade negra muitas das vezes tinha a necessidade de se branquear para poder ganhar algumas premiações, pois majoritariamente quem liderava esses encontros era a branquitude. Então, diante disso, sentia-se a falta da representatividade negra nesses espaços. A Cultura *Ballroom* nasce também a partir dessa lacuna, indo contra regras e padrões dessas convenções foi um passo que a própria negritude deu para criar seu espaço de fala, contra hegemônico, destacando a luta antirracista na sociedade e seu contexto, criando sua identidade cultural e suas próprias referências dentro da *Ball*. Nesse sentido, as *balls* destacam-se pela resistência de gêneros não normativos aliados à luta antirracista.

A pesquisa etnográfica se deu a partir do movimento “Campinas Is Burning” e da “Casa de Babilônia”, ambos localizados na região de Campinas no interior de São Paulo e idealizados por Majestade Babilônia no ano de 2020. Esses dois movimentos culturais, tensionam e fomentam a cena da Cultura *Ballroom* especificamente na região de Campinas e que a partir de suas produções contribuem para o fortalecimento da cultura LGBTQIAPN+.

Majestade Babilônia é idealizadora dessas ações culturais, sendo a figura principal da pesquisa ao entendermos a importância da representação e visibilidade do corpo trans, negro e periférico e, ao abordar sua história e vivências, percebemos que existem diversas camadas interseccionadas, onde podemos pensar a subversividade, a resistência e a potência da performance dos corpos (Butler, 2019). Com isso, pensamos o artigo em duas partes: a primeira onde apresentaremos esses corpos dissidentes, a teorização sobre esse termo e o público da *ball* em sua confluência dentro da temática LGBTQIAPN+. Na segunda parte, *Corpos e Performatividade Social*, tensiona-se a

importância da viabilização dessas vozes e desses corpos, onde trata-se da compreensão da festividade, como lugar de difusão cultural e de pertencimento.

A Cultura *Ballroom* possibilita a determinada comunidade LGBTQIAPN+ a existência de um lugar de acolhimento e representação, observamos que é fundamental na estruturação desses indivíduos dentro da sociedade ao instigar a autoestima dos mesmos, para poderem enfrentar as problemáticas presentes em seu cotidiano, decorrente de todo preconceito enraizado e alicerçado na sociedade, especialmente marcando corpos periféricos, negros e não heteronormativos (Sousa, 2023). Intentamos pensar aqui com Andreza Jorge quando escreve sobre os feminismos favelados, no sentido do alargamento necessário do campo de análise para dar conta de vivências de sujeitos marcados por contextos herdados de uma sociedade de herança escravagista e colonial. A transversalidade de uma pesquisa com corpos negros e periféricos, favelados da Maré/RJ, no caso da pesquisa de Andreza, entende ser necessário ir além da clássica interseccionalidade - gênero, raça e classe - dos estudos de gênero, mas incluir o lugar, o território de pertencimento onde esses corpos materializam suas existências (Jorge, 2023).

Com isso, também, trabalha-se a ideia do coletivo e sua fortificação cultural, idealizando uma rede de conhecimentos, territórios e vivência que só determinada comunidade consegue representar, pois, cada corpo tem uma performatividade na sociedade e quando analisamos, muitas dessas performances são totalmente divergentes uma das outras, algumas carregam as mesmas coreografias, os mesmos tombos e as mesma visibilidade, já outras não. Pode-se pensar no corpo LGBTQIAPN+, especialmente no frequentador da *ballroom* como um corpo de performatividade política, que representa uma luta, uma história e um legado, que ainda tem muito a performar para poder mudar sua narrativa no roteiro social, pois, aos olhos da sociedade externa, esses corpos já estão presos ao pré-julgamento e, por consequência, a marginalização.

Corpos dissidentes

A ideia dos corpos dissidentes busca contribuir para construção de uma nova hegemonia social, buscando mudanças políticas que favoreçam a sua coletividade. Decorrente disso, nota-se os atravessamentos da comunidade LGBTQIAPN+ e os desafios da interseccionalidade que permeiam suas ideologias. Esses corpos dissidentes seriam todos aqueles corpos excluídos, marginalizados e invisibilizados por uma sociedade difundida por preconceitos históricos a essa determinada comunidade.

A possibilidade de construir uma nova hegemonia modifica a dinâmica da atuação política, porque se admite que outros interesses que não os do Estado (em sentido restrito) e da classe dominante se movimentam na sociedade civil atrás de ressonância e aceitação. Entre estes interesses estão os das classes subalternas e frações dissidentes da burguesia (ou da pequena burguesia) que com elas se solidarizam e se aliam no enfrentamento das classes dominantes e dirigentes” (Moraes, 2010, p. 73).

As reflexões de Foucault (1987) e Judith Butler (2019) sugerem que os corpos dissidentes são aqueles que questionam, ao seu modo, a linguagem da internalização de comportamentos e identidades normatizadas, portanto, o corpo - no caso aqui, do público da *ball* - procura visibilizar na linguagem performática, que são expressivas nas festas *ball*, aquilo que muitas vezes é sublimado pelas regras sociais. Poderíamos colocar a pergunta de Butler (2019, p. 232): “*como representa o corpo em sua superfície a própria invisibilidade das suas profundezas ocultas?*” para sugerir que a “fabricação” dos corpos pela performatividade *ball* e o travestismo flexiona, ou mesmo, subverte, a produção disciplinar do gênero em sua regularidade heteronormativa de interesse reprodutivo. (Butler, 2019, p. 235). Nas palavras da autora:

[...] os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora.

A Cultura *Ballroom* surge no contexto político de acolhimento e re-existência, principalmente contribuindo para o preenchimento de lacunas socioafetivas, visto que decorrente de toda essa marginalização social, tiveram que criar um ambiente, que para além de um movimento político, é especialmente um movimento mais sensível, é um movimento de afeto.

Seguindo nessa ideia, observa-se na pesquisa de campo que a relação da festividade da *Ballroom*, que esse espaço de encontro, não era dedicado apenas para o entretenimento dessa comunidade, mas também, como lugar contra hegemônico. Melhor explicando, o espaço das festividades *ball* são locais fomentadores de discussões muito mais profundas e sensíveis, mas, que ainda contemporaneamente a sociedade enxerga de uma forma rasa e marginalizada.

Como analisou Sousa (2023) os bailes e eventos são vistos pela sociedade apenas como uma ferramenta de festividade, todavia, se tornaram um acontecimento mais profundo, algo que libertaria esse grupo de suas frustrações cotidianas, com uma

função mais importante: de revigorar suas forças para poderem enfrentar todas as problemáticas ocasionadas pelas regras sociais, que impõem até hoje determinados padrões e estilos de vida hegemônicos.

A Cultura *Ballroom* é um estilo de vida, onde há as representatividades de sua comunidade e de todas as interseccionalidades ligadas à afetividade, às famílias contra-hegemônicas e principalmente desses corpos dissidentes em meio a sociedade. Dessa maneira, pensar a identificação¹ cultural da comunidade LGBTQIAPN+ acerca da Cultura *Ballroom*, é um passo muito a frente para poder discutir e procurar entender como a cultura pode sim, modificar a sociedade. Contudo, a sociedade ainda possui um pré-julgamento, relacionando a festividade apenas como entretenimento, como algo vago, que não faz diferença nenhuma na vida de um indivíduo, no entanto, não observam que as festas, contribuem fortemente para o reabastecimento de “energia” dos Eus² na sociedade, assim como, as cerimônias ritualísticas, sua comunidade procura esses ambientes como uma forma de pertencerem a algo e de sentirem-se acolhidos, como uma zona de escape a todas as problemáticas externas. Como explica Rita Amaral:

Disto resulta que a festa deixa de ser “inútil” e passa a ter uma “função”, pois ao fim de cada cerimônia, de cada festa, os indivíduos voltariam à “vida cotidiana” com mais coragem e disposição. A festa (como o ritual) reabasteceria a sociedade de “energia”, de disposição para continuar, seja pela resignação, ao perceber que o caos se instauraria sem as regras sociais, seja pela esperança de que um dia, finalmente, o mundo será livre (como a festa pretende ser durante seu tempo de duração) das amarras que as regras sociais impõem aos indivíduos (AMARAL, 1998, p. 14).

Pode-se afirmar que a Cultura *Ballroom*, instiga sua comunidade e reflete no desenvolvimento social desses indivíduos, visto que, após as *Ball's* voltariam revigorados para poderem enfrentar suas frustrações e problemáticas cotidianas na

¹ É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. De fato - e eu gostaria de remeter aí ao livro de Philippe Joutard sobre os *camisards* -, podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação (Pollak, 1992, p. 201).

² Na vida política, no trabalho, nos arranjos domésticos e conjugais, no consumo, no mercado, na publicidade, na televisão e no cinema, no complexo jurídico e nas práticas da polícia, nos aparatos da medicina e da saúde, os seres humanos são interpelados, representados e influenciados como se fossem eus de um tipo particular: imbuídos de uma subjetividade individualizada, motivados por ansiedades e aspirações a respeito de sua autorrealização, comprometidos a encontrar suas verdadeiras identidades e a maximizar a autêntica expressão dessas identidades em seus estilos de vida (Rose, 2001, p. 139).

sociedade. Quando esses membros estão juntos, deixam de lado o individualismo e começam a ser dominados pelo coletivo, partilhando de seus pensamentos, conhecimentos e estilos de vida, se torna algo bem mais profundo e totalmente significativo que vai além da festa ou mais especificamente das *Ball's*.

Desse modo, relaciona-se essas ações do coletivo, como o alicerce principal para a Cultura *Ballroom* ser esse espaço de representatividade e afeto, pois, de fato, seus membros possuem a mesma fonte de identificação e os mesmos anseios dentro da sociedade, buscando a mudança e o direito de existir, performando politicamente em busca de seus ideais.

Esses corpos dissidentes, buscam essa descentralização dos corpos, anseiam sair dessa zona de marginalização, agindo politicamente com ações e performances contra hegemônicas, para poder denunciar os déficits que atravessam suas vidas em meio a padronização social e suas regras, que apenas contribuem mais e mais para consolidar os preconceitos existentes sobre esses corpos.

Gramsci (1999), situa as ações contra-hegemônicas como “instrumentos para criar uma nova forma ético-política”, cujo alicerce programático é o de denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista. A contra-hegemonia institui o contraditório e a tensão no que até então parecia uníssono e estável. Gramsci nos faz ver que a hegemonia não é uma construção monolítica, e sim o resultado das medições de forças entre blocos de classes em dado contexto histórico. Pode ser reelaborada, revertida e modificada, em um longo processo de lutas, contestações e vitórias cumulativas (Moraes, 2010, p. 73).

Portanto, os corpos dissidentes são os que estão na frente, contribuindo para o fortalecimento de sua cultura e comunidade, indo contra a maré e tentando ao máximo reverter todas essas regras padronizadas pela sociedade. Por conseguinte, aborda-se a figura principal da pesquisa, que é a *Mother* Majestade Babilônia, que discorre sobre sua vivência e encontro com a Cultura *Ballroom* e desde então sua casa.

Corpos e performatividade social

Quando se fala de corpo e performatividade social, refere-se ao papel desse corpo na sociedade, como ele é visto e como ele desempenha suas ações dentro desse coletivo, que é totalmente diversificado e ao mesmo tempo totalmente excludente. A sociedade que ao mesmo tempo exala as diferenças e busca o diferente, também exclui e marginaliza aquilo que não entendem e nem buscam compreender, pois, a

perplexidade assusta e devora as mentes daqueles que não desejam expandir seus conhecimentos e preferem viver em sua zona confortável, crendo em suas frustrações sociais de como cada um deve viver.

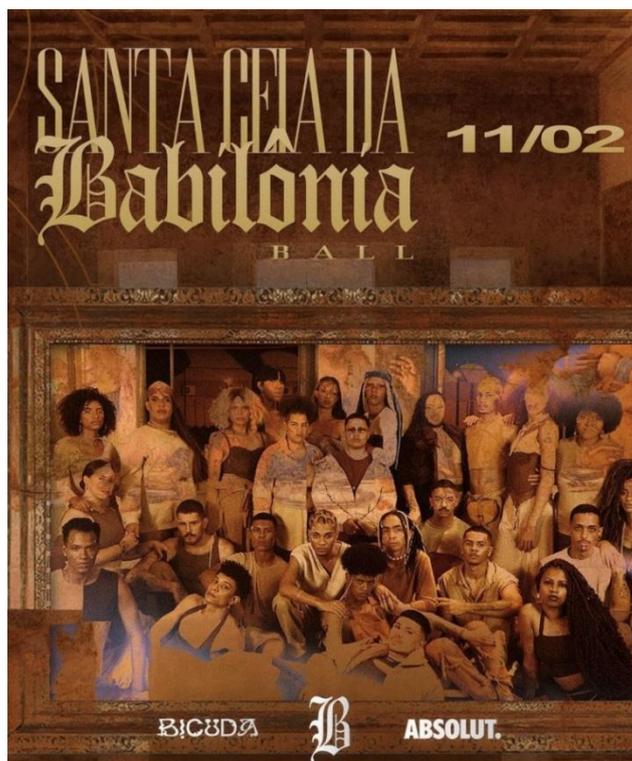
Diante disso, a pesquisa e o encontro com a Majestade Babilônia foram muito proveitosos. Figura que instiga e fomenta a Cultura da *Ballroom* na cidade de Campinas, Majestade nasceu em 03 de março de 1998 na própria cidade de Campinas – SP e é DJ e produtora. Ela cresceu em um ambiente familiar ligado a religiosidade, frequentando igrejas evangélicas e foi dentro desse espaço que descobriu sua potencialidade nas produções culturais, porém em um certo momento dessa fase em sua vida, a mesma não se sentia representada e acolhida nesse espaço. Quando Majestade começou a frequentar as *Balls* percebeu que foi nesse ambiente que ocorreu o encontro dela consigo mesma e diante disso iniciou o seu processo de transição. Vejamos como Majestade contextualiza:

Lembro que foi a primeira vez que pude vestir algo fora dos padrões, porque eu tinha acabado de me assumir quanto gay, fui de salto, fui de *cropped*, fui com uma calça mais feminina e foi muito legal chegar ali e me sentir à vontade. Fiquei meio que sozinha, porque eu não conhecia as pessoas ainda, então fiquei entendendo como funcionava, vendo quanto era incrível o *vogue* que tanto vemos nas redes sociais na minha frente, presencial do nosso lado e ver todo esse empoderamento especialmente porque era uma *ball* para pessoas trans, para as travestis sabe, então vi todas as travestis ali se divertindo, isso fez com que eu me visse nelas e foi a partir daí que venho minha transição, estando com essas travestis, sendo acolhida por elas também (Babilônia, entrevista cedida a Pablo Felipe de Oliveira Sousa. Google Meet – 07 de dezembro de 2022).

Nesse caso, observa-se como foi extremamente importante para a Majestade estar nesse ambiente e encontrar-se consigo mesma a partir disso. Nota-se a potencialidade da representação social dentro desses espaços de convivência para a compreensão de seus *Eu's* internos. Portanto, foi nesse contexto que ela iniciou sua trajetória dentro da cena da Cultura *Ballroom* e dedicou sua vida a esse movimento. Mas para além de todos esses aspectos, qual é a performatividade da Majestade na sociedade?

Ao pensar-se na figura de “mãe” idealizamos aquela imagem advinda da ideologia normativa de compreender a maternidade vinculada ao corpo biológico da mulher, de modo que é muito difícil diante da padronização social enxergar corpos trans desempenhando esse papel, mas, sim, Majestade Babilônia é mãe dos filhos de uma *House de Ballroom*, a Casa de Babilônia, que atualmente conta com mais de 25 membros.

Figura 1 - Capa de divulgação Ball Santa Ceia da Babilônia



Fonte: Instagram Campinas Is Burning.

Essa casa desempenha um importante papel em meio a essa comunidade, para além de um grupo desenvolvedor de ações culturais, é também, uma família. Uma união contra as famílias hegemônicas, pois, muitos desses membros foram explicitamente marginalizados e excluídos de suas famílias biológicas apenas por serem quem são e desempenharem uma performatividade diferente da que foi idealizada pela sociedade. Mas em primeiro lugar, família não seria amor?

Desse modo o nome da House é uma ressignificação. Como contextualiza Sousa (2023) a partir da entrevista com Majestade Babilônia, o significado de Babilônia para a comunidade religiosa cristã era de um lugar onde habitavam os pecadores, aqueles que não faziam parte de Jerusalém, onde estavam os corpos dissidentes.

Foi na Babilônia que Majestade se encontrou e fortificou seus laços, onde criou morada, onde decidiu ter uma família e era onde também queria que seus filhos estivessem, um lugar no qual poderiam ser aceitos, como realmente são. As subversões da construção social do gênero são aliadas à própria subversão da ideia convencionalmente aceita de maternidade, pois, de fato o papel de Majestade Babilônia na sociedade é esse: de desempenhar e partilhar amor em sua família e de ser mãe.

Como a mesma diz na entrevista realizada em 07 de dezembro de 2022, sobre a principal justificativa da criação da Casa de Babilônia:

Eu criei a babilônia depois do meu término, eu tinha amigos muito próximos a mim e eu quis ser mãe, eu cuidava mais deles do que eles de mim por mais que quem precisava de mais cuidados era eu. Então, foi a partir disso que eu comecei a ser mãe, cuidando dos meus amigos e foram vindas outras pessoas, hoje somos 25, então assim, ao mesmo tempo que eu cuido, eles cuidam de mim também e eles se cuidam, é essa dinâmica que nós temos, de reciprocidade, de empatia e de afeto. O afeto está aí exatamente porque a gente não tem e na babilônia enquanto família a gente garante esse afeto, esse carinho, esse calor do amor (BABILÔNIA, entrevista cedida a Pablo Felipe de Oliveira Sousa. Google Meet – 07 de dezembro de 2022).

Portanto, essa dinâmica da afetividade muitas das vezes não está presente dentro dos lares das famílias normativas, como a própria Majestade discorre, que quando iniciou seu processo de descobrimento, de começar a enxergar-se como uma mulher trans, houve um forte julgamento de sua família e a partir disso a exclusão desse corpo, pois eles não a respeitavam, ignoravam a existência desse corpo.

Então, foi aí que ela encontrou o apoio, carinho e afetividade que precisava em outros espaços, iniciando primeiramente com a Cultura *Ballroom*, foi estando em contato com outros corpos marginalizados que realmente viu que não era a única e poderia se sentir representada e acolhida. Foi nesse momento que começou a traçar sua história em rompimento das camadas da hegemonia, na sociedade, iniciando com sua família.

Majestade então decidiu ressignificar a ideologia de família, construindo a sua própria e também se colocando nesse lugar de portadora de afetividade, visto que, enxergava o déficit e a necessidade que as pessoas que estavam ao seu redor tinham de um lugar de acolhimento, como a mesma também sentia falta, com isso, formaram e construíram a *House* que hoje é conhecida como a Casa de Babilônia.

As subversões protagonizadas por Majestade remete-nos aos estudos de Esther Newton trazidos por Butler (2019), onde o travestimento subverte não apenas a distinção entre os nossos espaços internos e externos, mas também desloca e parodia a ideia de uma verdadeira identidade de gênero.

Em sua expressão mais complexa, [o travesti] é uma dupla inversão que diz que a 'aparência é uma ilusão'. O travesti diz: "minha aparência 'externa' é feminina, mas minha essência 'interna' [o corpo] é masculina." Ao mesmo tempo, simboliza

a inversão oposta: “minha aparência ‘externa’ [meu corpo, meu gênero] é masculina, mas minha essência ‘interna’ [meu eu] é feminina (Newton apud Butler, 2019, p. 236).

Assim, a *house* além de tensionar a ideologia e ressignificação de afeto e família, também idealiza diversas produções na cena *Ballroom*, dentro e fora da cidade de Campinas - SP. Suas produções culturais são formadas por ações sempre com uma curadoria bem pensada politicamente, ressaltando assuntos que atravessam as problemáticas da comunidade LGBTQIAPN+, tais também como assuntos que abrangem a própria sociedade.

Como aconteceu no Baile Vermelho, uma *Ball* que ocorreu nas eleições presidenciais de 2022, onde o presidente da época Jair Messias Bolsonaro disputava sua reeleição com o ex-presidente e candidato Luiz Inácio Lula da Silva, que ocorreu no dia 30 de outubro.

Figura 2 - Capa de divulgação Baile Vermelho



Fonte: Instagram Campinas Is Burning.

O Baile Vermelho foi especialmente uma *Ball* a favor da campanha do Lula, dedicado também como uma forma de protesto ao governo (Governo Bolsonaro) da época que fomentava o ódio e preconceito, Sousa (2023) cita que as categorias (13 no

total) foram inspiradas nessa época, como uma forma de protesto contra todos os ataques fascistas do governo bolsonarista e no intuito de esperança para um governo melhor e mais democrático, o vermelho então significa a campanha do candidato e ex presidente Lula, que faz parte do Partido dos Trabalhadores – PT, partido no qual é representado por uma estrela vermelha.

É importante ressaltar que essa Ball é também uma forma de celebração, contemplando a resistência e existência desses corpos, que diante a tantos ataques ocasionados pelo governo Jair Bolsonaro, se mostravam firmes e dedicados a mudar as diretrizes daquele contexto político, buscando novas lideranças que contemplavam suas ideologias.

Figura 3 – Categorias Baile Vermelho



Fonte: Instagram Campinas Is Burning.

A cena *Ballroom* abrange conceitos e práticas profundas ao elaborar espaços que vão além da autonomia de uma comunidade de ser quem realmente gostaria de ser sem sofrer ameaças e preconceitos, mas, sobretudo proporciona um lugar de debates mais profundos, muitos dos quais não existem dentro das casas e das famílias convencionais, tampouco nos lugares de trabalho, nas escolas e etc. Por fim, as *balls* são um campo

festivo e político de resistência, de luta contra o racismo e a homofobia, e que opera para que seus efeitos sejam transformadores de realidades muitas vezes violentas e excludentes.

Referências

- AMARAL, Rita. **As Mediações Culturais das Festas**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1998. p. 13-22.
- BABILÔNIA, Majestade. [Entrevista cedida a Pablo Felipe de Oliveira Sousa]. Google Meet – 2022.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.
- JORGE, Andreza. **Feminismos Favelados uma experiência no Complexo da Maré**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002.
- MORAES, Dênis de. Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: a Contribuição Teórica de Gramsci. **Revista Debates**, v. 4, n. 1, p. 54-77, 2010.
- PARIS IS BURNING. Direção: Jennie Livingston. EUA: Art Matters Inc. e Miramax, 1990. 71 min (DVD). Son, Col, Inglês.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, [S. l.], v. 5, n. 10, 1992.
- ROSE, N. Inventando nossos eus. In: SILVA, T.T. (Org.). **Nunca fomos humanos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 139-204.
- SANTOS, Henrique Cintra. **A transnacionalização da cultura dos Ballrooms**. 2018. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Linguística Aplicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- SOSA, Pablo Felipe de Oliveira. **Corpos dissidentes em uma sociedade individualizada: um estudo da Cultura Ballroom**. 2023.
- URIARTE, Urpi Montoya. **O que é fazer etnografia para os antropólogos**. São Paulo: Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo, 2012. p. 13.
- VIDAL, Júlia Silva. **Criminalização operativa: travestis e normas de gênero**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, 2020.
- VILLADA, Camila Sosa. **El viaje inútil**. Córdoba: Ediciones DocumentA/Escénicas, 2018.

Geopolitics in Gay Advertising via Instagram

Felipe Alves Oliveira*
Jayme Benvenuto Lima Junior**

Introduction

This article presents an unfolding from the data collected in the first author's master research, under the second author's guidance, the method applied to collect the data was network cartography, and for the posts analysis we run the iconography analysis (Panofsky, 1986). Through the data collected we will analyze the Instagram profiles with the higher posts number, specifically focused on commercial activities, and linked to the hashtags #gaypuertorican and #gaycuban collected in 2018. Here the focus divergences between the listed pages, demonstrated by iconographic analysis, make explicit how the experimental nationality (Grimson, 2007) from both national spaces play an important reference point in the advertisements creation targeted for the Latin gay Instagram public, contributing to fetishism towards ethnic minorities and subalternity (Grovogui, 2007) in the Puerto Rican case and the health and care values linked to national Cuban soft power in the second case. Cubans and Puerto Ricans gays on Instagram are, therefore, our observation focus in this work.

All the terms present in the article title had its meanings enshrined in its specialized literature fields, to organize how the terms fit each other into the current object, we organize the article in a structure that starts debating what geopolitics we see in the context and what bodies can make visible this political tension, secondly we point the method and present the iconography analysis.

In this study, our intention is to run an iconographic analysis in the two major commercial Instagram accounts whose posts are linked to the two analyzed

* Doctoral degree (Candidate) in Communications at Federal University of Pernambuco, Brazil. Exchange program at University of Applied Arts Vienna. Master in Human Rights from Federal University of Pernambuco, Brazil.

E-mail: felipe.aoliveira@ufpe.br

** Doctor in Law from University of São Paulo, Brazil. Professor at the Federal University of Pernambuco, working in the undergraduate Program in Law (Public International Law) and in the Postgraduate Programs in Law and Human Rights.

E-mail: jayme.benvenuto@ufpe.br

hashtags, #gaycuban and #gaypuertorican, in the intermission between February and April 2018, we selected the accounts based on their high level of activity.

Methodically, research on hashtags in social media has usually been intended to pin point posts within a certain topic of discussion (Lewis; Zamith; Hermida, 2013), here, otherwise, both hashtags are chosen in other to understand how two identities, the nationality and the sexuality, fit each other and compose part of the virtual *ethos* from being a gay Cuban or a gay Puerto Rican on Instagram.

The work presents an unfolding from the first author master dissertation, under the second one guidance, and explores the commercial profiles and posts collected. In this previous work, we propose to start by observing the images shared by Instagram users, forming a research *corpus* what confirms, or removes, the perception of these spaces as the best places to live as part of the gay community in the Caribbean. We combine the critical observation of the life' experience and sexual orientation social legitimacy with their respective expressions, while we observe and analyze the images shared through the Instagram application.

But why Puerto Rico and Cuba? We develop the research from an earlier research developed by the date app SCRUFF (2015), what demonstrates, through the profile images observation, a relationship between the use of face images (face pic) in less discriminatory societies to the users sexual orientation. The research identifies Puerto Rico and Cuba as privileged locations in the Caribbean with greater openness to live as a gay person, as indicated by the quantitative data expressed in the 2015 research promoted by the aforementioned dating app¹.

The Instagram choice is explained by its generality, in the users' number in the world, and its mediating role when it gives its users the preferential way to represent themselves through images. This understanding was also motivated by previous studies as Correa (2012) and Coelho (2013) what show the platform influence in shaping how subjectivities are expressed by their users that end up reverberating in other online platforms.

The methodological formulation proposal, with a post-structural nature, makes it possible to figure out as *ethos* (Maingueneau, 2005) the images posted in the application and the hashtags used by Instagram users to index themselves in an intersubjectivity classification mechanism. We proceed as followers, collecting the information what the Instagram commercial users do-it-themselves: pictures, tags, ways to representing

¹ In the Cuban case I used the data from the application Planet Romeo's research listed at the references. Besides that, the country pointed in 4th place into Scruff's research.

oneself, all of that for the period of two months which these commercial interlocutors provided us through their public sharing postings on Instagram.

The present article works on 123 posts collected with the process described above, running on them an Iconographic analysis (Panofsky, 1986). To achieve the research goals: first we introduce the way how we conceive the geopolitics and the bodies centrality in the virtual *ethos* construction; second run the iconography analysis; and third present Instagram platform as a network-actor and end up with the discussions.

Geopolitics for frontier bodies

One of the basics presuppositions about the international system is to conceive the system as a disoriented and disharmony cluster of states hierarchically organized through an unequal power relational combination between them. This read stimulates the systematic status quo maintenance and contributes to perpetuating the most powerful actors on the more powerful positions, it's exercised by the traditions and the regimes that regulate, symbolic and normative, the relations among the actors on the international system.

Under the post-colonial gaze, the nations are stakeholders into the identity production process what is crossed by imperial influences into the local cultural identities production. Siba Grovogui (2007) defines the nation' concept, in Latin America, as the result of symbolic disputes among native people, descendants of the European colonizers and the descendants of the African diaspora. It's a conflicting scenario where the different nation-actors produce their nation-foundation (or invention) and they own national goals all these concepts are intersected by the nation-image created by other nations; this disruptive and conflicting cluster of nation representations built the identities as a relational experience intercepted by a lot of noise.

Grovogui (2007) reading the Said (1978) lessons affirms the colonizer, or imperial, characteristics the colonized. The Caribe, an imperial disputes frontier, occurs the same cultural conflictive production. The combination of destruction and mixture of different people and diverse cultures with they own tongues, and behaviors, and traditions, and political metrics create contemporary Caribbean context inherent tension making the territory as a great 'espejo de revueltas, inestabilidad y escaso desarrollo general' (Bosch, 1970, p. 66).

Stereotypes are all kinds of discourses were originated from historical relations presents in domination contexts (Mcklintock, 1995; Stoler, 2006). Inside such contexts,

the other is categorizes and identify by a sequenced setting of distinctions and discriminations what presents the alterity as 'the subject to be ruled'. Stereotypes and Nationalities are intrinsically linked, the stereotypes importance for the nationalities is expressed by dominance and desire relations what they both provoke identifications 'with the nation doesn't occur only on public spaces or in a conscient level' (Maia, 2009, p. 73).

On the other hand, they are link to 'behavior and feelings structures, aesthetical perceptions, ideals of femininity, masculinity, and beauty' or in other words 'possibilities to erotic interest'. The national stereotypes and the imagetive-symbolic nationality use in a context of transnational dates constitute by itself in complex procedural manifestations of national identity formation, this identity is built in the intersection between identity axes such as gender, race, class, and sexuality.

The Body Centrality when the Virtual Ethos is composes

In the '60s the politic body begins to develop the first roles on the individualistic and egalitarians' protest movements against the sociopolitical and cultural hierarchy's weightiness inherited from the past centuries. In the '70s, women protested against the abortion prohibition in western Europe with a slogan what will be appropriated by LGBT movements later: 'Our body belongs to us!'. Race, class or gender minorities had the clear perception that they only had their own body to oppose the elite's discourse, and the instrumentalist language that imposes silence on the bodies. This centralized the bodies as a place of 'repression, a crucial liberation instrument, and the a revolution promise', this role situate the body at the cultural debates heart, the body becomes an reflection object, starts to bring 'the gender, class or origin, marks and these can no longer be erased'(Corbin *et al.*, 2011, p. 9).

Contemporary politics and economics are realized through the bodies, deepen the living being visual exploration, by programing the life's reproduction and the life's meaning itself, through the body virtual multiplication. Anne-Marie Sohn (Corbin *et al.*, 2011, p. 109) postulates what the body is omnipresent in the visual space, and also plays an even greater role in both scientific and media representations.

The central place of the body in the last quarter of century tends to make us forget the underground desire' liberation history until the 1968, when, for the first time, sexual practices and discourses about sexuality are publicly conjugated and impose the private life irruption on the political debates.

Complementing this perspective Yves Michaud (Corbin, *et al.*, 2011, p. 564) perceives 'nothing else is hidden', contemporarily, with the cameras' multiplication,

facial recognition, virtual representations, and an itself oceanic virtual production. The body appears, in these terms, as the 'last anchorage point to where it is possible to attach itself'. a general reflexivity movement accompanied by many uncertainties around identities, always flexible and multiple.

The modesty progressive erosion, linked according to Anne-Marie Sohn (Corbin *et al.* 2011, p. 111) to the necessity for love marriages, has made naked bodies part of our daily lives today. For the author, 'men and women are cut to this, to find alone a partner that once the family and relationships took from the nest, to play with their trump suits and, among them, the first: the physical'.

'Both the historian and the sociologist... They largely ignore the impact of porn films, which speak of "sex" and not of sexuality, while staging young, perfect inexhaustible libido bodies' (Corbin *et al.* 2011, p. 114). At each stage, 'the retreat of modesty and visual taboos in sexuality matters raises questions about the society future and morals'. Those occurrences refer to a broader phenomenon, the 'sexed body commercialization'.

This movement was stimulated by the Polaroid machines, Instagram's ancestors, and had with the massification of the Internet its greatest democratization. The impulse for seeing, what makes up production and consumption dimension for these images, finds ever new satisfaction possibilities inside the ordinary social imaginary. 'A muscular, strong and virile body (taken from gyms, advertising images, and entertainment vehicles) has historically become the benchmark for male corporeality', while bodies that 'deviate from this pattern are commonly satirized or even excluded from the media. According to current normative standards, muscles are indicative of masculinity', because they fill a virility imaginary representation and are forced by the media over people's imaginary (Beiras *et al.*, 2011, p. 68).

The relationship is directly linked to male body representations present in heroic narratives proper to the 20th century mainstream visual culture. Whether in films, comics, cartoons, and series, the heroic alter ego embodies the maximal masculinity ideal strength, confidence, and power, while the secret identity retains the 'ordinary man' vulnerabilities, insecurities, and softness (Beiras *et al.*, 2011, p. 70). It is suitable for this dynamic process the fantasy, because in the fantastic narratives, 'it is perceived what the hidden characteristics are precisely those what express vulnerability, this can be understood as a reflection of the fear of the non-masculine'. The comic books, therefore, staged 'a masculinity ambivalence, experienced by superheroes as a mask, leading them to maintain double identities to hide certain attributes and express others emphatically' (Beiras *et al.*, 2011, p. 74), mainly through their bodies.

In 21st century art, the body becomes an artistic medium by itself: from the position of retractable object it assumes a role as an active subject within the artistic and relational human activities. Body and artist are a unique entity, as are flesh and spirit; the reassembling (Latour, 2004) of these dimensions enables a potential representations and performances range. The body is an agent, and at the same time, the identity expression productor, it will be use for the one who intends to be objectified by his auditorium wishes, and for who aims to be recognized as a potential lover.

Methodology

The methodology employed in this study combines elements of the netnography, the cartography of controversies (Venturini, 2010a, 2010b, 2018, 2019) and the iconography analysis (Panofsky, 1986), based on the investigation field adopted in earlier observation of Puerto Rican and Cuban gays contents shared on Instagram. We searched and cataloged publications from two hashtags, #gaycuban and #gaypuertorican, for a period of two months, from February to April 2018. In this meanwhile, we list two commercial pages, one in each hashtag, which is highlighted as the most active pages on the network.

We classify this investigation as a knowledge search encompassed by an inductive logic; whose nature of the data will be approached in a qualitative mode since it is the qualitative research competence the lived experience world. As taught by Denzin and Lincoln (2006, p. 22) 'its that were individual belief and cultural action intersect'.

We adopted the methodological triangulation in the investigation (Uwe Flick, 1998, p. 230) combining the methods of netnography, network cartography, and iconographic analysis. Such technique use is not limited to seeking an evaluation method, but will also be part of the strategy to make sure an in-depth interpretation of the intended ontological cut.

Network-actors

The posts observation and iconographic analysis on the network has paramount importance in the present research. However, the analysis was preceded by posts cartography, with the observing and describing concern of how users in the platform organized themselves in the posts, following the steps listed by Latour (2005) and Venturini (2010a, 2010b, 2018, 2019). The observation window was placed between February 15th, 2018, and April 15th, 2018. From this observation we extract the following volume of posts distributed by type of account:

Table 1 – Post Number per account type

Account type	Hashtag Guide	Post number
Commercial	Gaycuban	11
Commercial	Gaypuertorican	112

Source: The authors.

We noticed the discrepancy between profiles with commercial purposes between both indexes. In the case of Puerto Rico, there were about ten times more commercial postings as in the Cuban case. For this analysis, we have listed the commercial profile with the highest number of postings on the network during the observation period in each of the guide hashtags. Hence, we get to the following profiles:

Table 2 - Most used commercial profiles and indexers

Profile	Localized	Posts Number	Most used Hashtags
prevention305	Miami	9	#miami #wynwood #miamibeach#northmiamibeach #kendallfl #kendall #hailea #prep #scruffapp#preexposureprophylaxis #brickell #healthylifestyle #southbeach #brickellcitycentre#brickellmiami #miamihealth #scruffygay #poolpartymiami #southbeach#miamifloridausa #gaymiami #hivprevention #winterpartymiami #gaybrickell #miamigay#dormiami #doralzuela #cubanosenmiami #gaycuban #winterparty25
rumpur_app	Nova York	104	#gayphilly #gaypuertorican #gaynewyork #gaynewjersey #gaybros #gaybronx #gaymiami#gayflorida #gayversatile #gayvirginia #gaymaryland #gaysouthbeach #gayboston #gaytexas#gaycalifornia #gayatlanta #gayohio #gaychicago #gaybottoms #gaypups #gayblackmen#gaychubby #gaybrooklyn #gayathlete #gayblack #gaycali #gaypride2017 #gayboy#gaymacho #gay

Source: The authors.

The *prevention305* profile places it as an organization focused on promoting of pre-exposure medications (PrEP) for human immunodeficiency virus (HIV) infection

and for testing campaigns among the Latin American Miami' population, which, according to the organization, is the largest number of new HIV infections in the United States community. On the other hand, *rumpur_app*'s profile is the 'first date app for ethnic men or men who love ethnic men'. The both pages and the Instagram are the network-actors on this research and we start by categorized the first two of them above.

We can understand how in both situations' ideals are played out with the respective nationalities in explicit means inside the publications. In the Puerto Rican experience, the page attributed to ethnic minorities a submissive position about what is considered "normal" or the American gay *ethos*² standard. We see the strengthening of the Puerto Rican community subordinate position face to the US empire and its majority nationals. On the other hand, we could perceive what Cuba today exports as its post-Castro regime fundamental nation value expression: the health promotion as a human right and as a foreign exchange goods in the context of international trade services. In this sense, we see that stereotyped national values and positions play an intrinsic role in the both profiles contents formulation, even if both pages are geolocalized in the United States, with the Puerto Rican page linked to New York City, and the Cuban page based in Miami.

Regarding Cuban immigrants in Miami, who have a critical position in relation to the island' communist government, we perceive this link among the discourse about the male homosexuality experience linked to non-personal expressions formulates that are express under a collectivist logic, by a non-governmental organization (NGOs) page, at the same time the page was linked to health promotion, the fundamental value of Cuban soft power³ in its international relations.

In the Puerto Rican case, we realize how the *rumpur_app* dating application page reinforces minorities groups stereotypes, the fetish and the exacerbated sexualization pointed to Latinos and Blacks men play a central role in the page *ethos*, through posts with explicit sexual content, arranged in a showcase mode, announcing a realizable and fetishist desire target to Black and Latin communities. The page reinforces a subordinate position of these groups, through ghettoization, while the necessity for an app dedicated for these audiences, hence isn't an app for Black and Latin people, it is an app direct to people who want to quench one's ethnic desire target for this people.

² According to Maingueneau's definition of the discursive *ethos* (2005).

³ US professor Joseph Nye coined the concept of soft power, which denotes a country's ability to influence and persuade through its power of inspiration and attraction, as opposed to military or coercive power ("hard power" or "hard power").

By the *ethos* built throughout the posts, the desirable gay "of color", according to which the gay is young and restricts his potential for relationship between young people, he has an athletic body construction, and finally he is tan and wrapped by a sensuality aura.

The *rumpur_app* page on Instagram perpetuates stereotypes that reinforce the Puerto Rican *ethos* as docile, sexualized and subordinate⁴. In turn, the *prevention305* page reinforces a Cuban society's values positive image relates to health promotion. This value has risen in parallel with the communist regime implanted on the island, which goes against the images and constituent discourses of the Cuban dissident *ethos* while showing an autonomist face of this nationality, commercially disassociated from an erotic and subordinate Latin *ethos*.

According to the Jeremy Rifkin lessons (2001), the primary characteristic of the post-industrial economy is the networks formation that commercialize cultural experiences. Cultural interaction and integration are, according to his interpretation, converted into the best shopping experience, with cultural social life values and experiences being placed in the condition of merchandise.

In the terms defended by Alejandro Grimson (2001), with the experimental concept about nationality, it turns in elements whose observance goes beyond material criteria; it also acts as symbolic forces, what provide to the national being the cultural references intrinsic to his perceiving and interfering tools on social life.

The Americanization process presents by Lindgren Alves (2000), aligned with the niches concept, proposed by Frédéric Martel (2012), both conceived to explain the North American cultural industry minorities inclusion, what understood it as: 1 - The populations hierarchy organization based on ethnic references is the industry organization *praxis*; and 2 - The goods commercialization by each client's "type", based on their culture and ethnic references, is not only current practice in this industry, is also the way that this economic segment becomes hegemonic or mainstream.

If we consider the impact caused by the tremendous black profiles blocked proportion on the date gay app Grindr, according to the intense repercussion after the release of the C*ckBlocker page⁵. This page allows Grindr' users to know the profiles that blocked them on the date app. Latino and black users have on average 10 times more blocks than white users, this information make clearer how the Americanization

⁴ The concept of subaltern and subalternity is identified in critical, postmodern and postcolonial studies. It is closely related to national contexts Where relations are racialized and economized for power maintenance in the traditionally hegemonic field.

⁵ More information about the repercussion: <https://intomore.com/into/Are-Men-of-Color-Blocked-Solely-for-Their-Race-on-Grindr/f9310775e83e4bee>.

in this space operates. These numbers follow the logic perceived in other contexts, such as the Australian, where research indicates a growing profile number against contacts with Asian immigrants (Callender; Newman; Holt, 2015).

An application created directly for non-white North American audiences is a product of these relationships that we mentioned above. On the other hand, the constant discrimination target to these groups, associated with the specific segments specialized apps, reduces intercultural dialogues possibilities. Instead of general gay audience apps, seeking to combat discriminatory practices, the *rumpur_app* page influences its audience through categorizations based on color reinforcing discriminatory practices.

At the same time, the segmented date apps creation demonstrates the ethnic and cultural aspects commodification of ethnic groups, contributing to fetishism towards minorities inside the gay minority, therefore contributing to place ethnic and cultural attributes as an exchange element in the desire political economy, thus potentially disruptive, depoliticizing and diffusing subalternity relations and exclusion.

Iconographic Analysis

The Iconography considers only a part of the elements that constitute an image content 'and that need to become explicit if the perception that content is to be articulated and communicable' (Panofsky, 1986, p. 54). Iconology is an interpretation method that originates in the synthesis. The attention to the motives (Panofsky, 1986, p. 54) is 'a basic requirement for a correct iconographic analysis', which means 'the exact analysis of the images, stories, and allegories' essential to iconological interpretation.

To carry out iconographic analysis, we organize the posts into categories that are articulated with the figure and framework notions (Banks, 2009). In the figure we have the 'main object' and in the background 'everything else'. Less literally we have the relationship observation between 'things that seem significant and those that seem incidental' (Banks, 2009, p. 28). In the *photo framing*, we must have considerations about what was looked to produce certain image, this concept is apply here as a synonym for *emphasis*. By *framing*, we have a more theoretical and analytical concept, what 'indicates the general elements considered by the research to group, or to exclude, data' (Banks, 2009, p. 29).

From these concepts and aiming for a synthesis formulation that helps to interpret the differences between the pages, we build the following categories for the posts'

tabulation: *self*, whose focuses on a single person, or part of it; *mixed*, more than one person in the image; *virtual*, artificially generated image only. From these categories, we chose an image in each profile to demonstrate the differences between both pages and the cultural values propagated by both; thus, we cut the data according to the following oppositions.

In the virtual category, we choose images that make explicit the pages intentions, are these:

Figure 1 - Virtual *Rumpur_app*



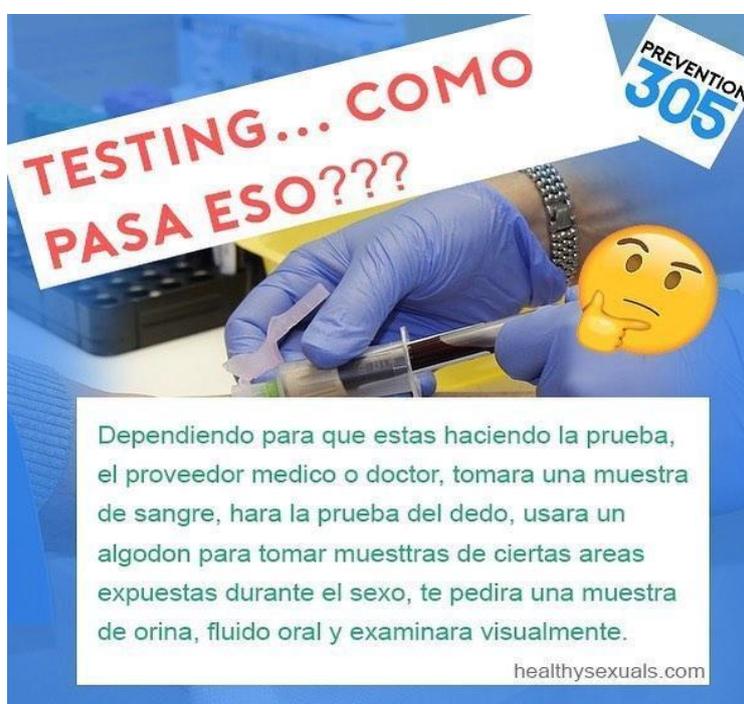
Source: Instagram.

Figure 1 shows the *rumpur_app* page enunciated on Instagram, complemented with the words "Rumpur where diversity lives". The red background in geometric forms remind a duvet, which refers directly to a bed, consequently to the sexual practice act. The photo on the first cell phone induces us to think what we would be about to find: a muscular man on the app, highlighting the upper male model body part, just like most comics and children's drawings aimed at young boys. The chest, shoulders, and arms elements are defined and highlighted, evoking the hero *ethos* and desirable male body reference *ethos*, while the inclined face and tattoos evoke the discovery *ethos*, and an unauthorized pleasure.

In this regard, Miskolci (2017) supports the idea that the Internet has radically expanded the relational possibilities among same-sex people, meanwhile the

association between homosexuality and sexually transmitted diseases (STDs) has promoted the cult of the body. 'The muscular man became popularly called "sarado" that literally means healed (read without SIDA), and 'reached a model status that extends to the present days among homosexuals'. The author concludes with the idea that we keep living under the male-straight hegemony order, inside of that a relational grammatic divide the relations between licit and illicit forms, spreading acknowledgement and punishment aiming to normalize a broad gender and sexual spectrum in hegemony order disagreement (Miskolci, 2017).

Figure 2 - Virtual Prevention305



Source: Instagram.

Figure 2 is an infographic, and it intends to answer test questions related for sexually transmitted diseases, evoking in its background biomedicine elements, especially the clinical tests instruments. The emoji insertion with a doubt expression demonstrates the post' enlightenment commitment. In the text, the image shows the possibilities for performing the exams and the collection types. The page also clarifies, in the image, the information source, a health portal.

In the mixed images, we have two people photographed. In the image listed on the *rumpur_app* page, we see:

Figure 3 - Mixed *Rumpur_app*



Source: Instagram.

A couple in a sexual act scene. Two black men on a bed kiss each other while having sex. We perceive that in the active place is the tattooed man, evoking the dominator *ethos*, which promotes the pleasure of the second man, which is in a submissive place. Note that the kisser tongue is the dominator tongue, while the passive only receives it. In the background we see a white bed sheet that seems to deliberately evoke a double meaning: in the first sense, the white bed sheet shows the bed's as a regular, usual, tranquility place; in a second sense, the white bed sheet could demonstrate that the basis for relationships between black men takes place is the permissiveness of hegemonic actors. Only under the Caucasian civilizing background, given by the western societies, black gays can have this freedom. In a space where there is no such backdrop, this freedom does not exist.

In the mixed image of the prevention305 page, we have this:

Figure 4 - Mixed *prevention305*.



Source: Instagram.

In figure 4, we see two men sitting in relaxed poses smiling in opposite directions. Through a textual call, the page invites its readers to work for the organization, like spreaders, to propagate the available content. The boys play different values in the image: the youth evokes the willingness to change the future, the soccer ball with one of them reinforces the call to be part of the team, besides a proactive position, associated with the male universe healthy and socially accepted. The image does not bring with it any explicit sexual element, perhaps trying to look like a more professional environment, at the same time that turned to collective practices and engagements.

Meanwhile, on the self, on the *rumpur_app* page we see:

Figure 5 - Self *Rumpur_app*



Source: Instagram.

In figure 5 a black man, wearing only a green underwear, laying against a tree, in a natural landscape. We immediately perceive the fetish about the black body related to its sexuality perception as instinctive, not rational, naturalized. There is a natural body exposure that is manufactured to provide pleasure. We see the modern races⁶ hierarchy reinforcement further this are linked to the athletic body cult and the 'healed' *ethos* (constant in the publications of the page).

⁶ Just like Enlightenment postulates following the example of Kant's universal history.

In the selfie of prevention305:

Figure 6 - Self Prevention305



Source: Instagram.

The photo accompanies the words "Girl! It's time to start PrEP." The crossdresser image, dressed in gym clothes on the background a walking trail reminiscent. The model's overweight, at the same time he's got tattoos. The image alludes prevention, not only of STDs, health care in a broad sense. It seems to say indeed, "Take care, girl!" Once again, the fear of SIDA ghosts and other STDs appears associated with female fragility devoid of muscles. It is the *persona non grata ethos* inside the gay desire's political economy; at the same time, it evokes the *ethos* of being concerned, or aware, for the necessity to take care of the body so then achieve the desirable status, or healed, according to Miskolci(2017). Note the appropriate clothes for physical practice. The enunciation remit inclusion, indeed, albeit the inclusion perpetuates a subalternity

relationship but it also demonstrates the figure of non-desiredness, it is far removed from the desire's pattern that is inscribed in the triad athletic-healthy-masculine.

The Instagram Platform

The Instagram platform was read as a network actor (Latour, 2004, p. 25) it has its specific modes of photographic production and content socialization. The app, despite its recurrent references to the snapshot culture, identifies itself more as the Polaroid machines' successor, 'as can be seen in the choice of the prefix "insta" to name the application' what refers to instant photography, in addition to the choice of its first icon, which emulated a Polaroid Land Camera 1000, what links the both products semiotically (McCune, 2011, p. 22).

Currently, the Instagram icon presents a more stylized design, no longer makes a direct reference to its predecessor, but continues to maintain visual elements that refer to the famous instant camera, besides having incorporated the stories function, symbolically reinforcing its relationship with the instantaneously content production by its users.

However, the app emphasis is on photographs (production and sharing) while Instagram allows its users locate their photos spatially and mark publications through search indexers, the hashtags. The application popularity, from its starts in 2010 until 2018, has made it the sixth most used social network in the world, the first in photo sharing terms (We are Social, 2017).

Because to its focusing on the users' profile characteristics, it enables visual narratives construction, as well as products exhibition, becoming a platform read as potentially able to agency commercial exchanges, on one hand in the goods means, and on the other hand in the cultural values exchange means. The functionalities explored for the research were: photo sharing, indexing posts through hashtags, geolocation. To delimit the corpus, the videos and Stories functions were removed.

As summarized by Mota and Almeida (2014); Coelho (2016); Hariki (2016), the social network enables the identities' affirmation and reinforcement through the photos that make up an important element that helps the users to shape their online identity by themselves, once the posts from the platform reverberate in many other social networks, , thanks to the 'platforms interoperation' (van Dijck, 2012), constituting a centralizing application in the creation and expression process of the imagetical user's *ethos* in their online experiences, mainly the national ones.

According to van Dijck (2012, p. 176) interoperability is in every platform organization a strategic part, because it presupposes its creators call 'frictionless online experience', so that when it was created in 2010 Instagram appropriated several structures already present on the others network to be seen, from the user's views, a continuity in their online experience within other platforms, such as Facebook and, especially, Twitter.

Use of the so-called Twitter 'microsyntax' enabled Instagram to use the online interaction previous forms, acting through symbols such as the '@ (there is a reference to an online profile), and the # (to appoint a theme)' that show its integration with a social practices set social, both online and offline, which were already global. According to van Dijck (2012, p. 175-6), 'corporations do everything possible to accept their standards as a norm, as long as the standards define the habits and users do not question what they perceive as 'normal''. Falsify sociability where the main mediator is the cultural referent proposed by the platform, expressed in the form of the obvious: the more likes, the more followers, the more posts to be more relevant.

However, under the reaching such relevance pretext, the users take part in an unfair competition under a market structure where they compete for the attention against several advertisements, many of competitors posts are promoted by direct paying for it on the platform or employing outside robot networks or bot shots.

While the users' contents are more advertisements inside the platform market structure, platform designed as a space where the interactions are conceived under the classified advertisement logic. 'Users are 'stuck' inside the content streams filtered by the big platforms, so everyone ends up seeing the same information, buying the same products and watching the same videos' (Van Dijck, 2012, p. 167).

Regarding explicitly commercial profiles, their producers access the networks only to sell their cultural products. There is no desire for cooperation or a community sense. This leads to the perception around a macro dispute about the public sense, or community sense, on social platforms. On the one hand, those who advocate for the collective' sense for the online sociability construction are losing the battle to those who read the networks meaning public only under the indispensable service sense. Thus, become more understandable that the sexuality and the health senses are exposed as products on the analyzed profiles.

All platforms hold inside this particular political economy type where the like, or the following, are trading currencies. Enrolled in the basic set of social networks API, such features are not there by chance, but work as a marker to show up to the people,

or to the collective, that product or person that is read as desirable and generate in the collective the ambition to be it or to have it, isn't a coincidence the Instagram is related as the social network where young people feel more insecure about their self-image and destructive to their self-esteem (Royal Society for Public Health, 2017).

The "innocent" like confirms the people' empathy to a certain idea, besides acting as a thermometer that measures the desire to be physically present under the cultural experience virtually sold (Rifkin, 2001) as a photography or a video published, in a continuous oceanic flow, on the platform.

Both pages, *rumpur_app*, and *prevention305* are examples of this process, both operate with a product being sold through visual inputs consumption that will be remunerated by likes and followers, the currencies of the digital political economy. Through the postings flow followed during 2018, the hashtags use was to be just another 'microsyntax' part where meanings are constructed inside the Instagram' disputed cultural goods production and consumption context. It became clear that the national and sexual identities use in the collected posts, when contrasted with the other hashtags also used, just configured another element whose keeps the intention to awake the sexual audience interest targeting this interest to the post contents.

The first investigation' hypothesis was the hashtags use also had a nationality' affirmation mean linked with positive values about it, but in both cases, it is clear that the hashtags use operates inside the logic-consumption niches. In the *prevention305* case the struggle to link with the Cuban community in Miami; In the *rumpur_app* case has similar categories those that used in the porn industry, such as athlete, black, bear, fat, male, bottoms, pups, among others.

In a brief, we perceived a greater community sense around nationality among Cuban gays in Miami than among Puerto Rican gays in New York. In the U.S. imagination, as well as in the statistics, Cubans have a higher education and income levels than Puerto Ricans, as discussed by authors as Frank Bonilla and Rebecca Morales (1993).

Discussion

Even whether the pages proposal is different, we can see how both reinforce the Cuban and Puerto Rican nationalities positions within the ethnicity hierarchy present into the United States society. According to Frank Bonilla and Rebecca Morales (1993), in the U.S., Cuban immigrants are the Latin group with the best salaries, average

education, and political participation, while Puerto Ricans are on the bottom in all matters.

This ends up in, when interacting with possible partners, racist dialogues are constantly heard and directed to Puerto Rican interlocutors, as published by Mathew Rodriguez⁷ in an article entitled *This is what it's like to log into Grindr as a person of color*. In this dialogue, the interlocutor asks about the nationality, and upon receiving the answer "Puerto Rican", the interlocutor replies 'boy by bus, sweep my crumbs'.

There is no problem per se in the applications specifically aimed at serving minorities promotion. The problem found in *rumpur_app* Instagram profile was it offers reinforcement to fetish, and object positions while proposing isolation for the minorities inside the niche, or the Americanization (Lindgren, 2000) that it is masked. The situation is opposed to other contemporary initiatives, such as the *Noir* application⁸, aimed at people who love diversity, not those who only love men of color, in the analyzed case the ethnic body objectification is clear.

About the relationship between Cuban dissidents and the Cuban foreign policy agenda, common sense leads us to think from a critical perspective. However, when we see the role played by *prevention305* as a health and care promoter, especially in Figure 2, we see how the preventive medicine *ethos* is developed as a national value after the Cuban revolution, and it is still reproduced by Cuban diaspora communities⁹.

The relationship between revolutionary Cuba and LGBTQ+ rights is controversial, to say the least. As the World Health Organization (WHO) removed homosexuality from its pathologies classification, and with initiatives from the island's government itself, the sex education campaigns, such as that developed by the National Center for Sexual Education (CENESEX)¹⁰, pride parades, and protests against homophobia were increasingly incorporated into the minority rights agenda on the island¹¹.

Such actions seem to reverberate in Cuban communities in the contiguous United States. The page is an example of how the health promotion values are articulated, these values are promoted by collectives organized in a non-profit civil foundation, what challenges both the state-centered logic of the Cuban regime and the perspective of

⁷ Available at: <https://mic.com/articles/125417/this-is-what-it-s-like-to-log-into-grindr-as-a-person-of-color#.aZNrzYbQR>.

⁸ To learn more about this initiative, visit: <http://noir.savage-code.com/>.

⁹ Cuba has medical cooperation agreements with 162 countries.

¹⁰ According to several conferences given by Mariela Castro.

¹¹ As interviewed by Tema magazine, available at <http://www.temas.cult.cu/catalejo/es-muy-significativo-gritarle-no-algo-en-cuba>.

health as a merchandise under the US empire's neoliberal logic. On the other hand, we see the Latin gay community consolidate by itself its minorities representations and care institutions. Nonetheless, the achievements happen in an institutional newest opening context, surrounded by conservatives' agendas, and historical discrimination matrixes.

References

- ALVES, J. A. L. No peito e na raça – A americanização do Brasil e a brasilianização da América. [In the chest and in the breed - The Americanization of Brazil and the brazilianization of America]. **Impulso – Social and Human Sciences Journal**, v. 12 n. 27, p. 91-106, 2000.
- BANKS, M. **Dados visuais para pesquisa qualitativa** [Visual data for qualitative research]. Porto Alegre: Caleb Farias Alves, 2009.
- BEIRAS, A. *et al.* Gênero e super-heróis: o traçado do corpo masculino pela norma. [Gender and superheroes: the trace of the male body by the norm]. **Psicologia e Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 62-77, 2007.
- BHABHA, H. **O local da cultura** [The place of the culture]. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BONILLA, F.; MORALES, R. (1993). **Latinos in a changing U.S. economy**: comparative perspectives on growing inequality. Newbury Park CA: Sage Publications, 1993.
- BOSCH, J. **De Cristobal Colón a Fidel Castro**: Caribe como Frontera Imperial. Ciudad del México. [From Cristobal Colón to Fidel Castro: The Caribbean as an Imperial Border]. Ciudad del México: Editora del Congreso Nacional, 1970.
- CALLENDER, D.; NEWMAN, C. E.; HOLT, M. Is Sexual Racism Really Racism? Distinguishing Attitudes Toward Sexual Racism and Generic Racism Among Gay and Bisexual Men. **Arch Sex Behav**, v. 44, n. 7, p. 1991-2000, 2015. Retrieved from: <https://doi.org/10.1007/s10508-015-0487-3>.
- COELHO, P. **Fotos, Fachadas e Personas**: A construção identitária por meio do uso do aplicativo Instagram. [Photos, Fronts and People: The construction of identity through the use of the Instagram application]. (Master's Thesis). São Paulo: ESPM, 2016.
- CORBIN, A.; COURTINE, J.; VIGARELLO, G. **História do Corpo 3**. As Mutações do Olhar: O século XX. [Body History 3. The mutations of the eye: The 20th century]. São Paulo: Vozes, 2008.
- GROVOGUI, S. N. Postcolonialism, *In*: DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. (Eds.). **International Relations Theories**: Discipline and Diversity. Oxford: Oxford Press, 2007. p. 238-256.
- GRIMSON, A. (Ed.). **Pasiones Nacionales**. política y cultura en Brasil y Argentina. [National passions: politics and culture in Brazil and Argentina]. Buenos Aires: Edhasa, 2007.
- HARIKI, T. **Identidades 2.0**: análise de perfis de jóvenes en Instagram [2.0 Identities: Young people profiles analysis on Instagram]. (Ph.D. Thesis). Universidad Nacional de Rosario, Rosario, 2016.

KANT, I. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita** [Idea of a universal history from a cosmopolitan point of view]. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LATOURET, B. (2005). **Reagregando o social** [Reassembling the social] Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2005.

LEWIS, S. C.; ZAMITH, R.; & HERMIDA, A. (2013). Content analysis in an era of big data: A hybrid approach to computational and manual methods. **Journal of Broadcasting & Electronic Media**, v. 57, p. 34–52. DOI: 10.1080/08838151.2012.761702.

MAIA, S. Sedução e Identidade Nacional: Dançarinas Eróticas Brasileiras No Queens, Nova York [Seduction and National Identity: Brazilian Erotic Dancers in Queens, New York]. **Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 769–797, 2009. Retrieved from: www.jstor.org/stable/24327894.

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia e incorporação [Ethos, scenography and embodiment] In: AMOSSY, R. (Ed.), **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTEL, F. **Smart Internet(s)**: La Investigación. Madrid: Editorial Taurus, 2015.

MARTEL, F. Smart: on the internets. **Rumores**, v. 10, n. 10, p. 15–35, 2015.

MARTEL, F. **Mainstream**: a guerra global das mídias e das culturas [Mainstream: the cultures and medias global war]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MCCUNE, Z. **Consumer Production in Social Media Networks**: A Case Study of the ‘Instagram’ iPhone app. (Master thesis). University of Cambridge, Cambridge, 2011.

MCKLINTOCK, A. **Imperial Leather**: Race, Gender, and Sexuality in the Colonial Conquest. New York: Routledge, 1995.

MOTA, C.; ALMEIDA, P. O brasileiro no Instagram: uma identidade globalizada. [the brazilian on Instagram: a globalized identity]. **Interfaces da Lusofonia**, v. 21, n. 9, p. 245–256, 2014.

MISKOLCI, R. **Desejos digitais**: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. [Digital desires: a sociological analysis of the partner online search]. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

NYE, J. S. **Power in the Global Information Age**: From Realism to Globalization. Londres: Routledge, 2004.

PADRINO, I. Colaboración médica cubana extendida a 162 países. [Medical Cuban cooperation extended to 162 countries] **CubaSí**, 2018. Retrieved from: <http://cubasi.cu/cubasi-noticias-cuba-mundo-ultima-hora/item/65048-colaboracion-medica-cubana-extendida-a-162-paises>.

PANOFSKY, E. Iconografia e Iconologia: Uma introdução ao estudo da arte da Renascença [Iconography and Iconology: A introduction to the Renaissance art studies], In: F. Kneese e J. Guinsburg (Eds.) **Significado nas Artes Visuais** São Paulo: Perspectiva, 1986.

RIFKIN, J. **A era do acesso**: A transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia. São Paulo: MAKRON Books, 2001.

RODRIGUEZ, M. This is what it's like to log into Grindr as a Person of Color. **Mic**, 2018 Retrieved from: <https://mic.com/articles/125417/this-is-what-it-s-like-to-log-into-grindr-as-a-person-of-color#.aZNrzYbQR>.

RODRIGUEZ, M. Are Men of Color Blocked Solely for Their Race On Grindr? **Huffington Post**, 2018
Retrieved from: <<https://intomore.com/into/Are-Men-of-Color-Blocked-Solely-for-Their-Race-on-Grindr/f9310775e83e4bee>>.

ROYAL SOCIETY FOR PUBLIC HEALTH. Report. **RSPH**, 2017. Retrieved from:
<https://www.rsph.org.uk/our-work/campaigns/status-of-mind.html>.

SAID, E. W. **Orientalismo: O Oriente Como Invenção do Ocidente** [Orientalism: The East as an Invention of the West]. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

SALAS, C. Es muy significativo gritarle “No” a algo en Cuba [It is very significant to scream “No” to something in Cuba]. **Temas Cu**, 2018. Retrieved from: <http://www.temas.cult.cu/catalejo/es-muy-significativo-gritarle-no-algo-en-cuba>.

SILVA, L. Uma análise comparativa dos conceitos de subalternidade e racialidade [A comparative analysis of the concepts of subalternity and raciality]. **TEMÁTICAS Social Science Journal**, v. 23, p. 127-154, 2015.

STOLER, A. L. **Haunted by empire: geographies of intimacy in north american history**. Durham: Duke University Press, 2006.

VAN DIJCK, J. M. **La cultura de la conectividad: una historia crítica de las redes sociales** [The culture of connectivity: a critical history of social networks]. Buenos Aires: Siglo XXI, 2016

VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **PUBLIC - Understanding of Science**, v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010a.

VENTURINI, T. Building on faults: how to represent controversies with digital methods. **PUBLIC - Understanding of Science**, v. 20, n. 10, p. 1-17, 2010b.

VENTURINI, T.; JACOMY, M. J.; JENSEN, P. What do we see when we look at networks? Cornell University: arXiv, 2019. Retrieved from: <https://arxiv.org/abs/1905.02202v1>.

WE ARE SOCIAL. Digital in 2017: Global Overview. **We Are Social**, 2017. Retrieved from:
<https://wearesocial.com/special-reports/digital-in-2017-global-overview>.

Desnaturalizando a norma: reflexões sobre uma formação de professores inclusiva e QUEER

Jesús Guzmán*

Se o professor decide desafiar a dominação, ele tem que levar um sonho político a lugares onde esse sonho não é mais que uma possibilidade. O professor é diferente não só por sua formação, mas também porque lidera um processo de transformação que não ocorreria por si só.

Paulo Freire

As ideias deste artigo emergiram durante a minha experiência no ensino de espanhol como língua estrangeira em uma escola de idiomas em Brasília, na qual o relato de uma¹ estudante que se declara como pessoa não-binária² me trouxe inquietações relacionadas a seu direito de existir na língua(gem) e, por consequência, na vida social.

O principal questionamento que *elu*³ trouxe na aula foi sobre a língua(gem) não-binária ou inclusiva⁴ em espanhol, já que um professor de espanhol na sua escola regular mostrou rejeição em explorar este tema.

* Mestrando em Linguística Aplicada na Universidade de Brasília. Formado em Letras pela Universidade Central da Venezuela. Professor de espanhol autônomo.

E-mail: hjesus.ag@gmail.com

¹ Artigo indefinido neutro na língua portuguesa.

² Segundo o manual de consultoria de diversidade da Diversity Bbox, uma pessoa não-binária não se encaixa no par homem-mulher. A pessoa não-binária “está entre os gêneros, ou é uma combinação de gêneros, ou está além. Algumas pessoas não-binárias podem se identificar como: gênero queer, gênero fluido, agênero, neutros, gênero neutro, bigênero, pangênero, multigênero, genderless, intergênero entre outros”. A pessoa não-binária é, portanto, uma pessoa trans, pois não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer.

³ Pronome pessoal inclusivo na língua portuguesa.

⁴ Linguagem inclusiva é o uso minimizado do masculino como marca genérica utilizando a própria norma padrão sem alteração e o apagamento do gênero binário, masculino ou feminino, substituindo-o por marcas como “x”, “@” (na escrita) e “e” tanto na escrita quanto na fala. É também popularizado como pronome ‘neutro’, porém acredito que ‘inclusivo’ seja mais apropriado sendo que há um posicionamento político e inclusivo no uso do mesmo.

Embora a realidade das vidas de pessoas LGBTQIA+, como Caíque⁵, minhe alune, seja cada vez mais justa, uma grande maioria de nós continua sofrendo discriminação de diferentes tipos: psicológica, verbal, física e legal. O Brasil é o país que ocupa o topo do *ranking* mundial dos países mais violentos contra a população trans pelo 12º ano consecutivo, sendo que apenas nos primeiros nove meses de 2020, 124 pessoas foram assassinadas pelo fato de serem diferentes (TMM, 2021). Outro dado relevante é que as pessoas trans e as não-binárias representam juntas mais de 2% da população brasileira, segundo uma pesquisa publicada na *Scientific Reports* (SPIZZIRRI, 2021).

Portanto, é impossível pensar em uma educação inclusiva, abrangente e libertadora sem entender as dificuldades das pessoas LGBTQIA+, por isso, a língua(gem) inclusiva se mostra relevante, já que se trata de um conjunto de ações que vão além do uso de uma vogal temática diferente do “-o” do masculino em contextos que envolvem não apenas pessoas identificadas com o gênero masculino; é também um posicionamento político, é a empatia com pessoas que vivem a violência de uma forma sistemática e estruturada, é a visibilização de quem por motivos históricos é apagado de diferentes esferas da sociedade.

Desta maneira, proponho levantar questões sobre a necessidade de uma formação de professores de línguas que assuma os desafios de preparar futuros profissionais que saibam lidar com as injustiças que pessoas LGBTQIA+ enfrentam nos seus cotidianos, isto é, uma formação de professores de línguas que abrace a teoria *queer* e, conseqüentemente, que coloque em discussão as manifestações de gênero e sexualidade na escola, pois “talvez seja crucial dar à periferia social, ou aos dados marginais, o direito de significar para encontrar respostas às perguntas educacionais, tão essenciais” (BOHN, 2005, p. 21) para a criação de novos paradigmas que abram as janelas para uma formação de professores focada na justiça social (Diniz-Pereira; Zeichner, 2008).

Esta pesquisa se conforma como uma pesquisa qualitativa interpretativista que se apoia em um método centrado sobre dados marginais, com “pistas talvez infinitesimais [que] permitem captar uma realidade mais profunda” (Ginzburg, 1989, p. 150). O relato de Caíque permite, então, abrir uma discussão sobre os desafios que enfrenta a formação de professores de espanhol com relação às pautas LGBTQIA+.

As contribuições de Judith Butler (2003) sobre as teorias *queer* e as teorizações que concatenam as teorias *queer* com a educação de Guacira Louro (1997, 2001, 2004) e Tomaz Tadeu da Silva (2005) serão pilares fundamentais para a discussão neste artigo,

⁵ Nome fictício.

assim como as abordagens sobre língua(gem) que traz Branca Falabella Fabrício (2017) nesta discussão no contexto da Linguística Aplicada.

A teoria *queer* e a educação

A teoria *queer* surgiu ao redor dos anos 1990 em resposta ao quadro que havia se estabelecido dentro dos grupos minorizados que reclamavam ser visibilizados e participantes ativos na vida social, isto é, os estudos *queer* emergiram diante do crescimento da identidade cis-homossexual como a bandeira das minorias sexuais e de gênero, pois esta, se sustentando pelo privilégio masculino que o patriarcado lhe concede, tornava invisíveis outras formas de orientação sexual e de gênero, tais como mulheres lésbicas e pessoas trans.

Os trabalhos de Foucault e Derrida serviram de base para o surgimento da teoria *queer*. Louro (2001) detalha que estes, por uma parte, permitiram explorar a construção discursiva das sexualidades, pois para Foucault a sexualidade é tida como uma construção a partir de discursos pronunciados por entidades de poder que produzem, multiplicam e controlam as categorias da sexualidade; e por outra parte, os estudos de Derrida se mostraram importantes porque abordaram a desconstrução do binarismo que opera na lógica ocidental, que é estruturado por um de dois lados como um fundador superior e o outro como um derivado inferior.

Assim, a partir desses conceitos e métodos, a teoria *queer* constrói um trabalho mais ambicioso que objetiva fazer uma crítica à oposição heterossexual/homossexual, quer dizer, busca articular uma mudança epistemológica que permita romper com o binarismo e suas consequências, pois este organiza as práticas sociais, as relações e os conhecimentos dos sujeitos na vida social em que a heterossexualidade normativa e “compulsória” (Butler, 2003) é o lado fundador superior e a homossexualidade é o lado derivado inferior.

Desta maneira, a teoria *queer* estabelece um novo paradigma que estende as teorizações feministas da hipótese da construção social do gênero para o domínio da identidade sexual (Silva, 2000, p. 105), isto é, a homossexualidade e a heterossexualidade precisam ser repensadas pelo fato de serem também construções sociais e históricas, as quais alimentam uma à outra.

A partir disso, Butler (2003) propõe explorar a noção de identidade, pois a sociedade constrói normas regulatórias do sexo dos sujeitos, suas identidades, que precisam ser performadas continuamente, pois nunca nenhum corpo se conforma com essas normas em todo momento da sua vida, portanto, torna-se necessária uma

repetição performática dessas normas a fim de reafirmar um gênero a partir de um olhar heterossexual e binário. Por conseguinte, a partir do momento em que a identidade sexual foi tida como um ato performativo, enfatizou-se a possibilidade de trânsito entre as fronteiras da mesma: embora as normas regulatórias insistam na heterossexualidade compulsória, há um espaço para os corpos “abjetos” que escapam dessa ordem, pois atravessam as fronteiras e performam identidades que não lhes foram atribuídas e, desta maneira, são tidos como desvios dos corpos que “importam”, os inteligíveis, estabelecendo assim, estes últimos, sua hegemonia.

Porém a teoria *queer* vai além da identidade sexual. Diz Silva (2005, p. 107) que o *queer*, neste sentido, se torna:

[...] uma atitude epistemológica que não se restringe à identidade e ao conhecimento sexuais, mas que se estende para o conhecimento e a identidade de modo geral. Pensar *queer* significa questionar, problematizar, contestar, todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade. A epistemologia *queer* é, neste sentido, perversa, subversiva, impertinente, irreverente, profana, desrespeitosa.

Nesta ordem de ideias, é imperativo pensar como a escola, que funciona como instrumento do poder instaurado, precisa ser um espaço liderado por docentes que saibam lidar com esses corpos “abjetos”, que ficam por fora do espectro da continuidade regulatória, como as pessoas LGBTQIA+, pois é na escola que temos nossa primeira experiência de vida social. Daí a importância de uma formação docente que abrace a teoria *queer*, já que esta é um conjunto de teorizações que questiona e abrange, de forma interseccional, as desigualdades forjadas a partir das diversas identidades: gênero, sexualidade, raça, etnia, etc., uma vez que, sob o olhar *queer*, é preciso entender que os sujeitos são formados por diferentes identidades ao mesmo tempo, sendo que a noção de “gênero”, por sua vez, não é separada “das interseções políticas e culturais em que invariavelmente [...] é produzida e mantida” (Butler, 2003, p. 20).

O *queer* visa tornar visíveis as violências e os desequilíbrios na sociedade, portanto uma formação de professores de línguas que seja atravessada pelo *queer* está intimamente ligada ao compromisso de transformar o fazer docente em um processo que permita alcançar a justiça social, que só é possível, de acordo com Zeichner (2008, p. 17), formando professores “determinados a trabalhar dentro e fora de suas salas de aula a fim de mudar as desigualdades tanto no ensino quanto na sociedade como um todo”.

É necessária uma formação engajada no preparo de docentes para que estes aprendam a lidar não apenas com as diferenças, mas com o fato de como estas são produzidas e, dessa maneira, possam estabelecer diálogos entre cada uma das vozes com a intenção de desconstruir, dentro da sala de aula, a subalternização dos corpos incoerentes com as normas. Uma formação de professores fortalecida pelos estudos *queer*, permite, de acordo com Louro (2001, p. 550), que

A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito.

A partir disso, se mostra promissora a função da língua(gem) dentro desse processo. Mas para entender isto, acredito que seja relevante explorarmos brevemente os conceitos e as relações entre língua e linguagem. Fabrício (2017) lembra que até algum tempo nos estudos da linguagem imperou uma visão modernista de língua que, condensada no diagrama saussuriano, se separa da linguagem, estabelecendo então uma ruptura entre “linguagem, signo e mundo social”, quer dizer, era comum pensar na linguagem como uma habilidade de comunicação abstraída e separada do mundo social que se manifesta através de conjuntos de signos denominados línguas. Diz Fabrício (2017, p. 610):

O instrumental linguístico, concebido primordialmente como mediador entre o sujeito pensante e o mundo, não teria outra função que não a de intermediação epistêmica e de representação ou descrição de objetos — isto é, pensamentos, ideias, estado de coisas e o chamado “real”. O processo seria, sobretudo, mental, desvinculado de corpos e seus pertencimentos geográficos, comunitários, identitários e sociopolíticos.

Porém, parece ser mais pertinente ter a função da linguagem não como um meio para descrever a realidade, e sim como um “fragmento material da realidade” (Bakhtin, 1997, p. 33), que existe só a partir da interação social e que está composto de significados que se tecem de acordo com a realidade que nos cerca, que não é fixa, está em constante movimento, pois a “[...] temporalidade e espacialidade ordinárias estão sempre em devir, repetindo, mas também negociando ou reinventando formas de ocupar um certo espaço-tempo social” (Fabrício, 2017, p. 611).

Desta maneira, abordar a língua(gem) partindo dessa tese ajudará a argumentar a proposta de incluir um gênero inclusivo ou não-binário na língua espanhola como uma prática relevante no contexto da formação de professores desta língua, pois desconstruindo as normas “fixas” é possível preparar profissionais comprometidos em levantar questionamentos sobre tudo que nossas realidades nos apresentam como verdades inquebrantáveis, como natural, já que o binarismo na língua espanhola, concordando com a norma regulatória, deixa os corpos “sem nomes”, as pessoas não-binárias, do lado da inexistência.

As provocações de *ume* estudante não-binária em uma sala de aula de espanhol

Caíque é uma pessoa não-binária que não se enquadra nos moldes tradicionais de gênero, homem e mulher cis-heterossexuais⁶, os quais Judith Butler entende como gêneros “inteligíveis”, porque “instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (2003, p. 38), por isso, Caíque está no espectro da descontinuidade e a incoerência, é um corpo proibido, subalternizado e marginalizado que, jogado para o outro lado, é abissalizado⁷ (Sousa Santos, 2007), pois sua manifestação performática⁸ é tida como deformada por uma sociedade que se sustenta sob as heranças da colonização, que apaga corpos que não seguem o que Ruth Sabat (2001) entende como um currículo cultural que “faz parte de uma pedagogia específica, composta por um repertório de significados que, por sua vez, constroem e constituem identidades culturais hegemônicas”.

Caíque contribuiu nesta pesquisa não como uma pessoa informante mas como participante colaborador, pois me parece que é esta “a única maneira de se produzir novos saberes” (Leffa, 2001). Em 2019, ele foi aluno de uma aula que eu ministrava em um curso de língua espanhola em Brasília. Eram duas aulas por semana, de uma hora de duração, do nível iniciante para adultos, durante um semestre. A primeira vez que vi Caíque, vestia uma saia comprida, usava uma bota de salto alto, uma blusa pequena, maquiagem no rosto e tinha a barba e o cabelo grandes. Logo na primeira aula, que tinha mais uma pessoa, conversando sobre os pronomes pessoais, surgiu um questionamento

⁶ Pessoa heterossexual que concorda com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer.

⁷ Boaventura de Sousa Santos (2007) define o pensamento abissal como “um sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente”.

⁸ Defino gênero sob os olhares de Butler (2003), que relaciona o termo teatral *performance* a gênero, pois o define como uma constante construção que parte da realidade cultural que nos cerca.

de Caíque: “professor, em português eu sou *elu* e em inglês *they*, você sabe qual seria meu pronome em espanhol?” Eu já sabia, embora timidamente.

“Sí, más o menos, tu pronombre es ‘*elle*’”, respondi à pergunta de Caíque, o qual, por algum motivo que desconheço, incomodou a outra pessoa presente na nossa sala de aula, os gestos de quem não quer entender a delataram. Na seguinte aula, a conversa ressurgiu, eu pesquisei mais sobre os pronomes não-binários e falei diretamente para Caíque que faria o meu maior esforço por incluí-los na minha prática enquanto me referisse a *elu* e pedi para a outra pessoa que fizesse também a mesma coisa, sendo que iríamos compartilhar espaço por pelo menos um semestre. A outra pessoa não voltou na aula seguinte e confesso que eu teria gostado de ter aberto uma discussão saudável entre todos na sala, buscando pelo entendimento coletivo.

Caíque continuou assistindo e a sala passou a ser só nossa, passamos aquele semestre desconstruindo o material didático, transformando exercícios de gramática, criando e conversando sobre os episódios que *elu* havia atravessado em suas experiências anteriores no aprendizado de espanhol na escola. *Elu* sempre agradecia por eu ter assumido o desafio de “fazer o meu melhor” para reconhecer suas manifestações de gênero na língua(gem), porque na escola que *elu* havia frequentado, o professor se recusava, “dizia que a gramática espanhola não contemplava isso”.

Penso em tudo que os corpos LGBTQIA+ vivenciamos nas escolas, uma vez que não somos inteligíveis por uma sociedade que se guia por aquilo que Butler (2003) entende como uma heterossexualidade compulsória. Por que o professor de Caíque não havia acolhido a proposta de mudar os pronomes que faziam sentir *elu* mais confortável e existente? O que falta na formação de professores para que os corpos subalternizados, tidos como descontínuos, sejam valorizados, aceitos e que façam parte da vida social sem discriminação? O que tem a língua(gem) a ver com isso?

Reconstruo e entendo o relato com Caíque como uma micro-história a partir de uma interpretação com base no paradigma indiciário, entendido por Ginzburg (1989) como um modelo epistemológico para a interpretação de dados que permite, através de dados, aparentemente negligenciáveis, tidos como pistas ou pormenores, captar uma realidade mais complexa e profunda. Desta maneira, seus questionamentos, seus agradecimentos, seus lamentos e minhas dificuldades para lidar com os incômodos de quem não é acostumado a lidar com a diferença me permitem enxergar as lacunas na formação de professores a respeito do compromisso com as causas LGBTQIA+ e, ao mesmo tempo, evidenciar sua necessidade.

Pensamento único na formação de professores e nas escolas

As pessoas LGBTQIA+ quebramos a ordem regulatória que opera na sociedade ocidental moderna, manifestamos desejos e práticas sexuais incongruentes com uma heteronorma que é tida como uma verdade inquebrantável. Essa “verdade” coloca nas margens tudo que não se enquadra nela, ela é reproduzida no cotidiano, às vezes sutil e imperceptivelmente, por meio de pequenas ações como falas que afirmam e sustentam o binarismo de gênero e a heterossexualidade como norma, e, outras vezes, essa “verdade” é expressa através de discriminação direta contra os que fogem da ordem social: podem ser pequenas ações pejorativas fantasiadas de opiniões e gestos ou grandes ações manifestadas em xingamentos, violência física e até em morte em muitos casos.

Nesse sentido, a diferença dos corpos subalternizados é muito visível na escola, pois a escola, de acordo com Louro (1997, p. 58), “servindo-se de símbolos e códigos, [...] afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui”. Foi na escola que pela primeira vez eu me enxerguei como um corpo estranho: nomeado estranho pelo outro a partir do momento em que eu manifestei meu rechaço, que com o tempo foi aumentando, ao que me correspondia como sujeito lido como masculino. Foi na escola que Caíque, minhe alune, perdeu seu direito de existir na língua(gem), e na vida social.

A escola, tida como uma instituição disciplinar que serve como instrumento de ideologização, “inclina as pessoas da classe subordinada à submissão e à obediência, enquanto as pessoas das classes dominantes aprendem a comandar e a controlar” (Silva, 2005, p. 32). Dessa maneira, faz sentido concordar com a ideia de que muitos professores de línguas não estejam comprometidos com uma insurgência que abra espaços para os corpos historicamente silenciados, pois ela precisa que seus docentes sejam defensores das práticas que mantêm o poder concentrado; faz sentido, então, que o professor de espanhol da escola regular de Caíque tenha contribuído com o apagamento do seu corpo, um corpo destinado à obediência.

De acordo com Foucault (1987, p. 164), a escola fabrica sujeitos disciplinados, nela se sustenta uma mecânica do poder que “define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina”.

Na escola se forjam as dicotomias porque ela é constituída pelas dicotomias, pela subordinação das diferenças. Os currículos, as leis e políticas educacionais são

fortalecidos e produzidos por dualismos: bom/ruim, certo/errado, gramatical/agramatical, cisgênero/transgênero, heterossexual/homossexual. Emilia Ferreiro (2001), em referência à escolarização no Sul Global, explica que

La escuela pública, gratuita y obligatoria del siglo XX es heredera de la del siglo pasado, la cual fue encargada de misiones históricas de suma importancia: crear un solo pueblo, una sola nación, liquidando las diferencias entre los ciudadanos, considerados como iguales delante de la ley. La tendencia principal fue equiparar igualdad con homogeneidad. Si los ciudadanos eran iguales delante de la ley, la escuela debía contribuir a generar esos ciudadanos homogeneizando a los niños, independientemente de sus diferencias iniciales.

Desta maneira, a escola funciona como um instrumento de controle que molda e cria cidadãos coerentes com as práticas do poder para reproduzirem a cultura de massa que se traduz em um pensamento único que “socializa as pessoas para se policiarem contra sua própria liberdade” (Shor, 2013, p. 37), isto é, a pedagogia autoritária oprime não só os corpos incompreendidos, ela também oprime os sujeitos inteligíveis pelo poder, uma vez que são estabelecidos limites que estes não “devem” romper. As pessoas cis-heterossexuais, que são coerentes com o currículo social aprendido, têm limites para explorar a criatividade, expressar suas emoções, explorar seus desejos e, portanto, exigir sua liberdade, uma liberdade que muitas vezes desconhecem ou são condicionadas a desconhecer e rejeitar.

Assim, é esperado que a formação de professores seja controlada, vigiada, disciplinada e incapaz de respeitar e coabitar com a diferença em uma sociedade que vive de medos aprendidos e fantasiosos relacionados muitas vezes ao fim da família cis-heterossexual, por exemplo, como a sociedade brasileira dos últimos anos, onde propostas de programas contra a discriminação LGBTQIA+ nas escolas desatam terror, como o Escola sem Homofobia⁹, o qual incluía materiais didáticos para professores e já foi usado como bandeira de campanha eleitoral por políticos conservadores¹⁰.

Busca-se, nesse contexto, um pensamento único na formação de professores, pois o “universo “deste lado da linha” só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética” (Santos, 2007, p. 71).

⁹ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_sem_Homofobia.

¹⁰ Com a intenção de infundir medo e ganhar votos, o candidato Jair Bolsonaro mentiu ao dizer que o tal do “kit gay” era um projeto do candidato opositor, como relata o El País no seguinte link: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356381_052616.html.

Uma formação de professores inclusiva, *queer*?

As vidas no do Sul Global continuam sendo configuradas pelo legado da colonização europeia, já que as formas de viver dos nossos tempos, nesta região, são uma consequência de um passado em que etnias, culturas, línguas, conhecimentos e pessoas eram apagadas, subordinadas e normadas por uma nova ordem. Desta maneira, é pertinente lembrar que

O patriarcado europeu e as noções europeias de sexualidade, epistemologia e espiritualidade foram exportadas para o resto do mundo através da expansão colonial, transformadas assim nos critérios hegemônicos que iriam racializar, classificar e patologizar a restante população mundial de acordo com uma hierarquia de raças superiores e inferiores (Grosfoguel, 2008, p. 124).

A partir disto, fica mais fácil entender o caráter autoritário e idealizador que a escola tradicional tem sobre nossas vidas, o qual, mesmo atingindo todas as pessoas, afeta mais intensamente os corpos incoerentes.

Tendo em vista que nas últimas quatro décadas os avanços em matéria de inclusão de sexualidade e gênero têm sido significativos, a escola na nossa região, mesmo sendo uma configuração da metrópole colonizadora, é atravessada pela

[...] presença maciça das meninas e mulheres nas salas de aula (em algumas instâncias e níveis superando a presença masculina); a maior visibilidade dos sujeitos homossexuais e bissexuais e seu reconhecimento pela mídia; a imposição das discussões sobre sexo e sexualidade, a partir da expansão da AIDS; o aumento das relações afetivas e sexuais fora do casamento formal; a extraordinária revolução das formas e meios de comunicação (Louro, 2003, p. 123).

É possível dizer que nossas escolas têm cada vez mais profissionais capazes de liderar processos de transformações, no entanto, as experiências aqui contadas a partir do meu relato com Caíque colocam em evidência, mesmo que mínima, algumas lacunas na educação no contexto de inclusão e tolerância.

Acredito que seja imperativo que, no cotidiano da sala de aula, possamos abraçar novas pedagogias que estabeleçam rupturas com discursos normalizadores ao respeito de gênero e sexualidade capazes de abranger o que a teoria *queer* propõe: dialogar, desconstruir saberes, desnaturalizar o que é lido como natural e dar espaço às incertezas, necessárias para que as futuras gerações possam ser mais livres. É preciso

que esse processo seja elaborado na tolerância, que os professores, líderes da transformação, estejam preparados para lidar com a ecologia de saberes (Santos, 2004) que impera na escola, não só com um recorte destes, mas com todos, sem exceção, mesmo se esses saberes são coerentes com o que o currículo social propõe como norma e se mostram resistentes à mudança. Portanto, urge uma formação de professores inclusiva, justa, transformadora e libertadora que não espere que o poder instaurado mude o mundo, o qual pouco se importa com as mudanças sociais. Precisa-se de profissionais do ensino de línguas que por meio de pequenas ações afetem a base das transformações: o povo. A sala de aula deve ser vista, neste sentido, como um espaço para ser livre.

Desta maneira, a língua(gem) precisa ter um papel prioritário nesse processo, pois, como fragmento da realidade material, que por uma parte é usado como instrumento do projeto de poder, por outra, do nosso lado, pode ser usado para transgredir, porque “tomamos a linguagem do opressor e voltamo-la contra si mesma. Fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica, libertando-nos por meio da língua” (Hooks, 2013) para subverter a ordem que regula nossas vidas e pretende nos encerrar em moldes “fixos”, que nos tira nosso direito de liberdade, pois nos coloniza.

Esta pesquisa leva-me a pensar que uma formação de professores que esteja comprometida com os ditos marginais poderia ser, na medida do possível, um caminho para que a escola não seja mais um lugar pensado para produzir serventes do poder. A escola não pode ser um lugar para o sofrimento.

Referências

- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. Prefácio de Roman Jakobson. Apresentação de Marina Yaguello. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BOHN, H. As exigências da pós-modernidade sobre a pesquisa em Linguística Aplicada no Brasil. In: FREIRE, M.; ABRAHÃO, M.; BARCELOS, A. (Orgs). **Linguística Aplicada e Contemporaneidade**. São Paulo, SP: ALAB; Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DINIZ-PEREIRA, J.; ZEICHNER, K. **Justiça social**: desafio para a formação de professores. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

FABRÍCIO, B. Linguística aplicada e visão de linguagem: por uma INdisciplinaridade radical. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada** [online], 2017, v. 17, n. 4, p. 599-617. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6398201711426>.

FERREIRO, E. Diversidad y proceso de alfabetización. De la celebración a la toma de conciencia. In: **Pasado y presente de los verbos leer y escribir**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Tradução de Adriana Lopes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Cia Letras, 1989.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LEFFA, V. A Linguística Aplicada e seu compromisso com a sociedade. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGÜÍSTICA APLICADA. **Anais** [...] Belo Horizonte: UFMG, 2001.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Edições Vozes, 1997.

LOURO, G. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, G. Teoria *queer* - uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, 2001.

SABAT, R. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Rev. Estud. Fem.** [online], v. 9, n. 1, p. 4-21, 2001.

SANTOS, B.S. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. São Paulo: CEBRAP, 2007.

SANTOS, B. S. **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SPIZZIRRI, G.; EUFRÁSIO, R.; LIMA, M. C. P.; NUNES, H. R. de C.; KREUKELS, B. P. C.; STEENSMA, T. D.; ABDO, C.H. N. Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. **Scientific Reports**, v. 11, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-021-81411-4>.

TMM. Absolute Numbers. **TvT**, 2021. Disponível em: <https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/>.

“2013: o ano em que o armário ficou vazio”: discursos sobre a homossexualidade na Revista Veja

Sabrina Fleck*

Priscila Pavan Detoni**

Patricia Ketzer***

Introdução

O ano de 2013 foi de intensa discussão sobre o tema da orientação homossexual, movimentos fundamentais reverberaram substancialmente na saída do armário: tanto dos preconceitos como da representatividade da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pessoas Trans, Queers, Interssexuais, Assexuais, etc (LGBTQIA+). No Brasil, houve a Resolução 175/2013 que deu efetividade à Lei (PLS 612/2011), que regulamentou o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Ao mesmo tempo, inflamou-se a polêmica da “Cura Gay”, segundo a qual se poderia transformar a orientação sexual das pessoas, conforme a norma vigente heterocisnormativa. As instituições como igreja e bancadas políticas vêm produzindo formas de controle sobre as pessoas e sua sexualidade desde o surgimento e expansão do cristianismo, não há como desconsiderar seu papel na promoção da LGBTfobia até os dias de hoje (Foucault, 1999a).

Dessa forma, o presente trabalho buscou compreender a possibilidade de emergência de dois discursos antagônicos sobre a homossexualidade, aparecendo numa mesma época e numa mesma mídia, como foram os casos do Projeto da “Cura Gay” e da resolução que regulamentou o casamento homoafetivo, através de trechos de

* Graduada em Psicologia pela Univates, Especialista em Políticas Públicas de Saúde Mental Assistência Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

E-mail: sfleck@universo.univates.br

** Psicóloga, Mestra e Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Passo Fundo/RS.

E-mail: ppavandetoni@gmail.com

*** Licenciada e Mestra em Filosofia pela UFSM e Doutora em Filosofia pela PUCRS. Professora Adjunta da Universidade de Passo Fundo. Pesquisadora na área de Epistemologia, atuando principalmente nos temas de gênero, sexualidade e injustiças epistêmicas.

E-mail: patriciaketzer@gmail.com

reportagens publicadas na Revista Veja Online no ano de 2013. Pretendeu-se pensar acerca dos discursos que constituem a sociedade e de que forma eles subjetivam os sujeitos. Afinal, essas falas de patologização e/ou de promoção de igualdade estão enraizadas na forma de pensar e agir do social.

“2013: o ano em que o armário ficou vazio” foi uma das manchetes da Revista Veja na época da decisão que autorizou o casamento homoafetivo. Mas, frente ao contexto, podemos questionar: as formas de subjetivação do contemporâneo favorecem a saída do armário da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT)? E de que forma se pretende essa saída do armário: através da patologização ou da garantia de direitos? 2013 não teria sido também o ano da saída do armário de preconceitos incitados pela extrema-direita conservadora? Trata-se de um ano politicamente decisivo para a história do Brasil, mas ainda pouco compreendido, não tratando-se de acontecimentos lineares e acabados.

Para Sedgwich (2007) que tem como tese “*A Epistemologia do Armário*”, em cada novo encontro constroem-se novos armários, e acabam sendo feitos novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição. Também, são poucos os homossexuais que não tem no armário uma presença formadora, afinal ele é responsável pelas relações sociais, ao menos em algum momento da vida. A vida social regrada da população LGBTQIA+, através da presença do armário, pode ser melhor entendida com o armário servindo de proteção para a não exposição em todos os momentos, e também como proteção em situações de violência para que a pessoa se enquadre na norma e/ou padrão vigente (Sedgwich, 2007). Norma que veio sendo construída através do dispositivo da sexualidade.

A repressão foi um modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade. Porém, no que se refere ao discurso, o que aconteceu foi o inverso: proliferaram discursos sobre o sexo, um aumento da discursividade que se acelerou a partir do século XVIII. Um jogo de regras de decência que acabou provocando uma valorização e uma intensificação do discurso. O acesso ao discurso sobre o sexo, sempre foi limitado e codificado. Sendo assim, mesmo com a interdição do discurso, não se falou menos sobre ele, pelo contrário, falou-se de outra maneira (Foucault, 1999a).

O que foi característica das sociedades modernas não foi o fato de terem condenado o sexo a permanecer na escuridão, mas o fato de falarem dele (Foucault, 1999a). Assim, a subjetividade dos sujeitos passa a ser construída de modo que é impossível omitir a sexualidade. Por isso, analisar os discursos em torno da sexualidade dos sujeitos possibilita o entendimento de processos de subjetivação para uma determinada época, como no caso estudado na mídia da Revista Veja.

A sexualidade faz parte dos jogos de verdade que são um conjunto de procedimentos que produzem a verdade, assim como o regime que adquire legitimidade social definindo as formas de dominação desses discursos (Foucault, 2010). Para os gregos, as relações homossexuais eram consideradas legítimas, os homens iniciavam sua vida sexual com outros homens, havia uma visão de pureza e reprodução ligada à mulher. Mas, essa forma de expressão da sexualidade passou a ser considerada ilegítima com a constituição da família judaico-cristã (Corino, 2006).

Nos séculos XIX e XX apareceram as campanhas que tentaram fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política. Houve uma multiplicação, uma disseminação de sexualidades, uma implantação múltipla das “perversões”. Iniciando-se neste ponto, a heterogeneidade sexual (Foucault, 1999a). Estimulava-se constantemente uma liberação do discurso sobre a sexualidade, porém inscrita em um modelo que foi naturalizado, pela heterocisnormatividade, produziram-se formas de relacionamentos binários.

Durante os séculos XIX e XX, os homossexuais carregaram a marca da “loucura moral”, da “neurose genital”, da “aberração do sentido genésico”, da “degenerescência” ou do “desequilíbrio psíquico” (Foucault, 1999a, p. 41). O que foi importado para os manuais diagnósticos que patologizaram uma forma não heteronormativa da sexualidade, mantendo como norma e padrão a heterossexualidade (Butler, 2000). Segundo Butler, a categoria sexo é desde o início normativa, não somente como uma norma que materializa o corpo, mas com práticas regulatórias desses corpos.

No século XIX, a categoria psicológica, psiquiátrica e médica instituiu o termo homossexualismo. Neste momento, “[...] a homossexualidade deixou de pertencer à sodomia e passou a ser considerada uma nova espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma” (Foucault, 1999a, p. 43). Desta forma, o homossexual se tornou uma espécie dentre a constituição dos anormais.

A homossexualidade continua ocupando um lugar de diferente, de anormal, e por esse motivo a homofobia faz parte do cenário social. Esta prática é considerada uma atitude de hostilidade, rejeição irracional ou mesmo ódio contra os homossexuais, mas não apenas isso, é uma manifestação que qualifica o outro como contrário, inferior ou anormal (Borrillo, 2001). A partir disso, os movimentos de saída do armário: tanto dos preconceitos como da representatividade LGBTQIA+, vêm ao longo dos últimos anos pautando a legitimidade de direitos.

Em 2013, no mês de maio, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou a Resolução 175/2013 que deu efetividade à Lei (PLS 612/2011), que regulamenta a liberação do

casamento entre pessoas do mesmo sexo. Essa resolução acaba incluindo o relacionamento na órbita do Direito de Família, passando a ser uma entidade familiar, concedendo assim, herança, usufruto, alimentos, habitação, benefícios previdenciários, meação, entre outros (Dias, 2002). Segundo a ementa, o PLS 612/2011 “altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo”. De modo que, passa-se a “reconhecer como entidade familiar a união estável entre duas pessoas, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família” (Brasil, 2011).

Ou seja, a partir daquela data, os casais homossexuais passaram a ter os direitos que os casais heterossexuais já possuíam. A Resolução 175, de 14 de maio de 2013, declara que nenhum cartório do Brasil poderá se negar a realizar o casamento civil entre casais do mesmo sexo ou, deixar de converter em casamento as uniões estáveis já constituídas (Brasil, 2013). Essa Resolução surgiu com o objetivo de uniformizar a interpretação e o entendimento acerca do tema. Consolidando assim, uma interpretação de forma nacional e sem possibilidade de recurso, evitando a disparidade de tratamento recebida em diversos casos (Brasil, 2013).

Por outro lado, a “cura” dos homossexuais que era permitida antes de 1985, volta a ser debatida como possibilidade de intervenção em 2013, através do Projeto de Decreto Legislativo 234/11. Esse projeto foi popularmente chamado de Projeto da “Cura Gay” e tinha como objetivo sustar o Art. 3º e o Art. 4º da Resolução 001/99 do Conselho Federal de Psicologia, pois estariam prejudicando o exercício profissional. Estes artigos estabelecem normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação à questão da orientação sexual.

Após diversas discussões e posicionamentos das classes envolvidas, a proposta acabou sendo retirada de tramitação no Plenário, pelo próprio autor João Campos PSDB-GO, e sendo arquivada (Brasil, 2013). O Brasil atravessava neste período um momento único na construção de políticas públicas e programas com o objetivo de reduzir o preconceito contra a diversidade sexual, além de garantir direitos para a população LGBTQIA+ (Natividade, 2011). Essa necessidade de políticas públicas para atender a comunidade LGBTQIA+ está diretamente ligada aos movimentos sociais que surgiram durante a epidemia de AIDS, que garantiram uma visibilidade para essa população e a garantia de direitos (Detoni *et al.*, 2011).

Apesar de ainda identificáramos famílias que buscam a Igreja e psicólogas para curar familiares dessa “doença” ligada a homossexualidade (Rios, 2011). Ponderando acerca do trabalho *psi*, o CFP ressalta que a forma com que cada um vive sua sexualidade

faz parte da identidade do sujeito, e essa deve ser compreendida em sua totalidade. Mesmo que a sociedade tenha uma inquietação frente a essas formas desviantes da norma vigente (Brasil, 1999).

Veja: a arte de (in) formar

A pesquisa em uma revista sempre é imprevisível, ainda mais se considerarmos a Revista Veja. Afinal, ela informa a população sobre os temas da atualidade e está em circulação desde 1968. A escolha da revista aconteceu por ter a maior circulação no país, dentre as revistas informativas semanais, possuindo alto poder de repercussão. É ainda, a quarta maior revista desse segmento no mundo (Augusti, 2005). Ao digitar a palavra-chave: Homossexualidade, no intervalo de 01 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, no site principal da Revista Veja, foram encontrados 129 resultados para a pesquisa. Dentre esses resultados, analisamos 16 reportagens que estão dentro do tema de estudo: a regulamentação do casamento homoafetivo e o projeto de lei intitulado como “Cura Gay”.

Nesse universo selecionado, elencaram-se para a discussão alguns títulos de reportagens e frases proferidas no decorrer dos textos. Ressaltamos que no geral, os discursos eram muito semelhantes. Por esse motivo, a análise de discurso possibilita uma reflexão daquilo que circula através dos ditos na sociedade, considerando que esses ditos fazem parte dos jogos de verdade e são normatizadores da sociedade.

Em toda sociedade, como afirma Foucault (2011), a produção de discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída, podendo dominar seu efeito e buscando fugir da materialidade. O discurso para Foucault (1986, p. 135) é “um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva.” Os enunciados se encontram na transversalidade das frases, proposições e atos de linguagem. São sempre um acontecimento que não pode se esgotar inteiramente, tratando-se de uma função que atravessa um domínio de estruturas e unidades possíveis, fazendo com que estas apareçam com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (Fischer, 2001). Não manter o discurso sobre a sexualidade novamente fechado em sua interdição, mas analisar a rede de enunciados que formam as discursividades, ao “apreendê-lo como acontecimento, como algo que irrompe num certo tempo, num certo lugar” (Fischer, 2001, p. 202).

Assim, as análises foram feitas a partir de trechos de publicações, retiradas da Revista Veja, no ano de 2013. Essas frases trouxeram à tona enunciados que pertencem às redes discursivas do social, como: a não laicidade do Estado, a força do discurso religioso, os discursos de ódio, de patologização, em contraposição à garantia de

direitos. Ao analisar uma revista de grande circulação e que possui *status*, nos deparamos com uma escrita institucionalizada que buscava formar pensamentos. Conforme Foucault (2011), escrever de uma forma institucionalizada ocupa um lugar importante na nossa sociedade contemporânea, em que o discurso é difuso e altamente coercitivo. Afinal, há uma “polícia discursiva” que dita leis para nos encontrarmos no verdadeiro. E é nesse entremeio que as mídias se constituem, e ao compor discursividades produzem às relações de saber e poder, ou seja, enunciados, textos, instituições, falas, todos constituem práticas sociais que estão sempre presas às relações de poder, e este, as atualiza constantemente (Fischer, 2001).

Veja: os discursos “fora” do armário

As análises foram feitas a partir de trechos de reportagens e/ou títulos analisadas através da análise do discurso de Foucault (Foucault, 2011). O importante é o que se diz, e não o que está por trás do que é dito. A emergência desse discurso é que ele jamais deixou de estar presente na *episteme* do social. Como Veiga-Neto (2007) escreve, nascemos em um mundo que já é da linguagem, em um mundo que os discursos já circulam há muito tempo, nós, apenas nos tornamos sujeitos derivados desses discursos. Assim, o sujeito de um discurso não é de origem individual e autônoma, que traz à luz os enunciados desse discurso; não sendo dono de uma intenção comunicativa, como se fosse possível se posicionar de fora dos discursos para falar (Foucault, 1999b).

As tentativas de explicação para esse ponto, segundo os artigos analisados na Revista Veja, central em todo o trabalho, foram muito contraditórias. Ao mesmo tempo em que havia a intenção de falar o politicamente correto, houveram outros pontos que se mostraram homofóbicos, como será relatado a seguir.

Em uma das publicações foi possível perceber que há um desejo de anular uma instituição de poder que confere a regulação da profissão de Psicologia, que é o Conselho Federal de Psicologia (CFP), para colocar em evidência outra instituição que por muito tempo esteve em decadência e recentemente entrou em ascensão, que é a igreja.

“O Conselho não apoia boas causas, é a favor da descriminalização das drogas, da proibição de propagandas que estimulem o consumismo” (Veja, 2013). O primeiro ponto a debater é que a Revista não procurou o CFP ou líderes LGBTQIA+ para posicionarem-se naquele ano frente ao tema debatido. Com isso: O que seriam boas causas? Afinal, é um conceito muito relativo, pois “ver” uma boa causa está ligado diretamente aos processos de subjetivação, está ligada à constituição de ser social ou modelos dogmáticos, binários?

Em outras reportagens, cita-se a frase de Marco Feliciano, referindo-se a Resolução 01/99 do CFP: “O psicólogo brasileiro deve se achar mais especial do que qualquer outro psicólogo no mundo. O conselho da categoria do Brasil é o único que tem uma resolução como essa.” Esse discurso em relação à classe profissional exige uma normatização dos sujeitos, desejando práticas retrógradas que marcaram o lugar de segmentação social produzido em um momento histórico pela Psicologia, como ao avaliar, diagnosticar e patologizar os sujeitos, como se tivesse a chave de uma suposta “cura”. As/os profissionais, em sua maioria, trabalham embasadas no código de ética da profissão, e este, foi criado a partir da Constituição Federal e da Constituição dos Direitos Humanos. Desta forma, o CFP possui uma ética de trabalho que não viola os direitos dos sujeitos, acompanhando os movimentos sociais e as lutas por garantias de direitos.

Em ambos discursos publicados pela Revista Veja no ano de 2013, ficou evidente um embate de verdades. São dois olhares sobre o mesmo tema, só que estes olhares buscam um a destruição do outro, impossibilitando que exista uma complementaridade entre eles. Outro ponto que merece ser discutido aqui é “dar nome às falas”. Citamos os nomes de quem proferiu as publicações que causaram impacto. Certamente não é esse o interesse do trabalho, mas alguns nomes como Marco Feliciano e Silas Malafaia, ocupam uma personificação dos desejos sociais. Como no caso do título da reportagem: “*Feliciano versus psicólogos*”. Feliciano foi um nome em destaque, foi a pessoa ouvida, lida, o porta-voz de um grupo de políticos evangélicos. Pastor que deu voz àquilo que estava em segundo plano, mas que jamais deixou de existir dentro do sexismo e da heterocisnormatividade. O que corresponde a um modelo de ser sujeito que tem como norma a heterossexualidade. Esse pastor pertencia a um grupo de religiosos que pregavam a possibilidade da cura gay, a partir de uma lógica cristã ortodoxa que dissemina incessantemente o discurso religioso no espaço político e social.

A pessoa que profere o discurso, como no caso de Feliciano, precisa ocupar um lugar que dê legitimidade ao dito (Foucault, 1999b). E, neste caso, é um líder religioso que ao mesmo tempo ocupa também um lugar líder de Estado. Conferindo à sua fala, maior posição de hegemonia dentro dos jogos de verdade. O que é bastante preocupante porque incita discursos e práticas de ódio.

Conforme Diniz (2013), um Estado laico deveria garantir a liberdade de pensamento, de expressão e de culto. Além de assegurar a diversidade e a proteção dos direitos sociais. É o Estado laico que nos protege da perseguição religiosa e por esse motivo, em seu meio não deveria haver espaço para o dogmatismo religioso. Porém, um questionamento que surgiu frequentemente durante o processo de análise das

reportagens foi: O que se entende por Estado Laico? Dessa forma, destacamos diversas frases que deixaram clara a falta de conhecimento do conceito, e ainda, mostra que há políticos utilizando de seu poder de Estado para atingir objetivos religiosos. Como aparece na revista analisada: “O Estado é laico, mas não ateu e nem reprime a expressão da religiosidade” (Veja, 2013).

A religião está presente na esfera pública e esse direito é garantido pelo Estado, mas o que não pode acontecer é confundir com a colonização das religiões nos atos do Estado. Caso contrário, viveríamos em um país teocrático, o que certamente teria impedido a ascensão da religião evangélica em um país majoritariamente católico (Diniz, 2013).

Os discursos nazistas e fascistas se enraizaram na consciência social, mostrando-se na dificuldade de reconhecimento e convívio com a alteridade. Assim, sendo insuportável reconhecer essa diferença do sujeito da atualidade. E essa diferença logo acaba transformada em signos hierárquicos de superioridade e inferioridade (Birman, 2009). Superioridade percebida no próximo trecho, que também não reconhece e nem suporta conviver com as diferenças e que profere discursos de ódio e patologização: “Homossexuais foram violentados; Deus fez homens e mulheres; Amo gays, assim como amo bandidos e assassinos”. Para Birman (2009), é sempre na pretensão de ser melhor que o outro, de manipular o corpo do outro para usufruir do seu gozo, que se constitui a cena imaginária do sujeito na atualidade.

E como pensar em poder de Estado, quando aquele que deveria proteger e garantir os direitos sociais, torna-se quem profere os discursos de ódio. Caberia a esse mesmo Estado silenciar o homófobo, sem importar-se com as origens de suas crenças (Diniz, 2013).

Os discursos de ódio se proliferam de forma mascarada, conforme o excerto: “LGBT se esconde atrás das minorias, reivindicam privilégios e não direitos”; “União homossexual não é normal”; “Minha visão religiosa não afeta meu trabalho na comissão dos direitos humanos” (Marco Feliciano). Essas afirmações vêm carregadas de uma visão de mundo moralista e normativa, repleta de preconceitos, estigmas sociais, sexismo, heteronorma, afinal, são frases que possuem um forte viés proveniente de um discurso religioso. Ainda mais se considerarmos que o Estado está assumindo essa posição dogmática de certo e errado. Assim, o que seria um privilégio? O que seria um direito? Como a luta por poder viver em sociedade sem receber uma marca de anormal, ou ser perseguido e até morto, pode ser considerado um privilégio? Ou ainda, como a união de casais heterossexuais, pode ser considerado um privilégio?

Conforme Diniz (2013) cabe ao Estado nos proteger da hegemonia moral da maioria. Assim, não há maiorias, mas sempre minorias com igual direito de representação, proteção e participação. Ou seja, o Estado e seus representantes têm a obrigação de garantir os direitos das minorias, e não avaliar os desejos conforme sua crença religiosa. Um Estado laico não deveria financiar comunidades religiosas para atos de aliança política (Diniz, 2013). Neste caso, é possível perceber, novamente, que o Estado não é laico, e demonstra através de alguns líderes um desejo fascista, que é reforçado pelo discurso religioso.

“Pastor Silas Malafaia organiza marcha contra o casamento gay em Brasília. Protesto em frente ao Congresso Nacional vai defender Marco Feliciano e atacar Projeto de Lei 122, que criminaliza a homofobia.” E, “Malafaia convoca fiéis para passeata contra casamento gay, afirmando que seria acompanhado por lideranças religiosas da bancada evangélica”. As marchas e passeatas ocuparam um lugar de destaque no cenário social de 2013, pois são através desses dispositivos que a população ganha voz, muitas vezes através de uma lógica de massas influenciadas por discursos conservadores.

O autor desta reportagem da Revista Veja afirmou que o Supremo Tribunal Federal (STF) obrigou os cartórios do país a realizarem o casamento entre pessoas do mesmo sexo, e que como não havia lei para isso, eles ignoraram a Constituição. Contudo, o STF não pode criar leis, mas pode fazer entrar em vigor Resoluções como a 175/2013 que sejam aceitas como constitucionais pelo poder público e demais órgãos do Poder Judiciário (Brasil, 2013). A Constituição Federal, preconiza que todos/os/as são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza; garante o direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade; promove o bem, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras discriminações; garante também que a vida privada e a intimidade são invioláveis (Brasil, 1988). Dessa forma, é possível pensar que essa Resolução do STF vem ao encontro daquilo que determina a Constituição Federal. De outra forma, essa recusa violaria os direitos garantidos pela Constituição.

Contudo, o discurso religioso e de patologização estão enraizados no social. Assim, os discursos que buscam a garantia de direitos acabam perdendo a força, muitas vezes pelo lugar que eles ganham na mídia, como as reportagens da Revista Veja, que aqui são analisadas. A cada nova proposta que tem o objetivo de assegurar os direitos LGBTQIA+ levantam-se novas reações e novas ações protagonizadas pelos integrantes da bancada religiosa. Afirmam que as políticas públicas devem defender os “valores cristãos” e da “família”, resultando em uma batalha entre o bem (heterossexual) e o mal (homossexual) (Natividade, 2011).

Após uma série de publicações, acusações, defesas. Encontramos como título de reportagem: “O FIM DO QUE NUNCA EXISTIU! Pressionado por tucanos, deputado retira projeto apelidado pela imprensa e por ativistas de “cura gay”. Após a mobilização social provocada pelo tema e buscando não se mostrar conivente com as atitudes citadas acima, o PSDB publicou uma nota em que reconhece o retrocesso e a violação de direitos humanos implicados na defesa de tal projeto. O maior questionamento frente a essa publicação é: Será que essa é mais uma forma de sair de cena sem fazer mais barulho?

No decorrer da análise os discursos foram se tornando cada vez mais difusos, mostrando que a sociedade ainda não consegue compreender/conviver com o respeito à diversidade sexual, aqui representada pela homossexualidade. Sendo o armário nesse contexto um espaço de resistência, pois há quem defenda a saída do armário como única possibilidade aos homossexuais, mas trata-se de um espaço essencial para existir em sociedade, é no armário que o LGBTQIA+ encontra uma posição segura e confortável frente ao mundo que ainda os violenta.

Considerações finais: os preconceitos saíram do armário

Durante o processo de análise não foi possível encontrar nenhum pronunciamento da população LGBTQIA+ na Revista Veja. A homossexualidade foi continuamente colocada como algo contra a natureza, apesar dos discursos que tentavam amenizar o dito, como o último a ser analisado “*como curar uma coisa que não é doença?*”.

É possível que esses discursos paradoxais possam emergir na mesma época e na mesma mídia: cura gay *versus* casamento homoafetivo. Afinal, ao mesmo tempo em que as ciências buscam se reconstruir através da evolução da sociedade, ainda há discursos que não deixaram de circular na *episteme* do social, como o discurso religioso, da patologização, do ódio. E em contrapartida os discursos de garantia de direitos estão se construindo.

Aos poucos, no decorrer da escrita, os armários foram ficando cada vez mais abarrotados, completamente cheios de sentimentos e formas de existir. Tornando-se cada vez mais difícil de espiar para fora dele. O medo dos monstros que ele guardava na infância foi superado, pois estes monstros estão fora, podendo agora ser nomeados como violência, preconceito, normatização. O que saiu do armário afinal? O preconceito vem ocupando o lugar de morte, o discurso religioso que parecia ter perdido adeptos, vem se mostrando ativo na forma de pensar e agir no social. Tanto, que seus desejos fascistas não causam espanto, desconforto.

Passados dez anos dos discursos analisados na Revista Veja, temos como resultado posterior a ascensão da extrema direita no Brasil: o impeachment de Dilma Rousseff, a prisão de Lula, a eleição de Bolsonaro, uma pandemia que matou 700 mil brasileiros e não pode ser encarada apenas como um problema de saúde inevitável, mas, pela inação governamental e disseminação de falsas informações, tem de ser vista como um projeto de genocídio dos “indesejáveis”, nos quais os LGBTQIA+ também se encaixam. E, enfim, no ano de 2023: O que mudou neste período para os LGBTQIA+?

Pessoas transgêneres passam a poder alterar o seu registro civil em cartório. O uso do nome social já havia sido permitido em 2016, mas as pessoas transgêneres ainda eram obrigadas a portar documentos que não eram compatíveis com sua identidade. Em 2018, o STF autorizou a mudança do nome de registro. Ainda no mesmo ano, o CFP promulga RESOLUÇÃO Nº 1, DE 29 DE JANEIRO DE 2018, que estabelece normas de atuação para as psicólogas/os em relação às pessoas transexuais e travestis, considerando a dignidade da pessoa humana e assegurando os direitos humanos. Em 2019 houve a criminalização da homofobia, que por mais que não garanta a punição para homofóbicos, ajuda a combater discursos preconceituosos. Em 2020, autorizou-se a doação de sangue por LGBTQIA+. A população LGBTQIA+ era proibida de doar sangue, a não ser que estivesse por um ano em abstinência sexual, em razão do estigma da aids como “peste gay”, medida derrubada, ainda que tardiamente (Conheça, 2022). Mesmo assim, o Brasil segue entre os países que mais matam LGBTQIA+ no mundo, durante o ano de 2022 registraram-se 273 mortes de forma violenta no país (Dossiê, 2022). Entre avanços e retrocessos, a luta continua!

Referências

- AUGUSTI, Alexandre Rossato. **Jornalismo e comportamento: os valores presentes no discurso da revista Veja**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BORRILLO, Daniel. **A Homofobia**. Barcelona: Bellaterra, 2001.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: abr. 2015.

Corpos em Diálogo: Vivências LGBTQIA+ e os desafios da interseccionalidade
“2013: o ano em que o armário ficou vazio”: discursos sobre a homossexualidade na Revista Veja
DOI: 10.23899/9786589284475.18

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2011**. Altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102589>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 234/2011, 2013**. Susta a aplicação do parágrafo único do art. 3º e o art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de Março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. **Resolução CFP nº 001/99 de 22 de março de 1999**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. **Resolução CFP nº 001/2018 de 29 de janeiro de 2018**. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. **Resolução nº175/2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CORINO, Luis Carlos Pinto. **Homoerotismo na Grécia Antiga: Homossexualidade Bissexualidade, mitos e verdades**. Rio Grande: Biblos, 2006.

CONHEÇA as conquistas do movimento LGBT no Brasil. **DOR Consultoria**, 20 de maio de 2022. Disponível em: <https://dorconsultoria.com.br/2022/05/20/conquistas-do-movimento-lgbt-no-brasil/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

DETONI, Priscila *et al.* As formas do “fazer psi” e a Constituição das Políticas Públicas Associadas à Diversidade Sexual. **Psicologia Política**, v. 11, n. 22, p. 279-294, jul./dez. 2011.

DIAS, Maria Berenice. Uniões homoafetivas: uma realidade que o Brasil insiste em não ver. **Revista Justiça e História**, v. 2, n. 3, p. 399-414, 2002.

DINIZ, Débora. Dez palavras sobre laicidade. In: X SEMINÁRIO LGBT DO CONGRESSO NACIONAL. **Anais [...]** Brasília, DF, 2013.

DOSSIÊ denuncia 273 mortes e violências de pessoas LGBT em 2022. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, nov. 2011.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade: A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999a.

Corpos em Diálogo: Vivências LGBTQIA+ e os desafios da interseccionalidade

“2013: o ano em que o armário ficou vazio”: discursos sobre a homossexualidade na Revista Veja

DOI: 10.23899/9786589284475.18

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da sociedade**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade, Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Psicologia, laicidade e diversidade sexual. In: **Psicologia e Diversidade Sexual**: desafios para uma sociedade de direitos. 1. ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Rev. Estud. Fem.** [online], v. 8, n. 2, p. 09-41, 2000. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v08n02/v08n02a02.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

RIOS, Luis Felipe. As práticas psicológicas e a sexualidade como categoria de subjetivação. In: **Psicologia e Diversidade Sexual**: desafios para uma sociedade de direitos. 1. ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. p. 25-39.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Governabilidade de corpos e Direito à Saúde: uma inferência ao uso de Profilaxia Pré- Exposição (PrEP)

Ronaldo Silva*

Felipe Alves Oliveira**

Este texto se coloca a refletir sobre como o Direito à Saúde é referenciado enquanto um espaço de Governabilidade do Estado sob corpos LGBT, o qual opera por meio da *práxis* do biopoder na configuração do corpo e da vida, representando um objeto de poder do Estado, ou seja, que atua por meio de um “conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (Foucault, 2008a, p. 3). Para adentrarmos neste debate, faz-se necessária uma reflexão da Saúde enquanto um Direito, o que remonta a um amplo movimento político e social, que se coloca na promoção, na garantia e na proteção da vida humana.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948, enquanto um documento de marco na história mundial, estabelece e delinea as diretrizes essenciais a guiar os Estados-partes na proteção dos direitos de todos os seres humanos. À luz dos eventos internacionais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece embasamento fundamental para reflexionarmos acerca das garantias e das proteções aos direitos humanos, compreendidos enquanto “garantias jurídicas universais que protegem indivíduos e grupos contra ações ou omissões dos governos que atentem contra a dignidade humana”, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU apud Mondaini, 2008, p. 16)

* Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador-associado ao Centro de Estudos da Constituição – (CCONS-UFPR) e Editor do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC).

E-mail: ronaldosilvars@hotmail.com

** Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil, com período sanduíche na Universidade de Artes Aplicadas de Vienna - Die Angewandte, Austria.

Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

E-mail: felipe.aoliveira@ufpe.br

Enquanto instrumento de proteção e garantia, os Direitos Humanos refletem a condição humana da pessoa dotada de Liberdade, Igualdade, Dignidade e Direitos, conforme se estabelece na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), art. 1, segundo a qual “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. Ainda que em uma interpelação *stricto* de que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, deve-se invocar uma interpretação *lato sensu*, para a qual os seres humanos nasçam livres e iguais, devendo ser tratados “como se fossem livres e iguais. [Sendo que] a expressão não é a descrição de um fato, mas a prescrição de um dever” ser, ou seja, “os seres humanos nascem livres e iguais por natureza, isto é, segundo a sua natureza ideal, elevada a critério supremo para distinguir aquilo que se deve fazer daquilo que não se deve fazer” (Bobbio, 2021, p. 486).

Nesse contexto, adentrando as garantias e as proteções daquilo que *devemos fazer, ser e exercer*, sob as lentes da Igualdade, da Liberdade e da Dignidade, conforme a DUDH, no art. 25, estabelecem-se as diretrizes essenciais para a condução de uma vida digna, de modo que

[...] todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família, saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (ONU-DUDH, 1948, s/n).

Esta reflexão enseja uma série de diretrizes para pensarmos a dignidade da pessoa humana, especialmente quando invocamos a Saúde enquanto um Direito Humano e sua positivação à luz das Constituições e Democracias, a exemplo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Cabe destacar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos elenca diretrizes e embasamentos fundamentais para que os Estados guiem suas normas e princípios constitucionais, a fim de promover, proteger e garantir os direitos humanos, sendo que os Estados devem, por meio da positivação constitucional, estabelecer e exercer os direitos fundamentais de exercício da dignidade da pessoa humana, do seu povo e da sua população.

No Brasil, a saúde como um Direito foi constituída sob a lente de um amplo movimento de Reforma Sanitária, que se refletiu na criação do Sistema Único de Saúde

(SUS) pela CF de 1998. Esta configura, em seu artigo 6º, a saúde enquanto um direito social, que deve ser compreendida como um direito humano de segunda dimensão, à luz do princípio da solidariedade. O direito social se realiza “pela execução de políticas públicas, destinadas a garantir amparo e proteção social aos mais fracos e mais pobres; ou seja, aqueles que não dispõem de recursos próprios para viver dignamente” (Comparato, 2010, p. 77), promovendo, assim, a equidade e a justiça social entre as pessoas.

Segundo Souza (2006, p. 26), referindo-se às políticas públicas em sua definição, estas se propõem a “colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. As políticas públicas constituem um meio necessário e determinante, por meio das quais os “governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (Souza, 2006, p. 26), promovendo ações que objetivem a promoção do bem-estar e a segurança social de todos os cidadãos, garantindo que estes tenham acesso à condição social de uma vida digna, independentemente de sua situação socioeconômica.

Nesse sentido, deve-se referenciar às ações e programas governamentais que visam à transformação e à melhoria da condição de Saúde da população como políticas públicas de Direito Social, pertencentes à segunda dimensão dos Direitos Fundamentais. Estes se colocam, por meio do exercício governamental de ações de políticas públicas, a reduzir as desigualdades e a promover o acesso e a inclusão de milhares de pessoas à ampla rede de um sistema público comum a todos. A saúde pública, enquanto um direito, é caracterizada por fatores determinantes e condicionantes de um bem social comum a todos, por meio de elementos como “a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais”, conforme exposto no art. 3 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Esta dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, bem como acerca da organização e do funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (Brasil, 1990).

Mais adiante, o art. 196 da CF de 1988 dispõe que o Direito à saúde é “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas públicas - sociais e econômicas - que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Brasil, 1988). Este artigo constitui norma fundamental, pois aponta o direito à saúde não

somente como um direito de todos, mas também como um dever do Estado, o qual, por meio de ações, como as políticas públicas, promove e protege o acesso universal e igualitário a uma ampla rede de ações concretas de serviço de saúde pública, independente de condição socioeconômica, raça, gênero e/ou qualquer outra característica que discrimine o ser humano.

Para Tavares (2012, p. 837), os direitos sociais “exigem do Poder Público uma atuação positiva, uma forma atuante de Estado na implementação da igualdade social dos hipossuficientes. São, por esse exato motivo, conhecidos também como direitos a prestação, ou direitos prestacionais”. Os direitos de prestação positiva inserem o Estado, por meio de ações diretas ou indiretas, na vida das pessoas, principalmente daquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade, uma vez que os serviços de prestação “qualificam-se como positivas porque revelam um fazer por parte dos órgãos do Estado, que têm a incumbência de realizar serviços para concretizar os direitos sociais” (Bulos, 2011, p. 789).

Nesse contexto, é determinante compreender a relação linear entre o Estado e a Sociedade, de modo que esse assume o papel funcional de governabilidade na vida das pessoas, principalmente quando são observadas ações de promoção, acesso e garantia aos direitos à saúde, pois “vivemos em um regime em que uma das finalidades da intervenção estatal é o cuidado do corpo, a saúde corporal, a relação entre as doenças e a saúde, etc” (Foucault, 2010, p. 171). Trata-se de um elemento de biopoder, uma espécie de técnica de poder sobre a vida, que se desenvolveu sob duas lentes a partir do século XVII, sendo

[...] que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos - tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população (Foucault, 1998, p. 151-152).

O desenvolvimento do biopoder configura, em sua dimensão analítica, uma ingerência do Estado sobre os processos biológicos da população, na condução política e econômica da sociedade, a partir das lentes de uma anátomo-política do corpo e de uma biopolítica da população (Foucault, 2008b), sendo que

[...] anátomo-política refere-se aos dispositivos disciplinares encarregados do extrair do corpo humano sua força produtiva, mediante o controle do tempo e do espaço, no interior de instituições, como a escola, o hospital, a fábrica e a prisão. Por sua vez, a biopolítica da população volta-se à regulação das massas, utilizando-se de saberes e práticas que permitam gerir taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, aumento da longevidade (Furtado; Camilo, 2016, p. 34).

As dimensões da biopolítica da população e da anátomo-política se referem a elementos de intervenção e de controle reguladores da vida humana, em que pese a condução do “dever ser e saber” e do “exercer os deveres e as obrigações”, em um amplo espaço-tempo regulamentado e normatizado pelo discurso. Trata-se de um campo de reflexão crítica da condução e da intervenção sobre a vida humana quanto às suas características, fazendo da biopolítica (Foucault, 2008b) um emaranhado de ações, estratégias e problematizações da existência humana, por meio da mortalidade, bem como por meio da morbidade, buscando controlar o corpo do indivíduo e seus comportamentos em sociedade.

Este campo de atuação é amplo e complexo, tendo em vista que a ação do Estado opera por meio do seu exercício de governamentalidade, o qual é um amplo

[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco ‘governamentalizado’ (Foucault, 2008a, p. 143-144).

Para a corrente foucaultiana (2008a), a governamentalidade assume uma articulação entre a economia política – o saber, os instrumentos –, os dispositivos e a população – o corpo, elemento sobre o qual o Estado se faz presente. Esses elementos, à luz da racionalidade foucaultiana, permitem conceber o exercício de governamentalidade, que se dá por meio da ação humana, decorrendo de um “exercício de governo (práticas) e as mentalidades que sustentam tais práticas” (Fimyar, 2009, p. 38). Ou seja, *governar e mentalidade* se constituem por meio da conduta humana de um ente – o governo – que se utiliza de uma técnica discursiva e ideológica na criação de sujeitos – corpos/população –, os quais são governáveis quando sujeitos às práticas de controle e normatização comportamental em sociedade, “em outras palavras, a governamentalidade pode ser descrita como o esforço de criar sujeitos governáveis através de várias técnicas desenvolvidas de *controle, normalização e moldagem* das condutas das pessoas” (Fimyar, 2009, p. 38).

Tecnologias de poder: dispositivos medicamentosos

À luz desta reflexão, repensando a arte de governar no exercício das condutas das pessoas, toma-se como exemplo os dispositivos medicamentosos enquanto elementos de tecnologia de poder. Estes constituem uma ferramenta de aparato do Estado em relação à vida e aos corpos das pessoas, principalmente de determinados corpos e/ou grupos específicos. Referimo-nos como dispositivo de tecnologia de poder, a título de exemplo, o denominado recurso de Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP), sendo este um medicamento antirretroviral (ARV), que surgiu na década de 1980 para impedir a multiplicação do HIV no organismo.

Para compreendermos a PrEP enquanto um dispositivo de tecnologia de poder, faz-se necessário entender que este recurso medicamentoso constitui um instrumento de governabilidade social, a qual se dá por meio de uma ação estratégica de controle sobre corpos considerados chave, haja vista os registros quantitativos de uma epidemia brasileira. A caracterização dos corpos elegíveis para uso desse dispositivo medicamentoso se dá por meio de registros estratificados e de segmentos de corpos populacionais, a exemplo de pessoas declaradas Gays e outros HSH, pessoas trans, usuários de álcool e outras drogas, pessoas trabalhadoras do sexo e pessoas privadas de liberdade. O entendimento aplicável, na *práxis* da governabilidade estatal sobre esses corpos, é o de que essas pessoas estão inseridas em contextos de alta vulnerabilidade e que, de acordo com o próprio governo, estas pessoas apresentam prevalência para o HIV superior à média nacional, que é de 0,4%. Outro elemento determinante da segmentação populacional é o seu caráter transversal, que considera como população prioritária adolescentes e jovens, populações negra e indígena e

peças em situação de rua, tendo em vista a alta vulnerabilidade destas em suas dinâmicas sociais locais e, mais precisamente, em seus comportamentos.

É importante frisar que o conceito de vulnerabilidade, aqui mencionado, refere-se a uma série de processos e estigmas sociais e culturais, que denotam não só a exclusão sistêmica do sujeito ao aparato de serviços à saúde, mas representa uma condição de modelo estatal-social de governabilidade do ser humano, isto é, um processo de vulnerabilização da pessoa. Logo, deve-se compreender que o

[...] o conceito de vulnerabilidade propõe uma renovação das formas de construção de diagnósticos de saúde, de modo a ampliar a compreensão das necessidades de saúde, incorporando, para além dos saberes biomédicos e epidemiológicos, saberes originários dos campos das ciências sociais e humanas, assim como saberes práticos – de ordem leiga e cotidiana – daqueles envolvidos nos cenários sob diagnóstico. Partindo de tais diagnósticos ampliados, o conceito de Cuidado, por sua vez, volta-se para a construção de práticas de saúde que considerem a autonomia dos sujeitos e seus saberes acerca da saúde e da vida (Calazans *et al.*, 2018, p. 268).

Não obstante, à luz dos preceitos foucaultianos, por meio da segmentação populacional, compreende-se que o exercício de governabilidade se faz por meio de um conjunto de ações estratégicas, a exemplo da política pública de “Prevenção Combinada” adotada pelo Brasil.

A Prevenção Combinada é constituída por um conjunto de práticas e procedimentos estatais aplicados em diferentes níveis. Ela visa responder a necessidades específicas, tais como proteger/blindar a população contra a transmissão do HIV, direcionando-se a grupos e coletivos populacionais, bem como abordando questões sociais comuns a todos. Reflexionar sobre o exercício do governo, tendo em vista a Prevenção Combinada, conduz a um olhar sob as condutas governamentais para se fazer presente na vida das pessoas por meio da política, especialmente no que tange aos aspectos patológicos.

No caso da Prevenção Combinada, como recurso de abordagens, recorre-se a três tipos de prevenções, as quais a estrutural, a biomédica e a comportamental. As intervenções comportamentais “são ações que contribuem para o aumento da informação e da percepção do risco de exposição ao HIV e para sua consequente redução, mediante incentivos a mudanças de comportamento da pessoa e da comunidade ou grupo social em que ela está inserida” (Brasil, 2022, s/n). Como exemplo, pode se citar:

[...] incentivo ao uso de preservativos masculinos e femininos; aconselhamento sobre HIV/aids e outras IST; incentivo à testagem; adesão às intervenções biomédicas; vinculação e retenção nos serviços de saúde; redução de danos para as pessoas que usam álcool e outras drogas; e estratégias de comunicação e educação entre pares (Brasil, 2022, s/n).

As intervenções estruturais se referem aos fatores e às condições sociais e culturais que influenciam, de forma direta, “[n]a vulnerabilidade de indivíduos ou grupos sociais específicos ao HIV, envolvendo preconceito, estigma, discriminação ou qualquer outra forma de alienação dos direitos e garantias fundamentais à dignidade humana” (Brasil, 2022, s/n). Dentre os exemplos, destaca-se o “enfrentamento ao racismo, sexismo, LGBTfobia e demais preconceitos; promoção e defesa dos direitos humanos; campanhas educativas e de conscientização” (Brasil, 2022, s/n). Outrossim, em relação às intervenções biomédicas, estas

[...] são ações voltadas à redução do risco de exposição, mediante intervenção na interação entre o HIV e a pessoa passível de infecção. Essas estratégias podem ser divididas em dois grupos: intervenções biomédicas clássicas, que empregam métodos de barreira física ao vírus, já largamente utilizados no Brasil; e intervenções biomédicas baseadas no uso de antirretrovirais (ARV). Como exemplo do primeiro grupo, tem-se a distribuição de preservativos masculinos e femininos e de gel lubrificante. Os exemplos do segundo grupo incluem o Tratamento para Todas as Pessoas – TTP; a Profilaxia Pós-Exposição – PEP; e a Profilaxia Pré-Exposição – PrEP (Brasil, 2022, s/n).

Considerando as estratégias biomédica, estrutural e comportamental, através de abordagens simultâneas, são associados diferentes métodos (ações) combinados de prevenção ao HIV. O método aplicado pelo Ministério da Saúde no Brasil é denominado de “mandala”, que “baseia-se na livre conjugação dessas ações, sendo essa combinação determinada pelas populações envolvidas nas ações de prevenção estabelecidas (população-chave, prioritária ou geral) e pelos meios em que estão inseridas” (Brasil, 2022, s.p.). De acordo com o Ministério da Saúde, por meio do Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis, dentre os métodos (ações) que podem ser combinados(as), estão

[...] a testagem regular para o HIV, que pode ser realizada gratuitamente no Sistema Único de Saúde (SUS); a prevenção da transmissão vertical (quando a gestante é soropositiva e pode haver a transmissão do vírus para o bebê); o tratamento das infecções sexualmente transmissíveis e das hepatites virais; a imunização para as hepatites A e B; a redução de danos para usuários de álcool

e outras drogas; a profilaxia pré-exposição (PrEP); a profilaxia pós-exposição (PEP); e o tratamento para todas as pessoas que já vivem com HIV (Brasil, 2022, s/n).

O conjunto de ações estratégicas de políticas públicas de Prevenção Combinada adotado pelo Estado brasileiro tem demonstrado resultados positivos e uma alta aderência de usuários que buscam, por exemplo, os dispositivos medicamentosos de Profilaxia Pré-Exposição (PrEP). Deve-se considerar que se trata de um amplo conjunto de ações adotadas, as quais envolvem desde a construção narrativa/discursiva, até ações de promoção e conscientização em meios de comunicação, como rádios, TVs e Internet, bem como ações na própria rede de saúde. Não obstante, ainda se faz necessária uma ampliação na conscientização e na promoção desses recursos de tecnologia de poder, como os dispositivos medicamentosos, objetivando a maior redução possível na transmissão do HIV, bem como o aumento do controle de outras patologias.

Estatísticas do uso da PrEP

No que se refere à Profilaxia Pré-Exposição (PrEP), de acordo com o Painel PrEP (Brasil, 2023), até o mês de dezembro de 2022, o perfil do usuário por população indica que 85,5% são declarados Gays e outros HSH cis, 4,8% Mulheres cis, 4,6% Homens heterossexuais cis, 3,2% Mulheres Trans, 1,2% Homens Trans, 0,3% Não binários e 0,3% Travestis. Em relação ao perfil desses usuários por raça/cor, 57% se declararam Brancos/Amarelos, 31% Pardos, 12% Pretos e 0,39% Indígenas. Outro dado importante é a faixa etária dos usuários, sendo que 7,9% têm idade entre 18 e 24 anos, 21,9% estão na faixa dos 25 aos 29 anos, 44,11% têm entre 30 e 39 anos, 18,9% têm entre 40 e 49 anos e 7,1% têm 50 anos ou mais. Em relação aos usuários da PrEP durante o ano de 2022, dentre as 70.312 pessoas que receberam pelo menos uma dispensação de PrEP, 50.754 (72% do total) estavam em PrEP até dezembro de 2022; os demais 19.567 (28%) estavam com uso descontinuado.

Deve-se compreender que, na definição da estratégia de oferta da PrEP, a segmentação do perfil dos usuários não implica, necessariamente, que eles expressam um maior risco de infecção e/ou proliferação na transmissão da AIDS. Trata-se de um conjunto de dimensões, variáveis e níveis de estratégias adotado pelo Estado e formulado por uma abordagem dialógica sobre o modo singular de reconhecimento das características e do pertencimento histórico em que cada indivíduo se encontra inserido, impondo aos “serviços e profissionais de saúde o desafio de transpor a lógica populacional que fundamentou as diretrizes, para o âmbito do indivíduo, de modo que

a avaliação das práticas sexuais e do risco não ocorra de forma simplificadora” (Zucchi *et al.*, 2018, p. 3).

Nessa perspectiva, adentrar as práticas e o método aplicados para a Prevenção Combinada permite observar dados fundamentais quanto aos casos de AIDS registrados no ano de 2022. De acordo com o Ministério da Saúde, Departamento de HIV/AIDS, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis - DATHI¹, por meio do Painel de Indicadores e Dados Básicos do HIV/AIDS nos Municípios Brasileiros, no ano de 2022 houve um total de 15.412 pessoas com casos de AIDS registrados/notificados no SINAN², declarados no SIM e registrados no SISCEL/SICOM.

Esse total é o menor já registrado desde 1980-2010, período que contabilizou 595.828 pessoas com casos de AIDS notificados ao SINAN. Entre 2010 e 2015, o número foi de 42.574 casos de AIDS e, entre 2016 e 2021, foram registrados 30.647 casos. Deve-se destacar que em 2021 houve o registro de 35.246 casos, o que, em comparação com os 15.412 casos de 2022, demonstra uma importante queda no número de casos de AIDS notificados junto ao SINAN. Ademais, em uma esfera de estratificação, somente no ano de 2022, do total de 15.412 pessoas, foram registrados 10.989 casos de AIDS em Homens e 4.416 em Mulheres. Ainda, 121 dos casos ocorreram em menores de 5 anos e 1.933 entre pessoas de 15 a 24 anos de idade.

Considerações

Em conclusão, os dados acima permitem examinar como o Direito e a Saúde convergem para um espaço de governabilidade do Estado sobre os indivíduos, percebendo-se que a biopolítica e a anátomo-política emergem como duas faces de uma mesma moeda, interligando-se por um complexo feixe de relações. A biopolítica se manifesta como um fio condutor da estratégia de governabilidade política. Isso ocorre por meio das políticas de Prevenção Combinada, que englobam intervenções comportamentais, biomédicas e estruturais. Além disso, essas políticas buscam não apenas controlar doenças, mas também moldar comportamentos e direcionar os destinos da população. Isso demonstra a interconexão entre o poder estatal e o exercício do biopoder no controle dos processos biológicos e das interações sociais entre os corpos.

¹ Ver mais em: <http://indicadores.aids.gov.br/>.

² O Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan é alimentado, principalmente, pela notificação e pela investigação de casos de doenças e agravos que constam na lista nacional de doenças de notificação compulsória. Ver mais em: <https://portalsinan.saude.gov.br/>.

Nesse sentido, o exercício do biopoder e a política de governo não se limitam apenas às práticas de disciplinação do corpo, mas também se estendem à regulamentação da população em termos de acesso a políticas públicas de saúde, na modulação do comportamento e na caracterização social de grupos e coletivos sociais. Essa complexa relação de poder estatal, sob a égide de um biopoder, abre espaço para uma análise crítica das relações estruturais e hierárquicas do Estado sob a sociedade na condução da relação humana, demarcando implicações profundas para os indivíduos em seu modo de ser, viver e agir em sociedade.

Dessa forma, pode-se inferir a capacidade de governabilidade do Estado por meio da biopolítica no controle de corpos-vidas e de suas patologias. Entende-se também que, no caso da PrEP, o acesso a esse dispositivo medicamentoso “não comporta apenas uma dimensão exclusivamente de saúde pública e de contenção de epidemia. Há uma demanda ulterior no sentido de uma expressão nova do direito à liberdade” (Silva, 2018, p. 355). Trata-se de um reconhecimento da liberdade pessoal, da vida e do corpo, de modo que os usuários da PrEP, em um exercício de subjetivação de seus prazeres, exprimem e manifestam a liberdade sexual de seus corpos, intensificando os prazeres e o gozo da vida, uma vez que

[...] com a PrEP a tensão parece aliviada, na medida em que permite a ‘intensificação dos prazeres’ e a ‘maximização da vida’ pela mediação da capacidade de prevenção, que libertaria as práticas sexuais deste medo. Trata-se de uma revolução que emerge a partir de complexos agenciamentos, vinculados a assimetrias na constituição dos saberes e tecnologias biomédicas (Ferrari, 2018, p. 135).

Em última análise, a interação entre governabilidade, Direito à Saúde e biopoder no uso da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) possibilita estabelecer um olhar crítico acerca das estruturas sociais e políticas, especialmente quanto à relação de domínio sobre a condição de nossas vidas e nossos corpos, haja vista as implicações éticas em torno da autonomia individual *versus* a intervenção estatal sob o corpo humano em relação às estruturas jurídicas e normatizadoras do comportamento humano. Este domínio representa não só uma *práxis* da biopolítica e da governabilidade de política pública de Estado no controle de epidemias, mas também assegura e exprime um movimento maior de manifestações da vida adulta, de libertações e expressões dos prazeres sexuais, através dos quais os usuários se percebem livres de preocupações patológicas.

Referências

- BOBBIO, N. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2021.
- BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 07 ago. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **O que é prevenção combinada**. MS/SVSA/Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/prevencao-combinada/o-que-e-prevencao-combinada>. Acesso em: 07 ago. 2023.
- BRASIL. **Painel PrEP**. Ministério da Saúde - Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/prevencao-combinada/prep-profilaxia-pre-exposicao/painel-prep>. Acesso 07 ago. 2023.
- BRASIL. **Tabela 1 - Casos de AIDS notificados no SINAN, declarados no SIM e registrados no SISCEL/SICLOM por ano de diagnóstico**. MS/SVSA/Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Brasília, 2022. Disponível em: <http://indicadores.aids.gov.br/>. Acesso em: 07 ago. 2023.
- BULOS, U. L. **Curso de Direito Constitucional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 789 p.
- CALAZANS, G. J.; PINHEIRO, T. F.; AYRES, J. R. DE C. M. Vulnerabilidade programática e cuidado público: Panorama das políticas de prevenção do HIV e da Aids voltadas para gays e outros HSH no Brasil. **Sexualidad, Salud Y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 263-293, maio/2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2018.29.13.a>. Acesso em: 08 ago. 2023.
- COMPARATO, F. K. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- FERRARI, F. C. Biomedicalização da resposta ao HIV/Aids e o caso da emergência da PrEP: um ensaio acerca de temporalidades entrecruzadas. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 131-160, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/14969>. Acesso em: 8 ago. 2023.
- FIMYAR, O. Governamentalidade como Ferramenta Conceitual na Pesquisa de Políticas Educacionais. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 34, n. 2, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8308>. Acesso em: 7 ago. 2023.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: à vontade de saber. Rio de Janeiro: Grall, 1998.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Eduardo Brandão (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, M. Crise da medicina ou crise da antimedicina. **Verve**, n. 18, p. 167-194, 2012.

FURTADO, R. N.; CAMILO, J. A. de O. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault.

Revista Subjetividades, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34-44, dez. 2016. Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000300003&lng=pt&nrm=iso)

[07692016000300003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000300003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 07 ago. 2023.

MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível

em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 8 ago. 2023.

SILVA, R. A. T. M. L. DA. Diversidade e liberdade sexual: Defensoria Pública, movimentos sociais e a PrEP no SUS. **Serviço Social & Sociedade**, n. 132, p. 346-361, maio 2018. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/0101-6628.145>. Acesso em: 08 ago. 2023.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, jul. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em: 07 ago. 2023.

TAVARES, A. R. **Curso de Direito Constitucional**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ZUCCHI, E. M.; GRANGEIRO, A.; FERRAZ, D.; PINHEIRO, T.F.; ALENCAR, T.; FERGUSON, L.; ESTEVAM, D.L.; MUNHOZ, R. Da evidência à ação: desafios do Sistema Único de Saúde para ofertar a profilaxia

pré-exposição sexual (PrEP) ao HIV às pessoas em maior vulnerabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 7, e00206617, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00206617>. Acesso em: 08 ago. 2023.

Editora CLAE

2023